

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Um Novo Índice Cambial Efetivo para Portugal

Alexandre Miguel Leite Agostinho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Doutor Emanuel Cláudio Reis Carvalho Leão, Professor Auxiliar com Agregação

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2013

DEDICATÓRIA

É dedicado ao Ricardo, para que tenhas orgulho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Dr. João Cadete de Matos, Diretor do Departamento de Estatística do Banco de Portugal e a José Faustino, Coordenador do Núcleo de Difusão Estatística do Banco de Portugal por me permitirem a realização desta tese, pelo apoio e disponibilidade. Agradeço ainda a Teresa Nascimento, do Núcleo de Difusão Estatística, os valiosos contributos e enorme conhecimento.

Agradeço a Cristina Pinheiro, do Banco Central Europeu, pelo contributo e apoio, da parte do BCE, na utilização de informação da sua responsabilidade.

A orientação deste trabalho foi do Professor Emanuel Leão, a quem agradeço a disponibilidade.

Agradeço ao meu pai, João, à minha mãe, Ludovina, e aos meus irmãos, Tânia, Ricardo e Samuel, e sobrinho, Henrique.

Agradeço especialmente à minha mulher, Sandra Grifo, por todo o apoio, carinho e lealdade, e ao meu patudo inseparável, Tobias, pela paciência e felicidade.

RESUMO

Neste *paper* é descrita, com detalhe, a metodologia utilizada para a determinação dos índices cambiais efetivos nominais e reais para a economia portuguesa, construída com base na metodologia proposta por Buldorini et al. (2002) e descrita por Schmitz et al. (2012), que expõe a forma como o BCE calcula as taxas de câmbio efetivas, como as atualiza e as suas bases teóricas. É ainda descrita a forma como se obtêm os diversos grupos de países.

É discutida a atualização dos pesos do comércio externo e o recurso à matriz de pesos calculada pelo BCE, é calculada uma nova matriz para o grupo PALOP e Timor-Leste, é analisada a utilização de deflatores para a construção de índices reais e é examinada a componente cambial de todas as divisas. Finalmente são analisados os diversos índices bilaterais, bem como os índices para todos os grupos de países considerados, comparando com os ICH calculados pelo BCE.

No geral, a competitividade em Portugal pode ser decomposta em cinco grandes momentos, sendo que desde a concretização da terceira fase da UEM, Portugal perde competitividade, sobretudo nos índices deflacionados por custos de trabalho na indústria de manufaturas, mas notam-se ganhos competitivos desde a adoção do PEC, em especial nos custos de trabalho da economia como um todo, numa economia que, mais tarde, se tornou alvo de um programa de ajustamento liderado pelo FMI, pelo BCE e pela Comissão Europeia. Contudo, em termos bilaterais, é notória uma significativa heterogeneidade, consoante a localização geográfica dos parceiros comerciais.

Palavras-chave: competitividade, comércio de manufaturas, pesos do comércio externo, índice cambial efetivo, índice nominal, índice real, deflatores

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO	v
ÍNDICE	vi
ÍNDICE DE QUADROS.....	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS	xiv
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	xix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DE ÍNDICES CAMBIAIS EFETIVOS PARA PORTUGAL.....	5
Comércio externo	5
Cálculo do índice nominal.....	7
Método de ponderação	7
Atualização dos pesos do comércio externo	11
Parceiros comerciais.....	12
Top	14
Área Euro	14
Desenvolvidos	15
Emergentes	15
PALOP e Timor-Leste	16
Reservas	17
Cálculo do índice real e seus deflatores	18

Escolha de deflatores.....	19
Período base e frequência.....	21
Ajustamentos no índice devido a alargamentos da Área Euro.....	22
Notas e aspetos gerais sobre as fontes utilizadas	23
CAPÍTULO II – A EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE EM PORTUGAL.....	27
Índices bilaterais.....	27
Alemanha	28
Espanha	28
França	29
Itália.....	30
Reino Unido	30
EUA.....	31
China	31
Japão.....	32
Angola	32
Moçambique.....	32
Cabo Verde.....	33
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo IPC.....	33
Top	34
Área Euro	35
Desenvolvidos	36
Emergentes	38
PALOP e Timor-Leste	39
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflator do IPP	40

Área Euro	40
Desenvolvidos	41
Emergentes	41
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflador do PIB	42
Top	42
Área Euro	43
Desenvolvidos	43
Emergentes	44
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflador dos CTUPm.....	44
Área Euro	45
Desenvolvidos	45
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflador dos CTUPE	46
Top	46
Área Euro	46
Desenvolvidos	47
CONCLUSÃO	48
BIBIOGRAFIA	51
ANEXO A – MATRIZ DE PESOS	53
ANEXO B – FONTES DOS DADOS	61
ANEXO C – COMPETITIVIDADE FACE AOS GRUPOS DE PAÍSES	65
ANEXO D – COMPETITIVIDADE BILATERAL	67
ANEXO E – ÍNDICES CAMBIAIS EFETIVOS PARA PORTUGAL	72
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo IPC.....	73
Top	79

Área Euro	79
Desenvolvidos	80
Emergentes	80
PALOP e Timor-Leste	81
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo IPP	82
Top	86
Área Euro	86
Desenvolvidos	86
Emergentes	87
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo DPIB	88
Top	92
Área Euro	92
Desenvolvidos	93
Emergentes	93
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflador dos CTUPm.....	94
Top	97
Área Euro	97
Desenvolvidos	97
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflador dos CTUPE	98
Top	101
Área Euro	101
Desenvolvidos	101
ANEXO F – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE AOS PAÍSES DA ÁREA EURO	102

Alemanha	119
Áustria	119
Bélgica.....	120
Espanha	121
Finlândia.....	122
França	122
Holanda	123
Irlanda.....	124
Itália.....	125
Luxemburgo	125
Eslováquia	126
Eslovénia	127
Estónia.....	127
Grécia	128
Malta e Chipre	129
ANEXO G – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE AOS PAÍSES DESENVOLVIDOS	131
Austrália	145
Canadá.....	146
Coreia do Sul.....	146
Dinamarca	147
Estados Unidos da América	148
Hong Kong	149
Japão.....	149

Noruega	150
Reino Unido	150
República Checa.....	151
Singapura.....	152
Suécia	152
Suíça	153
ANEXO H – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE AOS PAÍSES EMERGENTES	154
África do Sul	164
Brasil	164
China	165
Hungria.....	165
Índia.....	166
Polónia.....	166
Roménia	167
Rússia	168
Turquia	168
ANEXO I – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE AOS PALOP E TIMOR-LESTE	170
Angola	174
Cabo Verde.....	174
Guiné-Bissau	174
Moçambique.....	174
São Tomé e Príncipe	175
Timor-Leste	175
ANEXO J – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE A OUTROS PAÍSES	176

Argélia.....	188
Argentina.....	188
Bulgária.....	188
Chile.....	189
Croácia.....	189
Filipinas.....	190
Indonésia.....	190
Islândia.....	190
Israel.....	191
Letónia.....	191
Lituânia.....	192
Malásia.....	192
Marrocos.....	193
México.....	193
Nova Zelândia.....	193
Tailândia.....	194
Taiwan.....	194
Venezuela.....	195

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz de pesos do comércio externo (percentagens)	55
Quadro 2 – Lista de países agrupada por grupos	56
Quadro 3 – Matriz de pesos ajustada - Área Euro.....	57
Quadro 4 – Matriz de pesos ajustada - Desenvolvidos	57
Quadro 5 – Matriz de pesos ajustada - Top.....	57
Quadro 6 – Matriz de pesos ajustada - Emergentes	58
Quadro 7 – Pesos do comércio externo bilateral face ao total – PALOP e Timor-Leste.....	58
Quadro 8 – Matriz de pesos ajustada – PALOP e Timor-Leste	58
Quadro 9 – Total do comércio internacional de bens português (10^3 Euros)	59
Quadro 10 – Comércio bilateral de bens português – Angola (10^3 Euros).....	59
Quadro 11 – Comércio bilateral de bens português – Cabo Verde (10^3 Euros).....	59
Quadro 12 – Comércio bilateral de bens português – Guiné-Bissau (10^3 Euros).....	59
Quadro 13 – Comércio bilateral de bens português – Moçambique (10^3 Euros).....	60
Quadro 14 – Comércio bilateral de bens português – São Tomé e Príncipe (10^3 Euros)	60
Quadro 15 – Comércio bilateral de bens português – Timor-Leste (10^3 Euros).....	60
Quadro 16 – Fontes dos dados	62
Quadro 17 – Início das séries	63
Quadro 18 – Competitividade desde janeiro (1º trimestre) de 1990	66
Quadro 19 – Variação percentual desde a criação da moeda única	66
Quadro 20 – Variação percentual desde o início do PEC e do PAEF.....	66
Quadro 21– Competitividade bilateral desde janeiro de 1990	68
Quadro 22 – Variação percentual desde a criação da moeda única	69
Quadro 23 – Variação percentual desde o início do PEC e do PAEF.....	70

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 - ICE real, ajustado pelo IPC - Área Euro.....	35
Gráfico 2 - ICE real, ajustado pelo IPC - Desenvolvidos	37
Gráfico 3 - ICE real, ajustado pelo IPC - Emergentes	38
Gráfico 4 - ICE real, ajustado pelo IPC - PALOP e Timor-Leste.....	39
Gráfico 5 - ICE nominal.....	73
Gráfico 6 – ICE real, ponderado pelo IPC	74
Gráfico 7 - ICE real, ajustado pelo IPC - Área Euro.....	75
Gráfico 8 - ICE real, ajustado pelo IPC - Desenvolvidos	76
Gráfico 9 - ICE real, ajustado pelo IPC - Emergentes	77
Gráfico 10 - ICE real, ajustado pelo IPC - PALOP e Timor-Leste.....	78
Gráfico 11 - ICE real, ajustado pelo IPP	82
Gráfico 12 - ICE real, ajustado pelo IPP - Área Euro	83
Gráfico 13 - ICE real, ajustado pelo IPP - Desenvolvidos.....	84
Gráfico 14 - ICE real, ajustado pelo IPP - Emergentes.....	85
Gráfico 15 - ICE real, ajustado pelo DPIB.....	88
Gráfico 16 - ICE real, ajustado pelo DPIB - Área Euro.....	89
Gráfico 17 - ICE real, ajustado pelo DPIB - Desenvolvidos	90
Gráfico 18 - ICE real, ajustado pelo DPIB - Emergentes	91
Gráfico 19 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPm	94
Gráfico 20 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPm - Área Euro	95
Gráfico 21 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPm - Desenvolvidos	96
Gráfico 22 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPE.....	98
Gráfico 23 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPE - Área Euro	99
Gráfico 24 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPm - Desenvolvidos	100
Gráfico 25 – Competitividade face à Alemanha, ajustado pelo IPC e pelo IPP	103
Gráfico 26 – Competitividade face à Alemanha, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	103
Gráfico 27 – Competitividade face à Áustria, ajustado pelo IPC e pelo IPP.....	104
Gráfico 28 – Competitividade face à Áustria, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	104

Gráfico 29 – Competitividade face à Bélgica, ajustado pelo IPC e pelo IPP	105
Gráfico 30 – Competitividade face à Bélgica, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	105
Gráfico 31 – Competitividade face à Espanha, ajustado pelo IPC e pelo IPP	106
Gráfico 32 – Competitividade face à Espanha, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	106
Gráfico 33 – Competitividade face à Finlândia, ajustado pelo IPC e pelo IPP.....	107
Gráfico 34 – Competitividade face à Finlândia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	107
Gráfico 35 – Competitividade face à França, ajustado pelo IPC e pelo IPP	108
Gráfico 36 – Competitividade face à França, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	108
Gráfico 37 – Competitividade face à Holanda, ajustado pelo IPC e pelo IPP	109
Gráfico 38– Competitividade face à Holanda, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	109
Gráfico 39 – Competitividade face à Irlanda, ajustado pelo IPC e pelo IPP	110
Gráfico 40 – Competitividade face à Irlanda, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	110
Gráfico 41 – Competitividade face à Itália, ajustado pelo IPC e pelo IPP	111
Gráfico 42 – Competitividade face à Itália, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	111
Gráfico 43 – Competitividade face ao Luxemburgo, ajustado pelo IPC e pelo IPP	112
Gráfico 44 – Competitividade face ao Luxemburgo, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	112
Gráfico 45 – Competitividade face ao Chipre, ajustado pelo IPC e pelo IPP	113
Gráfico 46 – Competitividade face ao Chipre, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	113
Gráfico 47 – Competitividade face à Eslováquia, ajustado pelo IPC e pelo IPP	114
Gráfico 48– Competitividade face à Eslováquia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	114
Gráfico 49 – Competitividade face à Eslovénia, ajustado pelo IPC e pelo IPP	115
Gráfico 50 – Competitividade face à Eslovénia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	115
Gráfico 51 – Competitividade face à Estónia, ajustado pelo IPC e pelo IPP.....	116
Gráfico 52 – Competitividade face à Estónia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	116
Gráfico 53 – Competitividade face à Grécia, ajustado pelo IPC e pelo IPP	117
Gráfico 54 – Competitividade face à Grécia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	117
Gráfico 55 – Competitividade face a Malta, ajustado pelo IPC e pelo IPP	118
Gráfico 56 – Competitividade face a Malta, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	118

Gráfico 57 – Competitividade face à Austrália, ajustado pelo IPC e pelo IPP	132
Gráfico 58 – Competitividade face à Austrália, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	132
Gráfico 59 – Competitividade face ao Canadá, ajustado pelo IPC e pelo IPP.....	133
Gráfico 60 – Competitividade face ao Canadá, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	133
Gráfico 61 – Competitividade face à Coreia do Sul, ajustado pelo IPC e pelo IPP.....	134
Gráfico 62 – Competitividade face à Coreia do Sul, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	134
Gráfico 63 – Competitividade face à Dinamarca, ajustado pelo IPC e pelo IPP	135
Gráfico 64 – Competitividade face à Dinamarca, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE ...	135
Gráfico 65 – Competitividade face aos Estados Unidos, ajustado pelo IPC e pelo IPP	136
Gráfico 66 – Competitividade face aos Estados Unidos, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	136
Gráfico 67 – Competitividade face a Hong Kong, ajustado pelo IPC e pelo IPP	137
Gráfico 68 – Competitividade face a Hong Kong, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE ..	137
Gráfico 69 – Competitividade face ao Japão, ajustado pelo IPC e pelo IPP.....	138
Gráfico 70 – Competitividade face ao Japão, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	138
Gráfico 71 – Competitividade face à Noruega, ajustado pelo IPC e pelo IPP.....	139
Gráfico 72 – Competitividade face à Noruega, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	139
Gráfico 73 – Competitividade face ao Reino Unido, ajustado pelo IPC e pelo IPP	140
Gráfico 74 – Competitividade face ao Reino Unido, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	140
Gráfico 75 – Competitividade face à República Checa, ajustado pelo IPC e pelo IPP	141
Gráfico 76 – Competitividade face à República Checa, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	141
Gráfico 77 – Competitividade face a Singapura, ajustado pelo IPC e pelo IPP	142
Gráfico 78 – Competitividade face a Singapura, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	142
Gráfico 79 – Competitividade face à Suécia, ajustado pelo IPC e pelo IPP	143
Gráfico 80 – Competitividade face à Suécia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	143
Gráfico 81 – Competitividade face à Suíça, ajustado pelo IPC e pelo IPP	144
Gráfico 82 – Competitividade face à Suíça, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	144

Gráfico 83 – Competitividade face à África do Sul, ajustado pelo IPC.....	155
Gráfico 84 – Competitividade face à África do Sul, ajustado por DPIB	155
Gráfico 85 – Competitividade face ao Brasil, ajustado pelo IPC.....	156
Gráfico 86 – Competitividade face ao Brasil, ajustado por DPIB	156
Gráfico 87 – Competitividade face à China, ajustado pelo IPC e pelo IPP	157
Gráfico 88 – Competitividade face à China, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE	157
Gráfico 89 – Competitividade face à Hungria, ajustado pelo IPC e pelo IPP.....	158
Gráfico 90 – Competitividade face à Hungria, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	158
Gráfico 91 – Competitividade face à Índia, ajustado pelo IPC	159
Gráfico 92 – Competitividade face à Índia, ajustado por DPIB.....	159
Gráfico 93 – Competitividade face à Polónia, ajustado pelo IPC e pelo IPP	160
Gráfico 94 – Competitividade face à Polónia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	160
Gráfico 95 – Competitividade face à Roménia, ajustado pelo IPC e pelo IPP	161
Gráfico 96 – Competitividade face à Roménia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	161
Gráfico 97 – Competitividade face à Rússia, ajustado pelo IPC	162
Gráfico 98 – Competitividade face à Rússia, ajustado por DPIB	162
Gráfico 99 – Competitividade face à Turquia, ajustado pelo IPC e pelo IPP	163
Gráfico 100 – Competitividade face à Turquia, ajustado por DPIB	163
Gráfico 101 – Competitividade face a Angola, ajustado pelo IPC	171
Gráfico 102 – Competitividade face a Cabo Verde, ajustado pelo IPC.....	171
Gráfico 103 – Competitividade face à Guiné-Bissau, ajustado pelo IPC	172
Gráfico 104 – Competitividade face a Moçambique, ajustado pelo IPC	172
Gráfico 105 – Competitividade face a São Tomé e Príncipe, ajustado pelo IPC.....	173
Gráfico 106 – Competitividade face a Timor-Leste, ajustado pelo IPC	173
Gráfico 107 – Competitividade face à Croácia, ajustado pelo IPC.....	177
Gráfico 108 – Competitividade face à Croácia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	177
Gráfico 109 – Competitividade face à Letónia, ajustado pelo IPC	178
Gráfico 110 – Competitividade face à Letónia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	178
Gráfico 111 – Competitividade face à Lituânia, ajustado pelo IPC.....	179

Gráfico 112 – Competitividade face à Lituânia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE.....	179
Gráfico 113 – Competitividade face à Argentina, ajustado pelo IPC	180
Gráfico 114 – Competitividade face à Argentina, ajustado por DPIB	180
Gráfico 115 – Competitividade face à Argélia, ajustado pelo IPC	181
Gráfico 116 – Competitividade face à Bulgária, ajustado pelo IPC	181
Gráfico 117 – Competitividade face ao Chile, ajustado pelo IPC	182
Gráfico 118 – Competitividade face às Filipinas, ajustado pelo IPC.....	182
Gráfico 119 – Competitividade face à Indonésia, ajustado pelo IPC.....	183
Gráfico 120 – Competitividade face à Islândia, ajustado pelo IPC	183
Gráfico 121 – Competitividade face a Israel, ajustado pelo IPC	184
Gráfico 122 – Competitividade face à Malásia, ajustado pelo IPC	184
Gráfico 123 – Competitividade face a Marrocos, ajustado pelo IPC.....	185
Gráfico 124 – Competitividade face ao México, ajustado pelo IPC	185
Gráfico 125 – Competitividade face à Nova Zelândia, ajustado pelo IPC	186
Gráfico 126 – Competitividade face à Tailândia, ajustado pelo IPC	186
Gráfico 127 – Competitividade face a Taiwan, ajustado pelo IPC	187
Gráfico 128 – Competitividade face à Venezuela, ajustado pelo IPC	187

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AE	Área do Euro
BCE	Banco Central Europeu
BCNs	Bancos Centrais Nacionais
BIS	<i>Bank for the International Settlements</i> (em português: Banco de Pagamentos Internacional)
BP	Banco de Portugal
BRICS	Acrónimo que designa um grupo de países composto por: Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul
CFA-BCEAO	Acrónimo que designa <i>Communauté Financière d'Afrique – Banque Centrale des États de l'Afrique de l'Ouest</i>
CTUPE	Custos de Trabalho Unitários para o total da Economia
CTUPm	Custos de Trabalho Unitários para a área das manufaturas
DPIB	Deflator do PIB
EER	Effective Exchange Rates
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRED	<i>Federal Reserve Bank of St. Louis</i>
G-B	Guiné-Bissau
ICE	Índice Cambial Efetivo
ICH	Índice de Competitividade Harmonizada
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPP	Índice de Preços no Produtor
ISO	Acrónimo que designa <i>International Standardization Organization</i> . São utilizadas as seguintes siglas:
ANG	Kwanza de Angola

Um novo ICE para Portugal

BRL	Real do Brasil
CHF	Franco suíço
CNY	Yuan Renmimbi
CVE	Escudo de Cabo-Verde
DEM	Marco alemão
ESP	Peseta espanhola
FRF	Franco francês
GBP	Libra Esterlina
HUF	Forint húngaro
ITL	Lira italiana
JPY	Iene japonês
MZN	Metical de Moçambique
NLG	Florim holandês
PLZ	Zloti polaco
PTE	Escudo português
RON	Leu da Roménia
SEK	Coroa sueca
STP	Dobra de São Tomé e Príncipe
TRY	Lira turca
USD	Dólar dos Estados Unidos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
MIST	Acrónimo que designa um grupo de países composto por: México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia (também designado TIMS)
NC	Nomenclatura Combinada
PIB	Produto Interno Bruto
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PALOP	Acrónimo que designa os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
REER	<i>Real Effective Exchange Rate</i>

SDW	<i>Statistical Data Warehouse</i>
SME	Sistema Monetário Europeu
SITC	<i>Standard International Trade Classification</i> (em português: CTCI – Classificação Tipo para o Comércio Internacional)
T-L	Timor-Leste
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
UM	União Monetária
UN	Nações Unidas
USD	Código ISO 4217 para Dólar dos Estados Unidos
WIFO	Instituto Austríaco de Estudos Económicos

INTRODUÇÃO

Como país fundador do Euro, Portugal cedeu a política cambial ao Ecofin e ao BCE. Dessa forma, um mecanismo de competitividade externa deixa de estar disponível o que, no contexto de dificuldades devido a choques assimétricos no seio da UE, e no âmbito do PAEF em vigor, reforça a importância de uma política de exportações forte da economia portuguesa, uma vez que, atualmente, a única via, do lado da procura, para melhorar a situação económica é incrementar as vendas para o estrangeiro.

A variação do índice cambial apropriadamente deflacionado é um indicador da evolução da competitividade externa de uma economia em sentido restrito, uma vez que apenas é avaliado em termos de preços e de custos, ignorando fatores de natureza qualitativa relevantes para a competitividade externa global de uma economia, como a capacidade inovativa, a qualidade do produto, a capacidade das empresas para se ajustar rapidamente às necessidades dos clientes ou a persistência da rigidez do mercado de trabalho (Gouveia e Coimbra, 2004, pp: 67). Não existem, contudo, indicadores económicos tão controversos como os que medem a competitividade internacional. A ligação entre a competitividade e a performance económica é ambígua, uma vez que a evolução da posição internacional em termos de preços e de custos pode ser causa ou efeito da performance económica do país: se os preços são muito altos, a capacidade para competir internacionalmente é comprometida; contudo, uma performance económica de sucesso, através da inovação, flexibilidade, maior qualidade dos seus produtos, entre outros fatores, pode levar a uma apreciação cambial, o que faz aumentar os preços e custos relativos. Desta forma, o indicador parece indicar uma quebra competitiva, mas essa deterioração pode ser sintoma de sucesso, não de um fracasso (Turner e Dack, 1993: 9).

Um outro problema deriva das diversas formas estatísticas para medir a competitividade, uma vez que não existe uma medida ideal. As discrepâncias entre os diferentes indicadores colocam a questão de qual mais adequadamente descreve os desenvolvimentos em termos de competitividade de preço (Turner e Dack, 1993: 9). Por não ser fácil dar uma resposta inequívoca, é normalmente preferível um indicador com um

conjunto mais amplo de países, contudo é mais prudente utilizar mais do que um indicador para ser possível analisar com maior robustez a competitividade da economia nacional.

Propus-me criar índices de competitividade para Portugal, utilizando uma série de deflatores, com base na metodologia seguida pelo BCE, por sua vez inspirada no BIS. Porque o BCE já calcula os índices cambiais harmonizados para cada país da AE, seguindo a mesma metodologia para os ICE, mas considerando as trocas comerciais entre a totalidade de países que o BCE utiliza no seu cálculo¹, procurei seguir uma metodologia semelhante à utilizada por diversos bancos centrais, com a criação de quatro grupos de países distintos, de acordo com a sua importância no contexto do comércio externo português, a que juntei o grupo dos PALOP. É incluída a análise dos índices bilaterais para cada uma das economias para as quais se disponibilizam deflatores.

O BCE publica indicadores de competitividade harmonizados para cada país da AE, conceptualmente equivalentes às taxas de câmbio efetivas reais de uma moeda, com a mesma metodologia e fonte de dados. São calculados índices deflacionados pelo IPC para o grupo EER-40 e pelo DPIB e CTUPE para o grupo EER-21². Adicionalmente, outros bancos centrais optam por publicar os seus ICE, diferindo da metodologia do BCE basicamente na escolha de países que compõem os índices e na escolha de deflatores: o *Deutsche Bundesbank* publica indicadores de competitividade da economia alemã com base em deflatores de vendas totais, para três grupos de países e no deflator do IPC, igualmente para três grupos de países; o *Banque de France* calcula a competitividade da economia francesa através do índice ponderado pelo IPC para cinco grupos de países e bilateralmente com os Estados Unidos, o Reino Unido e o Japão e, adicionalmente, calcula para os países da OCDE recorrendo aos deflatores do IPC, dos CTUPm e dos CTUPE; o *Banco de España*³ calcula igualmente índices de competitividade, utilizando vários deflatores para cinco grupos de países, de diversas fontes (maioritariamente o Eurostat, mas também o FMI, a OCDE e o BIS), publicando uma

¹ Isto é, para cada país é considerado o comércio externo para países da AE, tal como para os restantes países. No cálculo do ICE para a AE, é o comércio externo da AE como um todo.

² Uma explicação mais detalhada do significado do EER-21 e EER-40 será dada nas notas de rodapé nº 20 e nº 21.

³ Em Espanha, o *Ministerio de Economía y Competitividad* calcula e publica ICE da sua responsabilidade, que diferem do que é calculado pelo Banco de España.

análise da competitividade no seu boletim anual; o *Oesterreichische Nationalbank* calcula, em parceria com a WIFO, a fonte dos seus dados, o indicador para um grupo maior de países do que o calculado pelo BCE, sendo composto por quatro sub-índices, onde se incluem não só os produtos manufaturados, mas também as viagens, o turismo e os materiais em bruto, além de se basearem nos dados da *UN Commodity Trade Statistics Database*. Fora do âmbito da União Monetária, destaco o *Bank of England*, que calcula índices sobre bens manufaturados e serviços para dois grupos de países (incluem ambos a AE como uma entidade única), com pesos anuais atualizados todos os anos e deflacionado pelo IPC. O *Federal Reserve Board* calcula índices para três grupos de países, para todos os bens deflacionados pelo IPC, com pesos anuais igualmente de atualização anual.

A estrutura desta dissertação é a seguinte:

No primeiro capítulo é descrita a metodologia utilizada para o cálculo de índices cambiais, com base no descrito por Buldorini et al. (2002) e Schmitz et al. (2012) que, de uma maneira geral, segue a metodologia do BIS.

No segundo capítulo são analisadas as evoluções de cada índice desde a fundação da moeda única e, para melhor situar o efeito prático em termos de competitividade da atuação durante a crise, através do PEC e do PAEF, a evolução desde março de 2010 dos mesmos índices, de forma quantitativa. Em primeiro lugar será descrita a evolução quantitativa dos índices bilaterais para, de seguida, realizar a mesma crítica quantitativa relativa aos novos índices cambiais.

Olhando para os resultados das diferentes medidas de competitividade, devem observar-se grandes cautelas, evitando conclusões fortes sobre cada medida, contudo alguns eventos são realçados em todos os grupos de países e na generalidade dos indicadores bilaterais. De uma maneira geral, a economia nacional perdeu competitividade até à concretização da terceira fase da UEM e perdeu mais ligeiramente desde então. No entanto, após o XI PEC, tem-se observado um ganho de competitividade em todas as medidas e para a maioria dos países.

CAPÍTULO I - METODOLOGIA PARA O CÁLCULO DE ÍNDICES CAMBIAIS EFETIVOS PARA PORTUGAL

A existência de índices cambiais calculados por diversos organismos e instituições, com recurso a variadas fontes, aumenta as discrepâncias entre os indicadores. Com esta preocupação, tomei como base a metodologia seguida pelo BCE, recorrendo a informação disponibilizada por esta instituição sempre que possível.

Comércio externo

Pode considerar-se, de uma maneira geral, três tipos de fluxos do comércio: produtos manufaturados, mercadorias e serviços. Os índices cambiais, tal como os índices cambiais efetivos do Euro, são baseados nos pesos do comércio internacional de produtos manufaturados, definidos nas secções 5 a 8 do SITC⁴ (Schmitz et al., 2012: 9). Este tipo de comércio⁵ é responsável por 69,97% do total das exportações de bens de Portugal e 59,51% das importações de bens em 2012⁶. Nos últimos anos tem decrescido a importância deste tipo de comércio. Com efeito, desde 2005 tem-se assistido a uma perda de importância do comércio internacional de manufaturas em Portugal⁷. A queda é sentida em magnitude semelhante nas exportações e nas importações. Em termos de trocas comerciais de bens com o exterior, o comércio de manufaturas representava, em 2005, 79,30% das exportações e 63,63% das importações portuguesas. Ainda assim, o indicador medido por este tipo de comércio é geralmente considerado mais sensível à evolução da competitividade (Schmitz et al., 2012: 9).

4 Estão incluídos os químicos e materiais associados, bens manufaturados, maquinaria e equipamento de transporte, e diversos artigos manufaturados.

5 Os dados do comércio internacional de bens são da responsabilidade do INE; os dados do comércio internacional de serviços são recolhidos pelo BP.

6 Em 2009, o comércio de produtos manufaturados representou 61% do total das exportações e 49% das importações da AE.

7 Será analisada no anexo A, com maior detalhe, a forma como foram obtidos estes pesos.

Em Portugal, desde 1996, as importações foram sempre superiores às exportações, com exceção do ano passado e deste ano. Estas representavam 55,67% do comércio externo português em 1996, quando o peso máximo das exportações foi sentido em 2000 (58,05%); este ano, até agosto, o peso das importações confirmou a inversão observada em 2012, registando 50,88% do comércio internacional em Portugal. Desde 2008 que o peso das importações tem descido face às exportações: de 56,28% em 2008 para 49,96% em 2012. No entanto, analisando somente o comércio de bens, as importações ainda detinham a maior fatia, em 2012: 51,35% (em 2005, as importações representavam 59,16% do comércio de bens).

Em termos de bens e serviços, nota-se que, se em termos de importações, não se tem observado grandes diferenças ao longo do período (no ano de 2012, as importações foram 83,87% de bens e 16,13% de serviços, face a 84,32% de bens e 15,68% de serviços em 1996), já quanto às exportações, o peso dos serviços tem aumentado desde 1996, quando era 23,93%, para 29,55% no final de 2012. As exportações de serviços foram aumentando de peso até 2009, quando registaram um máximo de 33,76% das exportações nacionais, caindo desde então. Até agosto deste ano, o peso das exportações de bens foi de 72,45%, face aos 27,55% dos serviços.

O BCE⁸ disponibiliza um esquema de pesos do comércio externo que não inclui os padrões do comércio dos produtos agrícolas, das matérias-primas, dos produtos energéticos e dos serviços⁹. As mercadorias não estão incluídas, porque são consideradas produtos homogéneos, cujos preços são determinados em mercados globais sem que sejam influenciados pela competitividade dos países. Uma vez que podem ser fortemente regulados ou subsidiados, os produtos agrícolas ou de extração podem distorcer fortemente a análise. Os bens energéticos são alvo de grande volatilidade, logo não são incluídos.

⁸ É a fonte para o comércio bilateral em bens manufaturados, estando disponível a este propósito no SDW um esquema de pesos já calculado, para todos os países da AE, em relação a um grupo alargado de países.

⁹ Schmitz, Martin (2012) criou um indicador experimental baseado no comércio de serviços.

Cálculo do índice nominal

O índice cambial efetivo nominal de um país é geralmente obtido pela média geométrica das taxas de câmbio nominais de acordo com a fórmula seguinte:

$$ICE_{nominal}^t = \prod_{i=1}^N (e_{i,euro}^t)^{P_i} \quad (1)$$

em que N representa o número de competidores no grupo de parceiros de referência, $e_{i,euro}^t$ é o índice da taxa de câmbio média da divisa do país i face ao Euro no período t (expresso em termos de divisa estrangeira por Euro) e P_i é o peso do comércio atribuído à divisa do país i no grupo de parceiros de referência (Gouveia e Coimbra, 2004: 68).

É prática comum utilizar médias geométricas em vez de aritméticas para o cálculo de índices cambiais efetivos, devido a uma característica conveniente: o logaritmo do índice é igual à média aritmética dos logaritmos das taxas bilaterais subjacentes. Ou seja, a variação percentual entre dois períodos de um índice cambial efetivo obtido pelas médias geométricas é independente do seu período base. Se fosse aplicada uma média aritmética, seria afetada por todos os movimentos desde o período base. Finalmente, em índices cambiais efetivos que sejam obtidos pela média geométrica, o efeito das apreciações e depreciações das divisas têm o mesmo efeito (com sinais contrários) no índice (Schmitz et al., 2012: 10).

Método de ponderação

O objetivo é conseguir uma aproximação ao peso efetivo que cada divisa tem nas relações comerciais externas do país para o qual se calcula o índice (Gouveia e Coimbra, 2004: 68).

O método mais frequentemente utilizado segue a metodologia do BIS, que combina o cálculo de ponderadores bilaterais para as importações com o cálculo de ponderadores duplos para as exportações descrito em Turner, Phillip e Van't Dack, Josef (1993) (Schmitz et al., 2012: 11).

Os ponderadores bilaterais das importações refletem o peso do parceiro i nas importações do país j , ou seja, trata-se da quota de cada país no total das importações e é dado por¹⁰:

$$P_i^m = \frac{m_i^a}{\sum_{i=1}^N m_i^a}, i = 1, 2, \dots, N \quad (2)$$

em que m_i^a refere-se ao fluxo de importações para Portugal do parceiro i . Assim, é capturada a importância relativa de cada parceiro no total das importações portuguesas, o que implica que, quanto maior é a quota do país i , maior é o peso da sua taxa cambial no grupo de divisas incluídas no cálculo do índice cambial (Schmitz et al., 2012: 11).

Para capturar o efeito competitivo enfrentado pelos exportadores nacionais pelos produtores domésticos nas economias dos parceiros comerciais, a oferta doméstica de bens manufaturados é incluída no cálculo dos ponderadores das exportações, onde também são consideradas as exportações bilaterais do parceiro comercial para com os diferentes mercados. Assim, os ponderadores atribuídos às exportações são ponderadores duplos que levam em conta, em cada mercado, a concorrência do produtor nacional e de outros exportadores¹¹ (Schmitz et al., 2012: 11).

Schmitz et al. (2012) notam que é feita uma distinção entre os parceiros comerciais e o resto do mundo. É assumido que a AE e os parceiros comerciais são os únicos fornecedores de bens manufaturados nos países do resto do mundo. Desta forma, os cálculos não incluem exportações dos países do resto do mundo para os parceiros comerciais nem o efeito da produção doméstica desses países.

A quota de cada mercado no total das exportações nacionais é dada por:

$$x_j = \frac{x_j^a}{\sum_{j=1}^H x_j^a}, j = 1, 2, \dots, H \quad (3)$$

em que H representa o grupo de parceiros comerciais e o resto do mundo e x_j^a reflete os fluxos brutos de exportação no período de referência de Portugal para o mercado j (Schmitz et

¹⁰ No original: $W_i^m = \frac{m_i^a}{\sum_{i=1}^N m_i^a}, i = 1, 2, \dots, N$

¹¹ Para uma descrição detalhada do método de dupla ponderação ver Turner, Philip e Van't dack, Josef (1993). O FMI criou uma ponderação tripla, cuja complexidade e limitados ganhos levaram ao abandono do método (Zanello, Alessandro e Desruelle, Dominique (1997), pp. 11-12).

al., 2012: 11). O ajustamento subsequente para capturar os efeitos de mercado terciários é ancorado no peso duplo das exportações de cada parceiro¹²:

$$P_i^x = \sum_{j=1}^N (S_{i,j} x_j), i = 1, 2, \dots, N \quad (4)$$

A quota da produção do parceiro i no mercado j é obtida por:

$$S_{i,j} = \frac{S_{i,j}^a}{\sum_{i=1}^N S_{i,j}^a} \quad (5)$$

onde $S_{i,j}^a$ (para $i \neq j, i = 1, 2, \dots, N$ e $j = 1, 2, \dots, H$) representa os fluxos brutos de exportação do parceiro i para o mercado j e $S_{i,i}^a$ (para $i = 1, 2, \dots, N$) indica a produção industrial do país i que é vendida no mercado doméstico e serve como uma *proxy* para o valor bruto da produção nacional no mercado doméstico. Para cada país, é obtido adicionando as importações de bens manufaturados ao valor acrescentado do setor das manufaturas e subtraindo as exportações desse tipo de bens. As importações de bens manufaturados são usadas como um substituto para os *inputs* domésticos não-manufaturados e importados. De acordo com Turner e Van't Dak (1993), este método pode ser utilizado para obter uma estimativa do valor bruto dos bens manufaturados produzidos e vendidos no mercado interno, que é comparável com dados do comércio internacional, que também são expressos em condições semelhantes (valor bruto) (Schmitz et al., 2012: 11).

Em alternativa, podem decompor-se os pesos duplos para as exportações para capturar a competição direta dos exportadores e os efeitos de mercado terciários¹³:

$$P_i^x = \left(\frac{x_i^a}{\sum_{j=1}^H x_j^a} \right) \left(\frac{S_{i,i}^a}{S_{i,i}^a + \sum_{j=1, j \neq i}^N (S_{j,i}^a)} \right) + \sum_{k=1, k \neq i}^{H-1} \left(\frac{x_k^a}{\sum_{j=1}^H x_j^a} \right) \left(\frac{S_{i,k}^a}{S_{k,k}^a + \sum_{i=1, i \neq k}^N (S_{i,k}^a)} \right), i = 1, 2, \dots, N \quad (6)$$

Em que x_i^a se refere às exportações nacionais para o mercado i e o total das exportações para todos os mercados é $\sum_{j=1}^H x_j^a$. A produção doméstica do país i é $S_{i,i}^a$ enquanto $\sum_{j=1, j \neq i}^N (S_{j,i}^a)$ representa os fluxos brutos de exportação de todos os N competidores para o mercado i (Schmitz et al., 2012: 12).

¹² No original: $W_i^x = \sum_{j=1}^N (S_{i,j} x_j), i = 1, 2, \dots, N$

¹³ No original: $W_i^x = \left(\frac{x_i^a}{\sum_{j=1}^H x_j^a} \right) \left(\frac{S_{i,i}^a}{S_{i,i}^a + \sum_{j=1, j \neq i}^N (S_{j,i}^a)} \right) + \sum_{k=1, k \neq i}^{H-1} \left(\frac{x_k^a}{\sum_{j=1}^H x_j^a} \right) \left(\frac{S_{i,k}^a}{S_{k,k}^a + \sum_{i=1, i \neq k}^N (S_{i,k}^a)} \right), i = 1, 2, \dots, N$

O primeiro termo da equação mede a competitividade enfrentada por Portugal na economia i por fabricantes nacionais. Assim, o peso é maior se i é um importante mercado de exportação para Portugal e se a quota de mercado interno de bens produzidos e vendidos na oferta interna total é grande (ou seja, o mercado i é relativamente menos aberto a produtos manufaturados estrangeiros) (Schmitz et al., 2012: 12).

O segundo termo da equação mostra o efeito terciário de mercado, ou seja, a concorrência enfrentada pelos exportadores nacionais em todos os H mercados estrangeiros (excluindo mercado interno do país i) dos exportadores da economia i : considera-se a quota de exportações portuguesas¹⁴ para cada mercado k e as exportações $S_{i,k}^a$ da economia i para o mercado k , divididas pela oferta doméstica na economia k (excluindo o resto do mundo, cuja oferta doméstica não é considerada) e as exportações de todos os N competidores do mercado k . Portanto, o peso de uma divisa é tanto maior se essa economia é um importante exportador para o mercado para o qual é importante destino para as exportações portuguesas (Schmitz et al., 2012: 12).

O peso total de cada parceiro comercial i é obtido pela combinação linear de todos os ponderadores parciais¹⁵:

$$P_i = \left(\frac{m^a}{x^a + m^a} \right) P_i^m + \left(\frac{x^a}{x^a + m^a} \right) P_i^x, i = 1, 2, \dots, N \quad (7)$$

em que os pesos da importação e exportação do parceiro i são, respetivamente, P_i^m e P_i^x e o total das importações e exportações nacionais é m^a e x^a respetivamente (Schmitz et al., 2012: 11).

O cálculo de outros grupos de países é efetuado através de um redimensionamento da escala¹⁶, método proposto por Schmitz et al. (2012):

$$P_{i(restrito)} = \frac{P_{i(amplo)}}{\sum_{i=1}^M P_{i(amplo)}} \quad (8)$$

¹⁴ A quota das exportações portuguesas é: $\frac{x_k^a}{\sum_{j=1}^H x_j^a}$

¹⁵ No original: $W_i = \left(\frac{m^a}{x^a + m^a} \right) W_i^m + \left(\frac{x^a}{x^a + m^a} \right) W_i^x, i = 1, 2, \dots, N$

¹⁶ No original: $W_{i(restrito)} = \frac{W_{i(amplo)}}{\sum_{i=1}^M W_{i(amplo)}}$

Tal implica que se pode obter os pesos de um grupo menor de parceiros comerciais M , redimensionando proporcionalmente a escala dos pesos desse grupo para um total de 100. Este método permite que se utilize toda a informação de comércio e de condições de oferta doméstica disponível num maior grupo de países, limitando o potencial de enviesamento para com o resto do mundo.

Atualização dos pesos do comércio externo

Desde 2007, o Eurosistema procede à atualização mais frequente dos pesos do comércio externo, com uma atualização a cada 3 anos, desde 2009 (em vez de 5 anos), para melhor refletir os padrões mais recentes do comércio externo (Schmitz et al., 2012: 18).

Os pesos do comércio externo utilizados para estes cálculos são variáveis no tempo, uma vez que são calculados sobre períodos não sobrepostos de três anos. Uma vantagem de utilizar estas médias de três anos, em vez de proceder a uma atualização mais frequente destes pesos, é o alisamento de flutuações de curto prazo potencialmente grandes nos fluxos de comércio. Além disso, a atualização mais frequente implica igualmente revisões adicionais de dados, que podem dificultar a análise da evolução da competitividade. Recorrendo a pesos variáveis no tempo tem a vantagem de dar uma imagem precisa de ambos os padrões de comércio atuais, assim como para períodos passados. Como observado por Klau e Fung (2006), tal garante que as taxas de câmbio efetivas refletem exatamente movimentos da taxa de câmbio de médio e longo prazo, tendo em conta a importância variável dos diferentes parceiros comerciais ao longo do tempo (Schmitz et al., 2012: 13).

A última atualização deu-se em janeiro de 2012, com uma revisão de toda a estrutura para anos anteriores e a inclusão dos pesos para o triénio 2007-2009. No cálculo dos índices cambiais são utilizados os pesos encadeados em base trianual, ou seja, são encadeados no final de cada período. A desvantagem, segundo Klau e Fung (2006), é que alterações nos pesos do comércio têm um efeito permanente sobre os índices, mesmo quando as taxas de câmbio e os pesos regressam aos níveis iniciais¹⁷. A crescente importância dos mercados emergentes no comércio global na última década é favorável a uma atualização mais

¹⁷ Uma explicação mais detalhada pode ser encontrada em Ellis (2001).

frequente dos pesos do comércio¹⁸, contudo, devido a constrangimentos relacionados com a obtenção de dados inviabiliza o cálculo dos efeitos de mercado terciários (Schmitz et al., 2012: 18). O primeiro triénio disponível é 1995-1997, pelo que se manteve a estrutura para os anos anteriores¹⁹, procedendo-se da mesma forma para o período posterior ao último triénio disponível

Para os PALOP e Timor-Leste, por não serem considerados nos grupos de parceiros da AE, procedeu-se a uma atualização dos seus pesos de forma semelhante, pois são igualmente calculados os seus pesos pela média de triénios. Contudo, devido à dificuldade em obter dados do comércio externo dos próprios países e de informação sobre o comércio interno nessas economias, a ponderação dupla para as exportações não foi efetuada, pelo que se optou pela ponderação simples para as importações e para as exportações. A fonte dos dados nacionais é o INE, que publica informação sobre importações e exportações de bens com estes países entre 2006 e 2013, pelo que os dados transformados em médias trienais são calculados, mantendo os pesos para o período anterior; da parte dos dados dos índices de preços no consumidor nos PALOP e Timor-Leste, a fonte é o BP, através dos BCNs.

Parceiros comerciais

A escolha de parceiros comerciais é baseada nos pesos do comércio externo calculados e periodicamente atualizados pelo BCE. Este cálculo abrange um grupo de 56 países, onde se incluem os países da AE. Adicionalmente são calculados índices para os PALOP e Timor-Leste.

A elaboração do grupo de países EER-21²⁰ inclui países que, do ponto de vista da AE, têm relevo nas trocas comerciais de bens e disponibilizam atempadamente estatísticas de

¹⁸ Di Mauro et al. (2008) construíram uma taxa de câmbio efetiva do Euro usando pesos trimestrais variáveis no tempo para os 24 parceiros comerciais mais importantes da AE e notaram que o impacto de atualizações mais frequentes é relativamente limitada – o desvio para a TCE oficial é de 4%.

¹⁹ A estrutura do comércio externo tornou-se menos estável, daí a necessidade de captar os desenvolvimentos mais recentes dos padrões do comércio.

²⁰ O grupo EER-21 inclui os países membros da União Europeia não pertencentes à AE (Bulgária, Croácia, República Checa, Dinamarca, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, Suécia e Reino

qualidade, em especial ao nível dos deflatores. A existência de um grupo alargado (EER-40²¹) de países permite a inclusão de índices de competitividade de outros países com importância para o comércio externo português, contudo apenas está disponível o deflator de índices de preços no consumidor. Foi necessário recorrer a outras fontes para obter outros deflatores, como o FRED, o *WorldBank*, o FMI e a OCDE.

O principal parceiro comercial português, pelo método de ponderação simples para as importações e ponderação dupla para as exportações, é a Espanha. Seguiu-se a Alemanha, a França, a Itália e a Holanda. Entre os triénios 1998-2000 e 2007-2009, destacam-se as quebras de 15,5% da França, de 16,2% da Itália, de 45,4 % do Reino Unido, de 32,4% dos EUA, de 48,5% do Japão e de 29,9% da Suécia. No sentido inverso, notam-se as subidas da China (255,8% e 351,7% entre 1995-1997 e 2007-2009), da Polónia (125% e 272,4% no triénio 2007-2009), da Turquia (86,8% e 175% entre 1995-1997 e 2007-2009) e da República Checa (113,6% e 291,7% entre 1995-1997 e 2007-2009).

Apesar da disponibilidade de dados, são retirados da análise para os grupos de países, devido ao limitado potencial e relevância para o comércio externo, os seguintes países: Bulgária, Croácia, Letónia e Lituânia. Contudo, serão objeto de análise bilateral.

São considerados 5 grupos de países que irão compor os índices cambiais efetivos que vão ser calculados para Portugal: Top, Área Euro, Desenvolvidos, Emergentes (que inclui os BRICS²²) e PALOP e Timor-Leste. Recaíram as escolhas nestes grupos porque, utilizando a matriz de pesos do comércio externo mais atual (fornecida pelo BCE²³), é possível aferir a

Unido) e a Austrália, o Canadá, a China, a Coreia do Sul, os Estados Unidos, Hong Kong, o Japão, a Noruega, Singapura e a Suíça.

²¹ O grupo EER-40 representa o grupo EER-21 e os seguintes países: África do Sul, Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Filipinas, Índia, Indonésia, Islândia, Israel, Malásia, Marrocos, México, Nova Zelândia, Rússia, Tailândia, Taiwan, Turquia e Venezuela.

²² Acrónimo proposto em 2001 por Jim O'Neill, que representa um perfil de países com elevado e rápido crescimento, sustentado em processos de modernização e aumento da competitividade das suas economias, sendo desde 2011, por ocasião da III Cúpula em Sanya, China, referido ao grupo de países composto por: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

²³ Como foi dito na nota de rodapé nº8, estão disponíveis no SDW os pesos comerciais de um grupo de 56 países com Portugal, com cinco sets de pesos disponíveis para cinco triénios, em que o mais atual refere-se à média do triénio 2007-2009.

importância de determinados países parceiros e sua crescente influência, consequência do dinamismo do fenómeno global de comércio internacional. Em relação aos países Desenvolvidos e Emergentes, a sua escolha prende-se com as necessidades específicas das economias nestes diferentes estágios de progresso, com consequências naturais para o tipo de produtos que são procurados no mercado internacional, possibilitando aos exportadores nacionais uma especialização consoante o tipo de mercado em que pretende operar.

Top

É o grupo dos principais parceiros comerciais, cujos pesos individuais para o comércio externo português são acima dos 3% do total desta matriz, em cada triénio. É inspirado na metodologia apresentada pelo *Bank of England* (Lynch e Whitaker (2004)), pois prevê que, para cada triénio, apenas os países que apresentem um peso acima dos 3% nessa matriz são incluídos no grupo, sendo o peso redimensionado em cada triénio, tal como proposto por Schmitz et al. (2012), para acomodar as saídas ou entradas de países nesse lote. Para um grupo de oito países, esta condição verificou-se em todos os triénios: Espanha, Alemanha, França, Itália, Holanda, Reino Unido, Bélgica e EUA. Nos triénios 1995-1997 e 1998-2000, o Japão foi incluído, pois representava 3,09% e 3,24% do peso, respetivamente. No último triénio a China passou a ser incluída, pois atingiu uma quota de 4,02% do peso do comércio externo para Portugal. Em conjunto, este grupo representa, no último triénio, 79,26% do comércio externo português e, em termos médios nos 5 triénios disponíveis, 79,72% desse comércio.

A Espanha representa acima de 32% do comércio dentro deste grupo e a Alemanha perto de 21%. Em conjunto com a França, estes três países representam mais de 65% do comércio externo de Portugal com este grupo²⁴, pelo que a sua influência é significativa na evolução da competitividade.

Área Euro

Trata-se do grupo de países pertencentes à AE em que, sempre que um novo país adira à zona económica, a série será ajustada na totalidade, tal como proposto por Schmitz et al.

²⁴ Dados do último triénio disponível.

(2012) e onde a componente cambial não tem relevo para a competitividade. No conjunto dos triénios representam, em média, 70,37% do comércio externo e, no último triénio, 71,65%. Os três principais parceiros comerciais, a Espanha, a Alemanha e a França representam, na AE, mais de 72% do comércio externo português. Por outro lado, os 10 parceiros menos importantes apenas representam 5,60% do comércio externo de Portugal neste grupo. A componente cambial não exerce influência neste grupo a partir da adoção do Euro e após a adesão de cada país à UEM.

Desenvolvidos

Compreende um conjunto de 13 países desenvolvidos fora da união monetária, mas que pertencem ao grupo EER-21, de um conjunto selecionado de economias pertencentes aos continentes Europeu, americano, asiático e Oceânia: Austrália, EUA, Canadá, Reino Unido, Suíça, Suécia, Noruega, Dinamarca, República Checa, Singapura, Coreia do Sul, Japão e Hong Kong. Estas economias representam, em termos médios, 21,01% do comércio de bens nacional, tendo vindo a perder importância na última década, descendo dos 24,38% em 1995-1997 para 16,13% em 2007-2009. Neste grupo, os principais parceiros são o Reino Unido e os EUA que, em conjunto, valem mais de 47% do peso deste grupo, onde apenas a Austrália tem um contributo ínfimo.

Emergentes

Países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul), a que se juntam a Polónia, a Hungria, a Roménia e a Turquia²⁵ e que representam, em termos médios, 6,10% do comércio externo português, mas que, no último triénio, registaram 9,36%, uma subida face aos 3,37% de quota que este grupo representava em 1995-1997, sobretudo devido

²⁵ A Polónia, a Hungria, a Roménia e a Turquia foram adicionadas a este grupo porque, apesar de não pertencerem ao BRICS, têm importância para o comércio externo português. Recentemente tem sido apontado uma série de novos acrónimos para os países incluídos na classificação mais lata de mercados emergentes, como os MIST (ou TIMS), isto é México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia. Para estes países que aqui se incluem fora do âmbito dos BRICS (e dos TIMS), contudo, o BCE disponibiliza um leque alargado de deflatores, o que favorece a análise bilateral e oferece robustez à crítica do grupo.

à China. No último triénio a China representou quase metade (46,58%) das trocas comerciais deste grupo com Portugal.

PALOP e Timor-Leste

Complementando uma série de protocolos de cooperação entre entidades portuguesas e entidades dos PALOP e T-L, esta tese espera contribuir para aumentar a informação disponível para análise para estes países com fortes ligações afetivas com Portugal e um reforço da compreensão entre as ligações comerciais entre os países. Trata-se de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, para os quais foi possível ponderar o índice cambial pelo índice de preços no consumidor. Para garantir a comparabilidade dos índices deste grupo, a base utilizada é janeiro de 2002 por dois motivos: para Timor-Leste só há dados a partir de abril de 2000; a divisa angolana estabiliza a partir dessa data. Para o período anterior a abril de 2000 é redimensionada a estrutura do comércio externo, onde é retirado o peso do comércio externo com Timor-Leste.

A obtenção de dados da produção industrial nos mercados domésticos destes países não é possível. Dessa forma, o valor bruto de produção nacional canalizada para o mercado doméstico não é captada, impossibilitando o cálculo dos ponderadores bilaterais com as economias dos PALOP, também devido a constrangimentos vários na obtenção de dados na fonte, o que não permite igualmente captar o efeito dos outros competidores estrangeiros nestes mercados. Por esse facto, simplificou-se a equação para:

$$P_i = \left(\frac{m^a}{x^a + m^a} \right) * P_i^m + \left(\frac{x^a}{x^a + m^a} \right) * P_i^x \quad (9)$$

em que a diferença substancial reside no P_{ij}^x , que capta somente o peso das exportações do país j no seu total.

Este grupo representou, no triénio 2007-2009, 2,80% do comércio externo nacional. O peso deste grupo aumentou para 3,21% no triénio 2010-2012. No entanto, a forma como se obtém estes pesos, detalhada no anexo A deste documento, difere forma como é obtida a matriz de pesos do BCE, por não captar o peso dos mercados domésticos, nem a concorrência dos restantes mercados externos.

Estão disponíveis dados a partir de janeiro de 1999. Para Timor-Leste, contudo, apenas desde março de 2000 existem dados sobre a inflação. A matriz de pesos, que para o período anterior a 2005 era relativa à média dos pesos no biénio 2005-2006, é ajustada para os períodos anteriores a março de 2000. Considerou-se mais prudente ter como base do índice a primeira observação de 2001, o que dificulta a comparação com os restantes indicadores, mas dá alguma qualidade ao ICE para este grupo, porque, para o período anterior, observaram-se cenários de elevada inflação em Angola, o que iria distorcer gravemente o índice, prejudicando de forma decisiva a sua análise.

O peso da economia angolana no grupo é evidente, o que condiciona o comportamento do índice: 77,71% entre 2000 e 2006, 84,21% no triénio 2007-2009 e 80,87% no último triénio. Cabo Verde é a segunda economia do grupo até ao último triénio, tendo descido progressivamente de importância (13,47% até 2006, 9,48% entre 2007 e 2009 e 8,33% no último triénio), sendo ultrapassado por Moçambique desde 2010-2012, que passou a deter 8,33% do peso deste grupo (face a 5,20% até 2006 e 3,72% no triénio anterior). A Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste representam em conjunto menos de 2,5% do peso no último triénio, tendo vindo a perder peso de forma gradual.

Reservas

É referido por Schmitz et al. (2012) que se presume a existência de apenas um tipo de bem, que se diferencia pelo país de origem e apresenta uma elasticidade de substituição constante, para cujos fundamentos teóricos se basearam em Armington (1969).

Mais ainda, são notados por Schmitz et al. (2012) alguns pressupostos quanto às premissas²⁶. Em primeiro lugar, a elasticidade de substituição entre as importações provenientes de diferentes países pode diferir, dado o elevado grau de diferenciação internacional dos produtos. Assim, o efeito de idênticos movimentos das taxas de câmbio bilaterais sobre a economia doméstica, considerando os respetivos pesos comerciais, pode variar entre parceiros. Em segundo lugar, devido a uma suposição forte, os dados agregados do comércio de produtos manufacturados são usados para cada país. Esta abordagem não leva

²⁶ Tal como apontado por Klau e Fung (2006).

em conta o facto de que as elasticidades de substituição poderem diferir em vários tipos de bens manufacturados. Somado a isso, a procura destes bens pode ter elasticidades preço e rendimento diferente. Mais especificamente, este pressuposto tem consequências adversas se o bem produzido por duas economias concorrentes difere substancialmente, como pode ser o caso quando se compara economias avançadas e emergentes.

Além disso, a especialização vertical implica que os produtos de diferentes países muitas vezes não competem entre si, mas são peças complementares da cadeia de abastecimento internacional, que, por exemplo, é relevante para os países emergentes da Ásia. Isso pode levar a ponderações do comércio enviesadas. Além disso, para os países envolvidos nas cadeias de fornecimento internacionais, isto pode implicar que as importações (bens intermediários) e exportações (bens finais) são complementares. Como a produção se torna mais especializada em todo o mundo, a elasticidade de substituição entre produtos de diferentes países pode variar ainda mais (Schmitz et al., 2012: 21).

Finalmente, em relação aos deflatores, para alguns países não é assegurado que a sua disponibilização com qualidade ocorra com a “*timeliness*”²⁷ adequada, pelo que são feitas estimações pouco sofisticadas dos dados mais recentes. A necessidade de estimação ocorre particularmente nos deflatores de custos unitários de trabalho, pelo que a análise destes indicadores deve ser prudente.

Cálculo do índice real e seus deflatores

Obtém-se o índice cambial efetivo real²⁸ deflacionando o índice cambial efetivo nominal, isto é, como a média geométrica dos pesos das taxas de câmbio nominais, que são deflacionadas por medidas relativas de preços e de custos (Schmitz et al., 2012: 22):

$$ICE_{real}^t = \prod_{i=1}^N \frac{(d_{PT}^t e_{i,euro}^t)^{P_i}}{d_i^t} \quad (10)$$

²⁷ *Timeliness* é a disponibilização de estatísticas no momento adequado.

²⁸ No original: $REER^t = \prod_{i=1}^N \left(\frac{(d_{euro}^t e_{i,euro}^t)^{W_i}}{d_i^t} \right)$

Em que N representa o número de competidores no grupo de referência, $e_{i,euro}^t$ é o índice da taxa de câmbio média da divisa do país i face ao Euro no período t (expresso em termos de divisa estrangeira por Euro), P_i é o peso do comércio atribuído à divisa do país i no grupo de parceiros de referência e d_i^t e d_{PT}^t são, respetivamente, os deflatores para o parceiro comercial e para Portugal. É, portanto, essencial a escolha do deflator apropriado.

Escolha de deflatores

Segundo Schmitz et al. (2012), a escolha dos deflatores depende de dois conceitos teóricos: num cenário de balanço interno, um rácio de preços de bens não-transacionáveis a transacionáveis seria necessário; na abordagem do balanço externo – e o conceito de "competitividade", que é predominantemente utilizado em discussões políticas - o índice de preços no produtor pode ser usado como uma medida de preços dos bens transacionáveis.

De acordo com Gouveia e Coimbra (2004), não há um deflator que, isoladamente, consiga dar uma visão inteiramente satisfatória da competitividade, mesmo quando é considerada em sentido restrito em termos de preços ou de custos, pelo que é tradicional optar pela construção de vários indicadores utilizando diversos deflatores.

O deflator mais comumente utilizado é o índice de preços no consumidor. São calculados com regularidade por um grande número de países, com uma pontualidade apreciável, estando definido de forma similar em muitos países, em particular os mais industrializados (na União Europeia, este indicador encontra-se harmonizado) (Schmitz et al., 2012: 23). Este índice é, contudo, afetado por impostos indiretos, subsídios e controlo de preços, além de que inclui no seu cabaz diversos produtos não transacionáveis e serviços, excluindo bens intermédios e bens de capital (Gouveia e Coimbra, 2004: 70). Em casos em que há diferenças significativas entre os setores de bens transacionáveis e não transacionáveis é menos útil como medida de competitividade, mas as vantagens de natureza operacional são importantes para justificar a sua utilização, mesmo que apenas se encontrem indiretamente relacionados com os custos de produção. Assim, no presente trabalho é utilizado o índice harmonizado de preços no consumidor com a totalidade das rubricas e publicado pelo

Eurostat, bem como os índices de preços no consumidor nacionais com a totalidade das rubricas.

O índice de preços no produtor inclui produtos industriais e bens intermédios que podem ser transacionados internacionalmente e exclui vendas a retalho, bem como preços de serviços, contudo a sua composição e compilação variam consideravelmente (Schmitz et al., 2012:23).

Os indicadores de custos mais utilizados são os custos do trabalho por unidade produzida²⁹ e os deflatores do PIB, que estão tipicamente disponíveis com frequência trimestral e com algum desfasamento (Gouveia e Coimbra, 2004: 70). O DPIB foca-se no lado da produção de uma economia. Por incluir bens não-transacionáveis, sofrem distorções introduzidas por impostos e subsídios. Estão ainda refletidos custos de utilização do capital e engloba produtos que não entram no comércio internacional de modo direto (Schmitz et al., 2012:23). Os CTUP, por seu lado, não refletem todos os custos relevantes, como os custos de capital, mas incluem os custos em bens não transacionáveis (Gouveia e Coimbra, 2004: 70). Os CTUP do setor das manufaturas são geralmente utilizados como *proxy* para os CTUP do setor de bens transacionáveis (Schmitz et al., 2012:23).

Em geral, os CTUP apresentam alguma volatilidade e são sujeitos a revisões de dados significativas (são normalmente mais afetados por problemas de qualidade de dados do que as medidas de preço), devido às especificidades da compilação de estatísticas relativas aos salários e ao emprego. Além disso, não cobrem todos os custos a que incorrem as empresas (por exemplo, o custo de capital, custos de distribuição e dos impostos estão excluídos), e a substituição fator pode afetar estes indicadores sem necessariamente resultar numa mudança na produtividade (Schmitz et al., 2012:23). Finalmente deve escolher-se o âmbito dos CTUP a considerar, sendo que normalmente se situam as escolhas entre os CTUP na indústria das manufaturas e os CTUP para a economia como um todo. OS CTUPm são muito utilizados uma vez que as manufaturas são a principal componente do comércio internacional, mas a crescente importância dos serviços nas trocas globais sugere a utilização dos CTUPE (Gouveia e Coimbra, 2004:70).

²⁹ Daqui por diante designados apenas por custos de trabalho.

Os deflatores do PIB (o rácio entre o PIB a preços correntes e o PIB a preços constantes), para os países europeus, são calculados com base nas respetivas contas nacionais trimestrais publicadas pelo Eurostat e para os restantes parceiros comerciais são calculados com base nas respetivas contas nacionais publicadas pelo BIS, pela OCDE e pelo FMI, mas podem ser afetados pela volatilidade das séries trimestrais para o PIB. Os custos unitários de trabalho são calculados como o rácio entre a remuneração por empregado e a produtividade do trabalho, sendo esta medida como o PIB a preços constantes dividido pelo número total de indivíduos empregados, estando disponíveis, para os países europeus, nas contas nacionais trimestrais publicadas pelo Eurostat e, para os restantes parceiros, são calculados com base nas contas nacionais publicadas pelo BIS, pela OCDE e pelo FMI.

De acordo com Coimbra e Gouveia (2004), os preços de exportação fornecem uma medida direta de preços em mercados externos, contudo existem algumas desvantagens potenciais: os índices de preços de exportação são muitas vezes disponível apenas com defasagens de tempo, são sujeitos a consideráveis revisões dos dados e não são facilmente comparáveis entre os países devido a diferenças na composição dos cabazes de exportação. Além disso, incluem apenas bens que, na verdade, foram vendidos, e que, em geral, não cobrem preços de transação, mas os valores unitários. Assim, eles podem mudar tanto devido ao preço como devido à composição ou movimentos quantitativos. Mais ainda, a determinação do preço de exportação é frequentemente sujeita a comportamento de *pricing-to-market*, ou seja, os exportadores ajustam os seus preços aos vigentes nos seus mercados de exportação. Como resultado, a competitividade subjacente dos países durante períodos mais longos não pode ser capturada.

Período base e frequência

As taxas de câmbio bilaterais utilizadas são, na maioria dos casos, calculadas com base nas taxas de câmbio de referência diárias do BCE (Schmitz et al., 2012: 25). As taxas de câmbio dos PALOP são publicadas pelo Banco de Portugal ³⁰. O objetivo é evidenciar a

³⁰ As taxas de câmbio de referência diárias do BCE e as taxas de câmbio dos PALOP são publicadas pelo Banco de Portugal, em www.bportugal.pt/EstatisticasWEB.

competitividade da economia nacional após a integração na moeda única, do qual Portugal é um dos países fundadores, daí se considerar o período-base o primeiro trimestre de 1999³¹.

São utilizadas taxas de câmbio médio mensal para os índices ponderados por preços no consumidor e no produtor e, para os restantes deflatores, utilizam-se taxas de câmbio médio trimestral. Quando não é possível obter taxas de câmbio médio mensal, são utilizadas as taxas de câmbio em final de período, o mesmo acontecendo para os casos de impossibilidade de obter câmbios médios trimestrais.

Para períodos anteriores a 1999, é utilizado o câmbio das divisas face ao Escudo português, convertendo pela taxa de câmbio irrevogável³². Para os períodos em que não há informação cambial, recorreu-se ao câmbio entre as divisas em falta e o Dólar dos Estados Unidos³³, fazendo o câmbio cruzado para Escudos portugueses, convertendo de seguida para Euros, segundo a mesma taxa irrevogável, criando-se, desta forma, um Euro “teórico” para o período anterior a 1999.

Algumas divisas sofreram ajustamentos e redenominações. Considerou-se, para períodos anteriores, a denominação mais recente das divisas.

Ajustamentos no índice devido a alargamentos da Área Euro

Devido aos alargamentos que a AE foi sentindo desde a sua fundação, foram sendo feitos ajustamentos aos pesos relacionados com o comércio da área. Após a entrada de um

³¹ Todos os índices apresentados, exceto o assinalado, assumem o valor 100 no 1º trimestre de 1999, para efeitos de comparabilidade com os índices calculados pelo BCE.

³² “As taxas de conversão irrevogáveis foram adotadas no dia 31 de dezembro de 1998 pelo Conselho da UE, sob proposta da Comissão das Comunidades Europeias e após consulta do Banco Central Europeu, tendo entrado em vigor às 0:00 horas do dia 1 de janeiro de 1999 (hora local). Nos termos do enquadramento legal aplicável á utilização do Euro, a taxa de conversão irrevogável do Euro para cada uma das moedas participantes será a única taxa a utilizar, quer para a conversão entre o Euro e a unidade de moeda nacional, quer para a conversão entre as unidades de moeda nacionais. As taxas irrevogáveis de conversão para o Euro não podem ser arredondadas e não é permitido o cálculo de taxas de conversão inversas.” (*in* Boletim Estatístico do Banco de Portugal, quadro D.1 Taxas de conversão irrevogáveis para o Euro, disponível em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Paginas/BoletimEstatistico.aspx>).

³³ Para tal, recorreu-se aos câmbios médios mensais publicados pelo FRED.

novo país para a União Monetária, é excluído dos grupos de parceiros e incluído na computação dos dados da AE. Os pesos para o cálculo dos índices cambiais efetivos do Euro e dos indicadores de competitividade harmonizados que o BCE publica são recalculados (Schmitz et al., 2012: 26). Uma vez que a fonte dos pesos do comércio externo é a mesma, nomeadamente um dos dois grupos de índices que o BCE calcula³⁴, no advento de um alargamento da AE, a matriz de pesos para Portugal é também sujeita a uma revisão e recalculada.

Notas e aspetos gerais sobre as fontes utilizadas

De uma forma geral, foram sempre utilizados dados fornecidos pelo BCE, quer em termos de deflatores, quer em termos cambiais, ainda que estes tenham sido por intermédio do BP. Para o período anterior à criação da moeda única, as divisas são cotadas face ao Escudo português, posteriormente convertidos à taxa de conversão irrevogável (o Euro “teórico”). Existem, contudo, alguns casos em que não foi possível obter dados cambiais, pelo que se recorreu a novas fontes de dados para prolongar essas séries. Não foi igualmente possível a utilização de valores médios trimestrais em todas as séries, pelo que se ajustou pontualmente com valores de câmbio em final de período.

Desde janeiro de 1999 há diversas divisas cujas cotações médias mensais estão disponíveis: o Leu da Bulgária³⁵, o Tolar da Eslovénia, a Coroa da Estónia, o Forint húngaro, o Kuna da Croácia³⁶, o Lats da Letónia, o Litas da Lituânia, o Leu da Roménia³⁷ e o Zloti

³⁴ Um dos índices reflete a expansão física da AE ao longo do tempo (11 na fundação, 12 entre 2001 e 2006 e por aí em diante) e para o outro, o mais utilizado, os países que aderiram à zona Euro numa fase posterior, são tratados como se tivessem estado na união monetária desde a sua criação (Schmitz et al, 2012: 26).

³⁵ “Em 5 de Julho de 1999 deu-se introdução do Lev da Bulgária (BGN), equivalendo a 1 000 do anterior Lev (BGL). A Bulgária tornou-se membro da União Europeia em 1 de janeiro de 2007.” (*in* Banco de Portugal).

³⁶ “A Kuna croata foi introduzida em 30 de maio de 1994, substituindo o Dinar croata na razão de 1 Kuna por 1000 Dinares.” (*in* Banco de Portugal).

³⁷ “Em 1 de julho de 2005, o Leu da Roménia (ROL) foi substituído pelo Novo Leu da Roménia (RON). A conversão é: 1 RON = 10 000 ROL” (*in* Banco de Portugal).

polaco³⁸. Para o período anterior, recorreu-se a informação publicada pelos BCN, como se explica de seguida: o Banco Central da Bulgária³⁹ disponibiliza desde fevereiro de 1991 os câmbios médios mensais face ao USD; para o período desde a introdução do Tolar, em 8 de outubro de 1991, o *Banka Slovenije* publica cotações médias mensais face ao USD; a Coroa da Estónia foi reintroduzida em 20 de junho de 1992 e o *Eesti Pank* publica cotações médias mensais face ao USD; são utilizados câmbios médios mensais do Forint húngaro a partir de câmbios diários fornecidos pelo *Magyar Nemzeti Bank* entre janeiro de 1990 e dezembro de 1992 e, após essa data, o BP disponibiliza câmbios em fim de período do Forint húngaro face ao Escudo português; os câmbios para a divisa croata estão disponíveis desde janeiro de 1992, cotadas pelo *Hrvatska Narodna Banka* face ao Euro desde essa data e a partir de fevereiro de 2000 são utilizados os câmbios médios mensais do BP; o *Latvijas Banka* disponibiliza câmbios diários face ao USD desde 10 de fevereiro de 1992; o *Lietuvos Bankas* publica câmbios diários desde 25 de junho de 1993 face ao USD e, entre 16 de outubro de 1992 e a criação do Litas, são publicados câmbios diários referentes ao Talonas, a divisa temporária, face ao USD, na razão de 1 Lats para 100 Talonas; são utilizados câmbios médios mensais a partir de câmbios diários do Leu face ao USD fornecidos pelo *Banca națională României* entre janeiro de 1990 e dezembro de 1998; o *Narodowy Bank Polski* é a fonte dos câmbios médios mensais, obtidos a partir de câmbios diários entre janeiro de 1990 e dezembro de 1992 e, após essa data, o Banco de Portugal disponibiliza câmbios em fim de período da moeda polaca face ao Escudo português

“A República Checa e a República Eslovaca tornaram-se membros do FMI em 1 de Janeiro de 1993, em substituição do anterior membro República Federal Checoslovaca. Em consequência da dissolução da União Monetária entre as República Checa e Eslovaca, em 4 de Fevereiro de 1993, foram introduzidas a Coroa Checa e a Coroa Eslovaca (SKK), tendo estas substituído a Coroa Checoslovaca usada até esta data.” (*in* Banco de Portugal). Os valores médios mensais da divisa eslovaca estão disponíveis desde janeiro de 1999. Face ao Escudo português, o *Národná Banka Slovenska* publica câmbios médios mensais desde

³⁸ “Em 1 de Janeiro de 1995, o Novo Zloti (PLN) substituiu o Zloti na razão de 1 Novo Zloti por 10 000 anteriores Zlotis (PLZ).” (*in* Banco de Portugal).

³⁹ Na língua materna: Българската народна банка.

janeiro de 1993. Os valores médios mensais da divisa checa estão disponíveis desde janeiro de 1999, sendo câmbios em fim de período desde fevereiro de 1993.

O BCE cessou, por período indeterminado, a cotação da Coroa islandesa em 3 de dezembro de 2008. Por esse facto, utiliza-se o câmbio médio mensal da divisa islandesa face ao USD desde janeiro de 1990, sendo convertidos para Euro. Estes dados são disponibilizados pelo *Seðlabanki Íslands*.

O câmbio do Yuan Renminbi apenas está disponível em termos médios mensais desde fevereiro de 2000 e em final de período face ao Euro (desde janeiro de 1999) e face ao PTE (desde janeiro de 1993). Para o período anterior, recorreu-se ao câmbio da divisa chinesa face ao USD publicado pelo FRED, por ser uma média mensal. O Ringgit da Malásia é cotado face ao Euro pelo BP desde janeiro de 1999 e face ao Escudo português desde janeiro de 1993. São ambas cotações médias mensais. Uma vez que o FRED publica o câmbio médio mensal desde janeiro de 1990 do Ringgit da Malásia face ao USD, recorreu-se a esta fonte para o período anterior a 1993.

Apenas desde janeiro de 1999 estão disponíveis os câmbios médios mensais para as divisas da Coreia do Sul, de Hong Kong, da Índia, da Nova Zelândia, de Singapura, de Taiwan e da Tailândia. Face ao Escudo português, estão disponíveis valores em fim de período desde janeiro de 1993. Uma vez que o FRED publica câmbios médios mensais desde janeiro de 1990 para estas moedas face ao USD, foi esta a fonte escolhida para o período anterior a 1999. Quanto à Rupia indiana, o BP publica câmbios médios mensais desde fevereiro de 2000, estando disponíveis câmbios em fim de mês entre janeiro de 1999 e essa data. Recorreu-se ao FRED, que disponibiliza câmbios médios mensais face ao USD, para o período que decorre entre janeiro de 1990 e janeiro de 2000.

Durante o período em análise, houve diversos eventos cambiais importantes. Entre eles, o mais importante terá sido a criação da moeda única. Contudo, deram-se outros acontecimentos sobre as divisas que compõem esta crítica, com rearranjos cambiais⁴⁰ que obrigaram a ajustes no cálculo dos índices cambiais. Para algumas moedas esses eventos já

⁴⁰ A informação sobre as alterações cambiais das divisas é da responsabilidade do BP e recolhida no sistema de metainformação do BPstat | Estatísticas online em www.bportugal.pt/EstatisticasWEB

foram descritos, sendo as restantes divisas são: Angola⁴¹, Argentina⁴², Moçambique⁴³, Rússia⁴⁴, São Tomé e Príncipe⁴⁵, Turquia⁴⁶ e Venezuela⁴⁷.

Finalmente, no Brasil, “a divisa brasileira sofreu duas redenominações no período em análise e, por esse facto, as cotações nesses períodos foram ajustadas para o cálculo do índice:

- Em 2 de Agosto de 1993, o Cruzeiro Real (BRR) substituiu o Cruzeiro (BRE), na razão de 1 cruzeiro real por 1000 cruzeiros;
- Em 1 de Julho de 1994, o Real (BRL) substituiu o Cruzeiro Real (BRR), na razão de 1 Real por 2750 Cruzeiros reais.” (*in* Banco de Portugal)

Muito antes da última década do milénio passado, deu-se, em 1922 uma União Económica entre o Luxemburgo e a Bélgica, o primeiro passo com vista a uma cooperação monetária, tendo-se estabelecido uma relação paritária entre os francos belga e luxemburguês. Em 1935 o Acordo Monetário firmado com a Bélgica permitiu que moedas e notas belgas passassem a ter curso legal no Luxemburgo⁴⁸.

Os dados foram extraídos nos dias 8 e 9 de setembro 2013, podendo existir ligeiras diferenças se forem novamente recolhidos, devido, sobretudo, a atualizações. Sempre que possível, privilegia-se a informação publicada pelo BCE. Há deflatores que foram obtidos através do FRED (que, por sua vez, os recolhe da OCDE que é a verdadeira fonte destes deflatores) e outros publicados pelo FMI, tal como já descrito.

⁴¹ “Em 1 de Dezembro de 1999, introdução do Kwanza (AOA), equivalendo a 1 000 000 do anterior Kwanza reajustado (AOR).” (*in* Banco de Portugal).

⁴² A partir de janeiro de 2002, o Peso argentino abandonou o sistema anterior, por via da crise financeira, e começou a flutuar.

⁴³ “O Metical revalorizado (MZN) entrou em circulação em 1 de Julho de 2006, com a paridade de 1 MZN = 1 000 MZM.” (*in* Banco de Portugal).

⁴⁴ “Em 1 de Janeiro de 1998, introdução do Novo Rublo (RUB) equivalendo a 1 000 dos anteriores Rublos (RUR).” (*in* Banco de Portugal).

⁴⁵ No âmbito do Acordo de cooperação económica para reforço da estabilidade macroeconómica e financeira de São Tomé e Príncipe assinado entre Portugal e aquele país, foi introduzido o regime de câmbios fixos, estabelecendo a paridade da moeda são-tomense (Dobra) a partir de 1 de Janeiro de 2010 em 1EUR = 24.500 STD. (*in* Banco de Portugal).

⁴⁶ “Em Janeiro de 2005, a Lira Turca (TRL) foi substituída pela Nova Lira Turca (TRY), a uma taxa de conversão de 1 TRY = 1 000 000 TRL.” (*in* Banco de Portugal).

⁴⁷ “Em 1 de Janeiro de 2008 deu-se a introdução do Bolívar Forte (VEF), equivalendo a 1000 do anterior Bolívar da Venezuela (VEB).” (*in* Banco de Portugal).

⁴⁸ *In Banque Nationale du Luxembourg*, “Histoire monétaire” (*In* <http://www.bcl.lu/fr/bcl/histoire/>)

CAPÍTULO II – A EVOLUÇÃO DA COMPETITIVIDADE EM PORTUGAL

Será analisada a evolução da competitividade por via do cálculo de índices cambiais efetivos, nominais e reais, ponderados por um grupo de cinco deflatores.

Índices bilaterais

Devido a constrangimentos vários, são apresentados neste capítulo análises face a um grupo selecionado de países, escolhidos pela sua importância para o comércio externo português nos grupos selecionados; será efetuada uma reflexão mais aprofundada sobre as componentes bilaterais dos restantes países nos anexos F a J. Assim, para cada país, será analisado o comportamento do índice deflacionado, sempre que possível, por índices de preços (IPC e IPP), pelo DPIB, e pelos custos de trabalho (CTUPm e CTUPE). Para os países que estão fora da União Monetária será ainda examinada a componente nominal, para ressaltar a importância da variável cambial no processo no pós-adoção do Euro. Para os períodos anteriores, a análise cambial é estendida aos países da AE.

Este estudo abarca o período decorrente da concretização da União Monetária, isto é, desde janeiro de 1999. É, ainda, considerado o momento da implementação do XI Pacto de Estabilidade e Crescimento⁴⁹, por considerar um notável esforço de consolidação das contas públicas, com a necessária implementação de políticas nesse sentido, que mais tarde foi substituído pelo Programa de Assistência Económica e Financeira⁵⁰. Por via da existência de informação de qualidade, as séries têm o seu início tipicamente em janeiro de 1990.

A análise é meramente quantitativa, com algumas considerações pontuais, posteriormente retomadas na conclusão: valores iniciais, finais, máximos e mínimos e em momentos marcantes. As grandezas dessas variações competitivas estão devidamente

⁴⁹ In <http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/pec.aspx>

⁵⁰ In <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-das-financas/o-ministerio-e-os-memorandos/o-ministerio-das-financas-e-os-memorandos.aspx> e <http://www.bportugal.pt/pt-obancoeoEurosistema/programaapoioeconomicofinanceiro/Paginas/default.aspx>

agrupados nos quadros 21 a 23 e pode visualizar-se a evolução dos indicadores através da análise da componente gráfica associada a cada um dos países, para cada um dos deflatores.

A uma quebra no índice implica um ganho competitivo, sendo a análise oposta à subida do índice. Para períodos anteriores à concretização da terceira fase da UEM, a análise é contrária. Os gráficos e as análises referentes aos diversos índices bilaterais estão apresentados em anexo, no capítulo associado a cada grupo de países, com a correspondente análise logo de seguida.

Alemanha

O comportamento da economia nacional face à alemã é, de uma forma geral, no sentido de quebra competitiva, qualquer que seja o deflator utilizado. De facto, desde 1990 e até 2008, os diferentes deflatores subiram sempre mais em Portugal do que na Alemanha, com exceção do IPP, que caiu entre 1997 e 1999, e os CTUPm, entre meados de 1994 e o início de 1996. Até à adoção do Euro, o comportamento cambial mostrou uma pequena apreciação inicial do Escudo português face ao Marco alemão, que deteriorou a competitividade, seguido de uma forte depreciação cambial do Escudo desde meados de 1992 até 1995, que contribuiu para melhorar a competitividade da economia portuguesa. Até à concretização da terceira fase da UEM, deu-se nova valorização do Escudo, para desvalorizar ligeiramente nos dois anos anteriores.

Desde 2008, no entanto, dá-se uma queda nos deflatores de trabalho, sobretudo os CTUPm, acompanhados por uma ligeira queda do DPIB, enquanto os deflatores de preços mostraram uma tendência para uma ligeira subida, um pouco mais acentuada nos preços do produtor.

Espanha

O diferencial de inflação entre Portugal e Espanha é sempre pequeno, exceto entre 1990 e 1992 e a partir de 2005, quando se tornou maior na economia espanhola. A componente cambial é, portanto, fundamental na evolução competitiva nos anos 90 do século

passado e após uma desvalorização⁵¹ do Escudo português durante 1990, deu-se um longo período em que a divisa nacional apreciou face à Peseta espanhola, até que em 1995 a divisa espanhola recuperou, para voltar a cair face ao Escudo, mas com flutuação pouco pronunciada. Em termos de IPP, notou-se sempre que o índice foi superior em Espanha, tendo-se aproximado ligeiramente entre 1991 e 1996. O período mais importante dá-se durante 1999, pois teve uma subida muito forte em Portugal, o que condicionou fortemente o desempenho competitivo da economia nacional face à espanhola. A ligeira recuperação desde então apenas atenua ligeiramente os efeitos.

Dá-se uma quebra competitiva de Portugal face à Espanha até 2000, ajustando pelo DPIB, e mais longa se ponderado pelos CTUPE, enquanto que em termos de CTUPm, se observaram grandes flutuações antes da adoção do Euro, com uma quebra competitiva até 1995, recuperação até 1998 e nova quebra até 2000 que sofreram o efeito nefasto da apreciação do Escudo face à Peseta, sobretudo até 1996. Até 2011, ambos os deflatores mostram uma recuperação competitiva da economia nacional, mas a partir de 2008, Portugal perde competitividade face à Espanha em termos de CTUPE.

França

Em termos competitivos, o comportamento da economia nacional face à francesa é semelhante ao verificado em relação à economia alemã, quer em termos cambiais, quer no que respeita à evolução dos deflatores, sendo apenas que a diferença entre os deflatores é ligeiramente menos do que o verificado face à Alemanha. A outra diferença fundamental reside no facto de que para os deflatores de custos de trabalho e do DPIB, a quebra competitiva máxima é registada em 2006, entre 1 e 2 anos antes do que o verificado em relação à economia alemã. Finalmente notam-se ganhos competitivos em relação à Alemanha, quando comparado com o 1º trimestre de 2009, para os deflatores de custos de trabalho, o que não ocorre face à Alemanha.

⁵¹ Note-se que a apreciação do Escudo português, por encarecer o produto nacional face ao estrangeiro, é prejudicial à evolução da competitividade das empresas portuguesas.

Itália

Até à adoção do Euro, a evolução dos preços no consumidor face à Itália é semelhante ao ocorrido face à Espanha. A apreciação do Escudo face à Lira italiana até ao início de 2005 é prejudicial para a competitividade nesse período, mas a Lira apreciou entretanto até à adoção do Euro, aumentando a competitividade da economia portuguesa face à italiana. Antes de 1999, o IPP evoluiu no sentido de um ganho competitivo do lado português, exceto entre 1996 e 1997. Após a concretização da terceira fase da UEM, o ano de 1999 mostrou uma forte subida do IPP em Portugal, apresentando uma ligeira tendência de subida desde então. Até 2007 a inflação foi superior em Portugal, o que diminui a competitividade da economia portuguesa, notando-se uma maior subida do IPC em Itália desde então, com algumas flutuações.

O comportamento dos restantes deflatores é semelhante ao já descrito face à Alemanha e face à França, contudo, os CTUPm têm subido fortemente em Itália desde 2000, registando fortes ganhos competitivos para a economia nacional.

Reino Unido

Até 1993, a divisa nacional aprecia face à Libra Esterlina, contudo dá-se uma forte desvalorização até 2001, exceto entre 1994 e 1996. No período anterior à adoção do Euro, a inflação foi sempre superior em Portugal, mas a diferença foi-se esbatendo e, após 1999, a inflação foi sempre aumentando mais em Portugal, o que atuou no sentido de quebra de competitividade da economia portuguesa, acentuada pela valorização do Euro face à Libra, que decorreu até 2009, quando o IPC em cadeia já era superior no Reino Unido face a Portugal. Quando aos preços no produtor, a década de 90 mostra uma flutuação relativamente próxima nos dois países, com tendência de ganho competitivo do lado português, sobretudo após 1996, contudo, em 1999 a forte subida do IPP em Portugal condicionou gravemente essa competitividade, de que só se viria a recuperar depois de um forte ajuste no Reino Unido em finais de 2008.

Até finais de 2005, Portugal perdeu competitividade por via da maior subida dos deflatores de custos de trabalho e DPIB, mas deu-se uma forte recuperação, em particular nos CTUPm desde essa data. Aliás, o comportamento dos CTUPm mostra que, face ao Reino

Unido, este deflator subiu mais em Portugal até 1995, caiu até à adoção do Euro e voltou a subir até 2005.

EUA

A inflação foi superior em Portugal até 1995, quando se ajustou à norte-americana, assim permanecendo até 2001, quando foi superior em Portugal durante 3 anos, para ser ligeiramente superior nos EUA, aumentando a competitividade em Portugal, flutuando essa diferença em torno de 0 desde 2008. A componente cambial mostra grandes flutuações até à adoção do Euro, com valorização do Escudo até 1991, forte depreciação no ano seguinte, nova valorização forte durante 1 ano, depreciação em 1994, nova apreciação até 1995 e desvalorização cambial até 2001, quando se dá uma longa apreciação do Euro até 2008, quando o Dólar norte-americano inverte a tendência, permitindo a recuperação competitiva dos últimos 4 anos. O comportamento do IPP já foi descrito, mantendo-se face à economia dos EUA.

Face aos restantes deflatores, deu-se uma subida maior no lado da economia portuguesa, prejudicando a competitividade, sendo mais evidente a subida dos custos de trabalho na área das manufaturas, que foi mais forte e mais prolongada (até 2009, enquanto que para os outros deflatores, o crescimento é idêntico a partir de 2003). A recuperação iniciada em 2009 não é tão evidente como quando comparada com outros países, mas em termos de DPIB e de CTUPE a evolução face ao primeiro trimestre de 1999 é quase nula.

China

O Yuan Renmimbi depreciou face ao Escudo português até 1996, quando apreciou face à divisa portuguesa, e posteriormente ao Euro, até que, em 2002, o Euro inicia um período de 3 anos de valorização face à divisa chinesa. Em 2008, dá-se início ao processo de apreciação do Yuan face ao Euro, que ainda decorre. O IPC era mais elevado na China no início dos anos 90, em que a economia chinesa era mais competitiva do que a portuguesa, mas essa competitividade foi sendo atenuada com a queda do diferencial de inflação entre as duas economias, ainda que a desvalorização do Yuan Renmimbi retire competitividade à economia nacional. O IPP tem uma evolução semelhante, mas até meados de 1992, o ganho verificava-

se na economia portuguesa. Após a adoção do Euro, a inflação subiu mais em Portugal até 2007, retirando competitividade à economia portuguesa, contudo esse diferencial tem sido favorável a Portugal desde essa data. Quanto ao IPP, o efeito da subida em 1999 é decisivo, tendo evoluído de forma semelhante até 2011, quando os preços no produtor voltaram a subir mais em Portugal do que na China.

Em termos de custos de trabalho, deu-se uma quebra competitiva até à adoção do Euro, mas após esse evento, Portugal tem ganho competitividade face à China, sobretudo a partir de 2007. Em termos de DPIB, a evolução é semelhante, mas com uma ligeira quebra competitiva até 2003.

Japão

A evolução da competitividade é mais negativa, face à economia japonesa, do que em relação aos restantes países, devido, sobretudo, ao comportamento da inflação, historicamente baixa no Japão. A evolução cambial é próxima da observada em relação ao Dólar americano, tendo contribuído para atenuar os efeitos da subida dos deflatores em Portugal entre 1990 e 1996, logo após a adoção do Euro e desde 2008, mas aumentando a queda da competitividade nos restantes períodos, sobretudo após 2000. Desde o final de 2008, contudo, nota-se uma inversão nos deflatores de custos de trabalho, penalizando menos a economia portuguesa.

Angola

Em Angola, a inflação é historicamente elevada, o que beneficia claramente a economia portuguesa: desde dezembro de 2010, o IPC subiu 27,27% em Angola; em Portugal, subiu 5,88%. A partir de 2004, o Kwanza angolano abandonou a trajetória de desvalorização, tendo desvalorizado sobretudo entre janeiro de 2009 e julho de 2011, para estabilizar novamente. Apesar do comportamento cambial, a economia nacional ganhou competitividade face à angolana desde março de 2010, em 21,93%.

Moçambique

Tal como em Angola, a inflação é mais elevada em Moçambique, contudo está bem mais controlada: desde dezembro de 2010, o IPC moçambicano subiu 10,73%. O Metical de

Moçambique, após uma longa trajetória de desvalorização no início do século XXI, estabilizou após a introdução da nova divisa moçambicana em julho de 2006, que desvalorizou um pouco até 2009, para apreciar face ao Euro desde então. Combinando o IPC com a evolução cambial, nota-se uma perda competitiva da economia nacional face à moçambicana até ao início de 2008, tendo recuperado para níveis de 2001 nos últimos dois anos, o que implica um ganho competitivo em relação ao março de 2010 de 19,10%.

Cabo Verde

O pequeno território da Macaronésia, Cabo Verde, tem a sua divisa com o câmbio fixo ao Euro por via do antigo Escudo português. Dessa forma, a relação paritária com o Euro não tem influência em termos competitivos, que é apenas por via do IPC entre as duas economias. Até 2006, Portugal perdeu competitividade com Cabo Verde, por via de uma inflação mais alta do que no território cabo-verdiano, com exceção de um período de 8 meses em 2001, que foi mais baixa. Entre 2006 e 2008 o cenário foi contrário, tendo a economia nacional recuperado competitividade face à de Cabo Verde. Desde meados de julho que a inflação tem sido apenas um pouco mais baixa em território nacional quando comparado com Cabo Verde. No final do período notam-se ganhos ligeiros de competitividade (3,02% face à adoção do Euro e 1,11% desde março de 2010), contudo a perda competitiva chegou a ser de 8,58% em janeiro de 2006.

Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo IPC

O indicador calculado com base no índice de preços no consumidor⁵², revela uma perda de competitividade de 3,52% face ao grupo Top, de 1,93% em relação à AE e de 14,46% face ao grupo de países desenvolvidos. Em relação aos Emergentes, há um ganho de competitividade de 16,22% e, face aos PALOP e Timor-Leste, nota-se um ganho competitivo de 66,22% desde janeiro de 2001. Desde 2010, face aos grupos Top, AE, Emergentes, e PALOP e Timor-Leste, Portugal ganha competitividade (0,91%, 2,17%, 3,85% e 26,83%,

⁵² Índice harmonizado de preços no consumidor nos países da União Europeia.

respetivamente) e perde somente em relação ao grupo dos países desenvolvidos (0,45%)⁵³. Esta performance da economia portuguesa denota, contudo, grandes variações ao longo do tempo.

Top

A pressão inflacionista foi sempre superior em Portugal em relação aos países que compõem este grupo, exceto em relação à Espanha e aos EUA após a adoção da moeda única. De facto, desde janeiro de 1999, o índice aumentou 41,88% em Portugal (que em janeiro de 1990 tinha um valor do índice de 62,03) e apenas 28,07% na Alemanha (83,27 no início da década de 90). Em Espanha, o aumento foi de 49,26% e nos EUA foi 41,89% (o índice era, em janeiro de 1990, 69,53 e 77,41, respetivamente para os dois países). Os ganhos competitivos registados até ao último trimestre de 2010 são resultado da depreciação do Euro face ao Dólar americano e à Libra Esterlina, cujo mínimo histórico se deu em outubro de 2000 (0,58933 GBP/EUR) e que representam quebras de 26,3% e 16,2% respetivamente. Se a componente nominal e a pressão inflacionista influenciaram em conjunto a competitividade portuguesa entre março de 1995 e outubro de 2000, a partir dessa data deveu-se, sobretudo, à diferença da inflação registada em Portugal e na Alemanha e em França, países que representaram 33,30% do comércio externo nacional (neste grupo) no último triénio disponível. O aumento da inflação em Espanha, nosso principal parceiro e que representa quase tanto como a França e a Alemanha no último triénio, tem sido responsável para que a perda competitiva seja menos evidente. Após abril de 2008, a recuperação dá-se principalmente com o aumento da inflação no Reino Unido e em Espanha, mas também na Bélgica e na Itália, impulsionada pela com a apreciação do Yuan Renmimbi face ao Euro.

Pode confirmar-se, nos gráficos 1 e 2 a evolução cambial e o rácio da inflação⁵⁴ entre os países que compõem este grupo e Portugal. É apresentada a componente gráfica para os

⁵³ O índice de competitividade harmonizada do BCE, ponderado pelo IPC, indica ganhos competitivos da economia nacional de 4,67%, mas uma perda de 0,42% desde março de 2010.

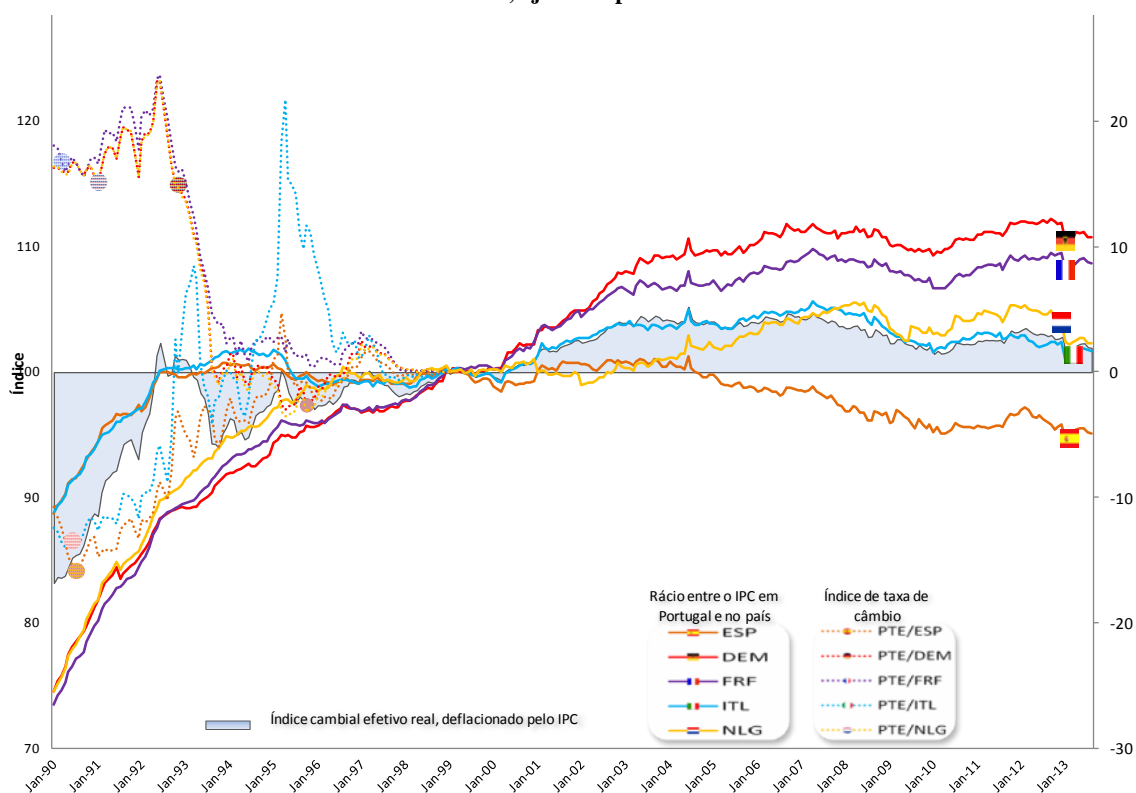
⁵⁴ Obtido através das componentes bilaterais da equação X: IPC_{PT}/IPC_i . Todos os países apresentados nos gráficos são identificados pelos códigos ISO 4217, referentes às divisas de cada país. Para os países da AE, são utilizados os códigos ISO 4217 das divisas até à adoção do Euro. Em relação aos países que procederam à redenominação das suas divisas, utilizam-se as últimas denominações das moedas.

índices deflacionados pelo IPC, contudo, no anexo E, são apresentados todos os gráficos referentes a todos os índices deflacionados para os mais importantes dos países pertencentes a cada grupo, com a correspondente evolução cambial.

Área Euro

No gráfico que se segue apresentam-se as taxas de câmbio e os rácios entre o IHPC dos principais países que compõem o grupo da AE (representaram 89,23% do comércio externo no último triénio disponível).

Gráfico 1 - ICE real, ajustado pelo IPC - Área Euro



No período anterior à concretização da terceira fase da UEM, para os países que apresentam um diferencial de inflação superior (a Alemanha, a França e a Holanda), a dinâmica cambial contraria o efeito negativo que origina à economia nacional em termos competitivos. Os dois países latinos, sobretudo a Espanha, além do diferencial de inflação, apresentam uma desvalorização cambial, o que é determinante para a performance da economia nacional. Em 1994 dá-se uma convergência, em torno de 100, nos índices da taxa

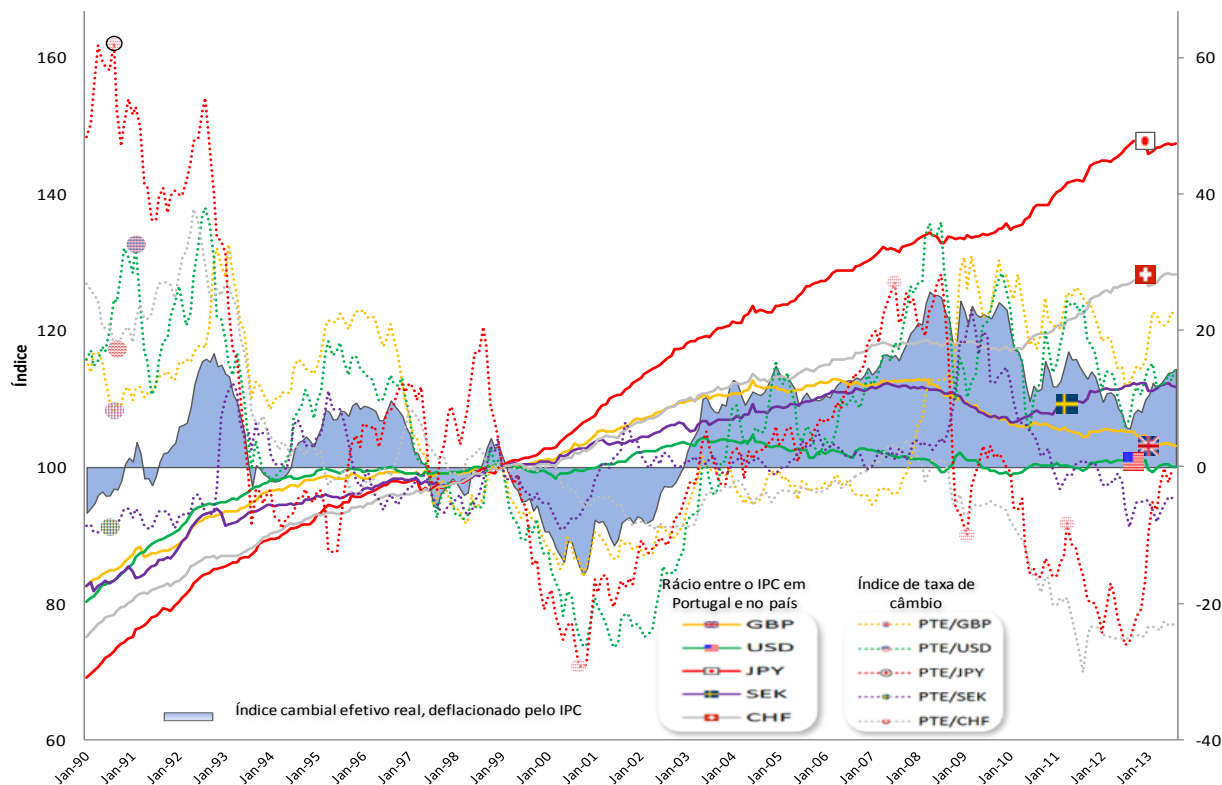
de câmbio, registando-se uma contínua melhoria, por via de uma subida menos acentuada dos preços em Portugal, do diferencial de inflação. Durante 1995, o realce é dado pela evolução cambial do Escudo português face à Lira italiana, por via de uma valorização forte da Lira até abril desse ano, que atenua ligeiramente a performance competitiva, deteriorada devido ao diferencial de inflação com a Alemanha, a França e a Holanda.

O principal fator para a quebra da competitividade nacional após a introdução do Euro face a este grupo é da responsabilidade da Alemanha e da França, atenuado pela Espanha. Os restantes países para quem Portugal tem um desempenho positivo em termos de competitividade de preços no final do período, representam 1,62% do comércio externo referente ao grupo da AE no último triénio, pelo que a sua influência é diminuta. A Holanda, a Bélgica e a Itália, que representam perto de 22% do comércio externo nacional dentro da AE, têm uma inflação ligeiramente mais baixa do que a portuguesa, contribuindo assim para o desempenho menos bom deste indicador.

Desenvolvidos

Trata-se de um grupo de países em que o Reino Unido e os EUA representam 47,12% do comércio externo no último triénio, os restantes países europeus 29,08% e os asiáticos 20,95%. São 13 diferentes divisas em que, após a adoção da moeda única, o Euro esteve a perder valor (até perto de 30% face ao Iene japonês, por exemplo) e começou a recuperar face à generalidade das divisas até final de 2009 (em outubro desse ano, o índice nominal era 113,44). No gráfico 2, que se apresenta de seguida, é possível aferir o comportamento cambial das 5 principais divisas que compõem este grupo e que representam 72,41% do comércio externo no último triénio disponível, bem como a evolução do rácio da inflação entre a economia portuguesa e cada uma destas economias.

Gráfico 2 - ICE real, ajustado pelo IPC - Desenvolvidos



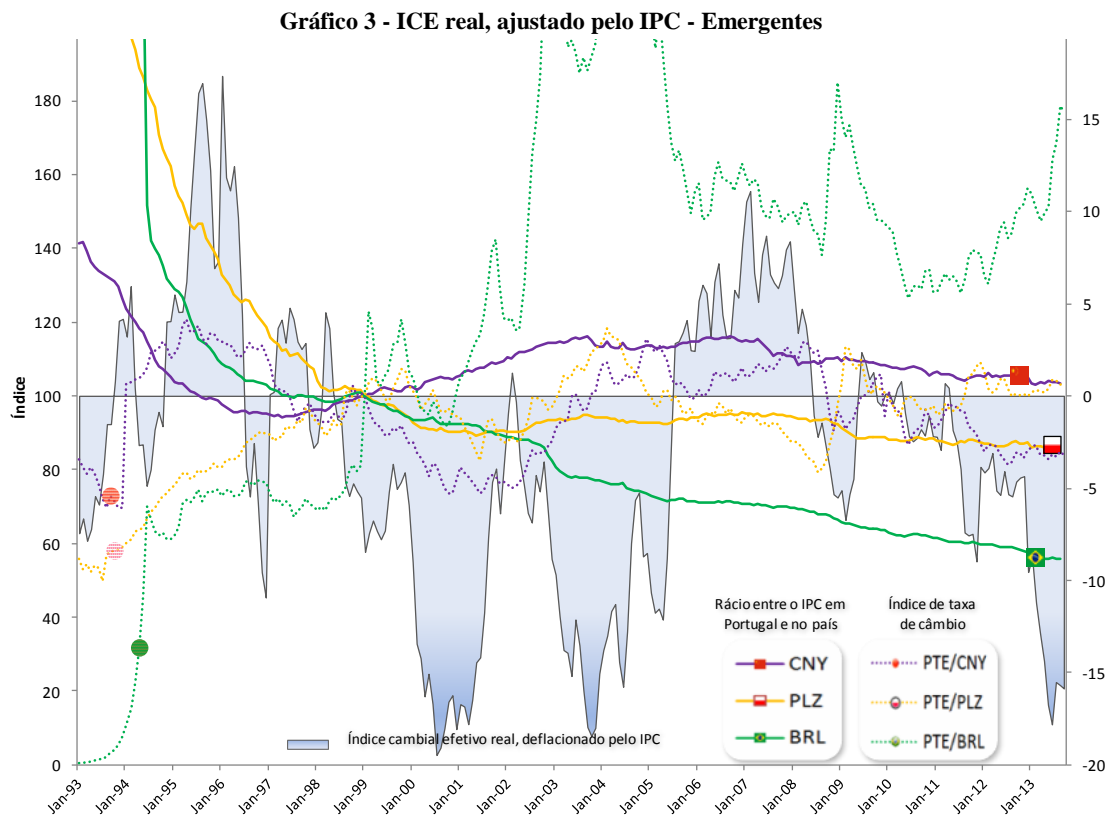
O comportamento da competitividade nacional em termos bilaterais face ao Reino Unido, EUA, Coreia do Sul, Japão e Hong Kong é semelhante após a concretização da terceira fase da UEM, pelo que influenciam decisivamente o indicador neste período. Antes disso, é semelhante à competitividade bilateral com a Austrália, apesar de ser o parceiro menos importante no comércio externo deste grupo, e também com o Japão e Singapura. No final do período nota-se, face a janeiro de 1999, uma perda de competitividade de 14,46%, mas muito ligeira desde março de 2010 (0,45%).

Até 1994, a forte pressão inflacionista em Portugal era compensada pela desvalorização a que o Escudo português estava sujeito, mas durante 1993 observou-se uma valorização do Escudo. A divisa nacional desvalorizou até 1996, para se dar uma recuperação cambial e uma continuação da redução da pressão inflacionista até à adoção do Euro. No período posterior, verificou-se uma desvalorização do Euro face à generalidade das divisas até ao início de 2001, para se iniciar um longo período de valorização cambial da divisa europeia. Até 2008, registava-se uma inflação superior em Portugal do que nos restantes países, exceto nos EUA, que era semelhante. Estes dois fenómenos em conjunto atuam no sentido de uma

quebra competitiva da economia nacional. No período mais recente, destacam-se as valorizações da Coroa sueca, Franco suíço e Iene japonês, em contraciclo com a subida menos acentuada da inflação nestes países e, atuando no mesmo sentido de recuperação competitiva de Portugal, encontra-se a performance cambial do USD e da GBP, que, de uma forma geral, apreciaram face ao Euro, com uma maior inflação no Reino Unido e sensivelmente igual à portuguesa no caso do mercado norte-americano.

Emergentes

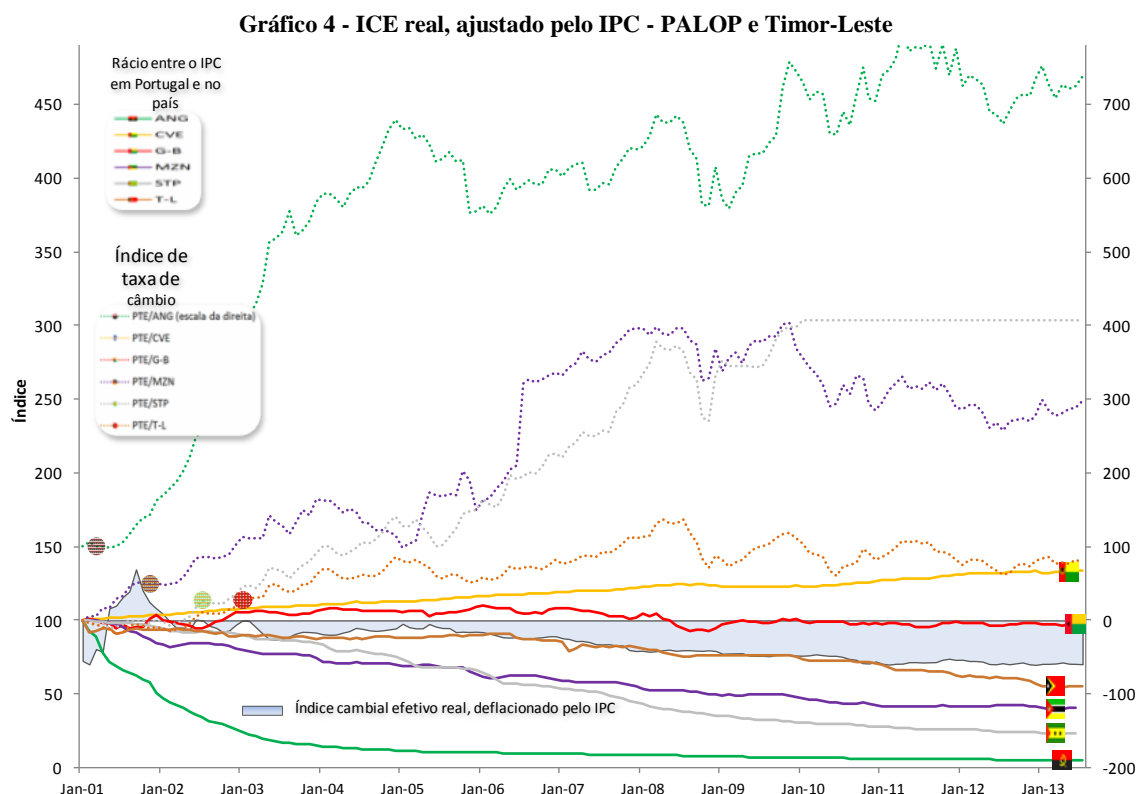
O índice nominal teve de ser ajustado face à ausência de alguma informação. Assim, a Roménia foi introduzida em 1991, o Brasil, a Turquia e a Rússia em 1993.



A pressão cambial é, desde a adoção do Euro, desfavorável à competitividade de Portugal até fevereiro de 2004 (o índice tem subido desde janeiro de 1993), mas tem descido essa pressão desde então, para subir um pouco desde julho de 2012.

O índice de preços no consumidor revela fortes ganhos competitivos face às economias da Turquia e menos evidente na África do Sul. Em relação aos restantes países, a economia portuguesa tem ganho competitividade no período mais recente, mas a China tem evidenciado ganhos competitivos face a Portugal a partir de maio de 2007, o que, aliado ao peso da sua economia no comércio externo português dentro do grupo, contribui para atenuar os ganhos de competitividade que Portugal aqui apresenta.

PALOP e Timor-Leste



Perante o peso da economia angolana neste grupo, a performance descrita atrás, onde se destacam os ganhos competitivos para Portugal, sobretudo desde 2005, quando a divisa angolana abandonou a trajetória de desvalorização. Até 2006, a performance do IPC em cabo-verdiano pressionava o índice de uma forma relativamente constante no sentido de uma perda competitiva, invertendo desde essa data, sendo que, face a Moçambique, os ganhos competitivos registam-se a partir de 2008, pressionando assim o índice.

Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflator do IPP

O índice cambial efetivo real ajustado pelo índice de preços no produtor indica uma perda de competitividade face ao 1º trimestre de 1999 de 15,93%, 20,74% e 28,97% em relação, respetivamente, aos grupos Top, AE e Desenvolvidos e um ganho competitivo de 2,51% face aos Emergentes. No entanto, desde março de 2010 notam-se ganhos competitivos face aos mesmos grupos: 1,76%, 3,13%, 0,31% e 9,00%, respetivamente. Remete-se para o anexo a análise referente ao grupo Top.

Os primeiros dois anos após a concretização da terceira fase da UEM marcam uma forte subida nos preços do produtor em Portugal, impulsionada sobretudo pelas subidas das rubricas de bens intermédios e de indústrias transformadoras. As taxas de variação homóloga são de 12,0%⁵⁵ em 1999 e de 13,4%⁵⁶ no ano seguinte.

Área Euro

O comportamento competitivo da economia portuguesa no seio dos países da UEM é muito semelhante ao que sucede com o grupo Top. É impulsionado pelo que ocorre com a maioria dos principais parceiros comerciais portugueses: a Espanha, a Alemanha, a Áustria, a França, a Irlanda e a Holanda.

No período em que o Escudo era a divisa portuguesa, o índice ajustado pelos preços no produtor era impulsionado pelo que ocorria face à economia espanhola, pois a taxa de câmbio e a evolução do IPP atuavam no mesmo sentido, o de perda competitiva. Os outros principais países do grupo apresentavam uma dinâmica cambial num sentido e um rácio de IPP face à economia nacional noutro, sendo que o IPP era abaixo de 100 para a Alemanha, a França e a Holanda (e Espanha), mais do que compensados, em especial entre o início de 1991 e o final de 1993, pela componente cambial. O rácio do IPP face à Itália foi sempre acima de 100, que era compensado pela prestação cambial contrária da Lira italiana. Entre 1996 e 1998, a subida

⁵⁵ In Destaque do INE (18 de fevereiro de 2000), disponível em:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=74090&DESTAQUEStema=55507&DESTAQUESmodo=2

⁵⁶ In Destaque do INE (30 de janeiro de 2001), disponível em:
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=74143&DESTAQUEStema=55507&DESTAQUESmodo=2

de preços no produtor foi superior em todos os países aqui considerados, o que contribuiu para a melhoria competitiva registada nessa altura. Após a adoção do Euro, nota-se que, até ao início de 2000, deu-se uma forte subida no IPP em Portugal, o que condicionou gravemente a performance competitiva medida por este indicador. A ligeira queda do índice que se tem observado é motivada pela recuperação competitiva face a Espanha e Holanda, sendo que face à Alemanha e França continua a queda de competitividade, ainda que ligeira.

Desenvolvidos

Até 1994, o ICE ajustado pelo IPP permaneceu acima de 100, impulsionado sobretudo pelo comportamento cambial, sobretudo face à Libra Esterlina e face ao Dólar dos EUA e ainda face ao Iene japonês. Até à adoção do Euro, o indicador continuou a flutuar acima de 100, mais uma vez devido à questão cambial, agora menos evidente, mas com o rácio entre o IPP nacional face aos países mais importantes do grupo a atuar no mesmo sentido. Após a concretização da terceira fase da UEM, a componente cambial tem um papel importante até ao início de 2001, atenuando os efeitos da subida do IPP em Portugal, contudo a valorização do Euro desde então contribuiu para a má performance competitiva até ao início de 2009, quando se dá uma queda do índice devido à valorização de todas as divisas e o ligeiro aumento do IPP nos EUA, no Reino Unido e na Suécia face a Portugal.

Emergentes

O índice ajustado pelo IPP para o grupo dos países emergentes implicou alguns ajustamentos nominais, pelo facto de não existir informação sobre índices de preços no produtor para as economias do Brasil, da Federação Russa, da Índia e da África do Sul. A Roménia é incluída no grupo apenas em 1991, a Hungria em 1992, a Turquia em 1993 e a Polónia em 1995. Como se dá um importante evento cambial na China em janeiro de 1994⁵⁷, é, portanto, de maior interesse, a análise desde 1995.

⁵⁷ Foi anunciado em 1 de janeiro de 2004 uma nova taxa de referência do Yuan Renmimbi face a um grupo de divisas: o USD, o Dólar de Hong Kong e o Iene japonês. A integração do Yuan Renmimbi levou à depreciação da divisa chinesa em 33,3%.

O índice permaneceu acima de 100 até 1996, com uma quebra competitiva até meados de 1995 e uma recuperação até final de 1996, em que, nos primeiros anos, o contributo da economia chinesa era fundamental, sendo impulsionado pelo rácio de IPP entre Portugal e a China, que era muito favorável à economia nacional, com uma ligeira correção por via do câmbio entre as duas divisas, que se alterou a partir de 1994. O contributo da Turquia tornou-se importante após 1993, pressionando sempre o índice para valores acima de 100 até à adoção do Euro, mas recuperando competitividade face a Portugal desde meados de 1994. A razão principal para a quebra de competitividade até 1995 dá-se devido à queda do rácio do IPP entre Portugal e a China. Em 1995, com a entrada da Polónia, o índice começa a cair, beneficiando a economia nacional, devido à subida mais acentuada do IPP na economia polaca.

Após a adoção do Euro, o índice deflacionado pelo IPP tem sido desfavorável para a economia portuguesa, não se notando, nos primeiros anos, o efeito da forte subida do IPP em Portugal, devido à desvalorização do Euro. A partir de meados de 2005, a performance é negativa para a economia nacional, sobretudo devido à Hungria.

Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflator do PIB

O índice cambial efetivo real deflacionado pelo deflator do PIB mostra que a economia nacional, desde o primeiro trimestre de 1999, perdeu competitividade, de forma muito ligeira, face aos grupos Top (1,35%), Desenvolvidos (9,98%) e da AE (1,67%). Em relação ao grupo dos países emergentes, nota-se um ganho competitivo de 28,58%. Desde o 2º trimestre de 2010, notam-se ganhos competitivos para todos os grupos: 2,46% (Top), 2,61% (Desenvolvidos), 1,75% (AE) e 19,30% (Emergentes).

Top

Em média, a diferença entre o índice calculado para o grupo Top difere 0,55 pontos de índice com o ICH calculado pelo BCE. Este grupo será analisado em anexo.

Área Euro

Face aos países da AE, a economia nacional foi perdendo competitividade, quando medida pelo DPIB, até meados de 2002, excetuando um período entre 1993 e 1994, onde se deu uma recuperação. Até à adoção do Euro, o rácio entre o DPIB em Portugal e nos restantes países foi mostrando uma subida maior do lado nacional que, após 1995, flutuou face a Espanha e à Itália. Após 1993, a forte correção cambial face à França, à Alemanha e à Holanda foi insuficiente para corrigir as perdas cambiais face à Espanha e à Inglaterra, o que associados à subida dos rácios do DPIB, fez com que se desse uma recuperação competitiva nesse ano de 1993. Após a concretização da terceira fase da UEM, a perda competitiva foi menos evidente, contribuindo a performance face à Espanha e à Itália, que minoravam as quebras competitivas, sobretudo face à Alemanha, mas também face à França. A contínua recuperação face à Espanha continuou a atenuar as perdas face à Alemanha e, após 2009, mas sobretudo 2010, dá-se uma recuperação face à Alemanha e França, mantendo-se o comportamento estável face à Alemanha.

Desenvolvidos

O índice deflacionado pelo DPIB mostra que, em relação aos países do grupo dos Desenvolvidos, deram-se grandes flutuações. Para o período anterior a 1999, o índice registou uma quebra de competitividade entre 1990 e 1993, em que a questão cambial foi insuficiente para anular as quebras competitivas calculadas pelo DPIB. Em 1993, devido à desvalorização forte do Escudo português, dá-se uma recuperação competitiva, para se iniciar um novo período de quebra e posterior recuperação, devido à questão cambial, uma vez o DPIB mostrava uma contínua subida do rácio entre Portugal e as restantes economias. Após 1999, a desvalorização do Euro é preponderante para a recuperação competitiva medida por este deflator, para se dar uma prolongada quebra devido, sobretudo, à valorização cambial da divisa da AE. Em 2009 inicia-se uma valorização do USD e da GBP, mas mais intensa do JPY, do CHF e do SEK, que atuam em conjunto com a queda dos rácios do DPIB.

No geral, o comportamento deste indicador é semelhante ao comportamento bilateral com a Dinamarca, os EUA, Hong Kong, o Reino Unido, Singapura, a Suíça e a Suécia, tendo

a componente nominal uma forte influência, sobretudo entre 3º trimestre de 1997 e o 1º trimestre de 2001.

Emergentes

Devido a constrangimentos vários, somente a África do Sul e a Polónia têm dados para 1990; a Hungria e a Roménia integram o grupo a partir de 1991, a China em 1992 e a Turquia no ano seguinte; em 1996 juntam-se o Brasil e a Federação Russa e a Índia apenas em 1998. A partir de 2011 deixam de estar disponíveis dados para a Polónia; no ano seguinte a Rússia sai do grupo e em 2013 é a vez da Índia o abandonar, por falta de dados.

No início da década de 1990, deu-se uma quebra de competitividade no índice que era apenas composto por dois países e onde a moeda polaca desvalorizava fortemente, tendo um DPIB muito baixo face ao Português. A entrada da China em 1993 fez com que o índice denotasse uma recuperação competitiva nacional, tendo flutuado ligeiramente até que, em 1996, o índice cai abruptamente, por via da entrada do Brasil e da Federação Russa, caindo peso da China, que recuperava competitividade face a Portugal. Após a adoção do Euro verifica-se uma desvalorização da divisa até 2001 e uma contínua valorização até 2009, que influenciam o índice de forma decisiva. Contudo, após 2005, dá-se uma recuperação face à China, invertendo o processo iniciado em 1996, confirmando o trajeto face à economia brasileira, que foi sempre no sentido de recuperação competitiva nacional.

A China, que representa 46,58% do comércio externo desde 2007, influencia decisivamente o comportamento do indicador, em especial desde esse ano.

Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflator dos CTUPm

O índice que mede a competitividade ponderada pelos custos de trabalho na indústria de manufaturas mostra que, quando comparado com o momento da introdução da divisa única, a economia nacional perdia competitividade face aos parceiros comerciais Top (17,02%) e Desenvolvidos (6,77%), mas na AE notava-se um ganho de 7,65%. No entanto, desde o 2º trimestre de 2010, assinala-se uma recuperação face a todos os grupos: 1,13% (Top), 4,89% (Desenvolvidos) e 9,59% (AE). Será feita a análise do grupo Top em anexo.

Área Euro

Registou-se, até 1996, para a maioria dos índices bilaterais, excluindo um pequeno período em 1992, uma quebra competitiva da economia nacional quando deflacionada por custos de trabalho (CTUPm). Evoluíram no mesmo sentido as taxas de câmbio da divisa portuguesa, exceto durante 1993. Após 1996, deu-se um longo período de quebra competitiva, em especial devido à estagnação salarial na Alemanha, ainda que face à Espanha os CTUPm tenham subido menos em Portugal. Após 2006 o índice inverte a tendência, sendo que no ano seguinte, a evolução dos CTUPm é mais favorável para a competitividade da economia nacional face a todos os países, notando-se, contudo, um período em 2009 em que se deu uma subida dos CTUPm em Portugal, para ser imediatamente ajustada, fechando o período com ganhos próximos de zero da economia alemã face à portuguesa.

Desenvolvidos

O desempenho cambial da divisa portuguesa tem um forte contributo para o índice cambial efetivo ajustado pelos CTUPm neste grupo, em especial até ao 2º trimestre de 2003, já com o Euro como divisa única. Face à generalidade das economias, Portugal perdeu sempre competitividade no indicador deflacionado pelos CTUPm, exceto face à economia do Reino Unido após 1994. Assim, até 1993 deu-se uma forte quebra competitiva, motivado pela subida salarial em Portugal, tendo sido corrigida durante 1993 devido à desvalorização do Escudo português. Até à adoção do Euro, os CTUPm continuaram a subir mais em Portugal do que nos restantes países, exceto o Reino Unido, tendo a âncora cambial sido determinante para a performance da economia portuguesa neste período. Após 1999, a desvalorização do Euro compensou a subida dos CTUPm em Portugal, que ocorreu até 2008 face à generalidade dos países, exceto face à Suécia e ao Reino Unido, que foi até 2006. Após 2000, a contínua valorização do Euro degradou o comportamento do índice, que mostrou sinais de recuperação a partir de 2008: os CTUPm continuam mais elevados em Portugal (apesar da correção efetuada, ainda está longe dos níveis de 1999), mas a pressão cambial não é tão forte.

Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflator dos CTUPE

O indicador ponderado por custos de trabalho para a economia como um todo mostra que, desde a concretização da terceira fase da UEM, a economia nacional perde competitividade face a todos os grupos: 0,68% (Top), 2,25% (AE) e 6,81% (Desenvolvidos). O ICH ponderado pelos CTUPE, publicado pelo BCE, mostra que, no 1º trimestre de 2013, se dava um ganho de competitividade de 1,14%. Desde o 2º trimestre de 2010, contudo, dão-se ganhos competitivos em relação aos grupos considerados: 5,79% (Top), 9,36% (AE) e 4,84% (Desenvolvidos), contra um ganho competitivo no ICH do BCE de 6,51% no 1º trimestre de 2013.

Top

Em termos médios, o índice cambial calculado pelo BCE difere em 1,09 pontos de índice do novo indicador agora calculado, que é sempre um pouco mais elevado do que o ICH. A diferença máxima entre os dois registou-se no 4º trimestre de 2003, quando indicavam uma perda competitiva de 6,43% e 9,09%, respetivamente para o ICH e para o novo ICE. Será complementada a análise deste grupo em anexo.

Área Euro

Verificam-se quatro tendências na competitividade ajustada pelos CTUPE desde 1990: uma subida do índice até ao 2º trimestre de 1992; uma queda durante seis trimestres; uma longa subida com diversas flutuações até ao máximo de perda de competitividade de 11,32% no 4º trimestre de 2005, face à introdução da moeda única; e uma queda desde então.

O deflator dos CTUPE mostra que se deu, desde 1999, um aumento superior em Portugal do que nos restantes países até 2006. Em relação à Alemanha, esta dinâmica durou até 2008, mas face a Espanha, já tinha cessado em 2004. O indicador mostra uma queda forte de competitividade até 1992, devido à maior subida dos CTUPE em Portugal, tendo a recuperação competitiva de 1993 sido da responsabilidade da desvalorização da moeda, em especial face à Alemanha, à França e à Holanda e, em menor medida, à Itália. A componente cambial perde, então, importância (só há flutuações evidentes face à Lira italiana), o que

denota uma contínua subida dos CTUPE em Portugal. Face à Espanha, o principal parceiro no último triénio, os CTUPE passaram a subir menos desde 2004, tendo o índice subido até 2006 sobretudo devido à performance face à Alemanha. A recuperação de competitividade desde então dá-se devido à melhoria do deflator quando comparado com os restantes países, tendo caído mais fortemente face à Alemanha e à França.

Desenvolvidos

Face às economias do grupo dos países desenvolvidos, o índice deflacionado pelos CTUPE sobe de 80,03 para 107,09 no 3º trimestre de 1992 e cai para 91,52 no 1º trimestre de 1994. Dá-se então uma subida até ao 4º trimestre de 1996, quando o comportamento do índice passa a ser ditado quase exclusivamente pela componente nominal até ao 2º trimestre de 1999. Neste período, os CTUPE sobem mais em Portugal do que nos restantes países, situação que se mantém após a criação da moeda única, ainda que com menos intensidade. No entanto, face ao Japão, os CTUPE continuam a aumentar mais em Portugal. Com influência da desvalorização do Euro, o índice cai até ao 4º trimestre de 2000, iniciando-se uma longa quebra da competitividade, flutuando por vezes, mas fortes em alguns trimestres, para atingir a quebra máxima de 28,71% no 4º trimestre de 2009, recuperando fortemente desde então. Até 2009, o comportamento competitivo é ditado pela prolongada apreciação do Euro, uma vez que depois de 2006, os CTUPE deixaram de subir tanto em Portugal face aos seus parceiros comerciais deste grupo, sobretudo face ao Reino Unido.

CONCLUSÃO

A construção e análise de medidas de competitividade deve ser prudente, pelas razões invocadas ao longo desta tese. Parece ser, no entanto, evidente, que há alguma robustez, nomeadamente pelo facto dos índices construídos para o grupo dos parceiros mais importantes (Top) ser, necessariamente, aquele cujos valores estão sempre mais próximos dos ICH calculados pelo BCE.

Apesar da sua fragilidade, os índices cambiais efetivos dão uma ideia geral, mas clara, do desenvolvimento da competitividade dos produtos portugueses no comércio externo e doméstico, pelo que é útil acompanhar a evolução destes indicadores, em conjunto com outros, porque fornece uma indicação sobre os desenvolvimentos macroeconómicos, estruturais e institucionais que a economia portuguesa enfrenta.

Descreveu-se, com detalhe, o método utilizado para o cálculo do novo índice cambial efetivo para Portugal, emanado na metodologia utilizada pelo BCE apresentada por Buldorini et al. (2002) e atualizada por Schimtz et al. (2012). É explicado, em particular: comércio externo; cálculo do índice nominal; método de ponderação; atualização dos pesos do comércio externo; grupos de parceiros comerciais; cálculo do índice real e escolha de deflatores; período base e frequência; ajustamentos no índice; e notas sobre as fontes utilizadas.

São apontadas algumas vantagens e desvantagens na construção destes índices e respetivas reservas nas análises destes resultados. São ainda referidos os desafios devido a constrangimentos vários relacionados com os dados, tanto em termos de qualidade (fiabilidade) como disponibilidade, em particular a informação sobre custos de trabalho, por serem muito voláteis e sujeitos a revisões constantes, sendo utilizadas estimações pouco sofisticadas no cálculo destes deflatores. Não é ainda possível estender esta análise ao setor dos serviços, pelos motivos assinalados por Schimtz et al. (2002).

A escolha do grupo de países configura a principal inovação face aos ICH publicados pelo BCE. Permite às empresas exportadoras colocar-se, de forma mais precisa, sobre as tendências e necessidades destes mercados, o que ganhou interesse analítico com a

disponibilização das respetivas componentes do comércio bilateral. O grupo *Top* representa um cabaz limitado de países com grande peso na economia nacional (um pouco menos de 80%); um grupo que represente apenas os países da AE, sem pressão cambial associada; um grupo de países desenvolvidos, cuja procura de bens é elevada no mercado internacional; um conjunto de países emergentes, com algumas condicionantes no seu posicionamento global no comércio de manufaturas; e o grupo dos PALOP e Timor-Leste, mercados, por razões igualmente afetivas, que poderão vir a ter uma importância crescente.

A evolução do comércio externo, sobretudo no período após a concretização da terceira fase da UEM, mostra a importância da Espanha, da Alemanha e da França, do crescimento da China, da Polónia, da Turquia e da República Checa e da perda de importância da França, da Itália, do Reino Unido, dos Estados Unidos e da Suécia. Os PALOP, sobretudo Angola, têm ganho alguma importância neste contexto.

Sucedem alguns fenómenos que são refletidos nos índices cambiais efetivos reais para todos os grupos de países. Sobre eles, ocorre o seguinte (exclui-se desta análise o comportamento face ao grupo PALOP e Timor-Leste):

- Até final de 1992, os ICE sobem todos: face aos sinais claros de sobreaquecimento da economia portuguesa, surgiram pressões para apreciar o Escudo português. O regime de desvalorização deslizante foi abandonado e, nos 18 meses seguintes, a divisa apreciou 3% (Abreu, 2005: 83). Tornou-se objetivo intermédio a estabilidade cambial, com a finalidade de garantir a estabilidade de preços (Abreu, 2005: 83,88);
- Durante 1993 deu-se uma descida brusca dos índices: Portugal aderiu ao mecanismo cambial do SME, condição necessária para garantir a possibilidade de entrada na UEM. Nos meses iniciais continuaram a verificar-se fortes entradas de capitais externos devido ao diferencial das taxas de juro, mas o desenrolar de uma crise no sistema cambial no verão de 1992, deu origem a uma depreciação nominal de 10%, o dobro do Marco alemão. O resultado foi uma crise económica em 1992-1993. Ancorando as expectativas de inflação, foi possível evitar pressões inflacionistas após a desvalorização da divisa nacional (Abreu, 2005: 85-88);

- Subida dos índices até final de 1995, para os grupos de países Desenvolvidos e Emergentes: em março de 1995 deu-se um terceiro realinhamento, mas o Escudo português revelou uma estabilidade crescente até 1998 e, face ao Marco alemão, a taxa de conversão pouco mudou entre agosto de 1993 e a adoção do Euro. Foi novamente possível evitar pressões inflacionistas durante a recuperação económica da segunda metade dos anos 90 (Abreu, 2005: 87,88);
- Queda dos índices dos grupos de países fora da UEM até final de 2000: por via de uma desvalorização do Euro face ao USD, sobretudo, mas também face a outras divisas;
- Subida forte em Portugal do índice dos preços no produtor em 1999;
- Até final de 2009, os índices revelam tendência para subir, devido a pressões cambiais relacionadas com a valorização do Euro, mas também devido à subida dos custos do trabalho em Portugal até ao início desse ano. Em termos de preços, o efeito é escasso no seio dos países da UEM;
- Face aos países emergentes, o final de 2004 marca o início de uma recuperação competitiva face a esses países, devido a pressões inflacionistas nesses mercados;

Não se devem efetuar considerações fortes sobre as tendências assinaladas para os indicadores. Sobre estes foram referidas uma série de ressalvas e limitações que o impedem, mas por serem comuns os eventos à maioria dos índices criados para todos os grupos, bem como aos ICH calculado pelo BCE, é conferida alguma robustez na análise. No entanto, para fazer face às duas décadas de queda da competitividade internacional, deve ser enfatizada a competitividade estrutural, cuja importância tem aumentado devido à crescente diferenciação dos produtos. Essa competitividade estrutural é baixa porque a oferta doméstica não acompanha de forma eficiente a composição da procura, tanto externa como doméstica. A adequação dos preços relativos e da remuneração, iniciada em março de 2000 com o PEC, a favor de indústrias que produzam bens para exportação competitivos, pode contribuir para reverter a situação atual.

BIBLIOGRAFIA

- O'Neill, Jim, *The Growth Map: economic opportunity in the BRICS and beyond*, London: Portfolio Penguin, 2011.
- Abreu, Marta (2005), “Inflação e política monetária em Portugal antes da adoção do Euro”, *Banco de Portugal Boletim Económico*; Primavera 2005, pp: 81-96. Disponível em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB200504_p.pdf
- Anon (2007), “The effective Exchange rates of the Euro following the recent Euro area and EU enlargements”, *ECB Monthly Bulletin*; March 2007, pp. 77-79. Disponível em: <http://www.ecb.Europa.eu/pub/pdf/mobu/mb200703en.pdf?fb875f8c92fb74f78b3dbd429f38a6d9>
- Anon (1998), “Updating the calculation of the external value of the Deutsche Mark and adjusting it to the conditions of European monetary union”, *Deutsche Bundesbank Monthly Report*; November 1998, pp. 53-67. Disponível em: http://www.bundesbank.de/Redaktion/EN/Downloads/Publications/Monthly_Report_Articles/1998/1998_11_monetary_union.pdf?blob=publicationFile
- Armington, P. S. (1969), “A theory of demand for products distinguished by place of production”, *IMF Staff Papers*, Vol. 6, pp. 159-178. Disponível em: http://books.google.pt/books/about/A_Theory_of_Demand_for_Products_Distingu.html?id=H8dcHQAACAAJ&redir_esc=y
- Buldorini, L., Makrydakis, S. e Thimann, C. (2002), “The effective exchange rates of the Euro”, *ECB Occasional Paper*, No 2. Disponível em: <http://www.ecb.Europa.eu/pub/pdf/scpops/ecbocp2.pdf?c6343199a83e5b0067ee57d816278b98>
- Chinn, M. (2006), “A primer on real effective exchange rates: determinants, overvaluation, trade flows and competitive devaluation”, *Open Economies Review*, Vol. 17, pp. 115-143. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w11521>
- Ellis, L. (2001), “Measuring the real exchange rate: pitfalls and practicalities”, *Reserve Bank of Australia Research Discussion Paper*, 2001-04. Disponível em: <http://www.rba.gov.au/publications/rdp/2001/2001-04.html>
- Finicelli, A., Liccardi, A. e Sbracia, M. (2005), “A new indicator of competitiveness for Italy and the main industrial and emerging countries”, *Banca d'Italia Supplements to the Statistical Bulletin*, Volume XV No 66. Disponível em: http://www.bancaditalia.it/statistiche/quadro_norma_metodo/metodoc/nomed66/en_suppl_66_05.pdf
- Klau, M. e Fung, S. S. (2006), “The new BIS effective exchange rate indices”, *BIS Quarterly Review*, March, pp: 51-65. Disponível em: http://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt0603e.htm
- Gouveia, A.C. e Coimbra, C. (2004), “Novo Índice Cambial Efectivo para a Economia Portuguesa”, *Banco de Portugal, Boletim Económico* Dezembro 2004. Disponível em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB200413_p.pdf

- Lynch, B. e Whitaker, S. (2004), “The new sterling ERI”, Bank of England Quarterly Bulletin, Winter, pp: 429-441. Disponível em: <http://www.bankofengland.co.uk/publications/Documents/quarterlybulletin/qb040402.pdf>
- Kanamori, T., Zhao, Z. (2006), “The Renmimbi exchange rate revaluation: theory, practice and lessons from Japan”, ADBI Policy Paper No 9. Disponível em: <http://www.adbi.org/files/2006.05.09.book.renminbi.exchange.rate.pdf>
- Schmitz, M., De Clercq, M., Fidora, M., Lauro, B. e Pinheiro, C. (2012), “Revisiting the effective exchange rates of the Euro”, ECB Occasional Paper, No 134. Disponível em:
- Schmitz, M. (2012), “Experimental effective exchange rates based on trade in services”, ECB Monthly Bulletin; June 2012. Disponível em: <http://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpops/ecbocp134.pdf>
- Turner, P. e Van't Dack, J. (1993), “Measuring international price and cost competitiveness”, BIS Economic Papers, No 39. Disponível em: <http://www.bis.org/publ/econ39.htm>
- Vidal, M.J. e Reus, T.B. (1994), “Índice de taxa de câmbio efectiva do escudo: estudo dos ponderadores do comércio externo e apresentação da nova metodologia”, Banco de Portugal, Boletim Trimestral, Junho.
- Zanello, A. e Desruelle, D. (1997), “A primer on the IMF’s information notice system”, IMF Working Paper WP/97/71, Maio. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9771.pdf>

ANEXO A – MATRIZ DE PESOS

A matriz de pesos utilizada pelo BCE inclui um conjunto de 56 parceiros comerciais dos países da AE e compreende as trocas comerciais entre estes países que correspondam ao SITC 5 a 8. A matriz de pesos considerada neste estudo é a mesma utilizada pelo BCE no cálculo dos índices cambiais efetivos e nos índices de competitividade harmonizados. De acordo com essa matriz, o peso no comércio externo desses países encontra-se representado no quadro 1, bem como os redimensionamentos dos pesos consoante os grupos definidos (quadros 3 a 6).

Em relação a Portugal, há duas entidades responsáveis pela compilação e publicação de estatísticas de comércio internacional: o INE (comércio de bens) e o BP (comércio de serviços). Para o rácio entre comércio de serviços e comércio de bens utilizou-se dados mensais do comércio de bens e do comércio de serviços publicados pelo BP, que foram anualizados, por somatório das observações mensais.

Os dados do comércio internacional utilizados para o cálculo de indicadores de competitividade pelo BCE e pelos ICE calculados no âmbito desta tese, reportam-se ao SITC, alíneas 5 a 8. Em Portugal, é utilizada a classificação CTCI. O INE publica dados do comércio internacional de acordo com a NC, uma nomenclatura que pouco difere da CTCI. No entanto, as subtilezas entre as duas normas foram identificadas para o cálculo do peso deste tipo de comércio em Portugal. Mesmo as trocas comerciais entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste foram alvo do mesmo tratamento. Resultam em dados trabalhados que abarcam o período de 1995 a 2012.

Como foi referido no Capítulo I (Parceiros comerciais – PALOP e Timor-Leste), o efeito terciário de mercado não é possível de captar nos nossos parceiros do grupo PALOP e Timor-Leste, pelo que se optou pelo cálculo de uma ponderação simples para as exportações e importações. A importância destes países em termos de comércio de manufaturas é, naturalmente, diversa: o comércio bilateral de manufaturas com Angola, como exemplo,

representava, em 2012, 72,80% das exportações de bens, mas somente 0,20% das importações de bens com esse país⁵⁸.

Para o cálculo dos pesos do comércio externo bilateral com estes países são utilizados os valores do comércio de manufaturas entre Portugal e estas economias, com ponderação simples para importações e exportações. São calculados os valores médios para os triénios 2007-2009 e 2010-2012, bem como para 2005-2006. Para períodos anteriores, é utilizado o peso médio do último biénio.

⁵⁸ Os quadros 9 a 15 mostram, com detalhe, os pesos do comércio de manufaturas no comércio de bens em termos bilaterais com os PALOP e Timor-Leste, entre 2005 e 2012, bem como a totalidade das exportações e importações portuguesas.

Um novo ICE para Portugal

Quadro 1 – Matriz de pesos do comércio externo (percentagens)

Fonte: BCE

	2007-2009	2004-2006	2001-2003	1998-2000	1995-1997
Espanha	25.52%	24.32%	21.77%	19.18%	17.19%
Alemanha	16.34%	16.56%	17.14%	17.68%	19.35%
França	10.05%	10.63%	11.31%	11.89%	12.00%
Itália	6.86%	7.04%	7.64%	8.19%	8.81%
Holanda	5.16%	4.84%	4.90%	5.00%	4.93%
Reino Unido	4.29%	5.64%	6.66%	8.01%	8.49%
China	4.02%	2.57%	1.52%	1.13%	0.89%
Bélgica	3.71%	3.71%	3.86%	3.92%	3.87%
Estados Unidos	3.31%	4.27%	4.89%	4.90%	4.42%
Japão	1.67%	2.05%	2.43%	3.24%	3.09%
Suécia	1.22%	1.33%	1.41%	1.74%	1.80%
Áustria	1.20%	1.12%	1.21%	1.11%	1.19%
Suíça	1.19%	1.21%	1.38%	1.44%	1.97%
Polónia	1.08%	0.99%	1.01%	0.48%	0.29%
Turquia	0.99%	1.07%	0.77%	0.53%	0.36%
Coreia do Sul	0.97%	0.99%	0.87%	1.11%	1.14%
República Checa	0.94%	0.76%	0.60%	0.44%	0.24%
Irlanda	0.93%	1.03%	0.98%	0.88%	0.79%
Índia	0.75%	0.55%	0.47%	0.40%	0.37%
Hungria	0.73%	0.45%	0.44%	0.37%	0.18%
Finlândia	0.72%	0.65%	0.71%	0.78%	0.77%
Brasil	0.71%	0.78%	0.62%	0.69%	0.78%
Dinamarca	0.69%	0.70%	0.71%	0.79%	1.05%
Noruega	0.65%	0.78%	1.06%	0.86%	0.62%
Rússia	0.42%	0.37%	0.28%	0.22%	0.31%
Hong Kong	0.41%	0.46%	0.47%	0.50%	0.56%
Taiwan	0.40%	0.44%	0.46%	0.53%	0.55%
Malásia	0.39%	0.35%	0.28%	0.28%	0.32%
Tailândia	0.36%	0.32%	0.31%	0.38%	0.31%
Eslováquia	0.36%	0.20%	0.17%	0.10%	0.08%
Roménia	0.36%	0.19%	0.15%	0.10%	0.08%
Canadá	0.34%	0.41%	0.46%	0.37%	0.40%
Singapura	0.33%	0.34%	0.32%	0.33%	0.42%
Luxemburgo	0.32%	0.33%	0.29%	0.20%	0.20%
África do Sul	0.31%	0.32%	0.18%	0.18%	0.19%
México	0.30%	0.30%	0.27%	0.22%	0.18%
Marrocos	0.29%	0.23%	0.24%	0.19%	0.18%
Grécia	0.24%	0.24%	0.25%	0.25%	0.23%
Israel	0.20%	0.21%	0.23%	0.29%	0.27%
Indonésia	0.19%	0.23%	0.23%	0.16%	0.17%
Eslovénia	0.15%	0.12%	0.11%	0.09%	0.10%
Argélia	0.14%	0.06%	0.05%	0.03%	0.04%
Austrália	0.12%	0.17%	0.23%	0.20%	0.18%
Argentina	0.10%	0.09%	0.13%	0.13%	0.10%
Chile	0.09%	0.11%	0.10%	0.10%	0.09%
Filipinas	0.08%	0.09%	0.11%	0.10%	0.07%
Bulgária	0.07%	0.08%	0.06%	0.06%	0.07%
Lituânia	0.07%	0.04%	0.04%	0.02%	0.06%
Venezuela	0.06%	0.03%	0.04%	0.04%	0.06%
Croácia	0.04%	0.04%	0.03%	0.03%	0.03%
Malta	0.03%	0.03%	0.02%	0.02%	0.06%
Estónia	0.03%	0.03%	0.03%	0.02%	0.02%
Chipre	0.03%	0.02%	0.02%	0.02%	0.02%
Nova Zelândia	0.02%	0.03%	0.04%	0.02%	0.03%
Islândia	0.02%	0.02%	0.02%	0.02%	0.02%
Letónia	0.02%	0.03%	0.02%	0.01%	0.01%

Um novo ICE para Portugal

Quadro 2 – Lista de países agrupada por grupos

	Top	Área Euro	Desenvolvidos	Emergentes
Espanha	X	X		
Alemanha	X	X		
França	X	X		
Itália	X	X		
Holanda	X	X		
Reino Unido	X		X	
China	X			X
Bélgica	X	X		
Estados Unidos	X		X	
Japão			X	
Suécia			X	
Áustria		X		
Suíça			X	
Polónia				X
Turquia				X
Coreia do Sul			X	
República Checa			X	
Irlanda		X		
Índia				X
Hungria				X
Finlândia		X		
Brasil				X
Dinamarca			X	
Noruega			X	
Rússia				X
Hong Kong			X	
Taiwan				
Malásia				
Tailândia				
Eslováquia		X		
Roménia				
Canadá			X	
Singapura			X	
Luxemburgo		X		
África do Sul				
México				
Marrocos				
Grécia		X		
Israel				
Indonésia				
Eslovénia		X		
Argélia				
Austrália			X	
Argentina				
Chile				
Filipinas				
Bulgária				
Lituânia				
Venezuela				
Croácia				
Malta		X		
Estónia		X		
Chipre		X		
Nova Zelândia				
Islândia				
Letónia				

Um novo ICE para Portugal

Quadro 3 – Matriz de pesos ajustada - Área Euro

	2007-2009	2004-2006	2001-2003	1998-2000	1995-1997
Espanha	35.62%	34.32%	30.92%	27.66%	24.69%
Alemanha	22.81%	23.37%	24.34%	25.50%	27.80%
França	14.03%	15.00%	16.06%	17.15%	17.24%
Itália	9.57%	9.93%	10.85%	11.81%	12.66%
Holanda	7.20%	6.83%	6.96%	7.21%	7.08%
Bélgica	5.18%	5.23%	5.48%	5.65%	5.56%
Áustria	1.67%	1.58%	1.72%	1.60%	1.71%
Irlanda	1.30%	1.45%	1.39%	1.27%	1.13%
Finlândia	1.00%	0.92%	1.01%	1.13%	1.11%
Eslováquia	0.50%	0.28%	0.24%	0.14%	0.11%
Luxemburgo	0.45%	0.47%	0.41%	0.29%	0.29%
Grécia	0.33%	0.34%	0.36%	0.36%	0.33%
Eslovénia	0.21%	0.17%	0.16%	0.13%	0.14%
Malta	0.04%	0.04%	0.03%	0.03%	0.09%
Estónia	0.04%	0.04%	0.04%	0.03%	0.03%
Chipre	0.04%	0.03%	0.03%	0.03%	0.03%
TOTAL	71.65%	70.87%	70.41%	69.33%	69.61%

Quadro 4 – Matriz de pesos ajustada - Desenvolvidos

	2007-2009	2004-2006	2001-2003	1998-2000	1995-1997
Reino Unido	26.60%	29.51%	30.99%	33.47%	34.82%
Estados Unidos	20.52%	22.34%	22.75%	20.48%	18.13%
Japão	10.35%	10.73%	11.31%	13.54%	12.67%
Suécia	7.56%	6.96%	6.56%	7.27%	7.38%
Suíça	7.38%	6.33%	6.42%	6.02%	8.08%
Coreia do Sul	6.01%	5.18%	4.05%	4.64%	4.68%
República Checa	5.83%	3.98%	2.79%	1.84%	0.98%
Dinamarca	4.28%	3.66%	3.30%	3.30%	4.31%
Noruega	4.03%	4.08%	4.93%	3.59%	2.54%
Hong Kong	2.54%	2.41%	2.19%	2.09%	2.30%
Canadá	2.11%	2.15%	2.14%	1.55%	1.64%
Singapura	2.05%	1.78%	1.49%	1.38%	1.72%
Austrália	0.74%	0.89%	1.07%	0.84%	0.74%
TOTAL	16.13%	19.11%	21.49%	23.93%	24.38%

Quadro 5 – Matriz de pesos ajustada - Top

	2007-2009	2004-2006	2001-2003	1998-2000	1995-1997
Espanha	32.20%	31.58%	27.85%	23.39%	20.93%
Alemanha	20.62%	21.50%	21.93%	21.56%	23.55%
França	12.68%	13.80%	14.47%	14.50%	14.61%
Itália	8.66%	9.14%	9.77%	9.99%	10.72%
Holanda	6.51%	6.28%	6.27%	6.10%	6.00%
Reino Unido	5.41%	7.32%	8.52%	9.77%	10.33%
China	5.07%				
Bélgica	4.68%	4.82%	4.94%	4.78%	4.71%
Estados Unidos	4.18%	5.54%	6.26%	5.97%	5.38%
Japão				3.95%	3.76%
TOTAL	79.26%	77.01%	78.17%	82.01%	82.15%

Um novo ICE para Portugal

Quadro 6 – Matriz de pesos ajustada - Emergentes

	2007-2009	2004-2006	2001-2003	1998-2000	1995-1997
China	46.58%	36.98%	28.73%	27.23%	23.73%
Polónia	12.51%	14.24%	19.09%	11.57%	7.73%
Turquia	11.47%	15.40%	14.56%	12.77%	9.60%
Índia	4.29%	5.76%	8.88%	13.25%	20.00%
Hungria	8.46%	6.47%	8.32%	8.92%	4.80%
Brasil	8.23%	11.22%	11.72%	16.63%	20.80%
Rússia	4.87%	5.32%	5.29%	5.30%	8.27%
África do Sul	3.59%	4.60%	3.40%	4.34%	5.07%
TOTAL	9.01%	7.10%	5.29%	4.00%	3.37%

Quadro 7 – Pesos do comércio externo bilateral face ao total – PALOP e Timor-Leste

	2005-2006	2007-2009	2010-2012
Angola	1,152140%	2,361102%	2,599273%
Cabo Verde	0,199685%	0,265807%	0,267639%
Guiné-Bissau	0,025396%	0,033133%	0,034045%
Moçambique	0,076944%	0,104410%	0,267717%
S.Tomé	0,025998%	0,034766%	0,038964%
Timor-Leste	0,002455%	0,004532%	0,006514%

Quadro 8 – Matriz de pesos ajustada – PALOP e Timor-Leste

	2010-2012	2007-2009	2005-2006
Angola	80,87%	84,21%	77,71%
Cabo Verde	8,33%	9,48%	13,47%
Guiné-Bissau	1,06%	1,18%	1,71%
Moçambique	8,33%	3,72%	5,19%
S.Tomé	1,21%	1,24%	1,75%
Timor-Leste	0,20%	0,16%	0,17%
TOTAL	3,21%	2,80%	1,48%

Um novo ICE para Portugal

Quadro 9 – Total do comércio internacional de bens portugueses (10³ Euros)

	Total		SITC: 5-8		% (SITC 5-8) do Total	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2005	31.137.084.365	51.379.218.326	24.692.943.632	35.774.641.997	79,30%	69,63%
2006	35.640.473.472	56.294.640.651	27.556.025.979	39.096.604.267	77,32%	69,45%
2007	38.294.061.544	59.926.542.840	29.496.314.332	41.681.944.449	77,03%	69,56%
2008	38.847.346.198	64.193.885.647	29.143.872.657	42.924.371.502	75,02%	66,87%
2009	31.696.763.402	51.378.500.643	23.263.469.065	35.151.445.257	73,39%	68,42%
2010	37.267.906.508	58.647.391.261	26.488.943.342	39.552.618.112	71,08%	67,44%
2011	42.828.033.392	59.229.298.987	30.397.382.991	37.130.738.515	70,98%	62,69%
2012	45.259.455.439	56.165.860.001	31.668.011.108	33.423.326.672	69,97%	59,51%

Quadro 10 – Comércio bilateral de bens portugueses – Angola (10³ Euros)

	Total		SITC: 5-8		% (SITC 5-8) do Total	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2005	803.029.412	25.130.446	570.935.858	790.576	71,10%	3,15%
2006	1.210.188.937	52.748.959	892.401.812	474.007	73,74%	0,90%
2007	1.684.325.074	369.378.128	1.273.170.089	1.618.822	75,59%	0,44%
2008	2.261.264.374	407.996.488	1.737.230.325	1.932.739	76,83%	0,47%
2009	2.242.449.572	151.088.957	1.745.657.947	1.822.022	77,85%	1,21%
2010	1.905.671.063	563.452.023	1.389.716.756	3.865.114	72,93%	0,69%
2011	2.330.054.737	1.177.500.935	1.583.750.125	5.389.515	67,97%	0,46%
2012	2.990.804.630	1.780.875.994	2.177.382.319	3.638.643	72,80%	0,20%

Quadro 11 – Comércio bilateral de bens portugueses – Cabo Verde (10³ Euros)

	Total		SITC: 5-8		% (SITC 5-8) do Total	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2005	148.822.038	7.523.166	105.549.890	6.356.129	70,92%	84,49%
2006	189.712.721	7.122.754	136.069.295	5.865.025	71,72%	82,34%
2007	227.950.899	7.271.348	167.664.657	6.030.835	73,55%	82,94%
2008	257.539.372	8.964.241	190.487.389	6.932.264	73,96%	77,33%
2009	222.706.856	7.241.237	159.197.533	5.717.855	71,48%	78,96%
2010	262.590.372	7.475.989	192.336.559	6.750.201	73,25%	90,29%
2011	253.786.091	9.970.716	173.523.378	8.884.020	68,37%	89,10%
2012	215.749.792	9.109.082	142.578.703	7.622.029	66,09%	83,68%

Quadro 12 – Comércio bilateral de bens portugueses – Guiné-Bissau (10³ Euros)

	Total		SITC: 5-8		% (SITC 5-8) do Total	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2005	24.077.891	996.487	13.855.102	654.908	57,54%	65,72%
2006	27.066.673	1.164.244	17.272.463	500.889	63,81%	43,02%
2007	34.532.264	508.156	24.142.344	51.537	69,91%	10,14%
2008	40.401.019	580.441	22.524.979	348.592	55,75%	60,06%
2009	33.466.408	1.375.917	18.721.717	1.027.592	55,94%	74,68%
2010	42.772.010	389.105	22.583.243	93.176	52,80%	23,95%
2011	64.248.761	260.517	24.128.022	56.555	37,55%	21,71%
2012	71.472.651	39.360	20.758.498	14.934	29,04%	37,94%

Um novo ICE para Portugal

Quadro 13 – Comércio bilateral de bens portugueses – Moçambique (10³ Euros)

	Total		SITC: 5-8		% (SITC 5-8) do Total	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2005	64.684.635	31.657.379	44.413.646	257.501	68,66%	0,81%
2006	73.719.745	28.684.687	52.841.950	298.311	71,68%	1,04%
2007	89.407.884	25.640.836	59.495.410	516.410	66,54%	2,01%
2008	92.358.436	33.687.233	63.292.597	331.063	68,53%	0,98%
2009	120.882.653	42.799.584	86.512.994	406.752	71,57%	0,95%
2010	150.716.950	29.184.009	114.938.101	2.059.939	76,26%	7,06%
2011	216.884.933	41.982.741	177.987.761	397.529	82,07%	0,95%
2012	286.623.244	16.428.085	236.099.492	367.064	82,37%	2,23%

Quadro 14 – Comércio bilateral de bens portugueses – São Tomé e Príncipe (10³ Euros)

	Total		SITC: 5-8		% (SITC 5-8) do Total	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2005	22.411.704	257.855	14.643.957	34.102	65,34%	13,23%
2006	28.311.348	719.425	17.830.863	539.289	62,98%	74,96%
2007	33.075.893	254.641	21.447.720	24.141	64,84%	9,48%
2008	36.546.110	308.636	24.459.428	14.007	66,93%	4,54%
2009	35.546.683	478.840	23.989.475	175.057	67,49%	36,56%
2010	42.612.731	294.723	25.487.045	67.697	59,81%	22,97%
2011	46.543.597	269.916	26.231.055	100.504	56,36%	37,24%
2012	46.238.357	246.883	25.369.133	151.351	54,87%	61,30%

Quadro 15 – Comércio bilateral de bens portugueses – Timor-Leste (10³ Euros)

	Total		SITC: 5-8		% (SITC 5-8) do Total	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
2005	1.231.322	1.271.479	968.338	344.164	78,64%	27,07%
2006	2.447.569	1.285.610	1.716.189	92.551	70,12%	7,20%
2007	1.202.460	221.588	686.926	107.429	57,13%	48,48%
2008	2.079.889	519.543	1.140.258	106.021	54,82%	20,41%
2009	9.228.982	910.690	7.079.653	18.779	76,71%	2,06%
2010	6.676.570	1.119.048	5.312.838	96.910	79,57%	8,66%
2011	4.899.362	1.026.336	3.106.167	75.072	63,40%	7,31%
2012	8.072.081	226.529	4.348.814	593	53,87%	0,26%

ANEXO B – FONTES DOS DADOS

Um novo ICE para Portugal

Quadro 16 – Fontes dos dados

	Câmbio	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Espanha	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Alemanha	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
França	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Itália	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Holanda	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Reino Unido	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
China	BP+FRED	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Bélgica	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Estados Unidos	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Japão	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Suécia	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Áustria	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Suíça	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Polónia	BP+BCN	FRED	BCE	BCE	BCE	BCE
Turquia	BP	BCE	BCE	BCE	-	-
Coreia do Sul	BP+FRED	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
República Checa	BP+BCN	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Irlanda	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Índia	BP+FRED	BCE	-	FMI	-	-
Hungria	BP+BCN	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Finlândia	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Brasil	BP	BCE	-	FRED	-	-
Dinamarca	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Noruega	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Rússia	BP	BCE	-	FMI	-	-
Hong Kong	BP+FRED	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Taiwan	BP+FRED	BCE	-	-	-	-
Malásia	BP+FRED	BCE	-	-	-	-
Tailândia	BP+FRED	BCE	-	-	-	-
Eslováquia	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Roménia	BP+BCN	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Canadá	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Singapura	BP+BCN	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Luxemburgo	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
África do Sul	BP	BCE	-	FRED	-	-
México	BP	BCE	-	-	-	-
Marrocos	BP	BCE	-	-	-	-
Grécia	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Israel	BP	BCE	-	-	-	-
Indonésia	BP	BCE	-	-	-	-
Eslovénia	BP+BCN	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Argélia	BP	BCE	-	-	-	-
Austrália	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Argentina	BP	BCE	-	FMI	-	-
Chile	BP	BCE	-	-	-	-
Filipinas	BP	BCE	-	-	-	-
Bulgária	BP+BCN	BCE	-	-	-	-
Lituânia	BP	BCE	-	-	-	-
Venezuela	BP	BCE	-	-	-	-
Croácia	BP+BCN	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Malta	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Estónia	BP+BCN	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Chipre	BP	BCE	BCE	BCE	BCE	BCE
Nova Zelândia	BP+FRED	BCE	-	-	-	-

Um novo ICE para Portugal

Continuação do quadro 16 – Fontes dos dados

	Câmbio	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Islândia	BCN	BCE	-	-	-	-
Letónia	BP	BCE	-	-	-	-
Angola	BP	BCN	-	-	-	-
Cabo Verde	BP	BCN	-	-	-	-
Guiné-Bissau	BP	BCN	-	-	-	-
Moçambique	BP	BCN	-	-	-	-
S.Tomé e Príncipe	BP	BCN	-	-	-	-
Timor-Leste	BP	BCN	-	-	-	-

Quadro 17 – Início das séries

	Nominal	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Espanha	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Alemanha	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1991 - 1ºT	1990 - 1ºT	1991 - 1ºT
França	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Itália	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1991 - 1ºT	1990 - 1ºT	1992 - 1ºT
Holanda	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Reino Unido	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
China	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1992 - 1ºT	1994 - 1ºT	1992 - 1ºT
Bélgica	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Estados Unidos	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Japão	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Suécia	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Áustria	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Suíça	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Polónia	Jan1990	Jan1990	Jan1995	1990 - 1ºT	1995 - 1ºT	1995 - 1ºT
Turquia	Jan1993	Jan1993	Jan1993	1993 - 1ºT	-	-
Coreia do Sul	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
República Checa	Jan1991	Jan1991	Jan1990	1990 - 1ºT	1995 - 1ºT	1995 - 1ºT
Irlanda	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1995 - 1ºT
Índia	Jan1990	Jan1990	-	1996 - 4ºT	-	-
Hungria	Jan1990	Jan1990	Jan1992	1991 - 1ºT	1995 - 1ºT	1995 - 1ºT
Finlândia	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Brasil	Jan1993	Jan1993	-	1996 - 1ºT	-	-
Dinamarca	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Noruega	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1995 - 1ºT
Rússia	Jan1993	Jan1993	-	1995 - 1ºT	-	-
Hong Kong	Jan1990	Jan1990	Jan1991	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Taiwan	Jan1990	Jan1990	-	-	-	-
Malásia	Jan1990	Jan1990	-	-	-	-
Tailândia	Jan1990	Jan1990	-	-	-	-
Eslováquia	Fev1993	Fev1993	Jan1994	1990 - 1ºT	1995 - 1ºT	1995 - 1ºT
Roménia	Jan1991	Jan1991	Oct1990	1991 - 1ºT	1995 - 1ºT	1990 - 1ºT
Canadá	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Singapura	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Luxemburgo	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
África do Sul	Jan1990	Jan1990	-	1990 - 1ºT	-	-
México	Jan1993	Jan1993	-	-	-	-
Marrocos	Jan1993	Jan1993	-	-	-	-
Grécia	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT
Israel	Jan1993	Jan1993	-	-	-	-
Indonésia	Jan1993	Jan1993	-	-	-	-
Eslovénia	Jan1992	Jan1992	Jan1992	1992 - 1ºT	1995 - 1ºT	1995 - 1ºT
Argélia	Jan1993	Jan1993	-	-	-	-
Austrália	Jan1990	Jan1990	Jan1990	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT	1990 - 1ºT

Um novo ICE para Portugal

Continuação do quadro 17 – Início das séries

	Nominal	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Argentina	Jan1993	Jan1993	-	1993 - 1ºT	-	-
Chile	Jan1993	Jan1993	-	-	-	-
Filipinas	Jan1993	Jan1993	-	-	-	-
Bulgária	Fev1991	Dez1990	-	-	-	-
Lituânia	Out1992	Out1992	Out1992	1992 - 4ºT	1995 - 1ºT	1995 - 1ºT
Venezuela	Jan1993	Jan1993	-	-	-	-
Croácia	Jan1992	Jan1992	Jan1995	1995 - 1ºT	-	1996 - 1ºT
Malta	Jan1993	Jan1993	Jan1993	1993 - 1ºT	1993 - 1ºT	1993 - 1ºT
Estónia	Jun1992	Jan1992	Jan1993	1991 - 1ºT	1993 - 1ºT	1995 - 1ºT
Chipre	Jan1993	Jan1993	Jan1993	1993 - 1ºT	1993 - 1ºT	1993 - 1ºT
Nova Zelândia	Jan1990	Jan1990	-	-	-	-
Islândia	Jan1990	Jan1990	-	-	-	-
Letónia	Fev1992	Fev1992	Dez1992	1992 - 1ºT	1992 - 1ºT	1992 - 1ºT
Angola	Jan1999	Jan1999	-	-	-	-
Cabo Verde	Jan1999	Jan1999	-	-	-	-
Guiné-Bissau	Jan1999	Jan1999	-	-	-	-
Moçambique	Jan1999	Jan1999	-	-	-	-
S.Tomé e Príncipe	Jan1999	Jan1999	-	-	-	-
Timor-Leste	Abr2000	Abr2000	-	-	-	-

ANEXO C – COMPETITIVIDADE FACE AOS GRUPOS DE PAÍSES

Um novo ICE para Portugal

Quadro 18 – Competitividade desde janeiro (1º trimestre) de 1990⁵⁹
(sinal positivo indica uma perda na competitividade)

	Nominal	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Top	-8,28%	13,97%	-5,56%	17,09%	22,47%	23,66%
Área Euro	-4,04%	16,79%	-0,49%	20,41%	19,87%	26,89%
Desenvolvidos	-16,62%	6,71%	-10,45%	13,43%	16,19%	19,97%
Emergentes	49,91%	7,45%	-9,46%	56,81%		
PALOP e Timor-Leste						
ICH - BCE	-10,13%	-4,67%		2,20%		3,50%

Quadro 19 – Variação percentual desde a criação da moeda única⁶⁰

(sinal positivo indica um ganho na competitividade)

	Nominal	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Top	-1,26%	-3,52%	-15,93%	-1,35%	-17,02%	-0,68%
Área Euro	0,11%	-1,93%	-20,74%	-1,67%	7,65%	-2,25%
Desenvolvidos	-5,36%	-14,46%	-28,97%	-9,98%	-6,77%	-6,81%
Emergentes	-36,97%	16,22%	2,51%	28,58%		
PALOP e Timor-Leste	-442,16%	66,22%				
ICH - BCE	-10,13%	-4,67%		2,20%		1,14%

Quadro 20 – Variação percentual desde o início do PEC e do PAEF

(sinal positivo indica um ganho na competitividade)

	Nominal	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Top	0,99%	0,91%	1,76%	2,46%	1,13%	5,79%
Área Euro	3,54%	2,17%	3,13%	3,23%	9,59%	9,36%
Desenvolvidos	0,00%	-0,45%	0,31%	1,39%	4,89%	4,84%
Emergentes	-3,75%	3,85%	9,00%	18,61%		
PALOP e Timor-Leste	-0,05%	26,83%				
ICH - BCE	1,09%	0,42%		2,31%		6,51%

⁵⁹ Para os dados mensais, o início dá-se em janeiro de 1990; para dados trimestrais, principia no 1º trimestre de 1990. Os resultados a cinza indicam a perda de competitividade percentual entre a primeira observação e a criação da moeda única.

⁶⁰ A cinza estão assinalados os ganhos competitivos desde a criação da moeda única. Em relação ao grupo dos países PALOP e Timor-Leste, as variações percentuais referem-se ao período iniciado em janeiro de 2001.

ANEXO D – COMPETITIVIDADE BILATERAL

Um novo ICE para Portugal

Quadro 21– Competitividade bilateral desde janeiro de 1990⁶¹
(sinal positivo indica um ganho na competitividade)

	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Espanha	-20,89%	-7,70%	-22,55%	-20,44%	-29,12%
Alemanha	-13,51%	8,45%	-7,12%	-9,62%	-11,44%
França	-13,49%	1,59%	-19,86%	-24,42%	-26,29%
Itália	-22,37%	-3,46%	-22,06%	-29,39%	-25,56%
Holanda	-13,35%	5,66%	-16,18%	-16,38%	-21,52%
Reino Unido	-2,48%	13,86%	-8,51%	-3,44%	-18,56%
China	-13,69%	11,63%	10,51%	-21,28%	-6,77%
Bélgica	-12,59%	2,94%	-15,46%	-14,15%	-19,11%
Estados Unidos	-4,32%	15,94%	-13,33%	-24,70%	-18,13%
Japão	2,52%	21,16%	-5,07%	-7,18%	-10,91%
Suécia	-23,95%	-6,04%	-29,94%	-49,83%	-39,55%
Áustria	-12,88%	0,52%	-18,21%	-19,31%	-24,42%
Suíça	-4,53%	9,27%	-13,51%	-14,18%	-14,16%
Polónia	171,69%	3,39%	63,05%	25,36%	22,44%
Turquia	8,88%	-9,98%	-8,44%		
Coreia do Sul	-29,33%	-16,48%	-28,25%	-37,34%	-36,82%
República Checa	69,50%	91,56%	78,57%	20,02%	19,00%
Irlanda	-17,80%	7,69%	-14,62%	-55,75%	-6,55%
Índia	-28,23%		5,88%		
Hungria	29,18%	9,78%	6,48%	12,06%	2,62%
Finlândia	-32,33%	-21,13%	-36,72%	-47,23%	-47,62%
Brasil	-3,02%		-26,69%		
Dinamarca	-13,82%	20,23%	-19,23%	-14,72%	-24,85%
Noruega	-22,44%	3,96%	-28,66%	-9,67%	0,82%
Rússia	276,71%		-4,21%		
Hong Kong	39,81%	29,03%	17,66%	30,27%	19,44%
Taiwan	-21,80%				
Malásia	-25,75%				
Tailândia	-18,70%				
Eslováquia	14,07%	16,48%	9,37%	5,19%	2,27%
Roménia	87,00%	39,16%	-27,26%	0,03%	-35,92%
Canadá	-31,14%	-2,93%	-35,56%	-37,70%	-39,51%
Singapura	-3,98%	-12,45%	-9,68%	-18,82%	-9,73%
Luxemburgo	3,78%	33,20%	-12,02%	-22,32%	-26,17%
África do Sul	-26,81%		-24,59%		
México	-0,40%				
Marrocos	17,71%				
Grécia	1,12%	14,06%	2,09%	-16,79%	9,50%
Israel	18,46%				
Indonésia	-33,09%				
Eslovénia	19,15%	62,13%	43,56%	-3,91%	-13,63%
Argélia	-10,72%				
Austrália	-27,16%	-3,28%	-32,02%	-23,17%	-36,23%
Argentina	16,62%		-1,01%		
Chile	26,10%				
Filipinas	1,84%				
Bulgária	105,96%				
Lituânia	744,93%	92,08%	343,22%	70,71%	82,55%
Venezuela	107,57%				
Croácia	1750,91%	-4,80%	-0,37%		13,98%
Malta	19,11%	33,33%	3,90%	14,01%	3,36%
Estónia	181,63%	167,33%	302,76%	162,70%	23,57%
Chipre	9,06%	19,06%	3,56%	7,98%	5,42%
Nova Zelândia	-0,40%				
Islândia	-30,18%				
Letónia	1062,69%	37,21%	444,77%	865,40%	744,42%

⁶¹ Nem sempre assim acontece. O início das séries é observado no quadro 8. Os resultados a cinza indicam o ganho de competitividade percentual entre a primeira observação e a adoção do Euro.

Um novo ICE para Portugal

Quadro 22 – Variação percentual desde a criação da moeda única
(sinal positivo indica um ganho na competitividade)⁶²

	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Espanha	4,95%	-13,12%	7,33%	10,50%	-2,82%
Alemanha	-10,56%	-34,58%	-16,18%	0,28%	-15,18%
França	-8,53%	-32,32%	-5,06%	9,12%	2,03%
Itália	-1,53%	-24,06%	-0,48%	29,05%	7,94%
Holanda	-2,21%	-5,12%	-0,12%	3,76%	5,37%
Reino Unido	-28,52%	-41,90%	-22,07%	2,45%	-14,78%
China	9,58%	-15,01%	29,58%	43,27%	45,31%
Bélgica	-3,64%	-9,39%	-1,38%	4,66%	2,91%
Estados Unidos	-18,19%	-33,02%	-17,16%	-37,97%	-17,07%
Japão	-46,27%	-56,52%	-59,26%	-38,19%	-51,76%
Suécia	-8,15%	-17,35%	-2,82%	-22,24%	1,93%
Áustria	-6,12%	-28,86%	-6,91%	-18,89%	-6,01%
Suíça	1,16%	-20,10%	9,83%	11,28%	10,86%
Polónia	11,92%	-12,83%	13,66%	-15,86%	5,10%
Turquia	20,34%	6,66%	17,50%		
Coreia do Sul	-3,56%	-36,38%	-8,34%	-12,18%	-11,92%
República Checa	30,53%	9,59%	25,53%	24,65%	35,32%
Irlanda	-2,15%	-17,96%	-5,84%	-181,24%	-0,30%
Índia	2,13%		16,64%		
Hungria	23,96%	13,54%	23,50%	18,43%	22,37%
Finlândia	-5,10%	-22,30%	-6,21%	-18,14%	5,60%
Brasil	11,34%		36,95%		
Dinamarca	-6,49%	-4,50%	3,24%	5,77%	8,41%
Noruega	-0,09%	1,43%	41,98%	35,42%	36,82%
Rússia	56,09%		74,21%		
Hong Kong	-47,98%	-57,08%	-67,04%	-40,13%	-97,06%
Taiwan	-33,25%				
Malásia	-6,38%				
Tailândia	3,16%				
Eslováquia	34,75%	32,43%	40,13%	42,69%	42,68%
Roménia	28,69%	33,97%	49,80%	35,14%	44,98%
Canadá	13,91%	-10,49%	24,99%	29,68%	27,17%
Singapura	6,48%	-7,29%	4,54%	2,37%	11,88%
Luxemburgo	4,35%	-6,00%	17,55%	44,98%	22,17%
África do Sul	-32,66%		8,00%		
México	-8,46%				
Marrocos	-16,70%				
Grécia	0,67%	-2,87%	7,42%	32,00%	-8,04%
Israel	-9,06%				
Indonésia	27,89%				
Eslovénia	2,40%	-27,65%	-4,83%	-0,93%	2,21%
Argélia	-25,92%				
Austrália	22,70%	11,60%	37,32%	46,99%	36,64%
Argentina	-190,65%		-64,39%		
Chile	-14,23%				
Filipinas	1,73%				
Bulgária	33,89%				
Letónia	26,36%	23,46%	30,64%	8,31%	15,37%
Venezuela	-0,44%				

⁶² A cinza estão assinalados os ganhos competitivos entre janeiro de 1999 (ou 1º trimestre de 1999) e o momento mais atual. No caso dos PALOP e Timor-Leste, esta variação ocorre desde abril de 2000.

Um novo ICE para Portugal

Continuação do quadro 22 – Variação percentual desde a criação da moeda única

	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Croácia	-3,91%	-20,97%	14,97%		11,37%
Malta	1,79%	-10,66%	6,98%	29,06%	10,45%
Estónia	22,09%	-6,76%	30,05%	8,45%	35,92%
Chipre	2,17%	-2,84%	7,78%	31,67%	9,28%
Nova Zelândia	19,67%				
Islândia	-7,70%				
Letónia	18,28%	-4,54%	35,07%	10,55%	25,39%
Angola	62,74%				
Cabo Verde	3,92%				
Guiné-Bissau	3,59%				
Moçambique	3,27%				
S.Tomé e Príncipe	28,56%				
Timor-Leste	17,76%				

Quadro 23 – Variação percentual desde o início do PEC e do PAEF
(sinal positivo indica um ganho na competitividade)⁶³

	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Espanha	0,06%	1,05%	0,13%	-0,77%	-3,66%
Alemanha	-1,17%	-1,53%	3,04%	8,92%	9,20%
França	-1,86%	-0,84%	2,48%	11,27%	8,00%
Itália	0,31%	-1,30%	2,06%	15,98%	8,39%
Holanda	0,63%	5,02%	1,64%	8,42%	8,61%
Reino Unido	7,30%	8,08%	3,93%	19,08%	7,27%
China	15,41%	6,46%	14,45%	30,73%	26,43%
Bélgica	0,20%	2,58%	3,77%	6,99%	10,99%
Estados Unidos	1,04%	2,69%	0,44%	-0,28%	5,15%
Japão	-15,44%	-13,00%	-16,44%	1,85%	-4,64%
Suécia	6,29%	7,58%	12,02%	3,94%	17,04%
Áustria	0,38%	-0,17%	3,41%	-4,75%	9,26%
Suíça	6,91%	5,42%	11,42%	20,26%	18,71%
Polónia	-8,02%	-1,38%	1,07%	4,45%	5,75%
Turquia	-8,06%	-9,46%	2,55%		
Coreia do Sul	3,71%	1,90%	3,22%	5,10%	12,36%
República Checa	-1,53%	-0,26%	-1,73%	0,60%	7,87%
Irlanda	-4,03%	1,36%	-3,18%	-78,92%	-0,74%
Índia	-7,51%		-6,79%		
Hungria	-7,63%	-3,49%	-0,78%	3,50%	4,03%
Finlândia	1,71%	2,06%	5,51%	9,10%	12,05%
Brasil	-15,38%		34,92%		
Dinamarca	-2,27%	1,17%	1,63%	0,76%	6,60%
Noruega	-3,10%	5,26%	12,04%	15,74%	20,02%
Rússia	5,32%		14,29%		
Hong Kong	8,20%	6,19%	6,58%	17,23%	8,76%

⁶³ Assinalam-se a cinza os ganhos competitivos entre março de 2010 (ou 2º trimestre de 2010) e a observação mais recente.

Um novo ICE para Portugal

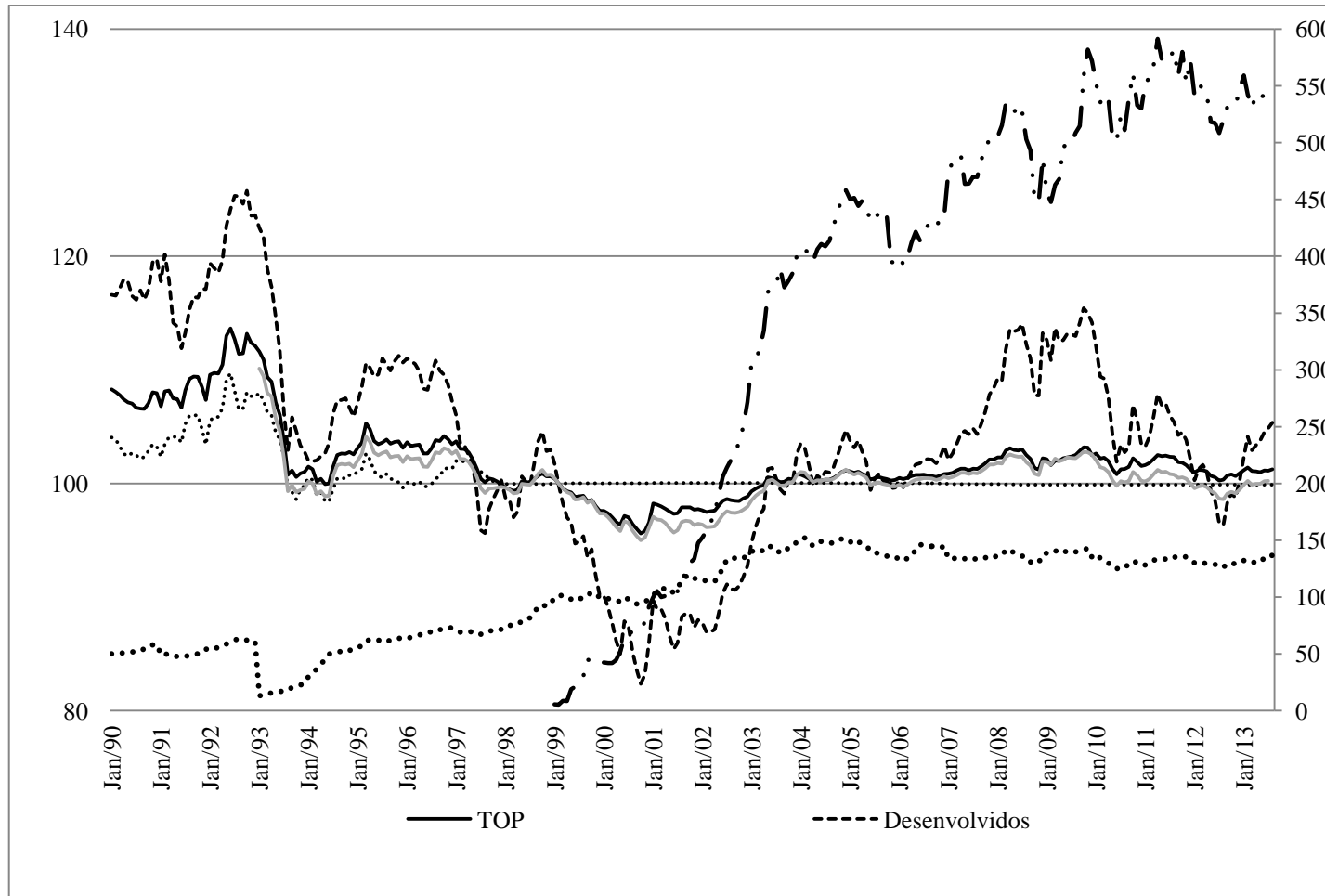
Continuação do quadro 23 – Variação percentual desde o início do PEC e do PAEF

	IPC	IPP	DPIB	CTUPm	CTUPE
Taiwan	4,23%				
Malásia	2,67%				
Tailândia	9,26%				
Eslováquia	-2,99%	2,32%	1,98%	11,80%	4,76%
Roménia	-1,80%	0,90%	7,06%	8,85%	10,66%
Canadá	-1,53%	-1,84%	2,09%	1,80%	8,02%
Singapura	15,15%	6,76%	9,93%	30,26%	25,57%
Luxemburgo	1,01%	-0,91%	9,23%	22,75%	15,21%
África do Sul	-21,24%		-13,64%		
México	1,93%				
Marrocos	-4,95%				
Grécia	-2,99%	2,32%	-3,81%	-7,04%	-4,93%
Israel	6,71%				
Indonésia	0,69%				
Eslovénia	0,13%	-2,24%	0,57%	7,30%	3,08%
Argélia	0,81%				
Austrália	0,69%	0,74%	10,66%	21,56%	16,72%
Argentina	10,07%		6,24%		
Chile	5,26%				
Filipinas	11,62%				
Bulgária	-0,96%				
Letónia	0,75%	4,28%	5,77%	-2,03%	5,68%
Venezuela	29,40%				
Croácia	-3,32%	-1,69%	-0,03%		3,43%
Malta	0,12%	0,55%	4,99%	12,45%	10,64%
Estónia	6,30%	5,40%	7,59%	-8,85%	11,55%
Chipre	0,57%	-1,03%	2,18%	17,33%	7,97%
Nova Zelândia	11,91%				
Islândia	12,07%				
Letónia	0,86%	4,52%	9,94%	-7,62%	10,77%
Angola	21,93%				
Cabo Verde	1,11%				
Guiné-Bissau	2,18%				
Moçambique	19,10%				
S.Tomé e Príncipe	23,12%				
Timor-Leste	26,67%				

ANEXO E – ÍNDICES CAMBIAIS EFETIVOS PARA PORTUGAL

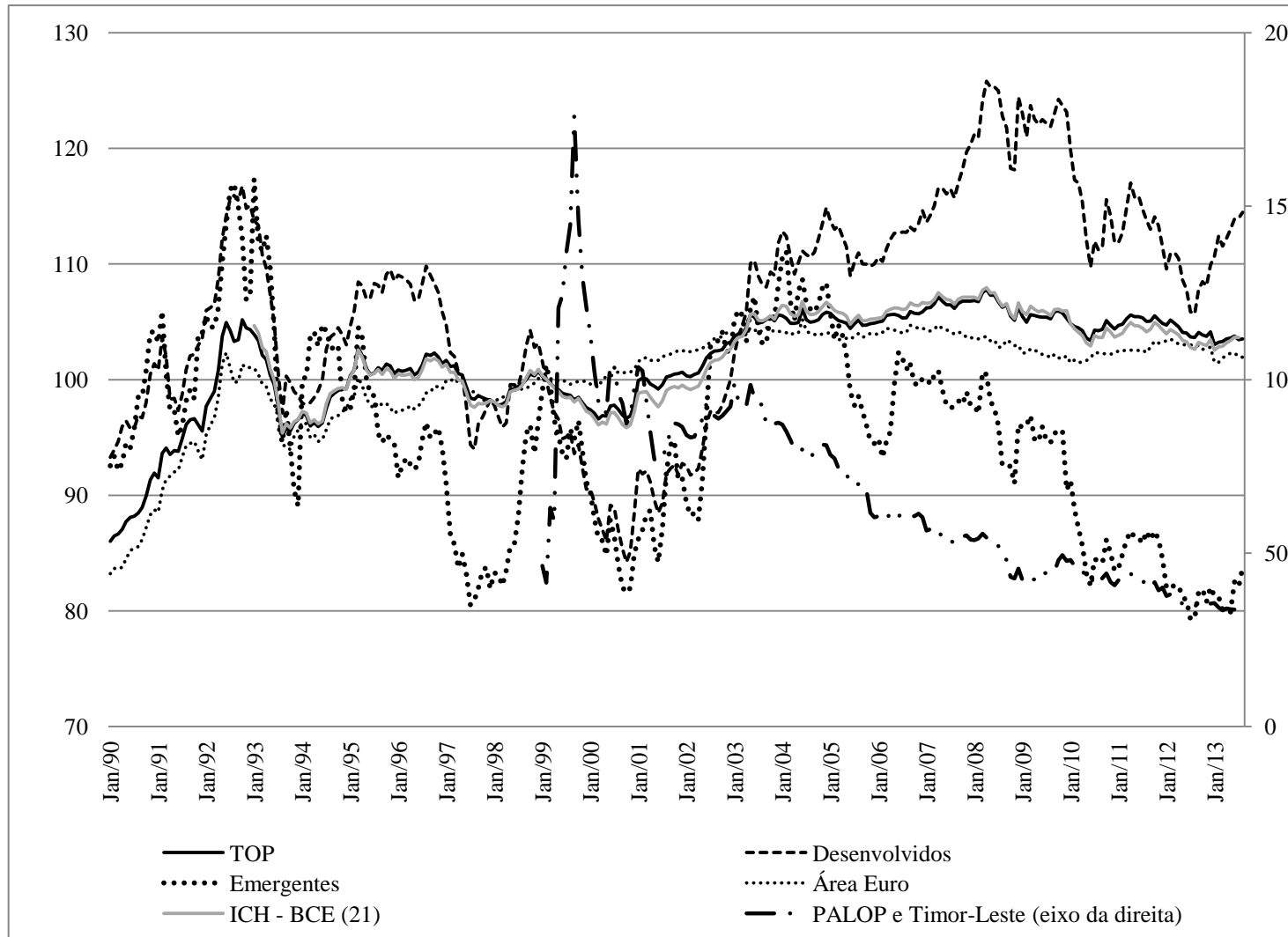
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo IPC

Gráfico 5 - ICE nominal



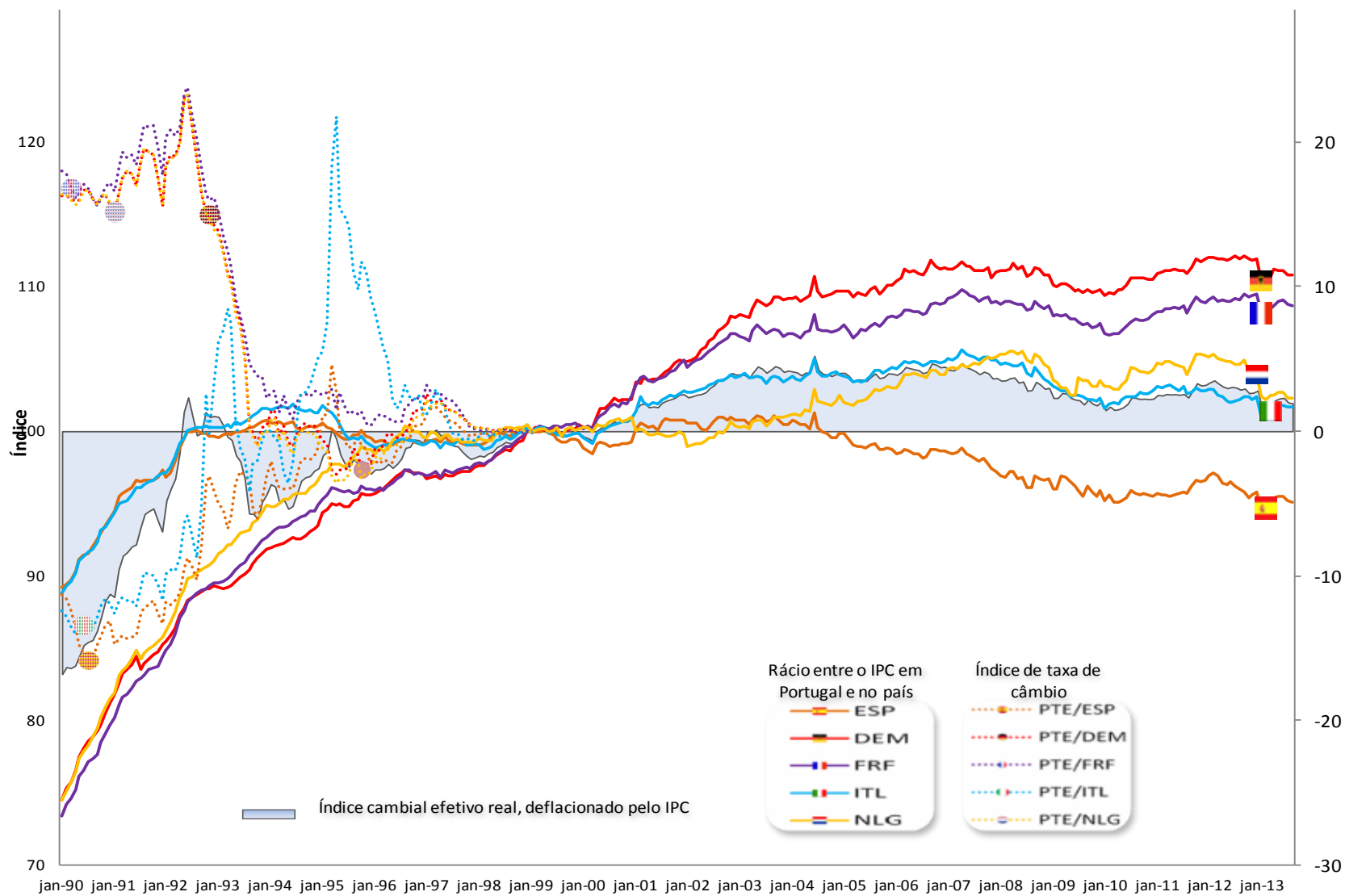
Um novo ICE para Portugal

Gráfico 6 – ICE real, ponderado pelo IPC



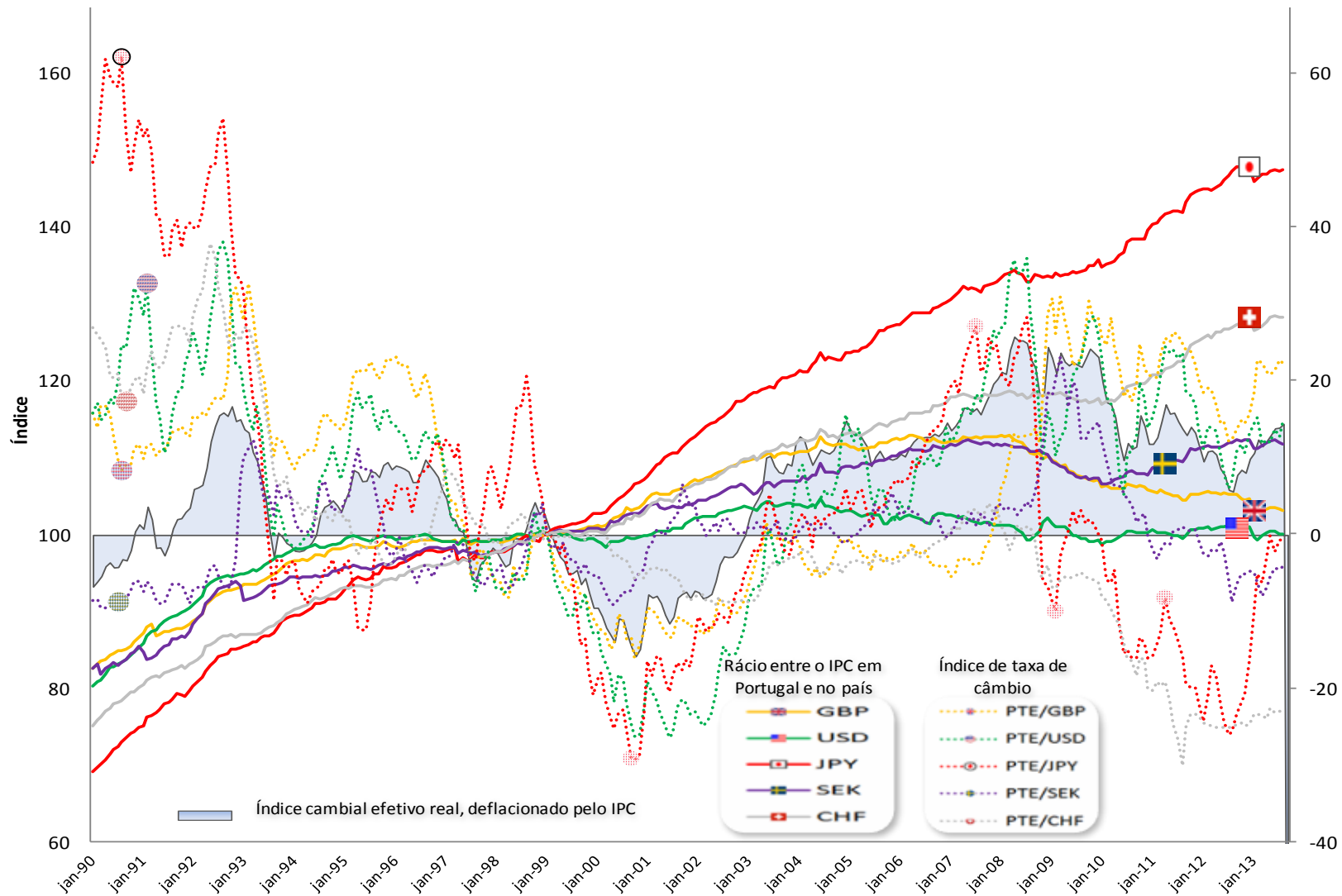
Um novo ICE para Portugal

Gráfico 7 - ICE real, ajustado pelo IPC - Área Euro



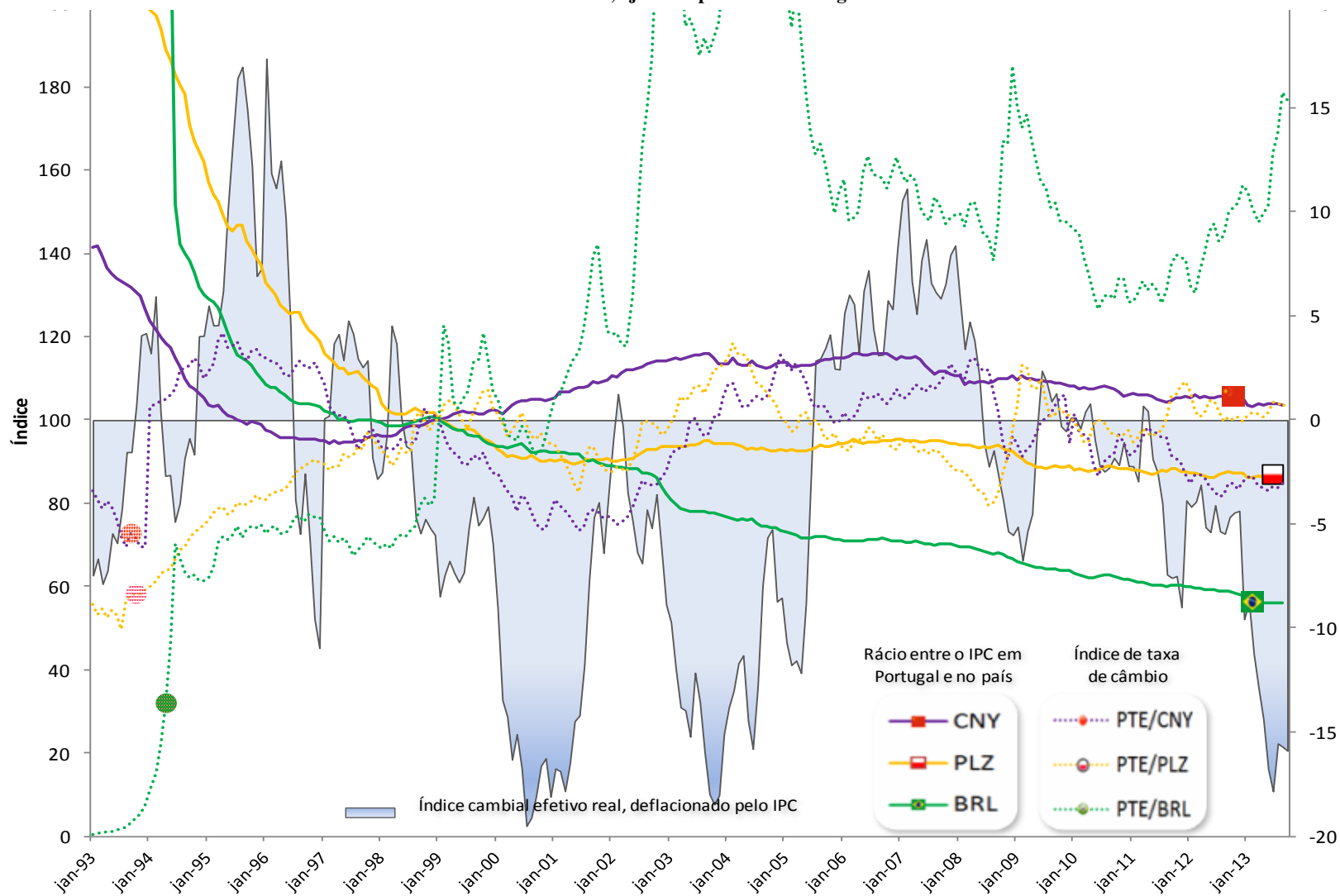
Um novo ICE para Portugal

Gráfico 8 - ICE real, ajustado pelo IPC - Desenvolvidos



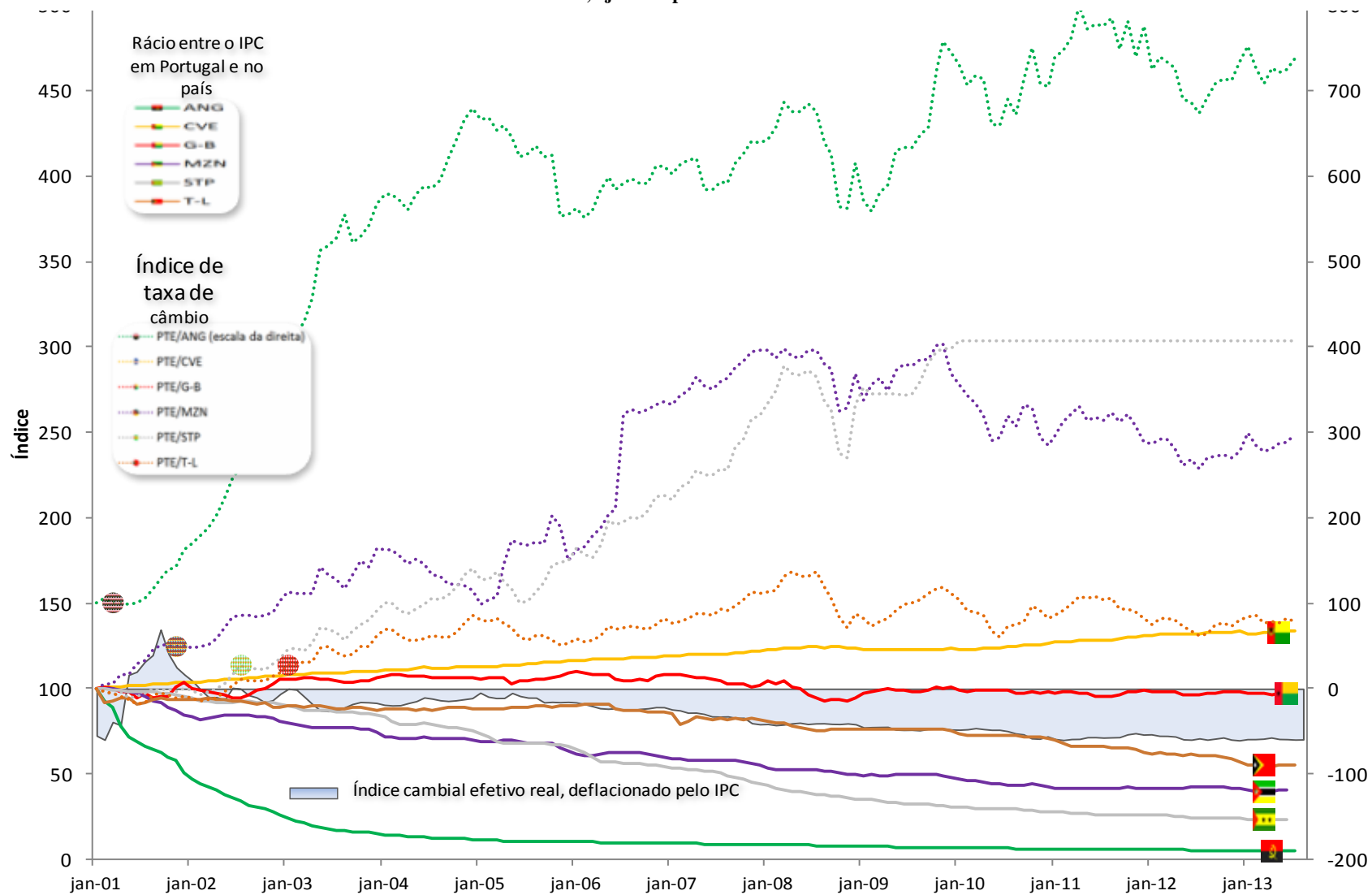
Um novo ICE para Portugal

Gráfico 9 - ICE real, ajustado pelo IPC - Emergentes



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 10 - ICE real, ajustado pelo IPC - PALOP e Timor-Leste



Top

Em relação ao grupo dos principais parceiros comerciais, com uma quota sempre superior a 3% em cada triénio, verifica-se uma subida do índice até outubro de 1992 (de 86,03 para 105,18), para se dar uma queda abrupta e nova subida até março de 1995 e uma longa queda do índice até outubro de 2000, quando a componente cambial era de uma evidente importância para este indicador. Deu-se, então, um longo período de quebra de competitividade até 7,79% em abril de 2008, com um menor contributo da componente cambial, para, já após a inclusão da China neste grupo em 2007, se dar uma ligeira recuperação até uma quebra de 3,52% face ao 1º trimestre de 1999. Desde março de 2010, o ganho competitivo foi de 0,91%.

Em relação ao ICH publicado pelo BCE, desde janeiro de 2010 que este novo indicador mostra uma quebra competitiva ligeiramente acima da medida pelo BCE, contudo este índice era consistentemente mais baixo desde setembro de 1998. A maior diferença entre os dois verificou-se em junho de 2001, em que o novo ICE era superior ao ICH (99,18 contra 97,66).

Área Euro

O índice sobe de forma abrupta entre janeiro de 1990 e junho de 1992, passando de 83,21 para 102,33, em que a componente nominal teve escasso efeito. No entanto, uma queda forte do índice até outubro de 1993 (93,94) teve uma forte influência do efeito cambial, que se fez sentir até à concretização da terceira fase da UEM⁶⁴. O índice subiu até março de 1995 (100,16), oscilando entre 97,06 em dezembro do mesmo ano e 100,00 no 1º trimestre de 1999,

⁶⁴ “Em 1 de janeiro de 1999, a **Terceira Fase da UEM**, a última, teve início com a fixação irrevogável das taxas de câmbio das moedas dos iniciais 11 Estados-Membros participantes e com a introdução do Euro como moeda única. O Conselho do BCE assumiu, desde essa data, a responsabilidade pela condução da política monetária única da área do Euro. Tal foi precedido por uma reunião do Conselho Europeu, a nível de Chefes de Estado ou de Governo, em maio de 1998, que confirmou que, dos então 15 Estados-Membros, 11 (Bélgica, Alemanha, Irlanda, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal e Finlândia) tinham cumprido os critérios para a adoção da moeda única. A adesão da Grécia à área do Euro verificou-se em 1 de janeiro de 2001.”

(In BCE, em http://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/facts/euint/html/ei_004.pt.html).

quando a componente cambial deixou de ter efeito. Dá-se então um período de quebra competitiva até maio de 2003, para flutuar até abril de 2007, atingindo um máximo de 105,21 em junho de 2004, quando se dá uma recuperação até janeiro de 2010 (101,45). O índice sobe, então, até fevereiro de 2012, para descer entretanto, registando uma perda competitiva em agosto de 2013 de 1,93% em termos de preços no consumidor face ao 1º trimestre de 1999, que, no entanto, desde março de 2010 tem efeito contrário, isto é, nota-se uma recuperação de competitividade, com ganhos de 2,17%.

Comparando com o ICH calculado pelo BCE, as diferenças são pouco significativas e, a partir de março de 2003, este novo indicador apresenta um índice mais baixo (em média, 2,04 pontos). A maior diferença entre os índices ocorreu em outubro de 2000 (100,67 para o novo indicador e 95,85 para o ICH do BCE).

Desenvolvidos

Dá-se uma subida forte do índice, de 93,29 para 116,74 em outubro de 1992, para, após essa data, o comportamento competitivo ser marcado fortemente pela componente cambial, com uma descida forte do índice até agosto de 1993 (97,11), uma subida até 109,81 em agosto de 1996 e uma nova queda abrupta até 84,22 em outubro de 2000. Segue-se um longo período de quebra competitiva, com menor influência das taxas de câmbio a partir de maio de 2003, até ao máximo de 25,80% em maio de 2008 para flutuar um pouco e ter uma forte recuperação competitiva até agosto de 2012, flutuando desde junho de 2010 e se dar uma quebra até final do período.

Emergentes

Verificou-se uma subida do índice até janeiro de 1993 (de 92,55 para 117,34), tendo caído até 80,52 em julho de 1997, para subir até à introdução do Euro e cair nos 22 meses seguintes para 82,32.

Portugal perdeu competitividade face ao grupo até fevereiro de 2004, tendo ganho desde então, para, em agosto de 2013, o ganho ser de 16,22%. Desde março de 2010, o ganho é de apenas 3,85%.

PALOP e Timor-Leste

No ano de 1999, observou-se uma subida abrupta do índice até setembro (de 46,35 para 175,81), iniciando-se uma queda até junho de 2001 (76,40). O índice subiu até janeiro de 2003 para 98,85, com novo pico atingido em maio desse ano (98,51), para se dar uma queda prolongada do índice até julho de 2009 (44,06), flutuando com tendência de descida desde então, para registar um ganho competitivo nacional face ao grupo de 66,22% que, desde março de 2010, é somente 26,83%.

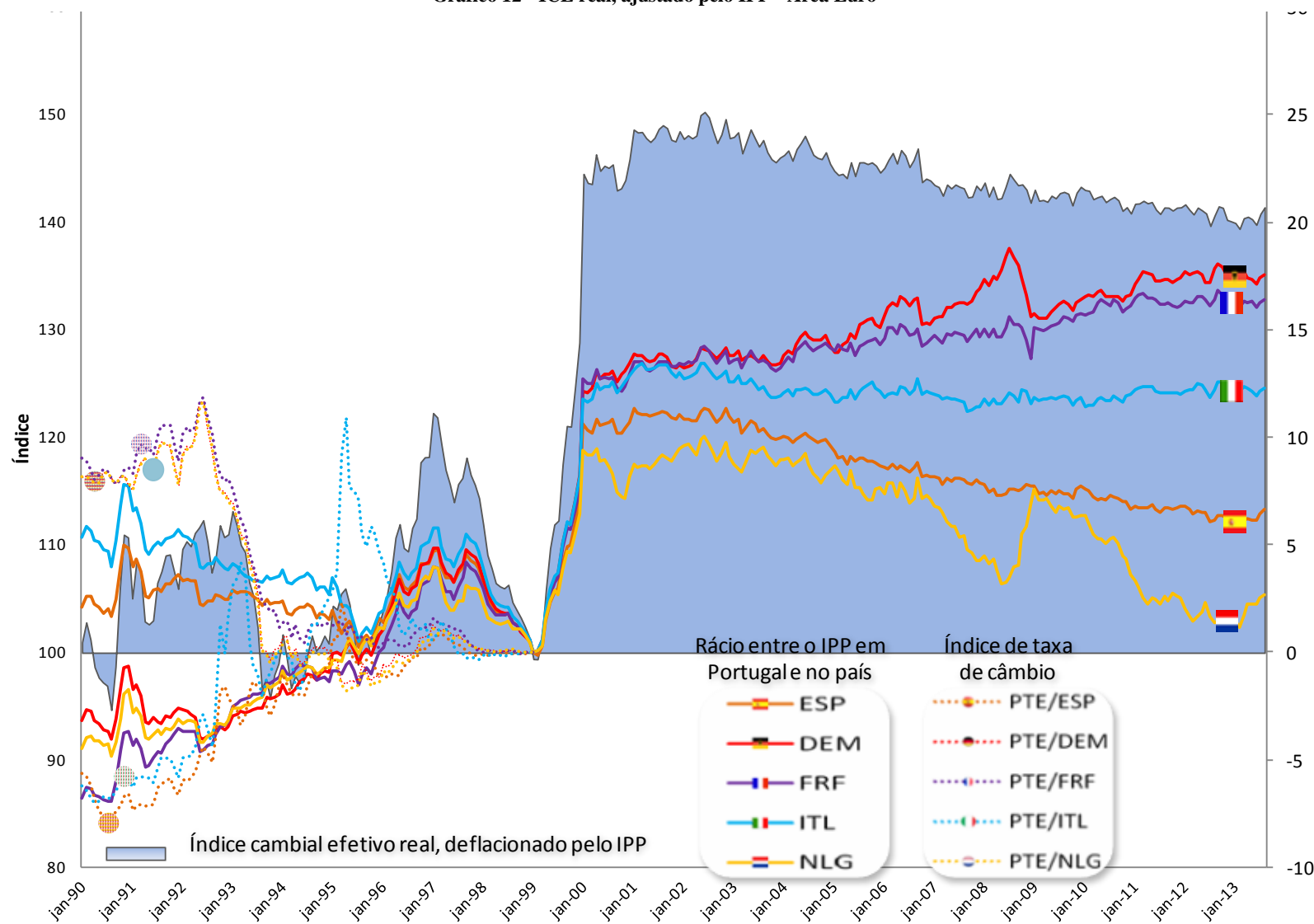
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo IPP

Gráfico 11 - ICE real, ajustado pelo IPP



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 12 - ICE real, ajustado pelo IPP - Área Euro



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 13 - ICE real, ajustado pelo IPP - Desenvolvidos

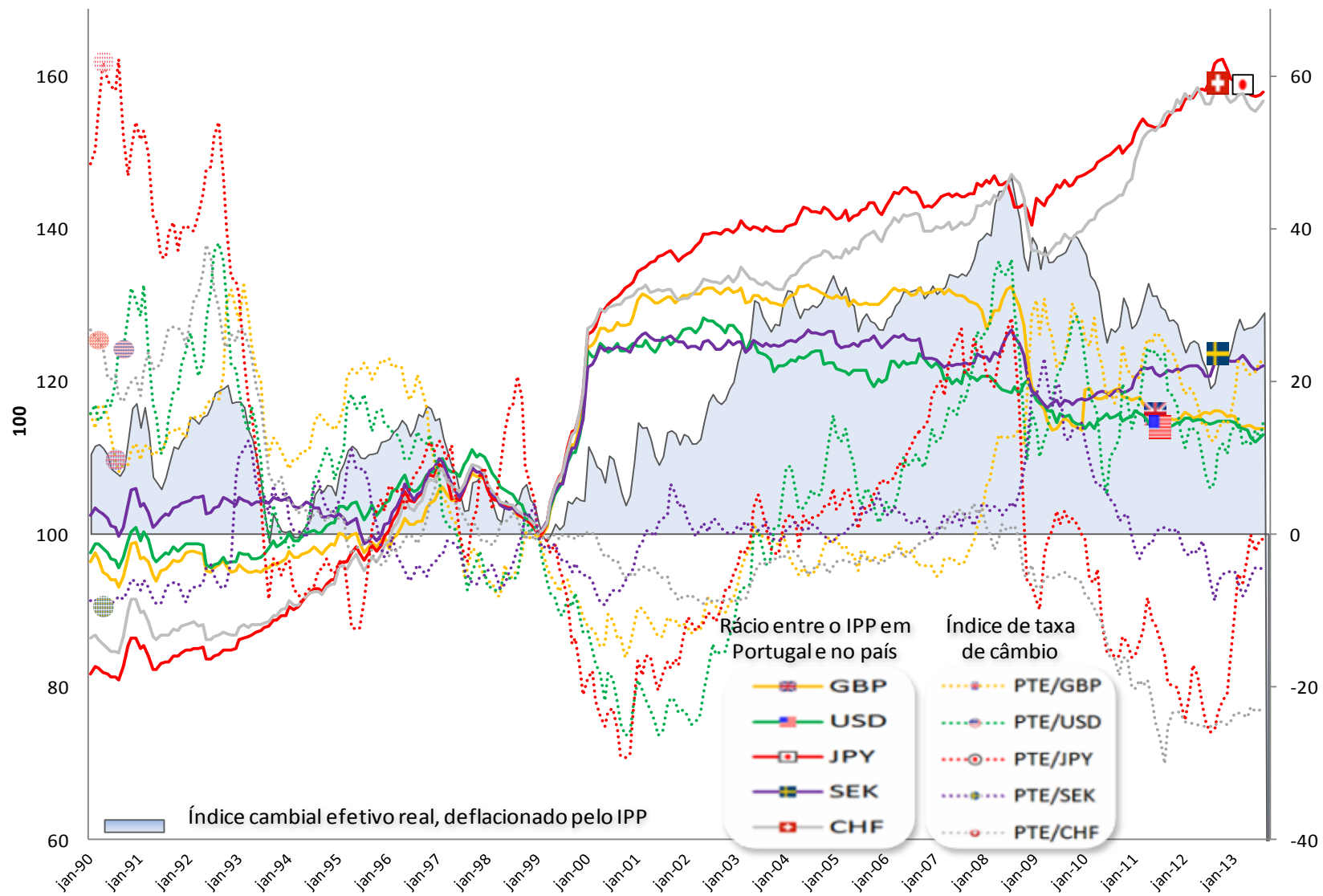
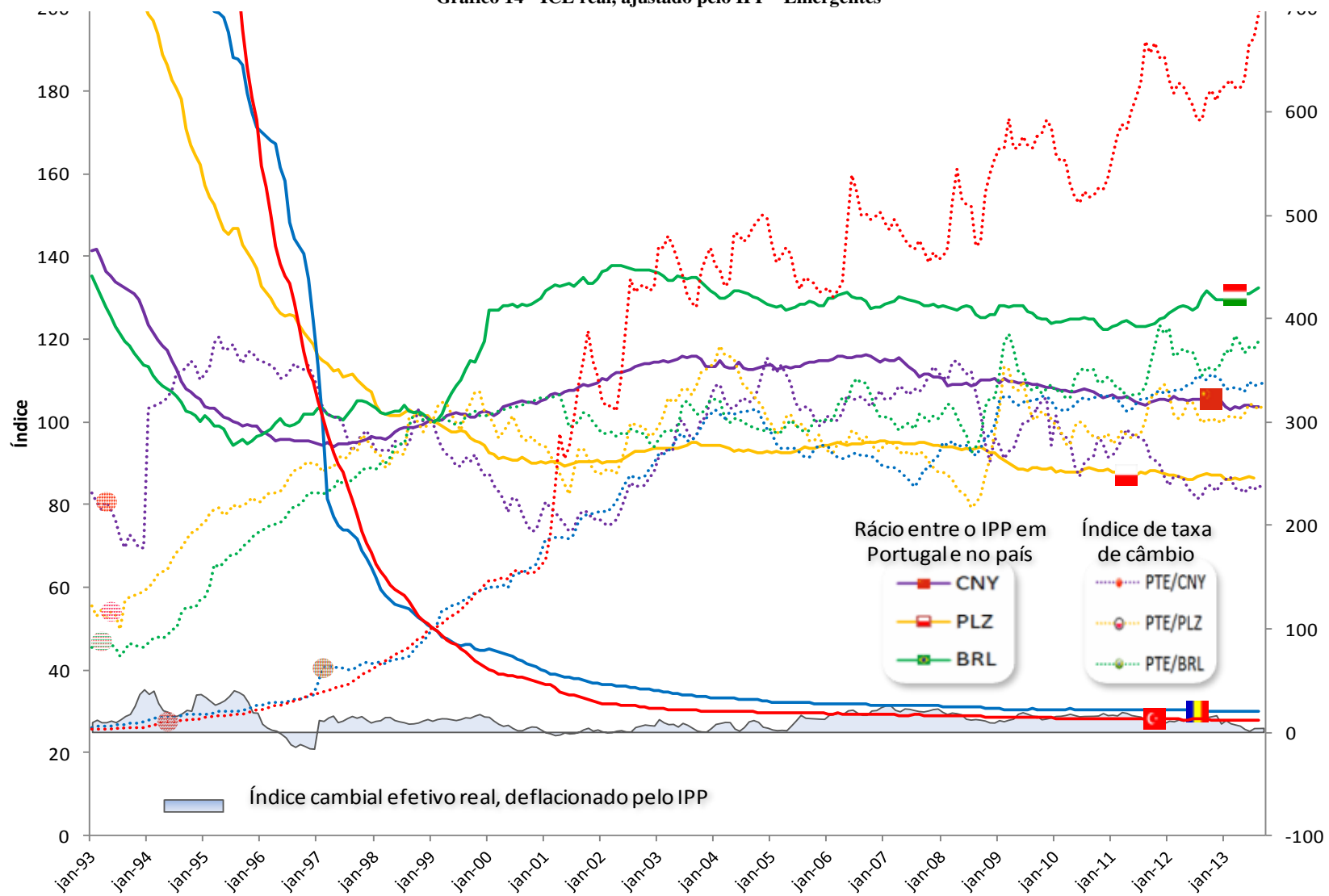


Gráfico 14 - ICE real, ajustado pelo IPP - Emergentes



Top

O índice ajustado pelo índice de preços no produtor mostra, no grupo dos principais parceiros comerciais, uma subida do índice em dois passos (de 105,56 para 109,71 em dezembro de 1990 e para 111,76 em janeiro de 2003), caindo bruscamente para 100,88 em agosto de 1993 devido ao fator cambial. O índice subiu para 113,56 até janeiro de 1997, caindo para o valor base no 1º trimestre de 1999, registando uma forte quebra competitiva de 19,15%, ampliada pela questão cambial, até janeiro de 2000, subindo até à perda máxima de 22,74% em maio de 2003, para iniciar um longo processo de recuperação competitiva, com por diversas flutuações.

Área Euro

O comportamento competitivo da economia portuguesa no seio dos países da UEM é muito semelhante ao que sucede com o grupo Top. É impulsionado pelo que ocorre com a maioria dos principais parceiros comerciais portugueses: a Espanha, a Alemanha, a Áustria, a França, a Irlanda e a Holanda.

Assim, tal como para o grupo Top, dá-se uma subida do índice em dois momentos, passando de 100,49 para 105,49 em novembro de 1990 e para 106,59 em janeiro de 1993, para cair abruptamente devido à queda do índice nominal até agosto de 1993 e ser impulsionado pela componente cambial até outubro de 1995, subindo o índice fortemente até janeiro de 1997 para cair até ao valor base no 1º trimestre de 1999, com um impacte diminuto da questão cambial nesse processo. Ocorre uma forte quebra competitiva de 23,20% até abril de 2000, sendo atingido o máximo em junho de 2002 (25,18%), caindo ligeiramente o índice desde então, com ligeiras flutuações. Tem os picos nos mesmos momentos do grupo Top, que é composto maioritariamente por países deste grupo, mas um pouco ampliados, o que implica um comportamento um pouco mais negativo face aos países que compõem esse grupo.

Desenvolvidos

Mantém-se um comportamento semelhante neste grupo, em especial até à adoção do Euro. Após esse evento, a componente cambial tem um papel importante. Dá-se então uma subida do índice em dois momentos: até dezembro de 1990 (de 1140,45 para 117,08) e até

outubro de 1992 (119,49). Continuando a ser impulsionado pela questão nominal, dá-se uma queda abrupta até agosto de 1993 e uma subida até outubro de 1996, que foi acompanhada pela subida do índice nominal apenas até novembro de 1995. Com base 100 no 1º trimestre de 1999, deu-se uma longa quebra competitiva até julho de 2008 (46,67%), atenuada pela desvalorização do Euro até outubro de 2000. Com a influência cambial evidente, o índice caiu então para 119,06 até julho de 2012, tendo subido entretanto.

Emergentes

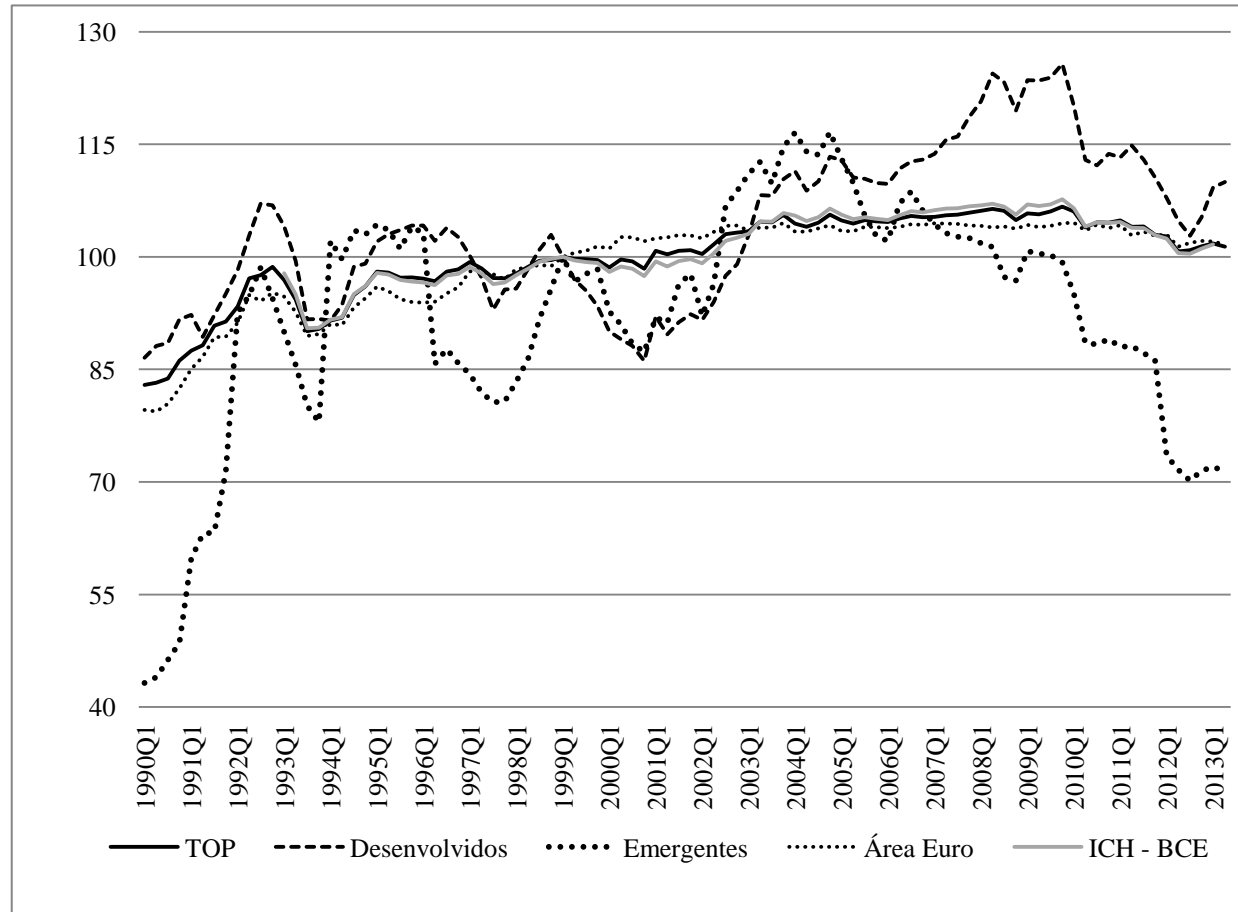
O índice ajustado pelo IPP para o grupo dos países emergentes implicou alguns ajustamentos nominais, pelo facto de não existir informação sobre índices de preços no produtor para as economias do Brasil, da Federação Russa, da Índia e da África do Sul. A Roménia é incluída no grupo apenas em 1991, a Hungria em 1992, a Turquia em 1993 e a Polónia em 1995. Como se dá um importante evento cambial na China em janeiro de 1994⁶⁵, é, portanto, de maior interesse, a análise desde 1995.

Com o índice em 110,62 no início de 1995, este sobe ligeiramente até novembro do ano seguinte e ajusta no valor base no 1º trimestre de 1999. O índice nominal tinha iniciado uma trajetória de subida desde janeiro de 1993 e que estabilizaria a partir de fevereiro de 2004 (152,48). Pressionado pela componente cambial, dá-se uma perda de competitividade de 25,50% até fevereiro de 2004, iniciando uma trajetória descendente do índice até agosto de 2013, com muitas flutuações durante todo o processo. Por falta de informação sobre o deflator, a Polónia sai do grupo em abril de 2011, mas os efeitos dessa saída são insignificantes.

⁶⁵ Foi anunciado em 1 de janeiro de 2004 uma nova taxa de referência do Yuan Renmimbi face a um grupo de divisas: o USD, o Dólar de Hong Kong e o Iene japonês. A integração do Yuan Renmimbi levou à depreciação da divisa chinesa em 33,3%.

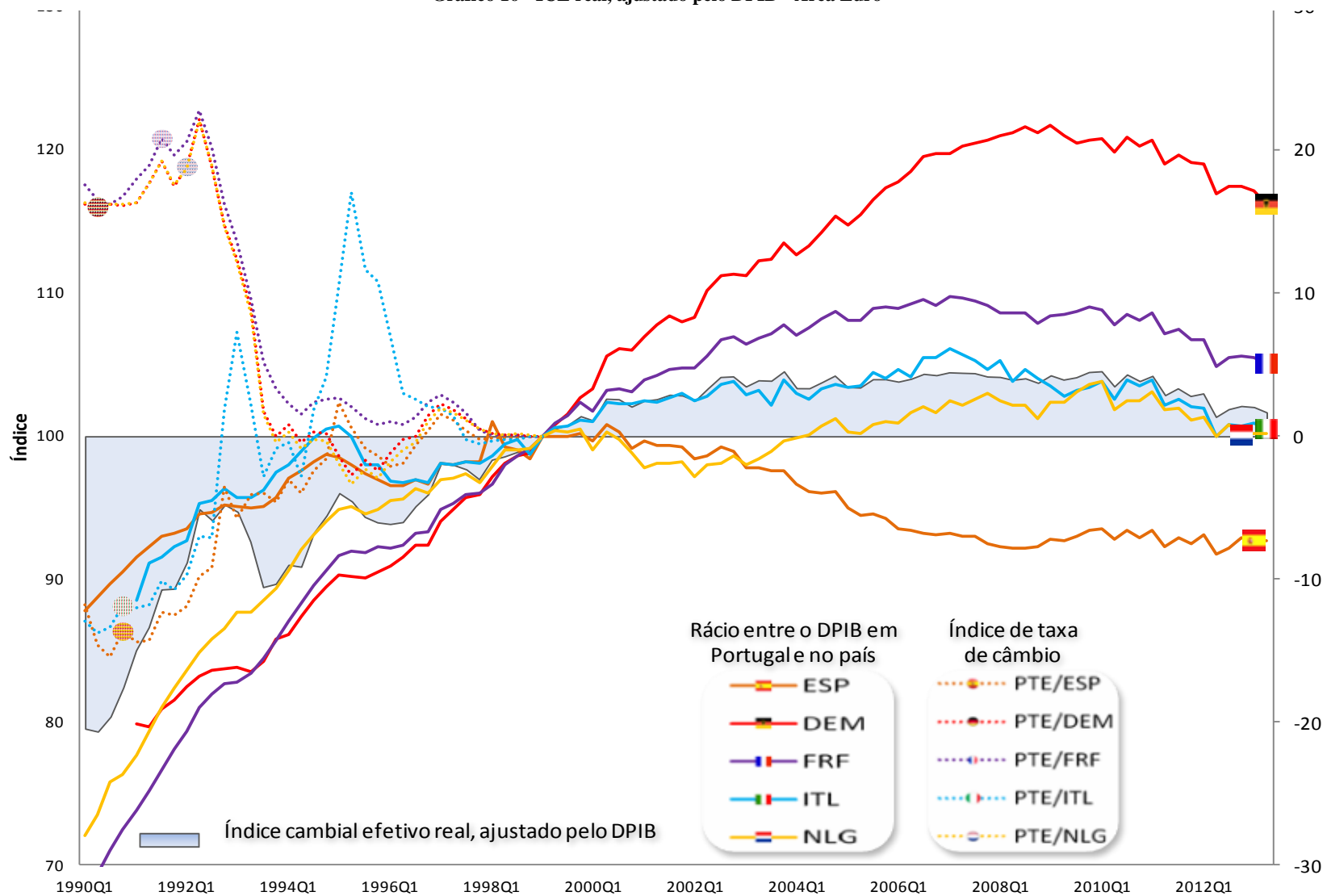
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo DPIP

Gráfico 15 - ICE real, ajustado pelo DPIP



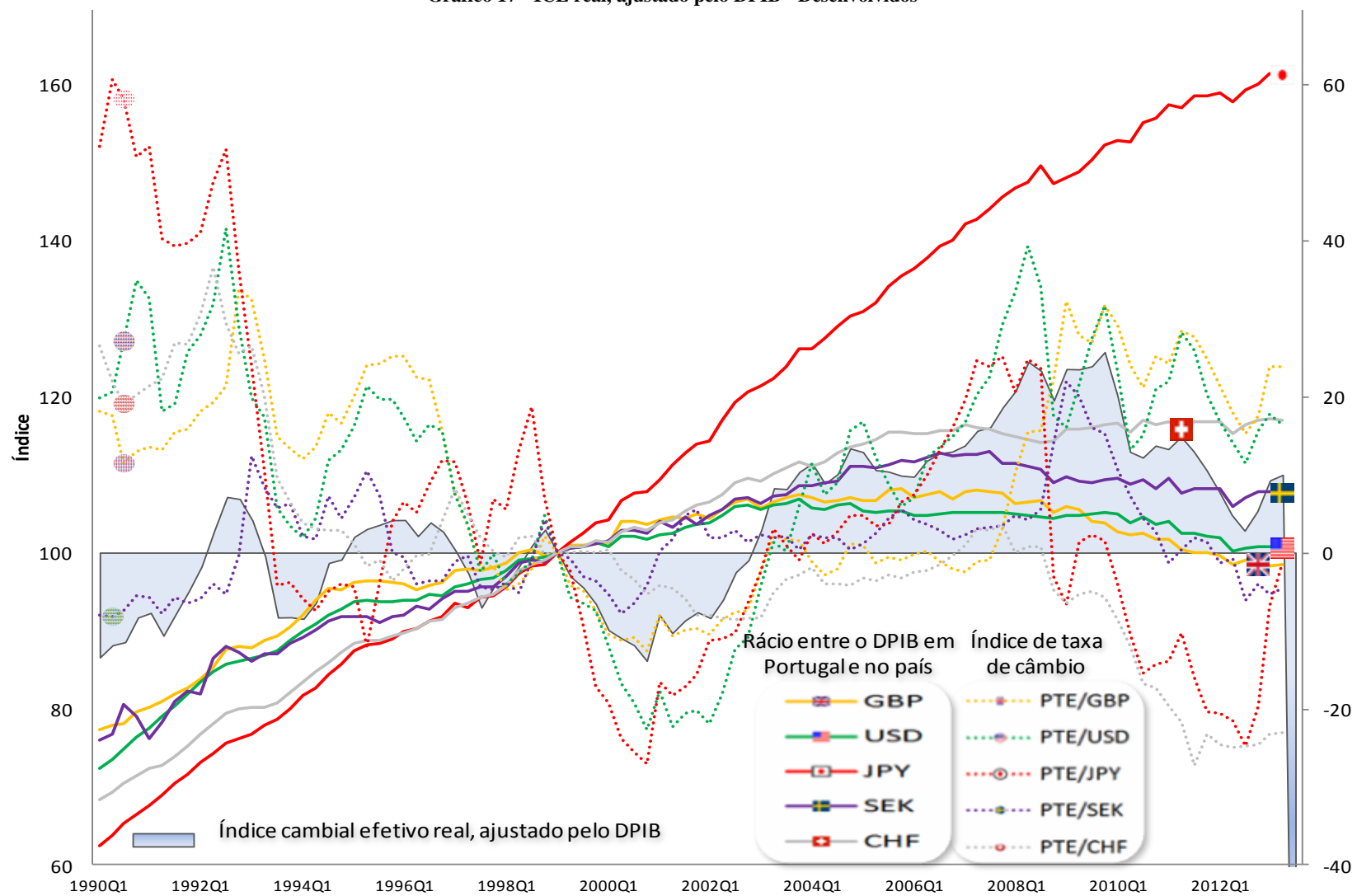
Um novo ICE para Portugal

Gráfico 16 - ICE real, ajustado pelo DPIB - Área Euro



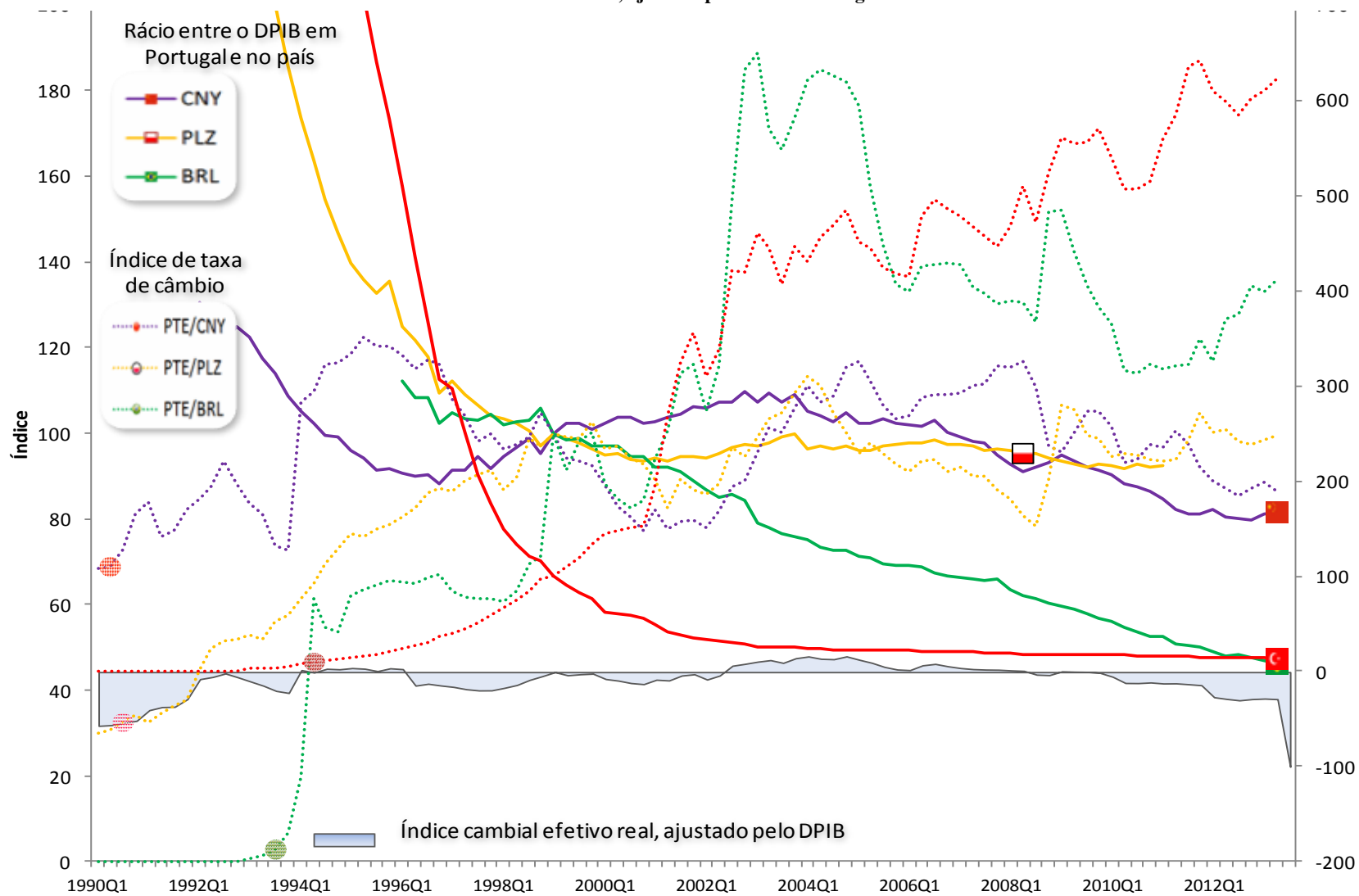
Um novo ICE para Portugal

Gráfico 17 - ICE real, ajustado pelo DPIB - Desenvolvidos



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 18 - ICE real, ajustado pelo DPIB - Emergentes



Top

O grupo Top é aquele que apresenta o comportamento competitivo medido pelo DPIB mais próximo do ICH real, ajustado pelo mesmo deflator, calculado pelo BCE. Em média, a diferença entre os dois indicadores é de 0,55 pontos de índice, mas desde o início de 2010, a diferença cai para 0,20 pontos de índice.

Em termos competitivos, nota-se uma subida no índice até ao 4º trimestre de 1992 (de 82,91 para 98,69), caindo de seguida até ao 3º trimestre do ano seguinte (90,11). Neste período, a componente nominal foi decisiva. Deu-se então uma longa subida do índice, com algumas flutuações, até à quebra competitiva máxima de 6,72% observada no 4º trimestre de 2009, impulsionada pela valorização do Euro a partir do 4º trimestre de 2000, para se dar uma recuperação desde então.

Em relação ao índice calculado para a AE, o fator que mais influencia a permanente subida do índice até ao final de 2009 é o comportamento bilateral com os Estados Unidos e com o Reino Unido, impulsionado pela valorização face ao USD e face à GBP (em relação à Libra Esterlina, a valorização do Euro ocorre a partir do 1º trimestre de 2008).

Área Euro

Não é tão próximo o desempenho do indicador ajustado pelo DPIB para a AE quando comparado pelo ICH real publicado pelo BCE para o mesmo deflator. Chega a ter uma diferença de 4,64 pontos de índice, no 4º trimestre de 2000 (o ICH assinalava um ganho de competitividade de 2,57% e o novo índice mostra o efeito contrário na ordem de 2,07%), com uma diferença média de 1,76 pontos. Excetuando o período compreendido entre o 2º trimestre de 1997 e o 1º trimestre de 2003, e desde o início de 2012, o ICH do BCE é sempre mais elevado do que o novo ICE.

Pressionado pelo índice nominal, deu-se uma subida no ICE até ao 4º trimestre de 1992 e uma queda até ao 3º trimestre de 1993, iniciando-se uma longa subida no índice até ao 4º trimestre de 2002 (104,19), já sem o efeito cambial presente. Até ao 1º trimestre de 2011 o índice flutuou, atingindo o máximo no 1º trimestre de 2010 (104,54), para se dar uma recuperação competitiva até ao final do período em análise.

Os países que mais contribuem para esta evolução são a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a França, a Holanda e a Itália. A Espanha contribui para que o índice não suba tanto, em especial após a concretização da terceira fase da UEM.

Desenvolvidos

O índice deflacionado pelo DPIB mostra que, em relação aos países do grupo dos Desenvolvidos, deram-se grandes flutuações, entre o mínimo de 86,12 e o máximo de 107,14, diminuindo de amplitude com o decorrer dos anos, até ao 4º trimestre de 2000, quando se deu uma prolongada quebra competitiva face a este grupo, ocorrida até ao 4º trimestre de 2009 (25,72%), quando se inicia uma recuperação forte.

É semelhante ao comportamento bilateral com a Dinamarca, os EUA, Hong Kong, o Reino Unido, Singapura, a Suíça e a Suécia, tendo a componente nominal uma forte influência, sobretudo entre 3º trimestre de 1997 e o 1º trimestre de 2001.

Emergentes

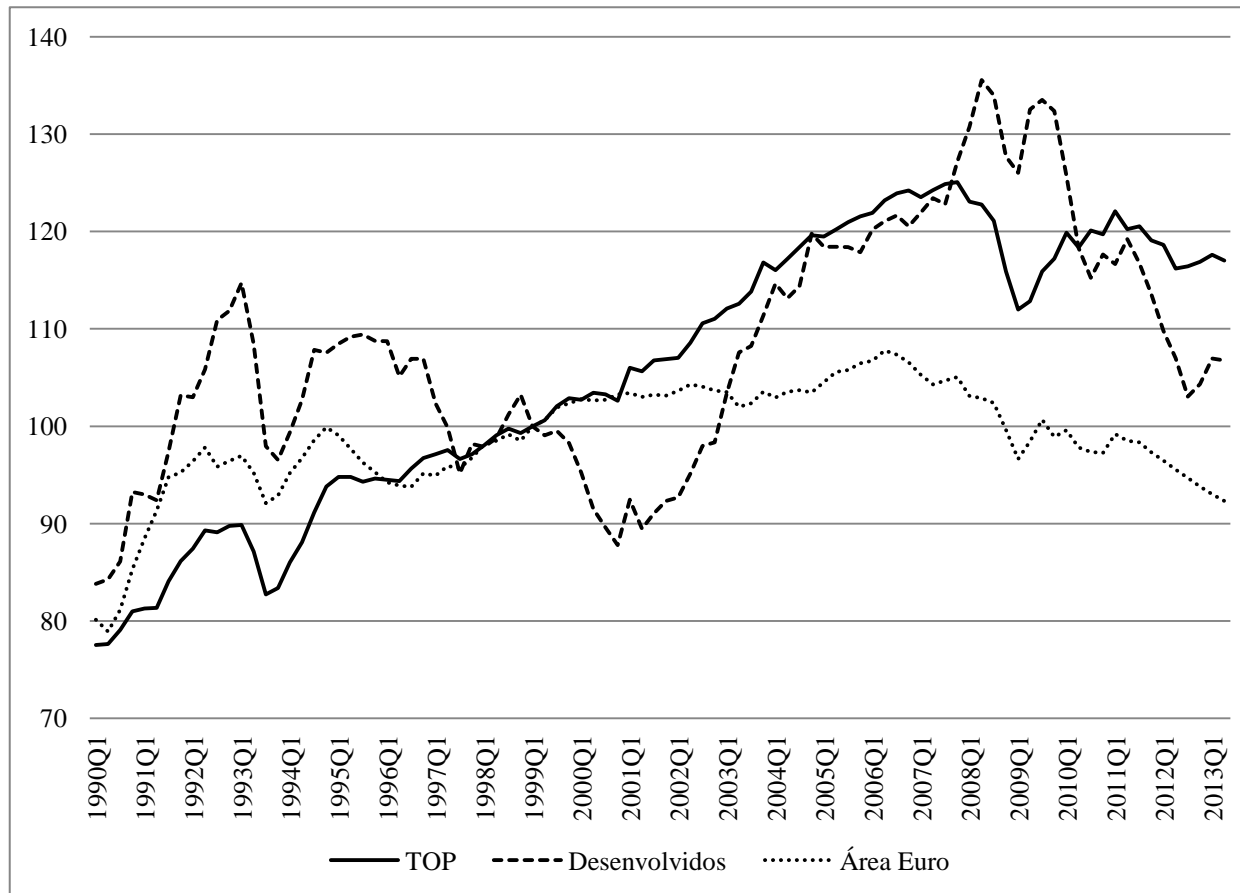
Devido a constrangimentos vários, somente a África do Sul e a Polónia têm dados para 1990; a Hungria e a Roménia integram o grupo a partir de 1991, a China em 1992 e a Turquia no ano seguinte; em 1995 juntam-se o Brasil e a Federação Russa e a Índia apenas em 1998. A partir de 2011 deixam de estar disponíveis dados para a Polónia; no ano seguinte a Rússia sai do grupo e em 2013 é a vez da Índia o abandonar, por falta de dados.

O índice real ajustado pelo DPIB sobe até ao 3º trimestre de 1992, flutuando até se iniciar uma subida do índice entre o 3º trimestre de 1997 e o 4º trimestre de 2004, com algumas flutuações, auxiliado pela subida do índice nominal iniciada no 3º trimestre de 1993. Dá-se, então, uma queda do índice, com flutuações muito pontuais, tal como o índice nominal, mas com maior inclinação e tendência de queda mais evidente.

A China, que representa 46,58% do comércio externo desde 2007, influencia decisivamente o comportamento do indicador, em especial desde esse ano.

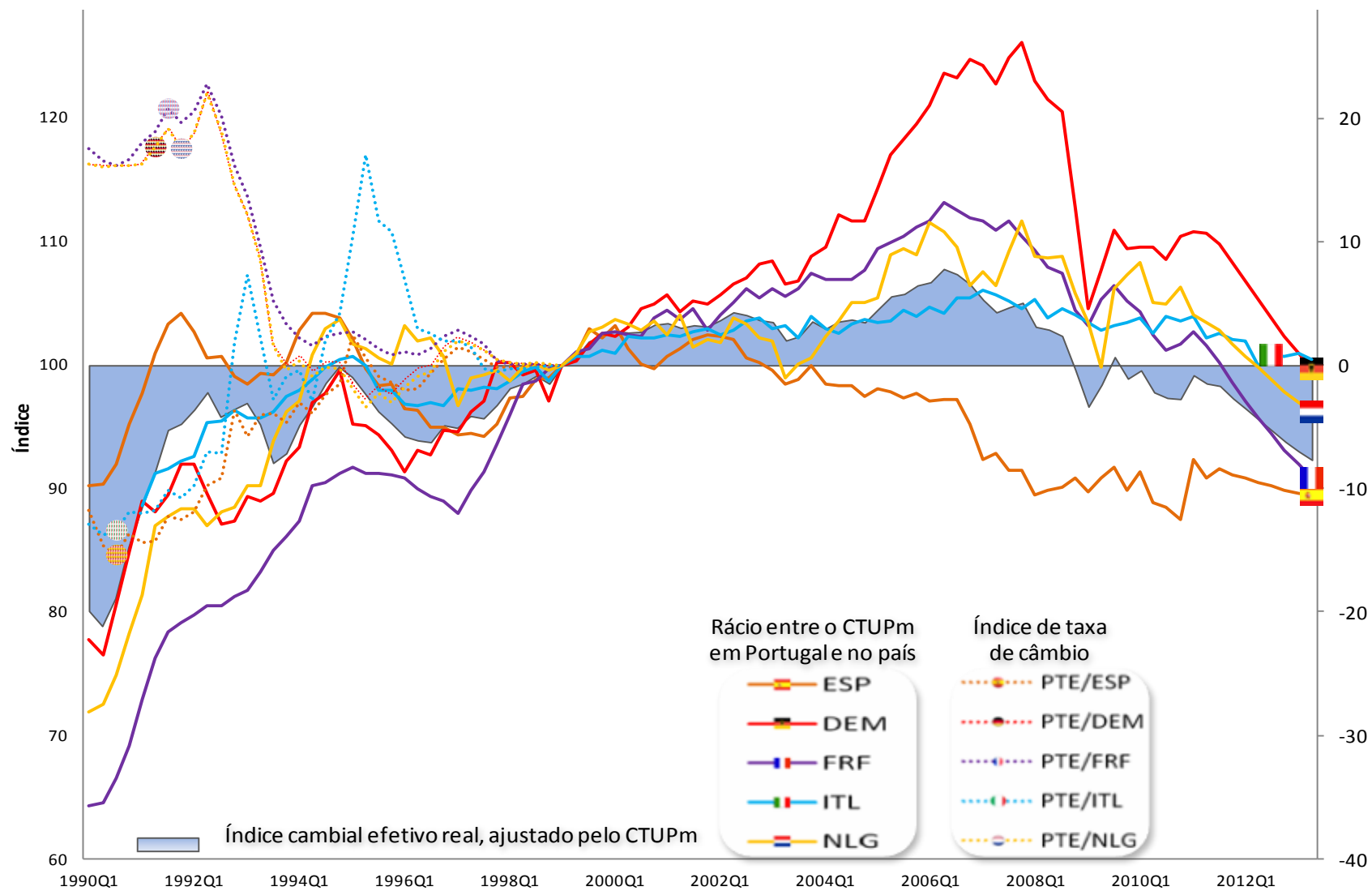
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflator dos CTUPm

Gráfico 19 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPm



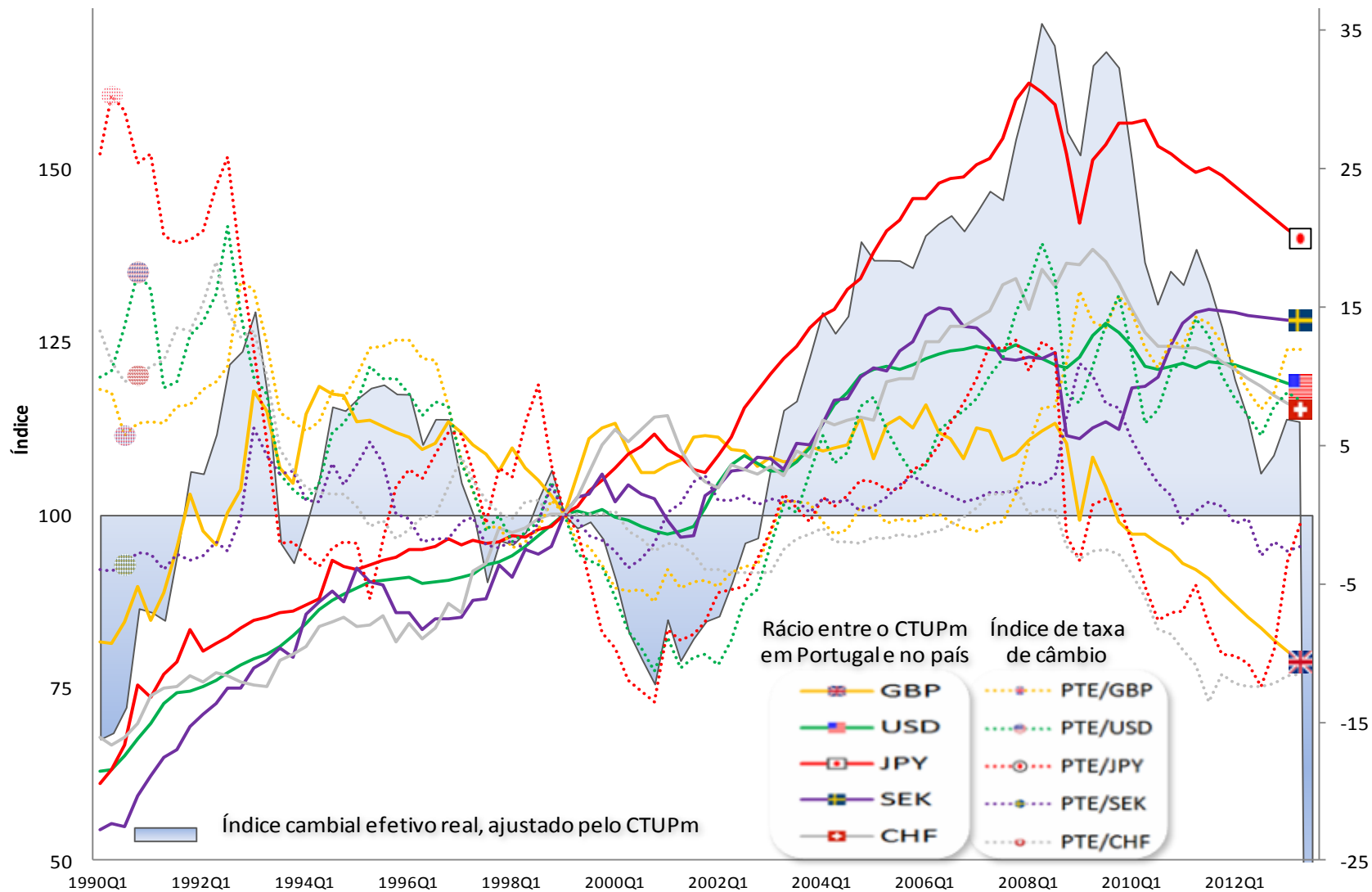
Um novo ICE para Portugal

Gráfico 20 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPm - Área Euro



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 21 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPm - Desenvolvidos



Top

O índice ajustado pelos custos de trabalho na área das manufaturas mostra, no grupo dos principais parceiros comerciais, uma subida prolongada do índice até ao 4º trimestre de 2007 (de 77,53 para 125,06), apenas interrompido por uma ligeira melhoria durante o ano de 1993. A componente cambial é um fator importante, contudo a subida dos CTUPE em Portugal após a adoção da moeda única é determinante para o mau comportamento competitivo da economia nacional nesse período em que o Euro depreciou face à generalidade das moedas. Entre o final de 2007 e o início de 2009, deu-se nova recuperação competitiva da economia nacional, pelo ajustamento dos CTUPE em Portugal, mas verifica-se nova subida até 2011, quando o índice volta a cair.

Área Euro

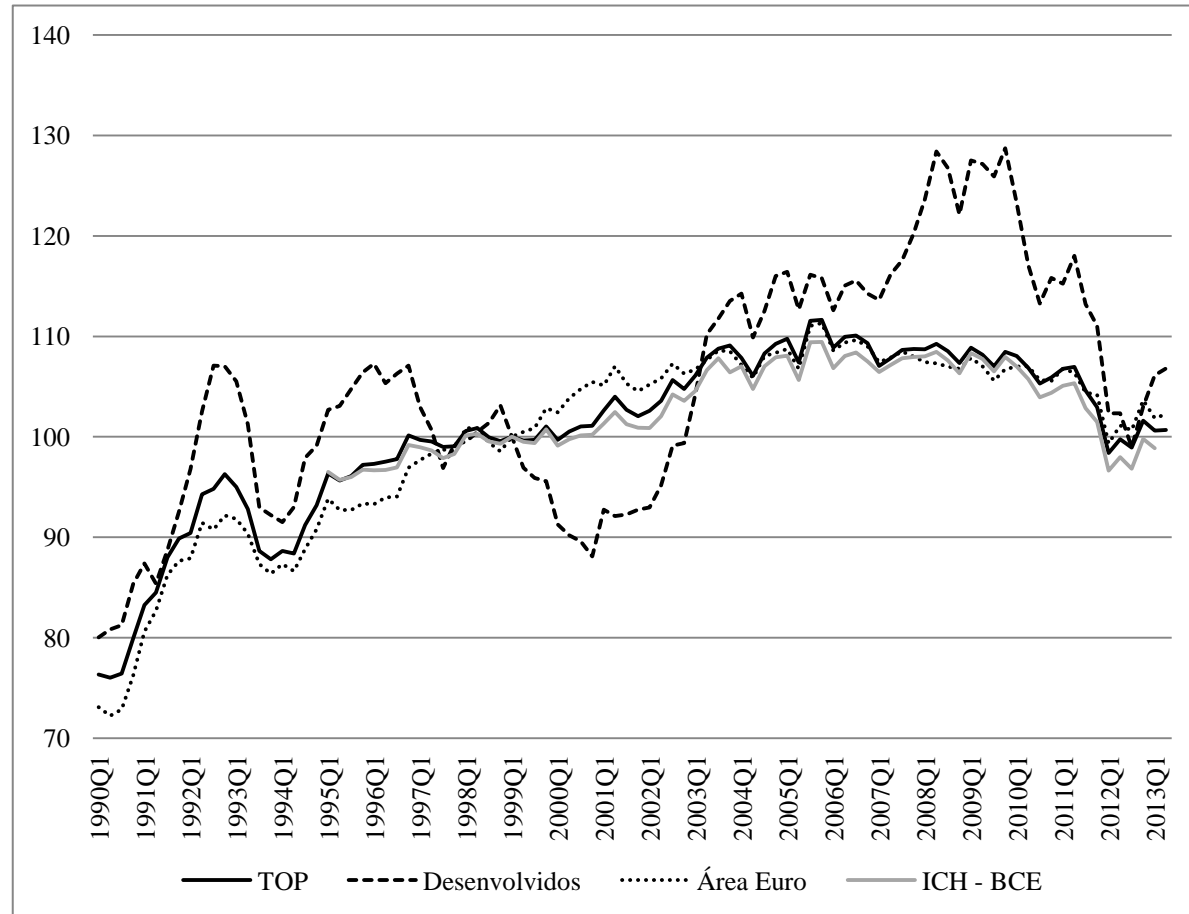
Em relação aos países da AE, dá-se uma forte quebra competitiva nos dois primeiros anos, mas até final de 2006, os efeitos de uma quebra de competitividade são ligeiros, subindo de 97,82 no 2º trimestre de 1992 para 107,79 no 2º trimestre de 2006, tendo caído para valores abaixo de 100,00 no 4º trimestre de 2008.

Desenvolvidos

Até à adoção do Euro, Portugal perde competitividade devido à apreciação do Escudo, mas ganha até à adoção da moeda única. Após esse evento, a componente cambial tem um papel importante. Dá-se uma descida do índice até ao 4º trimestre de 2000 e uma prolongada subida do índice até ao segundo trimestre de 2008 para 135,56, tendo a economia nacional recuperado competitividade até ao final do período.

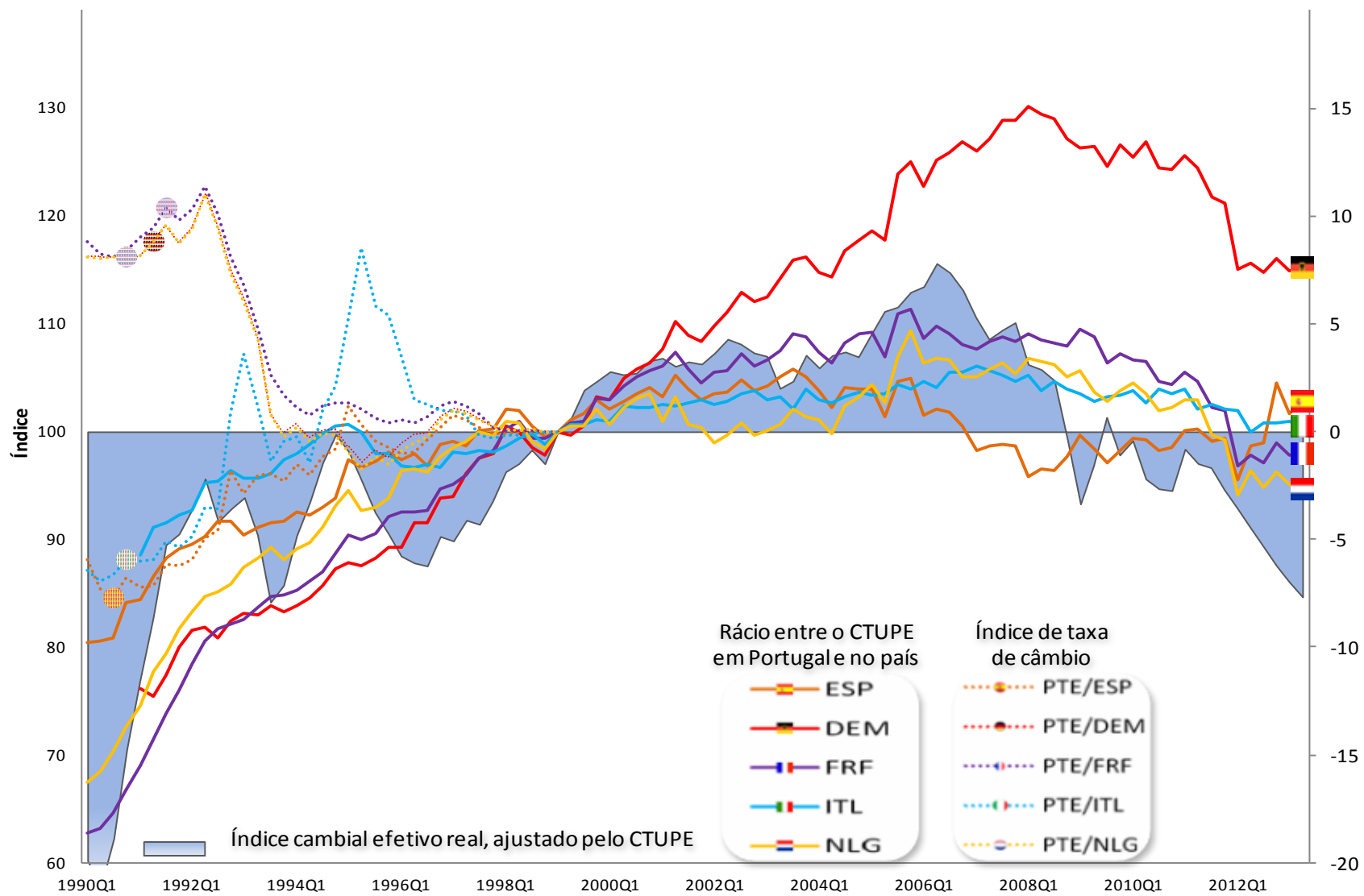
Índice Cambial Efetivo Real, ajustado pelo deflator dos CTUPE

Gráfico 22 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPE



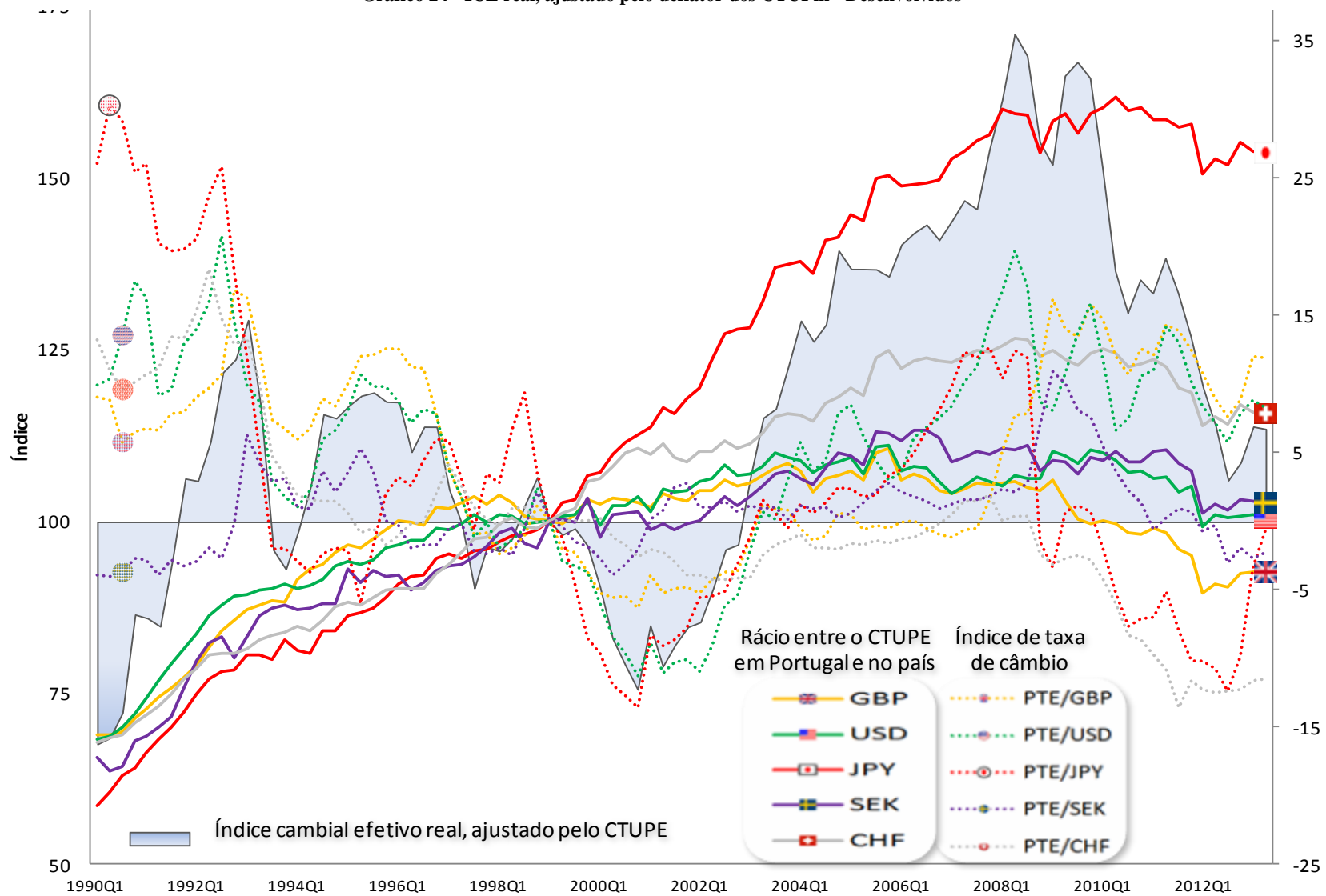
Um novo ICE para Portugal

Gráfico 23 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPE - Área Euro



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 24 - ICE real, ajustado pelo deflator dos CTUPm - Desenvolvidos



Top

O grupo Top é, novamente, aquele que apresenta um comportamento mais próximo do ICH calculado pelo BCE, sendo mais próximo a partir de 2004 do grupo AE. Este grupo difere do ICH, em média, 1,09 pontos de índice. Dá-se uma subida forte do índice até ao 4º trimestre de 1992 (de 76,34 para 96,30), caindo no ano seguinte para subir ligeira mas prolongadamente até ao 4º trimestre de 2005, com um máximo de quebra face ao 1º trimestre de 1999 de 11,32%. Dá-se uma recuperação competitiva no final do período para a economia portuguesa.

Área Euro

O comportamento competitivo da economia portuguesa no seio dos países da UEM é muito semelhante ao que sucede com o grupo Top. É impulsionado pelo que ocorre com a maioria dos principais parceiros comerciais portugueses: a Espanha, a Alemanha, a Áustria, a França, a Irlanda e a Holanda.

Assim, tem os picos nos mesmos momentos do grupo Top, que é composto maioritariamente por países deste grupo, mas um pouco ampliados após a adoção da moeda única, quando se tornam mais próximos, o que implica um comportamento um pouco mais negativo face aos países que compõem esse grupo.

Desenvolvidos

Apresenta um comportamento muito próximo do já descrito para o deflator dos CTUPm, sendo muito influenciado pela componente nominal.

ANEXO F – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE AOS PAÍSES DA ÁREA EURO

Gráfico 25 – Competitividade face à Alemanha, ajustado pelo IPC e pelo IPP

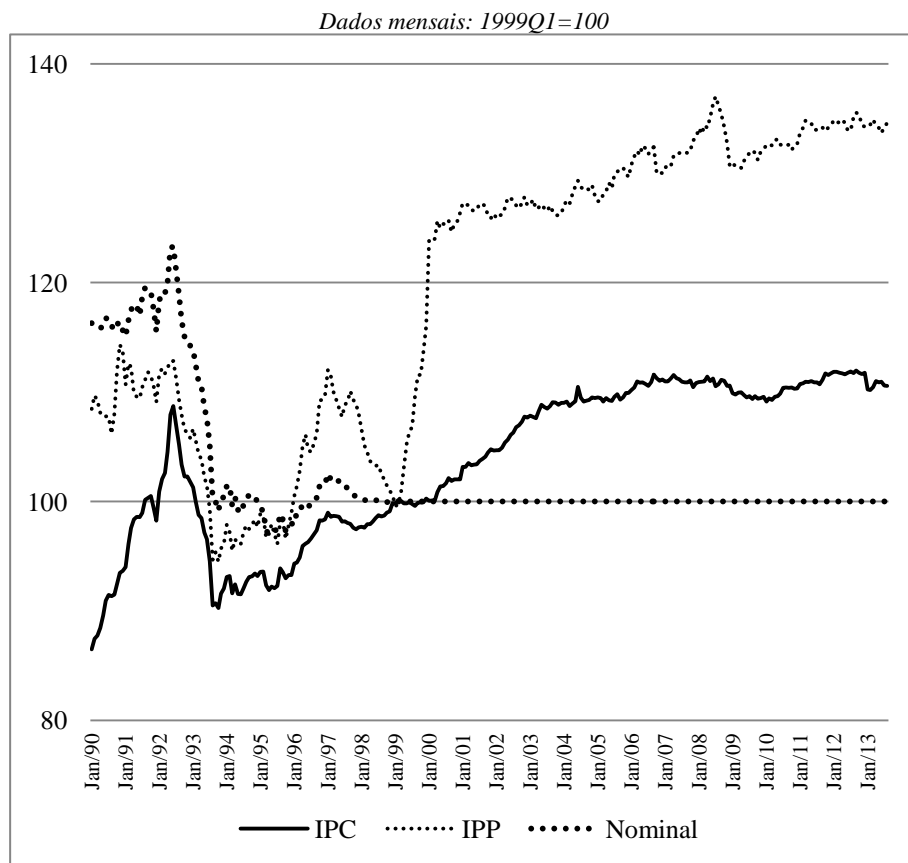
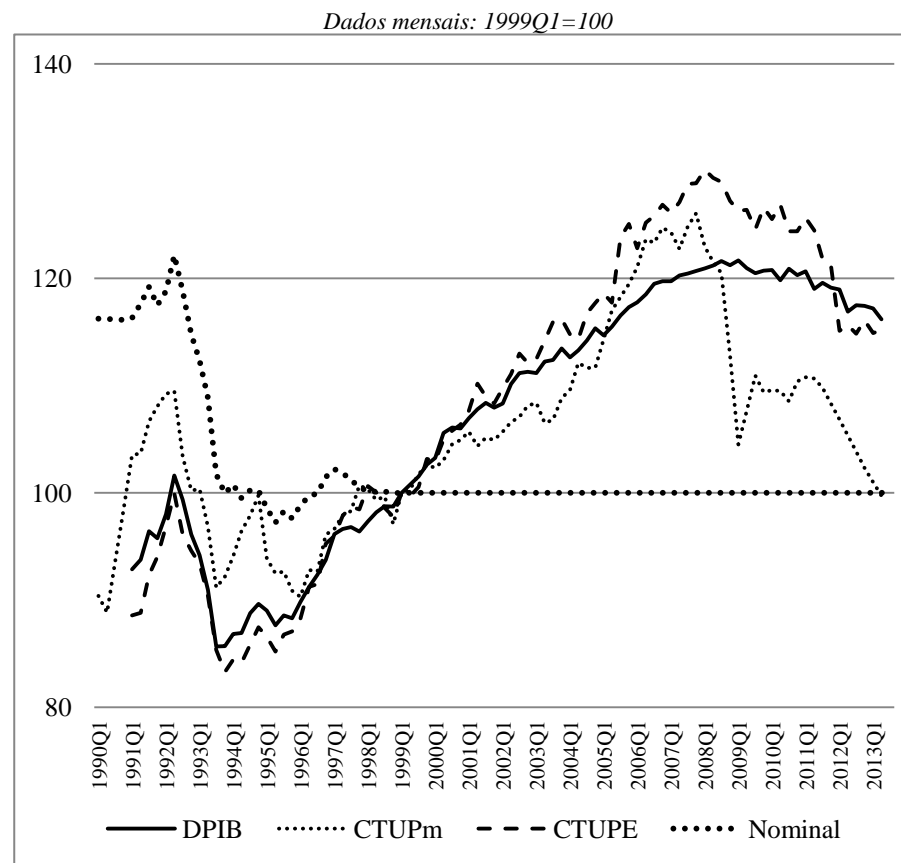


Gráfico 26 – Competitividade face à Alemanha, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 27 – Competitividade face à Áustria, ajustado pelo IPC e pelo IPP

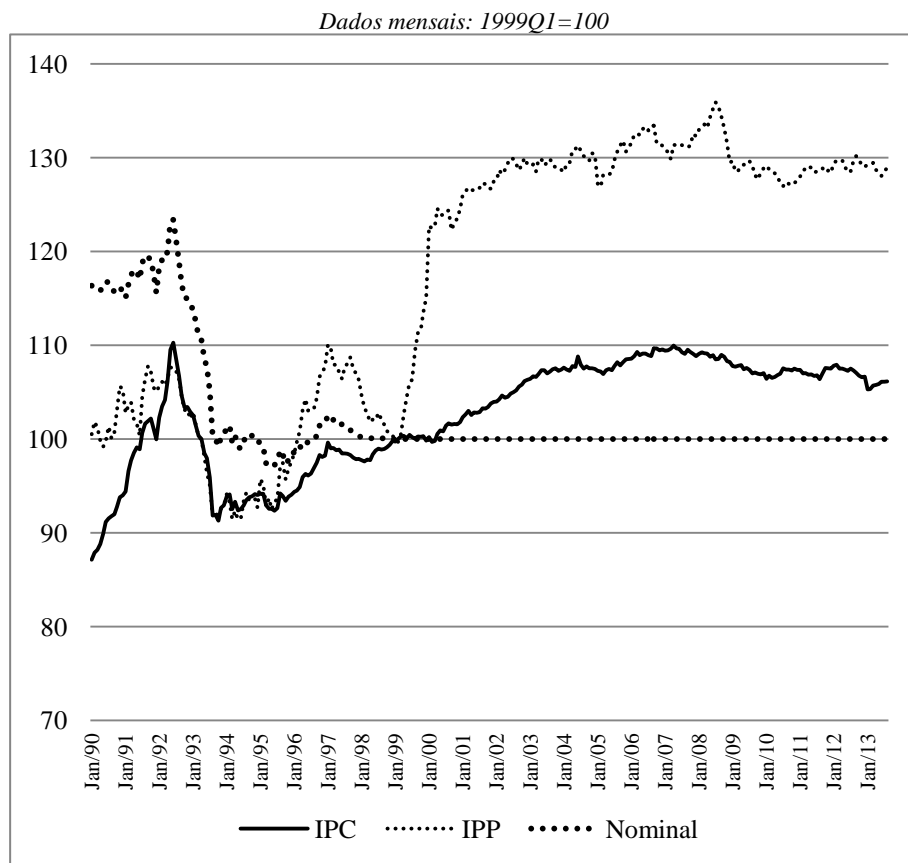
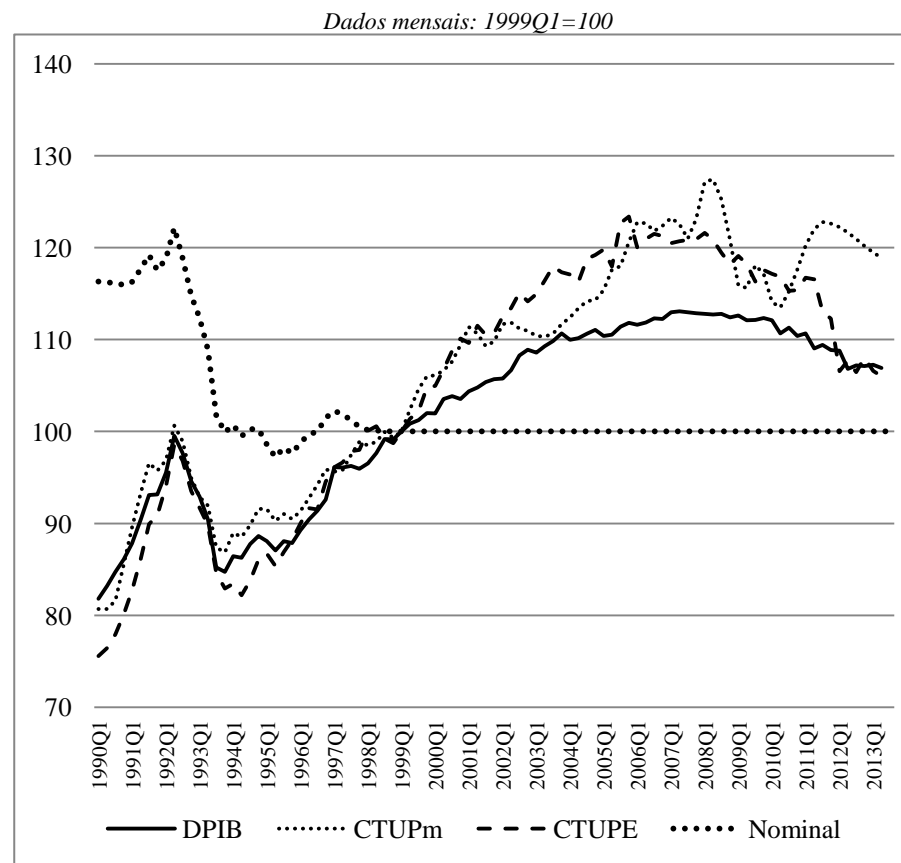


Gráfico 28 – Competitividade face à Áustria, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 29 – Competitividade face à Bélgica, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

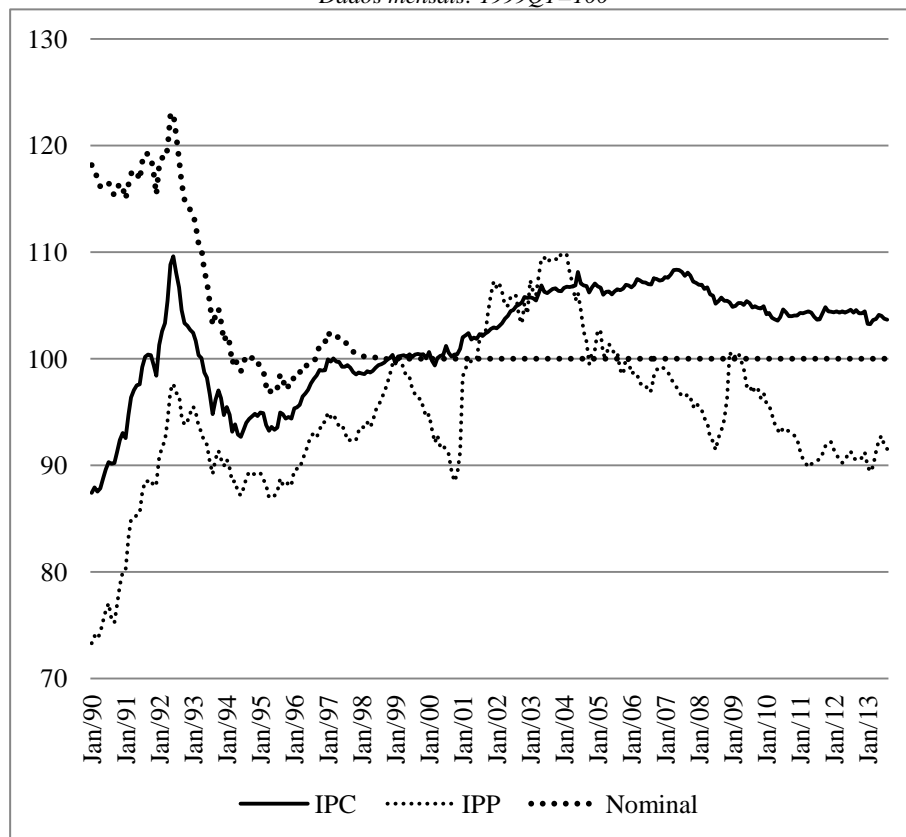


Gráfico 30 – Competitividade face à Bélgica, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados mensais: 1999Q1=100

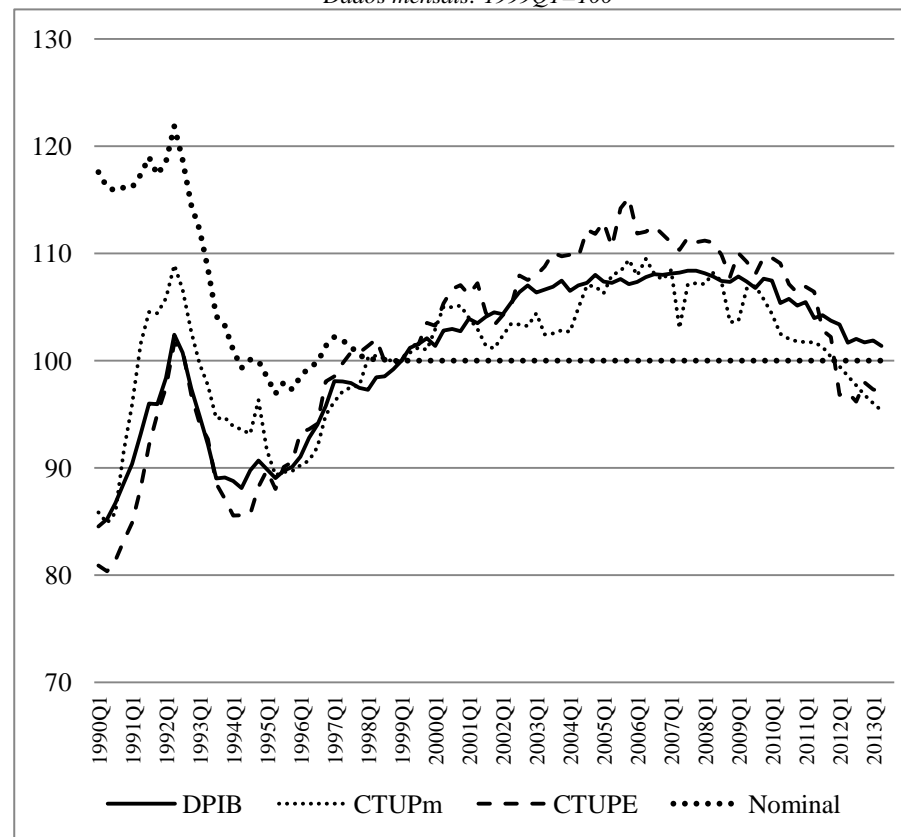


Gráfico 31 – Competitividade face à Espanha, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100



Gráfico 32 – Competitividade face à Espanha, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados mensais: 1999Q1=100

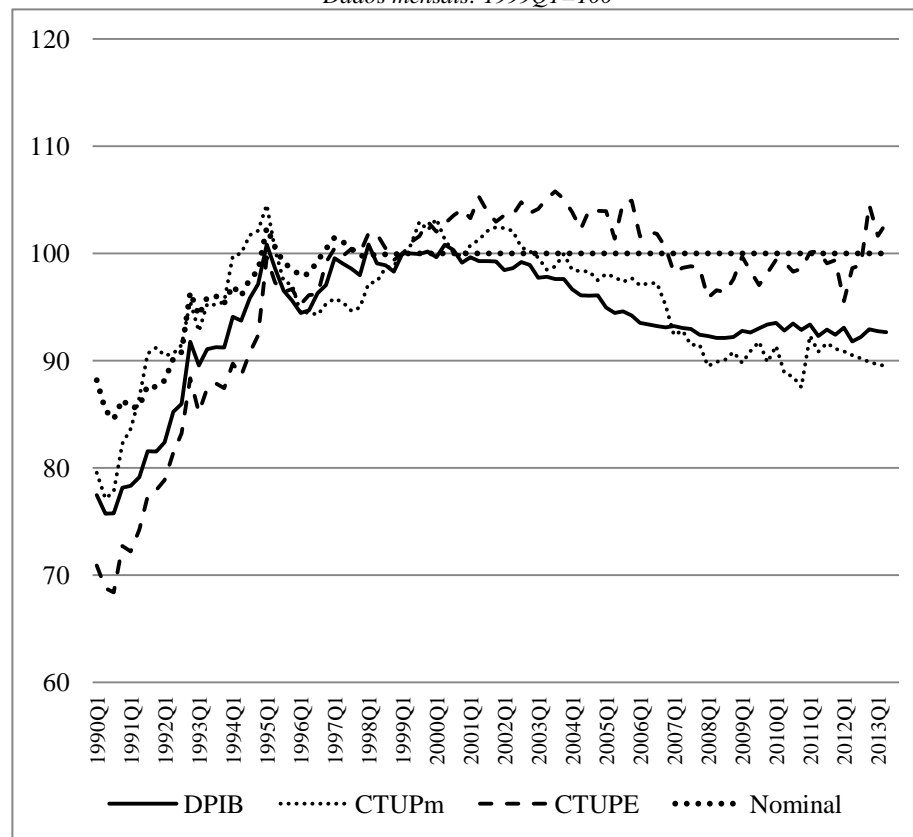


Gráfico 33 – Competitividade face à Finlândia, ajustado pelo IPC e pelo IPP

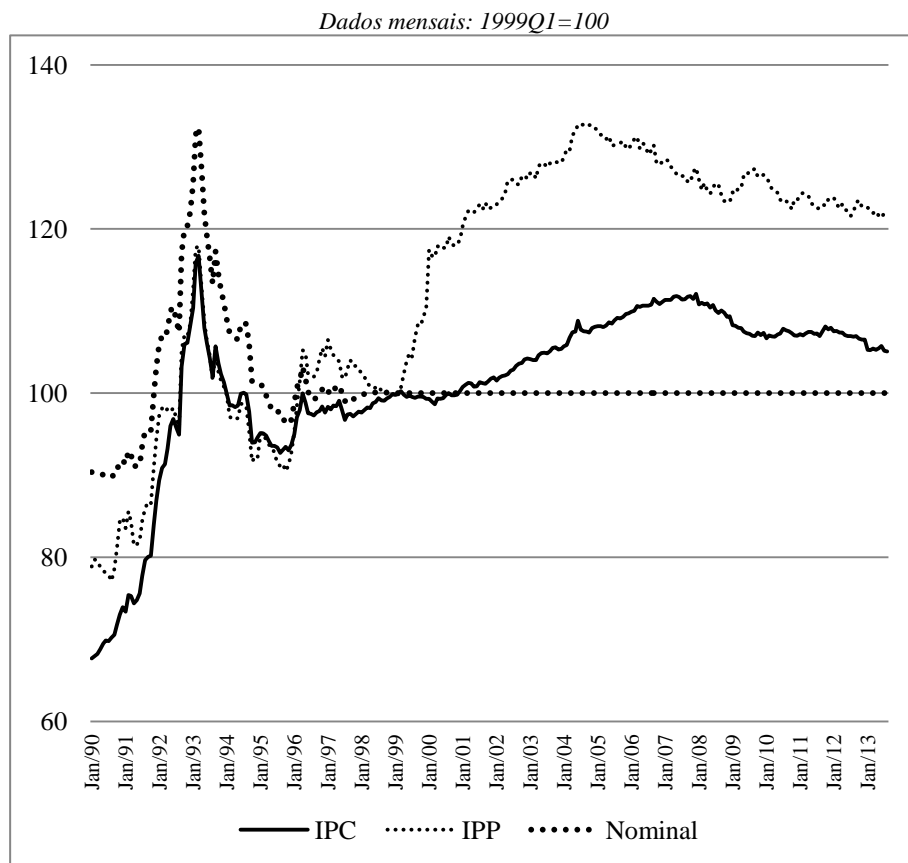


Gráfico 34 – Competitividade face à Finlândia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

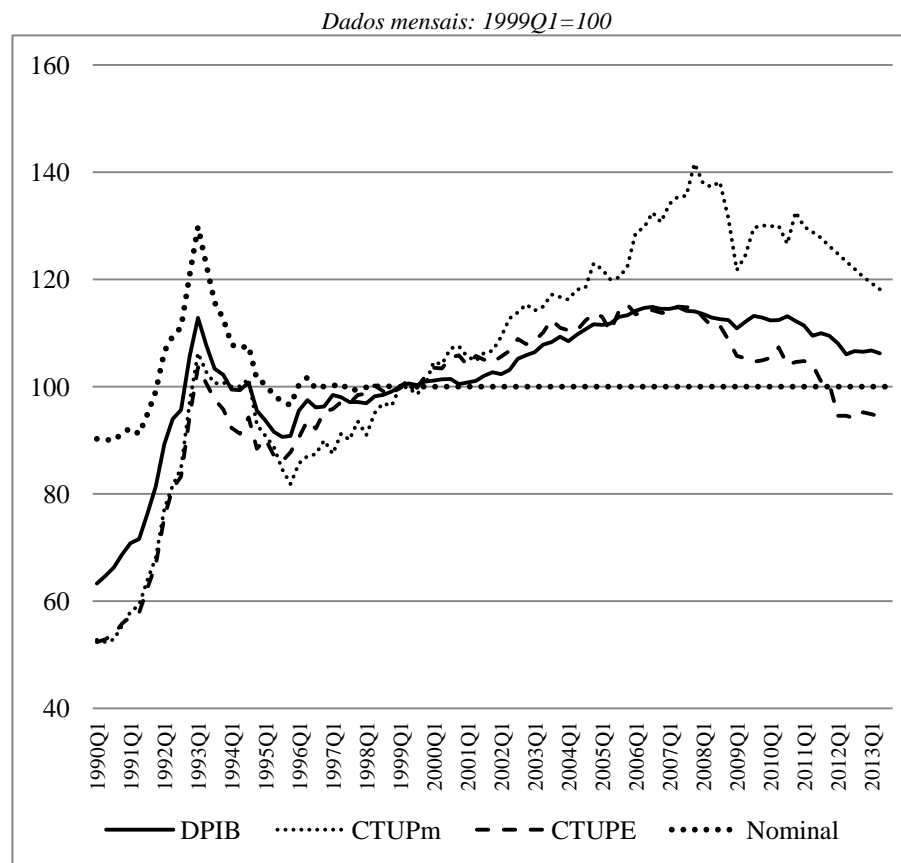


Gráfico 35 – Competitividade face à França, ajustado pelo IPC e pelo IPP

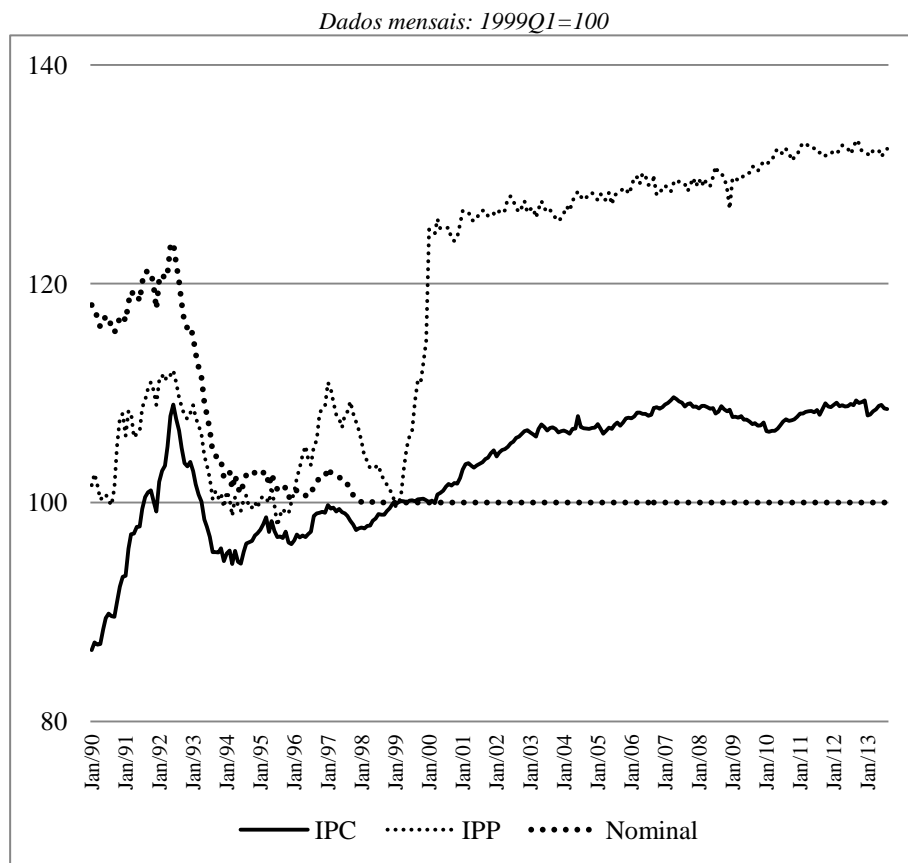


Gráfico 36 – Competitividade face à França, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

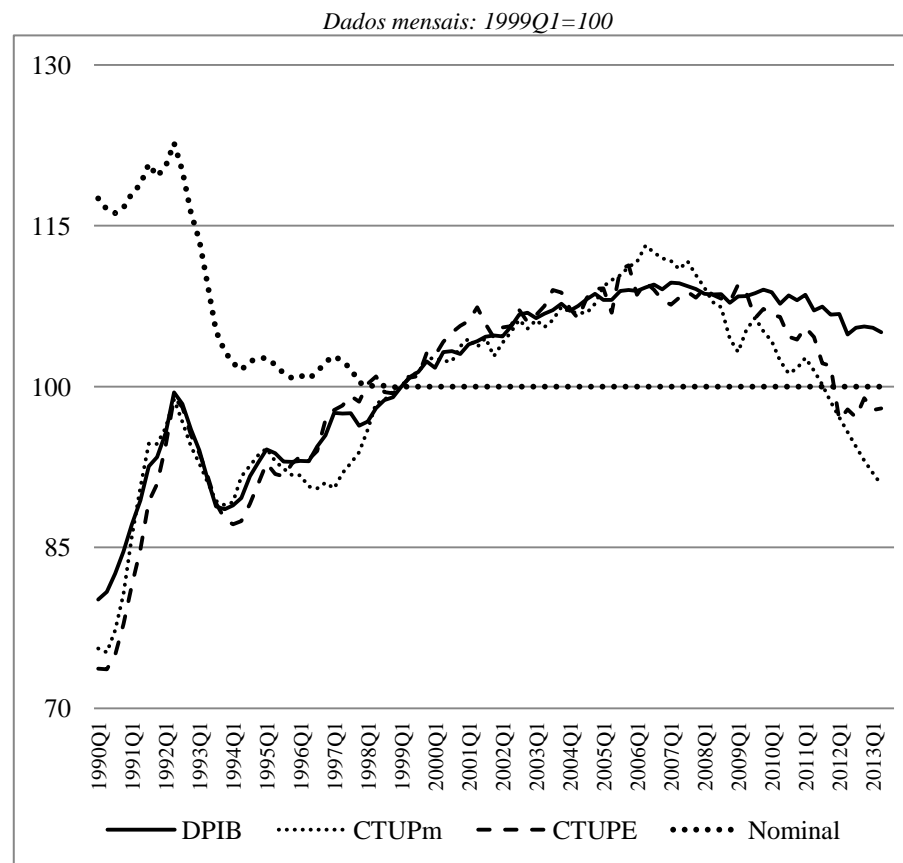


Gráfico 37 – Competitividade face à Holanda, ajustado pelo IPC e pelo IPP

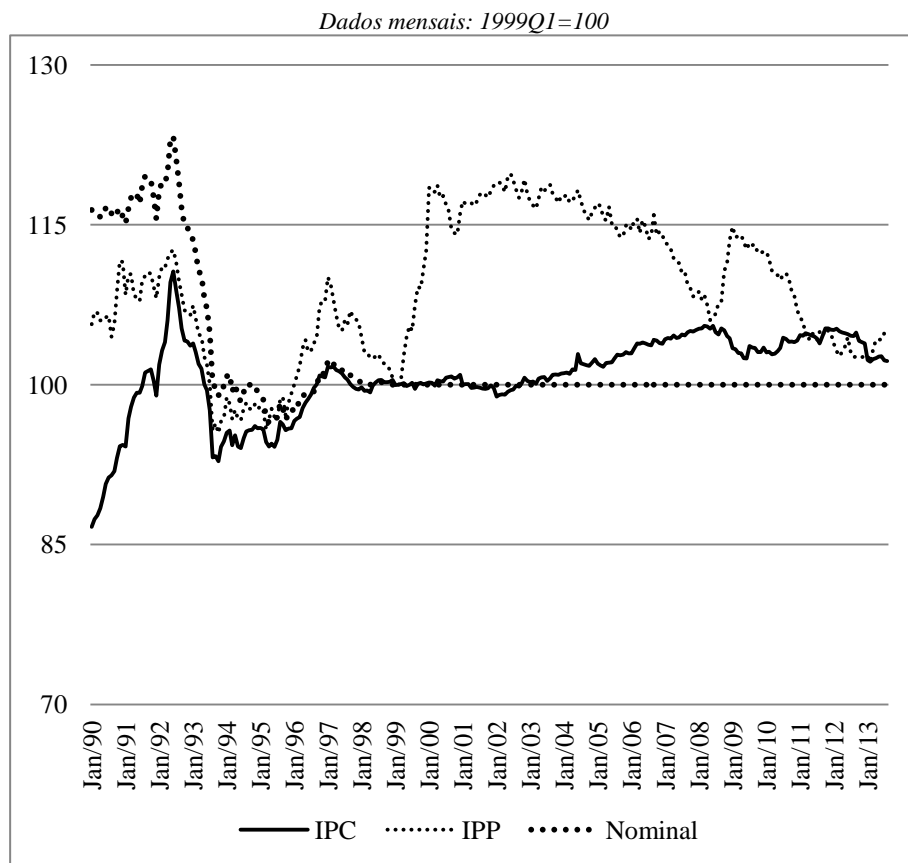
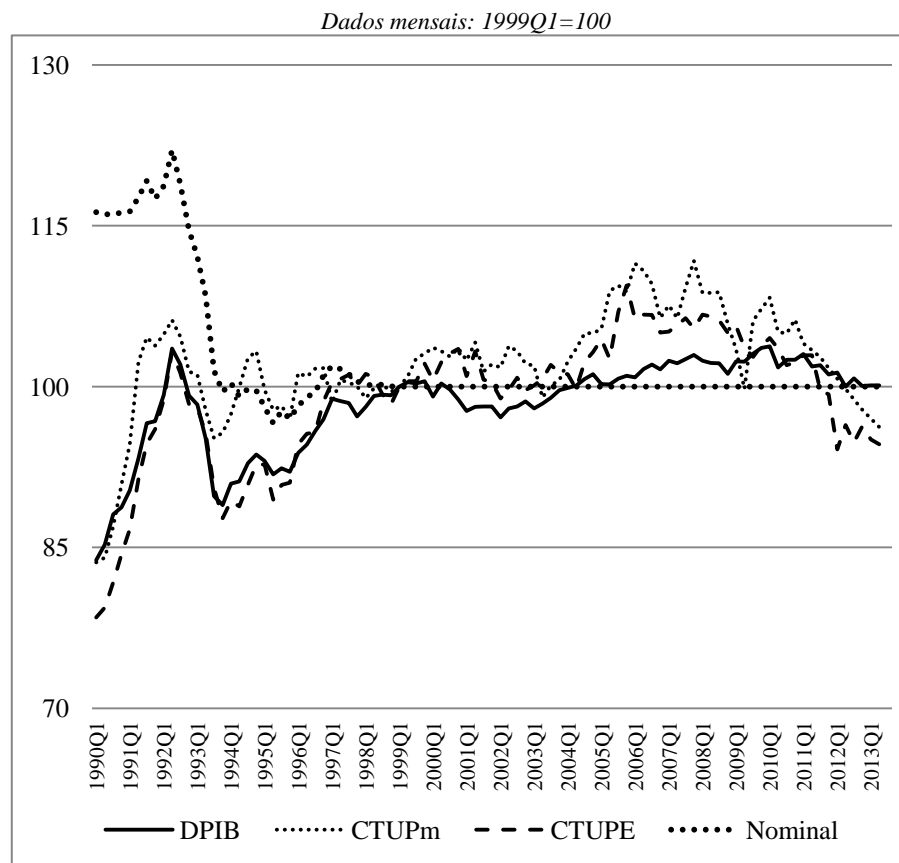


Gráfico 38 – Competitividade face à Holanda, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 39 – Competitividade face à Irlanda, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

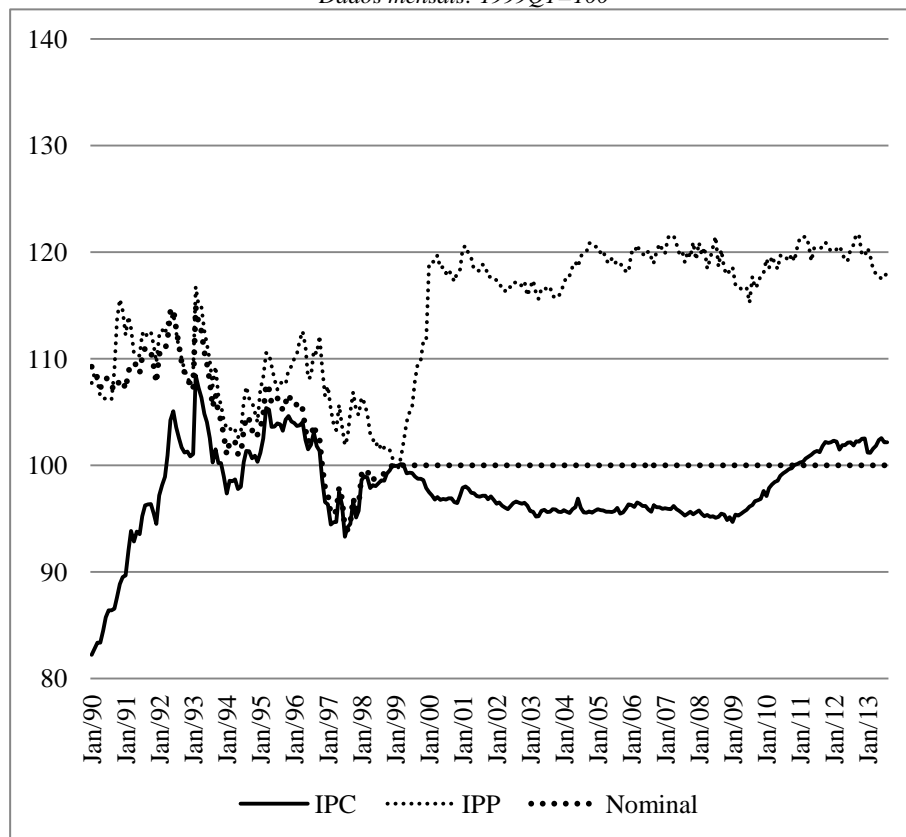


Gráfico 40 – Competitividade face à Irlanda, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados mensais: 1999Q1=100

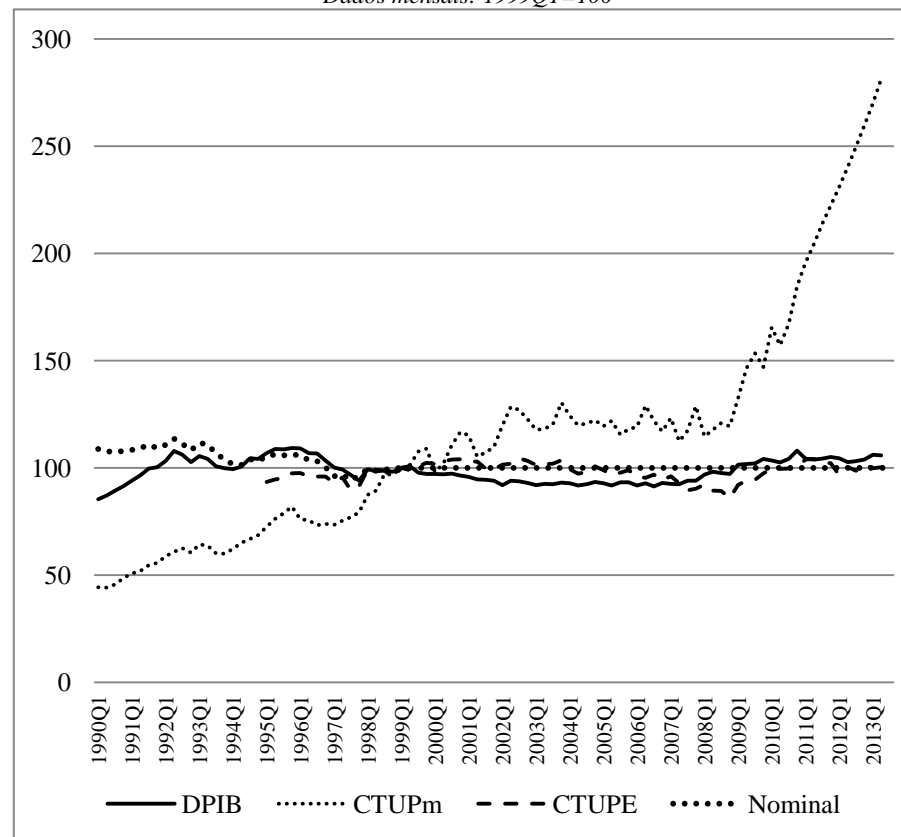


Gráfico 41 – Competitividade face à Itália, ajustado pelo IPC e pelo IPP

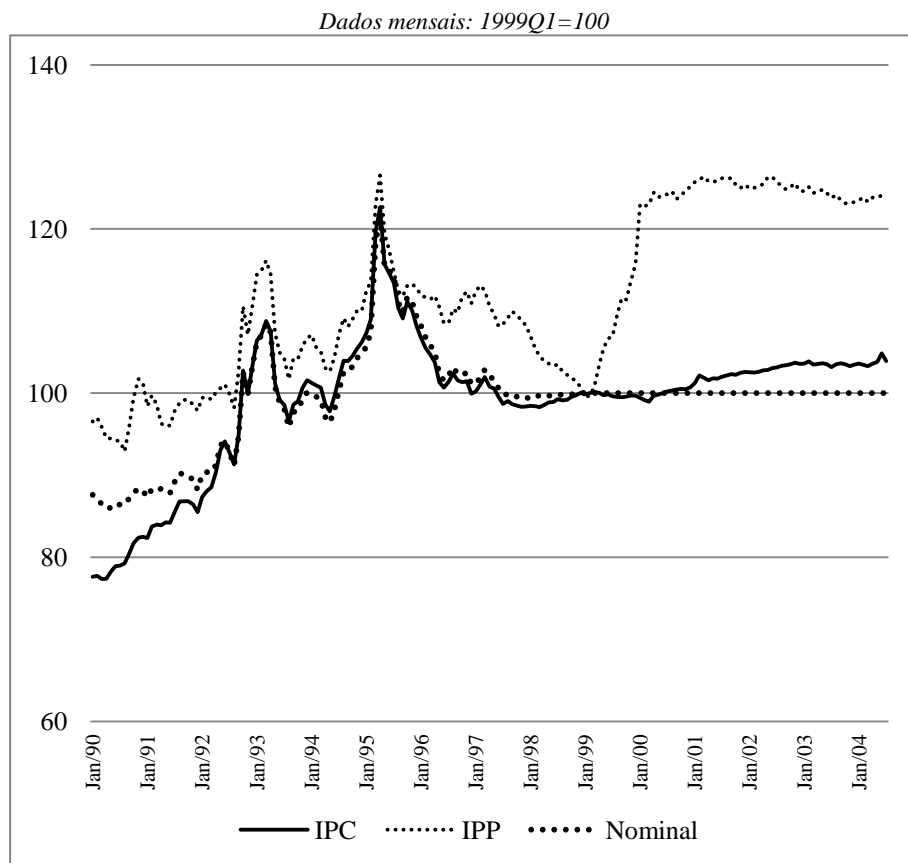


Gráfico 42 – Competitividade face à Itália, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

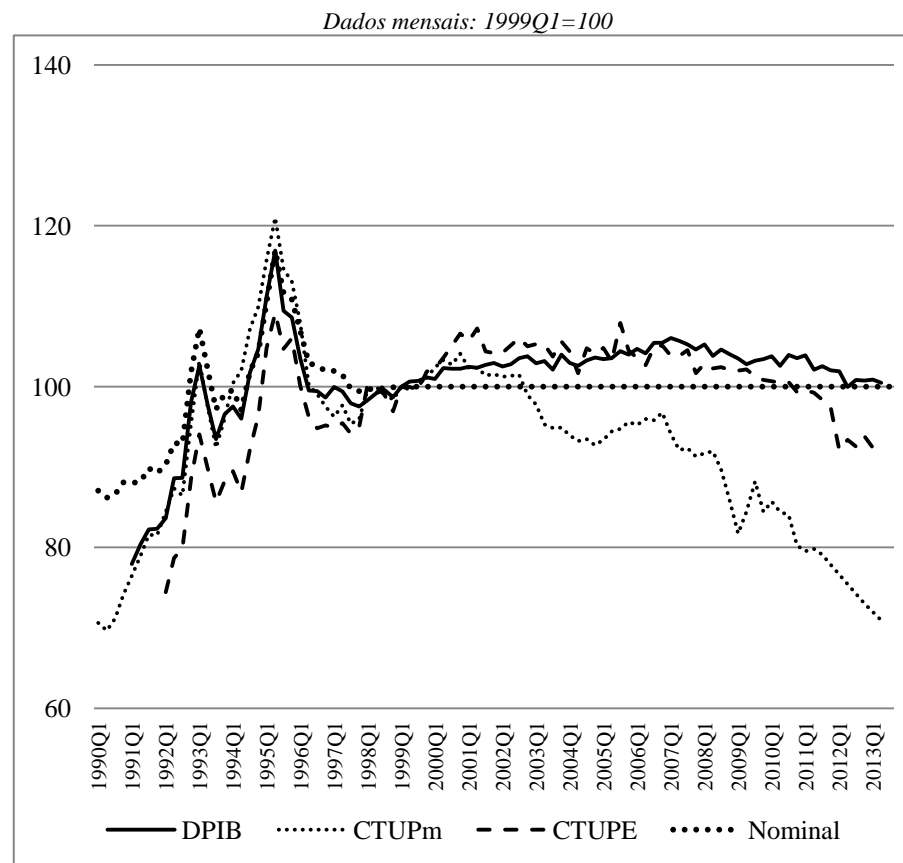


Gráfico 43 – Competitividade face ao Luxemburgo, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

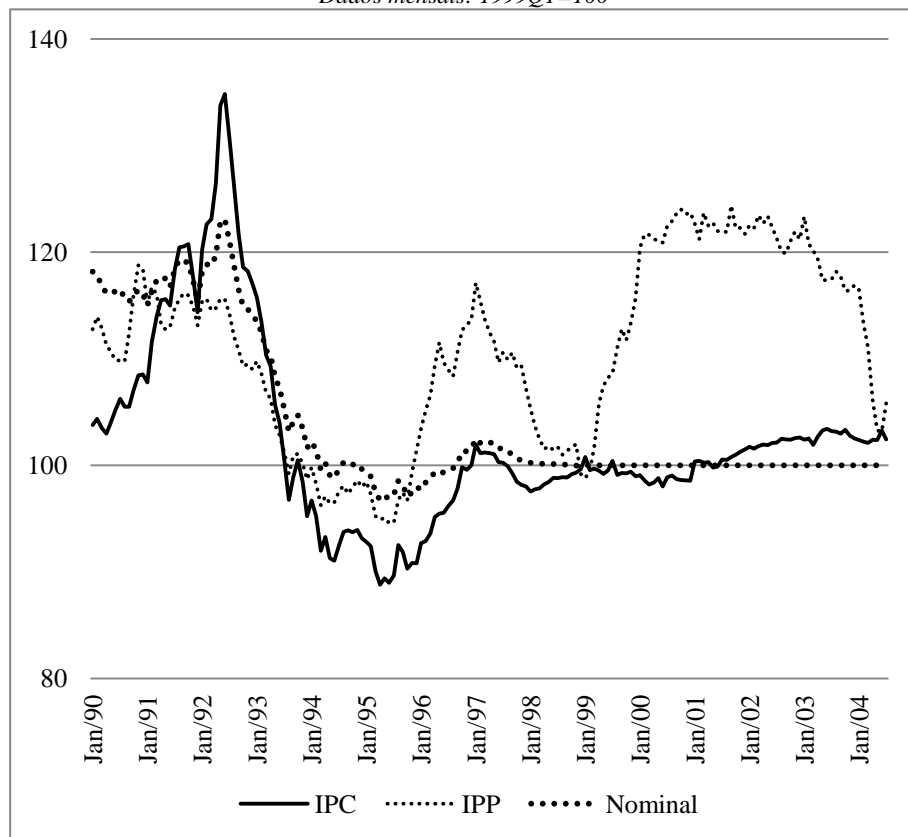


Gráfico 44 – Competitividade face ao Luxemburgo, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados mensais: 1999Q1=100

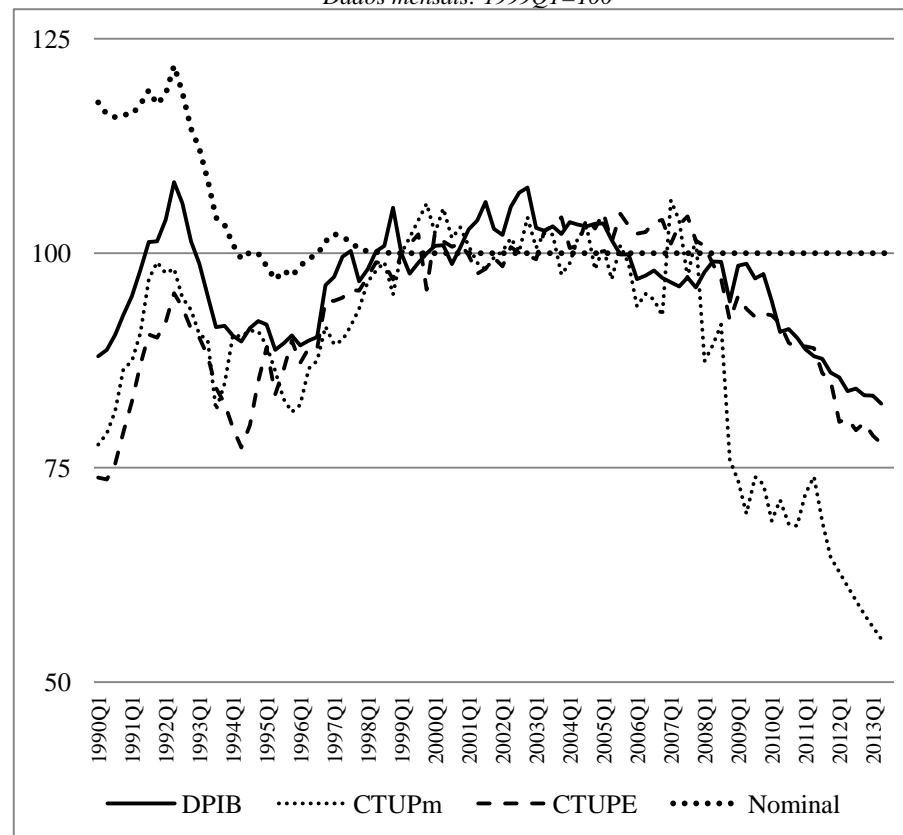


Gráfico 45 – Competitividade face ao Chipre, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

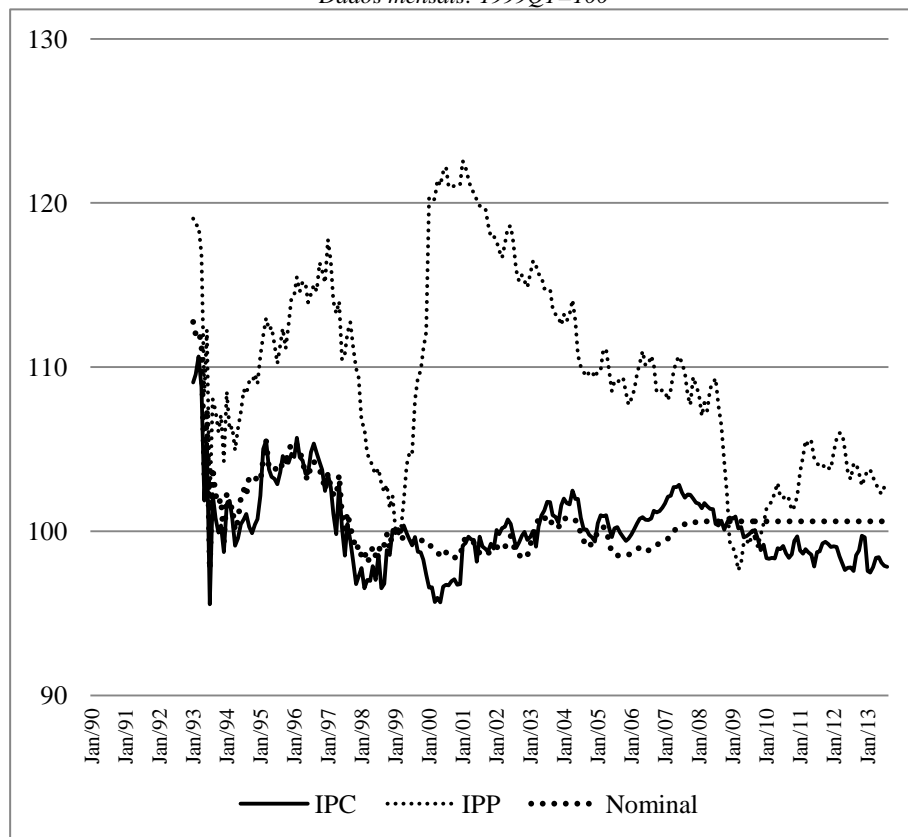


Gráfico 46 – Competitividade face ao Chipre, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados mensais: 1999Q1=100

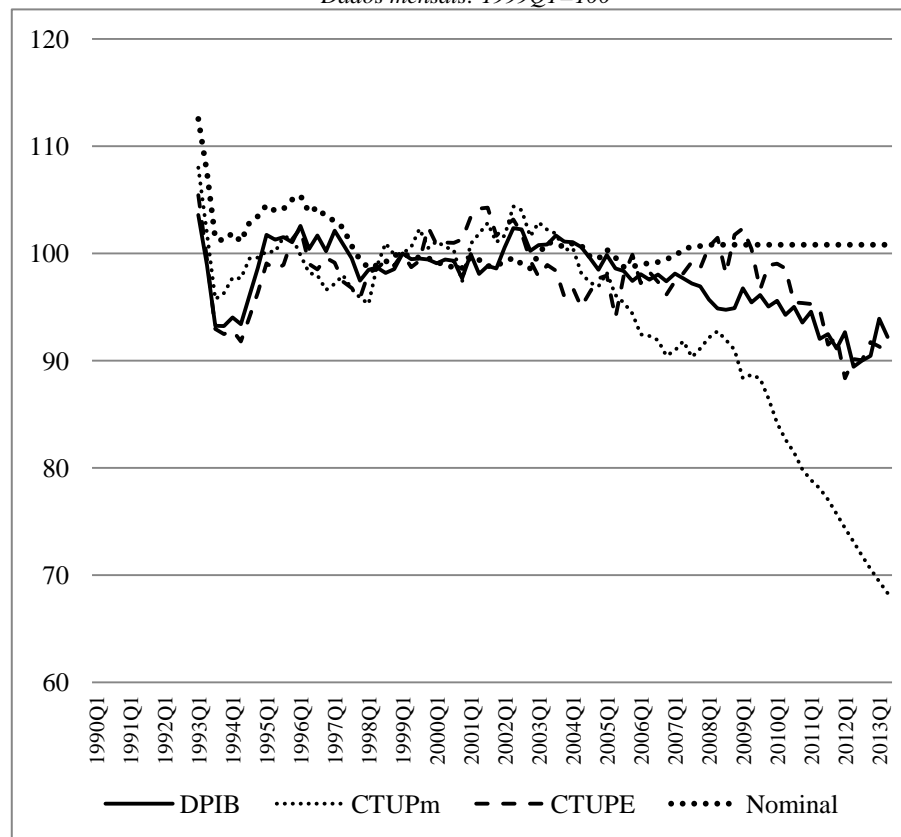


Gráfico 47 – Competitividade face à Eslováquia, ajustado pelo IPC e pelo IPP

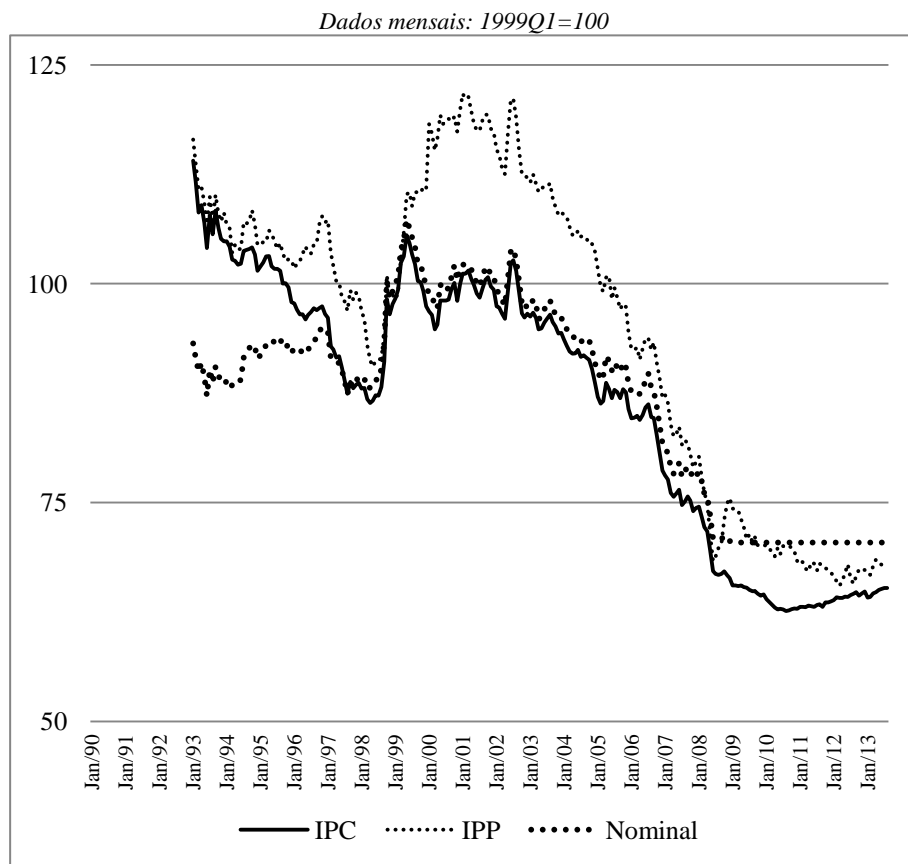
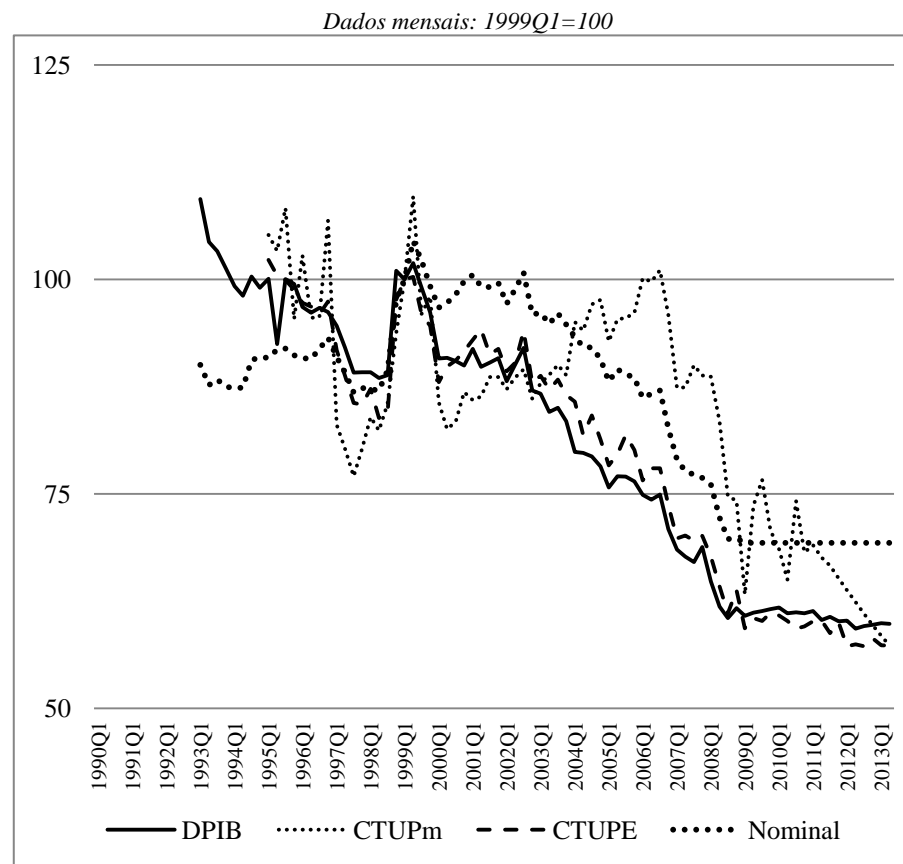


Gráfico 48 – Competitividade face à Eslováquia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 49 – Competitividade face à Eslovénia, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

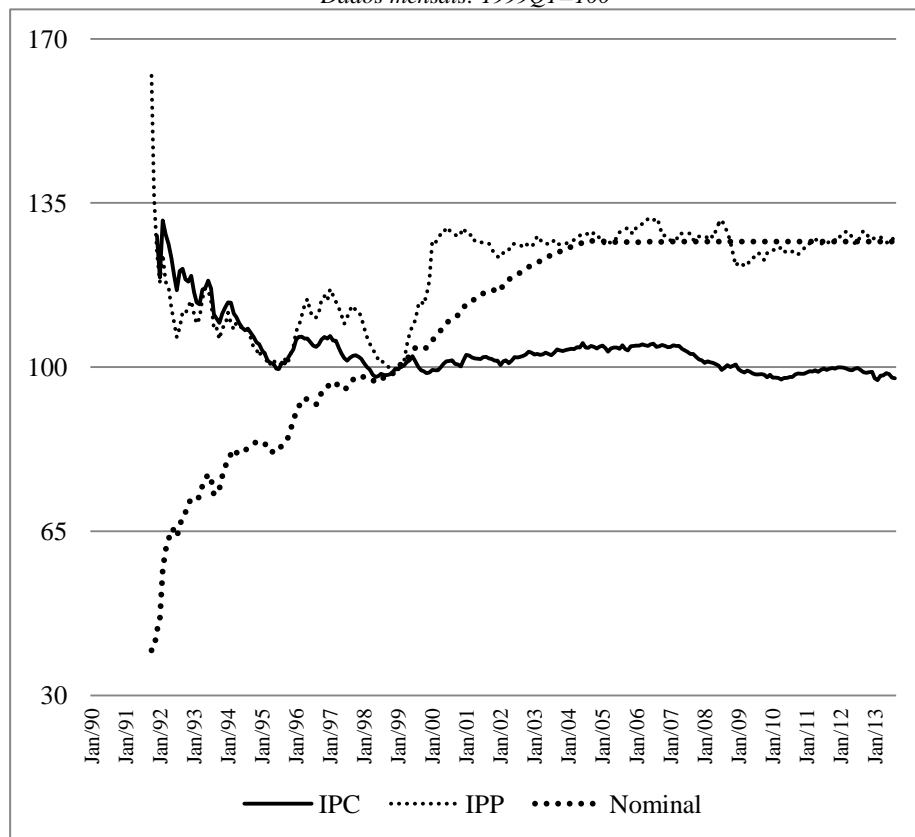


Gráfico 50 – Competitividade face à Eslovénia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados mensais: 1999Q1=100

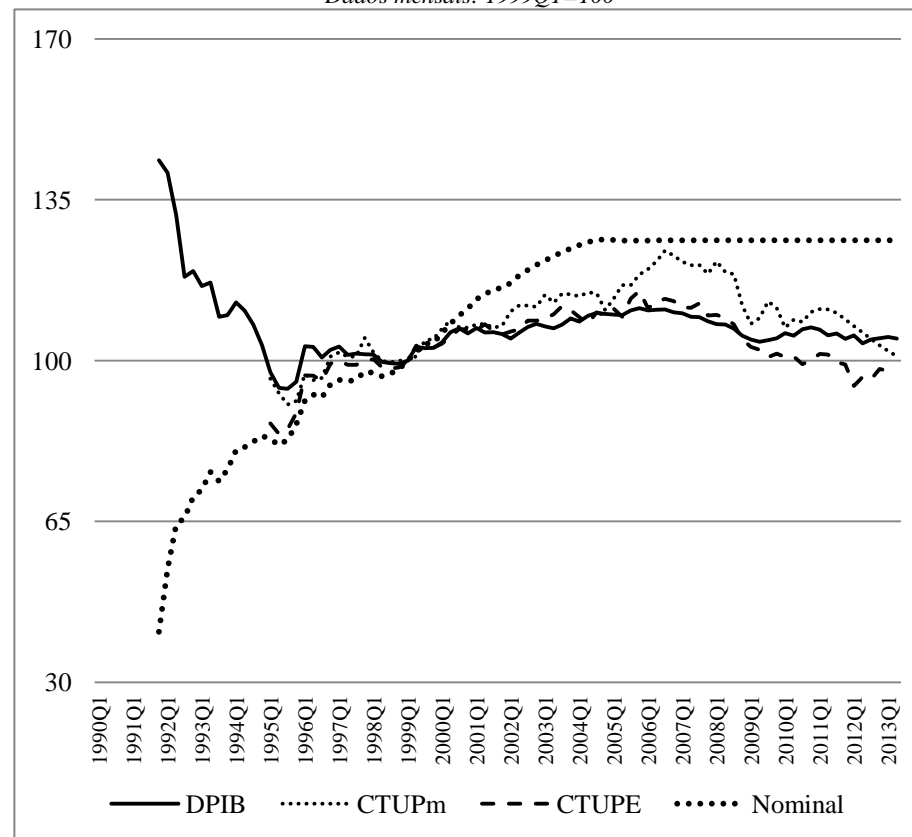


Gráfico 51 – Competitividade face à Estónia, ajustado pelo IPC e pelo IPP

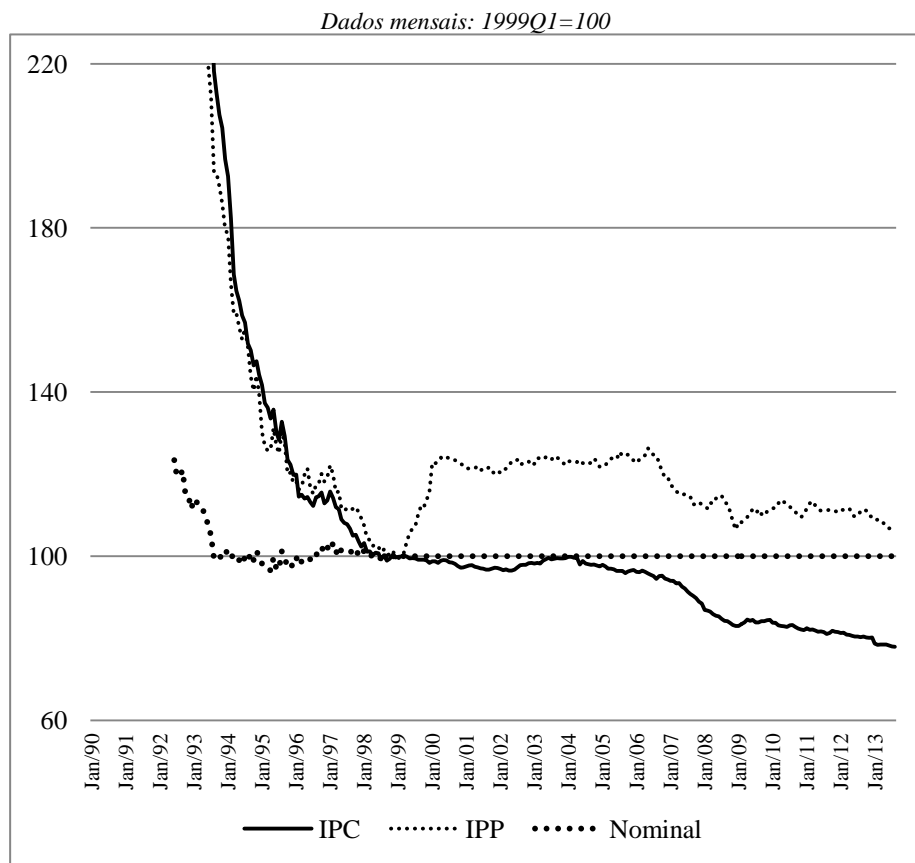
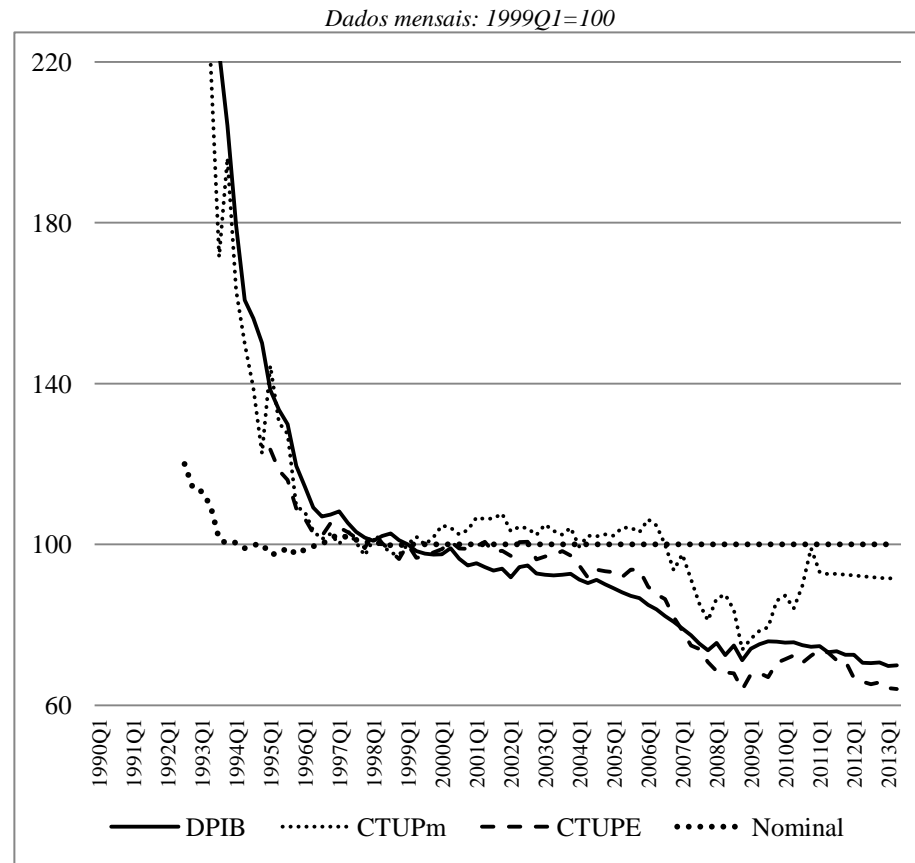


Gráfico 52 – Competitividade face à Estónia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 53 – Competitividade face à Grécia, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

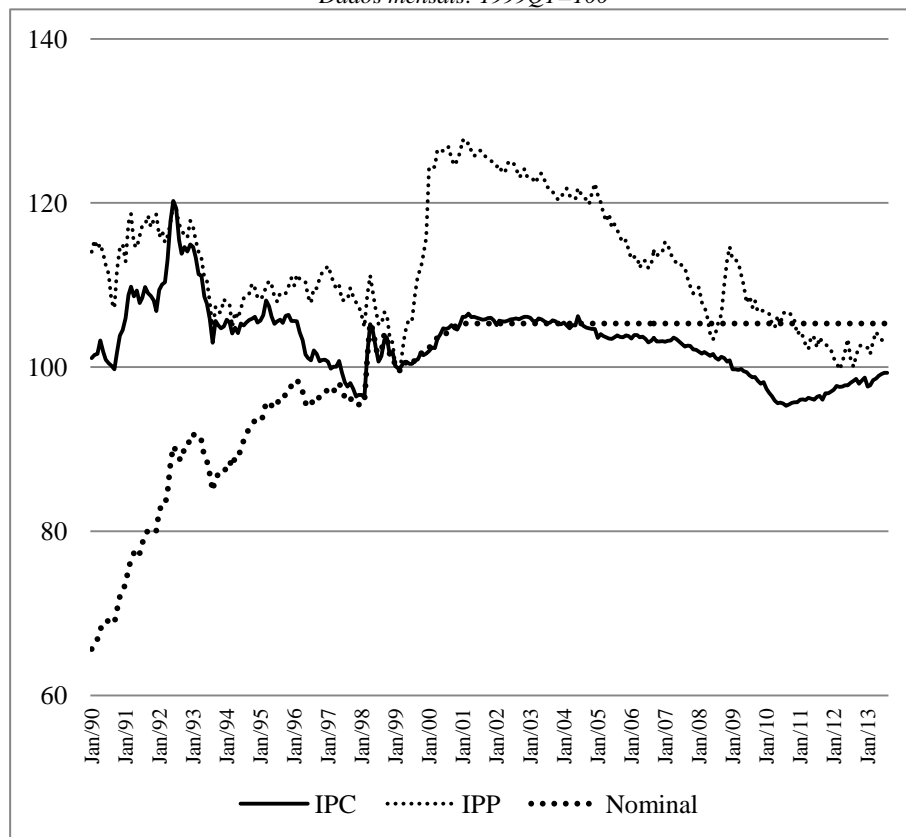


Gráfico 54 – Competitividade face à Grécia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados mensais: 1999Q1=100

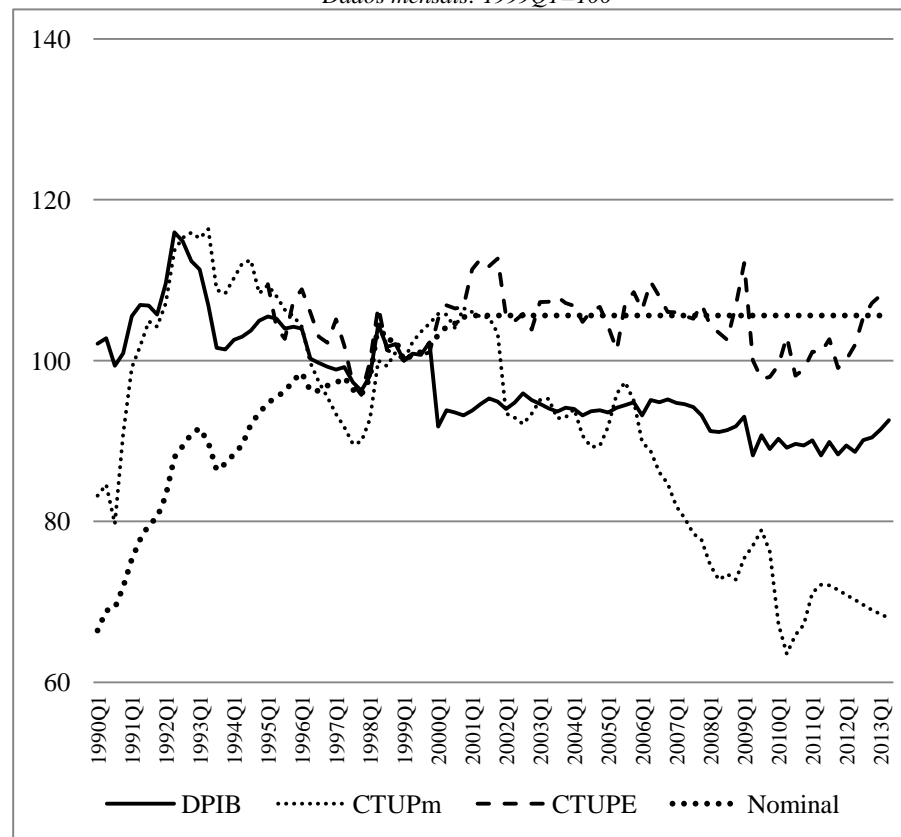


Gráfico 55 – Competitividade face a Malta, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

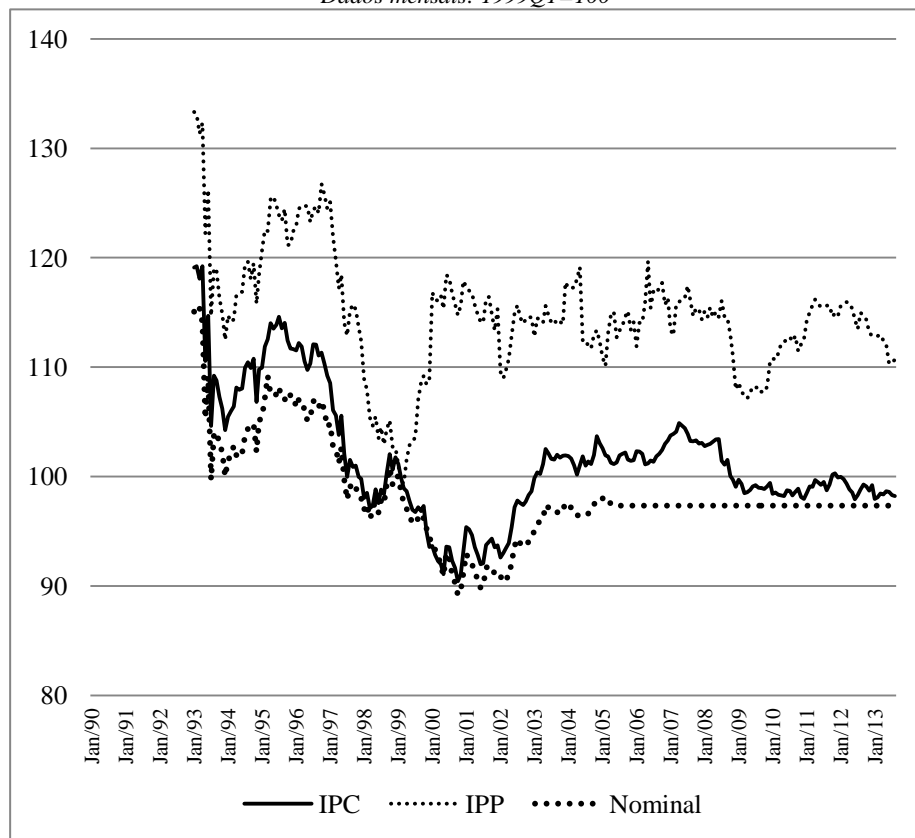
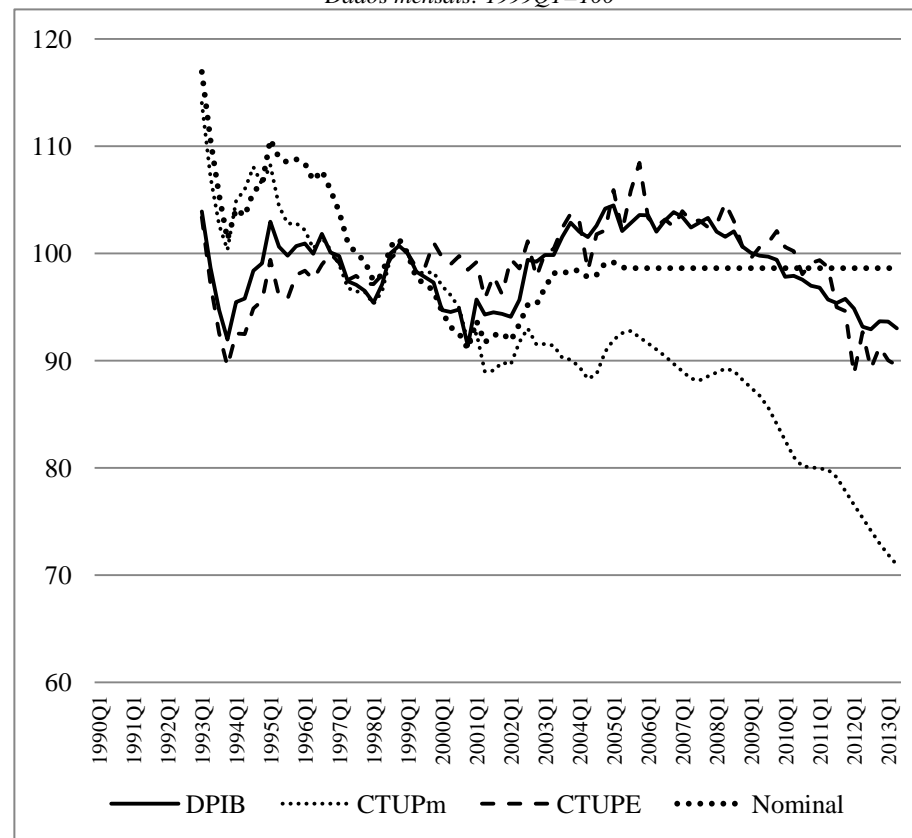


Gráfico 56 – Competitividade face a Malta, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados mensais: 1999Q1=100



Alemanha

A Alemanha foi, no triénio de 2007-2009, o segundo principal parceiro comercial português, com 16,3% desse total. Tem vindo ligeira e gradualmente a perder peso desde o triénio de 1995-1997, quando foi o principal parceiro português, com 19,4% de share, com uma quebra de 7,6% face à introdução do Euro. A competitividade nacional face à economia alemã regista, quando deflacionada por índices de preços, em agosto de 2013, uma quebra de 10,56% e de 34,58% se o deflator de preços utilizado é do consumidor ou do produtor, respetivamente. No final do 2º trimestre nota-se uma perda de competitividade de 16,18% em termos de DPIB, um ganho ligeiro de 0,28% nos custos de trabalho na indústria de manufaturas e uma perda de 15,18% nos custos de trabalho para toda a economia. Contudo, desde março de 2010, as quebras competitivas são de 1,17% e 1,53% nos deflatores de preços (no consumidor e no produtor, respetivamente) e notam-se ganhos de 3,04% em termos de PIB e, nos custos de trabalho, ganhos de 8,92% e 9,20% (na indústria das manufaturas e na restante economia, respetivamente).

Face ao início da década de 90 do século passado, a economia alemã ganhou competitividade até à criação da moeda única em todos os índices ajustados (IPC: 13,51%; DPIB: 7,12%; CTUPm: 9,62%; e CTUPE: 11,44%), mas quando ponderado pelo IPP o ganho de 8,45% é do lado português. O Marco alemão valorizou 16,30% face ao Escudo português neste período.

Áustria

É o décimo segundo parceiro representando 1,2% do comércio externo no último triénio, tendo subido 8,1% em termos de peso desde a criação da divisa única. A economia austríaca registou ganhos competitivos em todos os deflatores (com um máximo de 24,42% em termos de CTUPE) exceto no IPP (0,52%) entre o início de 1990 e a criação do Euro. Nesse período, após dois anos em que o Escudo português valorizou ligeiramente, deu-se uma forte depreciação cambial até ao ano anterior à adoção do Euro, quando o Xelim austríaco valorizava 16,32% face ao Escudo português. Se, em termos de IPC, se notava que aumentava sempre mais em Portugal do que na Áustria, tirando competitividade à economia nacional, o

que aconteceu até 2008, no que respeita ao IPP, deu-se uma recuperação competitiva entre 1997 e 1999, que foi anulada pela apreciação do Escudo nesse período. Até à adoção do Euro, os restantes deflatores mostram uma contínua perda de competitividade que, durante grande parte da década, foram deteriorados pela componente cambial.

A economia nacional perde competitividade face à austríaca em todos os índices deflacionados: 6,12% e 28,86% nos índices de preços (IPC e IPP); 6,91% em termos de DPIB; e 18,89% e 6,01% nos custos unitários de trabalho (na indústria das manufaturas e no total da economia), sendo evidente que o comportamento do IPP em Portugal durante 1999 é decisivo, pois apenas se recuperou competitividade ajustando pelos preços no produtor durante um pequeno período, entre junho e dezembro de 2008, momento em que a inflação entre os dois países começou a ser semelhante. Todos os restantes índices ajustados comportam-se da mesma forma até final de 2008, isto é, dá-se uma quebra competitiva em todos eles. Desde março de 2010, contudo, nota-se uma recuperação da competitividade em termos de IPC (0,38%), DPIB (3,41%) e CTUPE (9,26%), mas resultado oposto quando ajustados pelo IPP (0,17%) e pelos CTUPm (4,75%), ainda que, para os CTUPm se note uma recuperação competitiva desde 2011.

Bélgica

Em termos de peso, as trocas comerciais com a Bélgica baixaram 5,4% desde o triénio 1998-2000, tendo-se mantido em 3,7% nos últimos dois triénios, sendo o oitavo principal parceiro. Face à economia belga, Portugal perdeu competitividade em todos os índices deflacionados exceto pelo IPP (2,94%), em especial pelos CTUPE (19,11%) entre janeiro de 1990 e o início da moeda única, quando o Franco belga valorizava 18,15% em relação ao Escudo português. Face à divisa belga, o Escudo apreciou 7,02% entre janeiro de 1991 e junho de 1992, tendo depreciado 21,4% até abril de 1995. Antes da adoção do Euro, o Escudo voltou a apreciar até janeiro de 1997, depreciando ligeiramente de seguida. O comportamento da divisa nacional na última década do milénio passado mostra uma depreciação entre 1992 e 1996, seguida de uma apreciação do Escudo e nova depreciação ligeira nos anos anteriores à adoção do Euro. O comportamento dos índices de preços são muito negativos para a competitividade portuguesa neste período, tal como para os restantes índices.

O comportamento após a concretização da terceira fase da UEM mostra uma contínua quebra competitiva da economia nacional face à belga até 2006, se ajustada por custos de trabalho, e até ao ano seguinte quando ponderada pelo DPIB e IPC, quando se inicia uma recuperação competitiva face à Bélgica em todos os deflatores. Em agosto de 2013, face aos parceiros belgas, as empresas portuguesas experienciaram uma quebra na competitividade de 3,64% em termos de preços no consumidor, mas quanto aos preços no produtor deu-se um ganho de 8,49%. Deflacionando pelo DPIB, nota-se uma ligeira perda de competitividade no 2º trimestre de 2013 de 1,38%, contudo deram-se ganhos de 4,66% e 2,91% quando ponderados pelos CTUPm e CTUPE. Desde março de 2010 há uma recuperação da competitividade em todos os índices deflacionados, na ordem de 0,20%, 3,44%, 3,77%, 6,99% e 10,99%, deflacionados pelo IPC, IPP, DPIB, CTUPm e CTUPE, respetivamente. Em termos de IPP, o comportamento é semelhante ao descrito face à economia austríaca, mas após 2003, a tendência é de ligeira recuperação da economia portuguesa.

Espanha

É o principal parceiro comercial, para cujo comércio externo no triénio 2007-2009 representava mais de 25,5% das trocas, tendo subido esse rácio progressivamente desde o triénio 1995-1997 (em que era de 17,2%) e, desde a criação da moeda única, o peso comercial bilateral com Espanha aumentou 33,1%. Em termos de preços no consumidor, em agosto de 2013 a economia nacional é mais competitiva, com um ganho de 4,95%, mas deflacionando pelo IPP tem uma perda de competitividade de 13,12%. No 2º trimestre o índice baixou 7,33% em termos de DPIB e 10,50% nos custos de trabalho na indústria de manufaturas, mas deu-se uma subida de 2,82% no índice relativo aos custos de trabalho para toda a economia. Desde março de 2010, em termos de preços a economia nacional tem ligeiros ganhos de competitividade de 0,06% nos custos do consumidor e de 1,05% nos custos do produtor; em termos do DPIB deu-se um ligeiro ganho de 0,13%, mas, nos custos de trabalho, perdas de 0,77% e 3,66% (na indústria de manufaturas e na restante economia).

Comparando com o início de 1990, Portugal perdeu competitividade em todos os índices deflacionados, sendo menos notório no índice ajustado pelo IPP (7,70%), mas evidente nos restantes, com o pior comportamento quando medido pelos CTUPE, com uma

perda de 29,12%. Nesse período, a moeda portuguesa valorizou 11,32% face à Peseta espanhola.

Finlândia

É o vigésimo primeiro parceiro comercial com um peso de 0,72% no último triénio, subindo face ao anterior, mas com uma quebra de 7,7% quando comparado com o triénio 1998-2000. A Markka finlandesa depreciou fortemente (46,45%) entre 1990 e o início de 1993, para valorizar face ao Escudo português até final de 1995 (24,55%). Até à adoção do Euro, a divisa portuguesa voltou a apreciar ligeiramente. A inflação em Portugal foi sempre superior do que na Finlândia, o que continuou a ocorrer após 2001, depois de dois anos em que foram semelhantes logo depois da adoção do Euro. Quanto aos restantes deflatores, a economia portuguesa teve sempre um desempenho negativo, em termos competitivos, face à finlandesa, até 2008, tal como em termos de IPC. A Markka finlandesa desvalorizou 9,60% face à divisa nacional entre janeiro de 1990 e o mesmo mês de 1999, num período em que a economia finlandesa teve fortes ganhos competitivos em todos os índices ajustados, com destaque para o ganho de 47,62% quando ajustado pelos CTUPE. Desde a adoção da moeda única, Portugal perde competitividade face à Finlândia em todos os índices deflacionados (pelo IPC: 5,10%; pelo IPP: 22,30%; pelo DPIB: 6,21%; e pelos CTUPm: 18,14%) exceto pelo índice deflacionado pelos CTUPE, em que é 5,60% mais competitivo. No entanto, desde março de 2000 a economia nacional é mais competitiva em todos os índices deflacionados: 1,71% (IPC), 2,06% (IPP), 5,51% (DPIB), 9,10% (CTUPm) e 12,05% (CTUPE).

França

É o terceiro parceiro comercial mais importante, representando pouco mais de 10,1% do comércio externo no último triénio disponível, tendo perdido 15,5% do peso comercial desde a criação da moeda única. Face à economia francesa, Portugal tem registado, em agosto de 2013 uma perda competitiva quando ponderada por índices de preços de 8,53% (consumidor) e de 32,32% (produtor). Quanto aos restantes deflatores, no final do 2º trimestre de 2013 a economia portuguesa estava mais competitiva, sendo os ganhos de 9,12% se deflacionado pelos CTUPm, 2,03% pelos CTUPE, mas perdendo 5,06% quando ajustado pelo

DPIB. Desde março de 2010 ambos os índices de preços mostram uma perda competitiva ligeira, sendo de 1,86% e de 0,84% quando deflacionado pelo IPC e pelo IPP, respetivamente. Quanto aos restantes deflatores, desde o 2º trimestre de 2010 a economia portuguesa tem ganho competitividade, sendo 2,48% em termos de DPIB, 11,27% e 8,00% quanto aos CTUPm e CTUPE, respetivamente.

Em relação ao início de 1990, o Franco francês valorizou 18,04% face à divisa nacional. Em termos de competitividade, tal como no caso alemão, verificaram-se perdas para os índices ajustados pelo IPC (13,49%), DPIB (19,86%), CTUPm (24,42%) e CTUPE (26,29%), mas deu-se um ganho em termos de IPP (1,59%)

Holanda

O peso do comércio externo com a Holanda tem subido ligeiramente (3,2%) desde a criação do Euro e foi de 5,2% no último triénio. A economia nacional teve o mesmo comportamento em termos de competitividade face à holandesa, como a que teve em relação às já descritas economias alemã e francesa, registando a maior perda em termos de CTUPE (21,52%), mas ganhando 5,66% quanto aos IPP e, no mesmo período entre janeiro de 1990 e de 1999, o Florim holandês valorizou 16,39% face à moeda nacional. Na última década do milénio anterior, deu-se uma inicial valorização do Escudo face ao Florim holandês, de 5,9% até junho de 1992, para depreciar fortemente até abril de 1995 (21,8%), recuperando um pouco até à adoção do Euro. A evolução dos índices de preços entre os dois países mostra que o IPC foi sempre superior em Portugal até 1996, quando estabilizou até 2003, quando voltou a ser menos na Holanda até 2009, para flutuar desde então. A evolução do IPP mostra um crescimento maior em Portugal entre 1993 e 1997, sem ser muito evidente, para recuperar até à adoção do Euro. Nesse ano subiu muito em Portugal, mas a competitividade medida pelo IPP começou a melhorar em Portugal a partir de 2006, com exceção no ano de 2008.

Os custos do trabalho aumentaram bastante mais em Portugal até 1995 (CTUPE) e 1999 (CTUPm), o mesmo comportamento do DPIB. Até 2005, todos os deflatores flutuaram, para após esse ano subirem muito em Portugal, sobretudo os custos de trabalho, correção essa que se deu a partir de 2008, quando o DPIB começou novamente a subir menos em Portugal. A uma perda competitiva no final do período quando ajustado por índices de preços (2,21% e

5,12% pelo IPC e pelo IPP, respetivamente), e pelo DPIB (0,12%) nota-se um ganho quando ponderado pelos CTUPm e CTUPE (3,76% e 5,37%, respetivamente). Face a março de 2010, há sempre ganhos competitivos, qualquer que seja o deflator utilizado (0,63% pelo IPC, 5,02% pelo IPP, 1,64% pelo DPIB, 8,42% pelos CTUPm e 8,61% pelos CTUPE).

Irlanda

Com um aumento do peso de 5.7% desde a criação da moeda única, mas descendo de importância no último triénio, representou 0,93% das trocas comerciais com Portugal. A Libra irlandesa depreciou face ao Escudo em 6,99% até ao início de 2003, mas apreciou 18,19% até meados de 1997. Os preços no consumidor aumentaram mas em Portugal até 1997, sendo muito semelhante até à adoção do Euro, mas até 2009, os preços foram subindo mais na Irlanda, tendo invertido esse comportamento desde então. Os preços no produtor foram semelhantes até 1996, quando subiram mais em Portugal até meados de 1997, recuperando essa competitividade a economia portuguesa até à adoção do Euro. A Forte subida registada em Portugal em 1999 não voltou a ser corrigida. O padrão competitivo da economia irlandesa segue o padrão de outras economias, registando ganhos face à portuguesa quando ajustados por todos os deflatores menos pelo IPP (ganho de 7,69%), no período que vai entre o início da década de 90 e a criação da moeda única. O maior ganho dá-se em termos de CTUPm (55,75%). A Libra irlandesa valorizou 9,23% face ao Escudo português neste período.

Se em termos de DPIB e de CTUPE a evolução foi sempre pouco efetiva, os custos de trabalho nas manufaturas subiu muito em Portugal, quando comparado com a Irlanda, processo que continua a ocorrer. Em agosto de 2013 a economia portuguesa perdia competitividade, face à irlandesa, em termos de preços do consumidor (2,15%) e do produtor (17,96%), mas também deflacionando o índice pelo DPIB (5,84%) e pelos custos de trabalho, sendo insignificante no total da economia (0,30%), mas brutal na área das manufaturas (181,24%). Nos últimos 3 anos a economia portuguesa perde competitividade em relação à Irlanda ajustando o índice pelo IPC (4,03%), pelo DPIB (3,18%), pelos CTUPm (78,92%) e pelos CTUPE (0,74%), tendo descido o índice apenas quando ponderado pelo IPP (98,64).

Itália

Foi o quarto principal parceiro comercial no último triénio disponível, aproximadamente 6,9% do comércio externo nacional, tendo perdido 16,2% do peso desde o advento da moeda única. Em agosto de 2013 há perdas de competitividade em termos de preços (1,53% se deflacionado pelo IPC e 24,06% pelo IPP) e no último trimestre disponível há uma perda em termos de DPIB de 0,48% e ganhos em termos de custos unitários do trabalho (29,05% na indústria das manufaturas e 7,94% no total da economia). Desde março de 2010, em termos de custos o índice está praticamente inalterado (99,69 e 101,30 se ponderado pelo IPC e pelo IPP, respetivamente), mas há ganhos competitivos quanto aos outros índices deflacionados (2,06%, 15,98% e 8,39% se deflacionados, respetivamente, pelo DPIB, pelos CTUPm e pelo CUPTE).

A Lira italiana desvalorizou 12,40% face ao Escudo e, até à criação da moeda única, Portugal perdeu competitividade face à Itália, sobretudo em termos de CTUPm (29,39%).

Luxemburgo

Sendo um país pequeno, mas com uma forte presença da comunidade portuguesa, representa 0,32% das trocas comerciais nacionais, um aumento de 60% face à criação da moeda única. A moeda luxemburguesa encontrava-se ligada ao Franco belga e, tal como a moeda da Bélgica, valorizava 18,15% em relação à divisa portuguesa. O Luxemburgo regista ganhos competitivos face a Portugal em termos de DPIB, CTUPm e CTUPE (ganho máximo de 26,17%), e perde quanto ao IPP e IPP (uma perda máxima de 12,74%). A inflação foi sempre superior em Portugal, pelo que a depreciação do Escudo teve papel fundamental nos ganhos competitivos neste período. Quanto aos preços no produtor, a evolução foi semelhante nos dois países até 1996. Após a adoção do Euro, o IPC foi semelhante nos dois países até 2007, quando no principado começou a ser maior do que em Portugal; o IPP, após a forte subida em Portugal de 1999, tornou-se mais forte no Luxemburgo depois de 2002, flutuando muito na economia do principado.

Os custos de trabalho e o DPIB foram subindo um pouco mais na economia portuguesa até à adoção do Euro, flutuando pouco até 2008, quando se dá fortes ganhos competitivos da economia portuguesa, sobretudo os CTUPm. No final do período em análise

notava-se um ganho competitivo face à economia luxemburguesa de 4,35% quando ajustada por índices de preços no consumidor e uma perda de 6,00% se ponderada pelos preços no produtor. Para os restantes índices, registam-se sempre ganhos para a economia nacional, de 17,55% (DPIB), 44,98% (CTUPm) e 22,17% (CTUPE). Desde maio de 2010 apenas se alteram as magnitudes, mantendo-se o sentido: ganhos de 1,01% (IPC), 9,23% (DPIB), 22,75% (CTUPm) e 15,21% (CTUPE) e perda de 0,91% (IPP).

Eslováquia

A Eslováquia aderiu ao Euro de 1 de janeiro de 2009 e apesar de ter um peso escasso no comércio externo português (0,36%), aumentou 260% face à criação do Euro. Pelo facto de ter aderido o Euro em 2009, a variação cambial tem um peso importante no cálculo dos índices bilaterais com a Eslováquia. Até ao momento da adesão, a moeda única tinha perdido 29,55% do valor face à Coroa eslovaca, o que representa um ganho competitivo do lado da economia portuguesa. Desde a criação da Coroa eslovaca, em 4 de fevereiro de 1993, deu-se uma valorização face ao Escudo português de 8,46%, contudo a flutuação das cotações entre as duas divisas é pequena e, nesse período, a economia da Eslováquia perdeu competitividade face à portuguesa em todos os índices deflacionados, sendo o máximo pelo IPP (16,48%). De facto, tanto o IPP como o IPC foram sempre superiores na economia eslovaca. O DPIB foi, igualmente, subindo gradualmente mais na economia eslovaca até 2009, quando começou a flutuar.

Face à economia eslovaca, Portugal é mais competitivo hoje do que em 1 de janeiro de 1999. De facto, o ganho para todos os índices é de 34,75% (IPC), 32,43% (IPP), 40,13% (DPIB), 42,69% (CTUPm) e 42,68% (CTUPE). Desde março de 2010 os ganhos são mais ligeiros: 2,32% (IPP), 1,98% (DPIB), 11,80% (CTUPm) e 4,76% (CTUPE), sendo que o índice deflacionado pelo IPC mostra uma quebra da competitividade de 2,99%. Até 2004, o IPC foi muito próximo nos dois países, mas começou a ser mais baixo em Portugal até 2011, quando a inflação se tornou menor na Eslováquia; o IPP, após 2000, tornou-se sempre superior na Eslováquia, corrigindo em 2011 a forte subida em Portugal em 1999. Os custos de trabalho para o total da economia foram evoluindo no sentido de ganhos competitivos da economia nacional, mas para a indústria das manufaturas deram-se sempre grandes

flutuações. Existem dados apenas desde 1995 e os CTUPm subiram mais na Eslováquia entre 1996 e 19987 e entre 1999 e 2000, para se dar uma contínua degradação competitiva em Portugal até 2008, quando os CTUPm passaram a subir mais na Eslováquia, enquanto que, desde 2009, se dá uma queda forte dos CTUPm em Portugal (o índice cai de 117,05 para 103,67).

Eslovénia

Tem aumentado o peso da Eslovénia no comércio externo português, sendo 0,15% no último triénio, um aumento de 66,7% face à criação da divisa única. A Eslovénia aderiu à moeda única em 1 de janeiro de 2007, quando o Tolar esloveno depreciava 26,75% face ao Euro. Entre outubro de 1991 e a criação da moeda única, a divisa da Eslovénia desvalorizou 60,40% face ao Escudo português. Nesse período, a economia nacional ganhou competitividade quando ajustada pelos índices de preços (IPC: 19,15%; IPP: 62,13%) e DPIB (43,56%), perdendo quando ponderado pelos custos de trabalho. Para todos os deflatores, exceto o IPP em 1999 (muito negativo em Portugal) e desde 2003 (têm evoluído da mesma forma nos dois países) e os CTUPm entre 2005 e 2007, a economia portuguesa teve um desempenho positivo em termos competitivos, que é menos evidente devido ao comportamento cambial. Desde 2009, no entanto, que o DPIB tem tido uma evolução semelhante nas duas economias.

Desde a adoção do Euro, a economia portuguesa é mais competitiva do que a eslovena quando deflacionado o índice pelo IPC (2,40%), mas perde 27,65% quando deflacionado pelo IPP, tal como pelo DPIB (4,83%) e pelos CTUPm (0,93%), ganhando competitividade no índice deflacionado pelos CTUPE (2,21%). Desde março de 2000 há uma quebra em termos de preços de 2,24% (no produtor), mas há ganhos quanto aos outros deflatores: 0,13% (IPC), 0,57% (DPIB), 7,30% (CTUPm) e 3,08% (CTUPE).

Estónia

Não é um parceiro comercial de grande expressão, representando 0,03% das relações comerciais portuguesas no último triénio e sem alterações nos últimos triénios. Teve uma relação paritária com o Euro desde a sua fundação, aderindo à moeda única em 1 de janeiro de

2011. A Coroa da Estónia foi reintroduzida em junho de 1992, tendo valorizado 23,38% até à criação da moeda única, quando fixou o seu câmbio em 15,6466 EEK/EUR, com uma valorização máxima de 27,87% em abril de 2005. Até esse momento, a economia estoniana tinha perdido competitividade face à portuguesa em todos os índices, com magnitudes muito elevadas: 181,63% (IPC); 167,33% (IPP); 302,76% (DPIB); 162,70% (CTUPm) e 23,57% (CTUPE). Tal deveu-se ao comportamento dos deflatores, que apresentaram uma subida superior na Estónia, cujo desempenho competitivo foi mais positivo para a economia portuguesa devido à apreciação do Tolar da Estónia.

Face à Estónia, a economia portuguesa é mais competitiva, qualquer que seja o índice deflacionado, excetuando o IPP (perda de 6,76% da competitividade): IPC (22,09%), DPIB (30,05%), CTUPm (8,45%) e CTUPE (35,92%). Se, até ao início de 2004 para o IPC e ao início de 2006 para os CTUPm, o comportamento foi semelhante nas duas economias, passaram a ter subidas superiores na economia da Estónia. Os CTUPE e DPIB apresentaram sempre essa tendência na Estónia. O IPP, após subir muito em Portugal em 1999, teve um desempenho semelhante nas duas economias até 2006, quando passou a subir um pouco mais na Estónia. De referir, ainda, que os CTUPm foram muito ajustados na Estónia entre 2008 e 2011, sendo semelhante o seu comportamento até hoje. Desde março de 2000 há uma perda de competitividade no índice deflacionado pelos CTUPm (8,85%), mas ganhos nos restantes: IPC (6,30%), IPP (5,40%), DPIB (7,59%) e CTUPE (11,55%).

Grécia

A Grécia aderiu ao Euro em 1 de janeiro de 2001 e representa 0,24% do comércio externo português, um pouco menos do que os 0,25% que detinha no triénio do virar de milénio. A Dracma grega permaneceu a divisa oficial da Grécia, tendo desvalorizado 5,31% face à moeda única até à adesão do país ao Euro. Em termos nominais, desde janeiro de 1990, a moeda grega desvalorizou 34,35% face ao Escudo português. A economia nacional perdeu competitividade face à grega em termos de CTUPm, tendo ganho quando ajustado pelos preços (consumidor: 1,12%; produtor: 14,06%) e pelo DPIB e CTUPE (9,50%). Estas quebras competitivas são devidas à apreciação do Escudo face à Dracma grega, porque o diferencial de inflação (de IPC e de IPP) era superior para a economia grega. Quanto aos restantes

deflatores, na década de 90, a subida foi mais forte na Grécia, sobretudo a partir de 1995 nos custos de trabalho.

A inflação estabilizou nos dois países entre 1998 e 2005, quando se tornou mais alta na Grécia, situação que começou ligeiramente a inverter-se em meados de 2010. A subida forte do IPP em 1999 já foi totalmente compensada face ao IPP grego desde 2010. Face à Grécia, a economia portuguesa, em agosto de 2013, está ligeiramente mais competitiva (0,85%) quando é calculada deflacionando o índice pelo IPC, mas perde competitividade quando o deflator usado é o IPP (3,24%). O DPIB subiu muito na Grécia aquando da sua entrada na AE, tendo subido muito ligeiramente na economia grega até 2012. Os CTUPE têm flutuado quando comparados os dos dois países, mas em termos de CTUPm, a economia portuguesa tem-se revelado bastante mais competitiva. No final do 2º trimestre, há ganhos de competitividade em termos de DPIB (0,29%) e de CTUPm (32,00%), mas perde quanto aos CTUPE (10,02%). Desde março de 2010, apenas se registam ganhos competitivos quanto ao índice deflacionado pelo IPP (2,32%), enquanto que para os outros deflatores houve uma perda de competitividade da economia nacional (IPC: 2,99%; DPIB: 3,81%; CTUPm: 7,04%; CTUPE: 4,93%). Desde o final de 2011, os CTUPm voltaram a ter um comportamento mais positivo na economia portuguesa.

Malta e Chipre

São países com uma limitada expressão em termos de comércio externo com Portugal, com um peso de 0,03%, cada um, no último triénio, sem grandes alterações nos últimos triénios. Ambos aderiram à moeda única em 1 de janeiro de 2008, mas enquanto a Libra cipriota flutuou pouco em relação ao Euro (entre 1,77% e -0,96%), com uma taxa de conversão irrevogável apontando para uma desvalorização de 0,61%, a Lira de Malta chegou a valorizar 10,82% em junho de 2001, para aderir ao Euro com uma taxa de conversão irrevogável que apresenta uma valorização face ao Euro de 2,65%, o que provoca sempre um ganho competitivo para a economia portuguesa.

O comportamento da inflação foi próximo em Portugal e no Chipre durante todo o período, tendo sido decisivamente influenciado pelo comportamento da Libra do Chipre, mas o IPP foi sempre superior em Portugal neste período, tendo subido até 1997, aproximado até à

concretização da terceira fase da UEM, subido muito em Portugal em 1999 e ajustado entretanto, para subir mais em Portugal desde 2009. Em Malta, o IPC subiu menos do que em Portugal até 1993, tendo flutuado ligeiramente com ganhos competitivos da economia maltesa até 2007 e de Portugal depois dessa data. O comportamento do IPP foi semelhante ao verificado com o Chipre até 2000, quando o ajustamento se tornou muito ligeiro, registando-se nova subida forte em Portugal entre 2008 e 2011.

Desde janeiro de 1993, as divisas cipriota e maltesa valorizaram, respetivamente, 12,75% e 15,07% face ao Escudo português, até à criação do Euro. Os dois países observavam uma perda de competitividade face a Portugal para todos os índices deflacionados, sendo máximo em termos de IPP (33,33% no caso de Malta e 19,06% no caso do Chipre). Após a concretização da terceira fase da UEM, para ambos os países a economia portuguesa ganhou competitividade, exceto quando deflacionada por preços no produtor e os maiores ganhos deram-se em termos de CTUPm (29,06% face a Malta e 31,67% em relação ao Chipre. Desde março de 2010, o balanço continua a ser positivo, mas com menor magnitude, em todos os deflatores exceto no IPP face ao Chipre. Os ganhos máximos voltaram a ser em termos de CTUPm (12,45% e 17,33% face a Malta e Chipre, respetivamente). Até 2002, todos os deflatores apresentaram uma ligeira tendência de subida maior em Portugal do que no Chipre e em Malta, invertendo essa tendência até hoje, sendo que os CTUPm têm mostrado um ganho competitivo muito forte da economia portuguesa em relação aos dois países.

ANEXO G – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE AOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

Um novo ICE para Portugal

Gráfico 57 – Competitividade face à Austrália, ajustado pelo IPC e pelo IPP

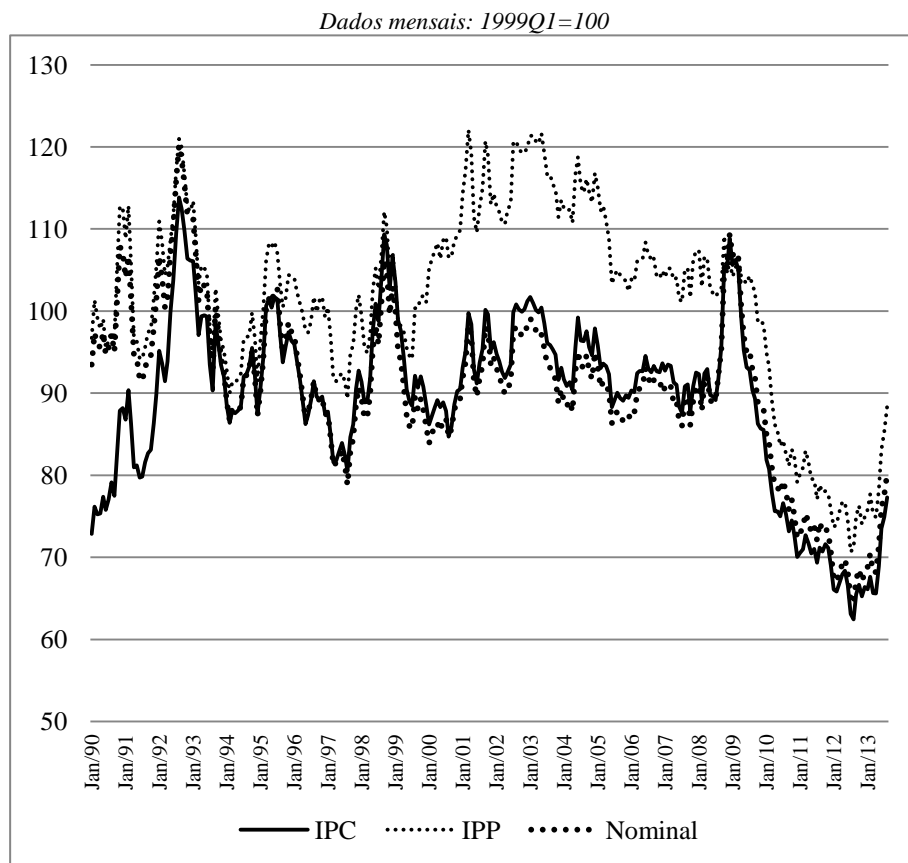


Gráfico 58 – Competitividade face à Austrália, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

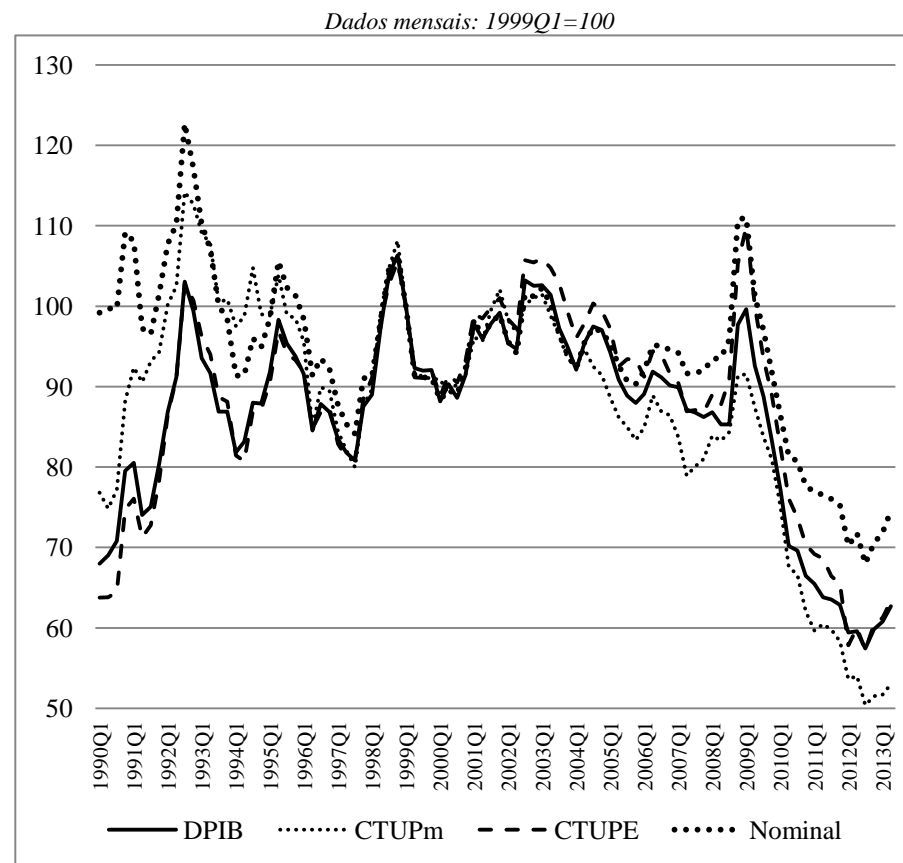


Gráfico 59 – Competitividade face ao Canadá, ajustado pelo IPC e pelo IPP

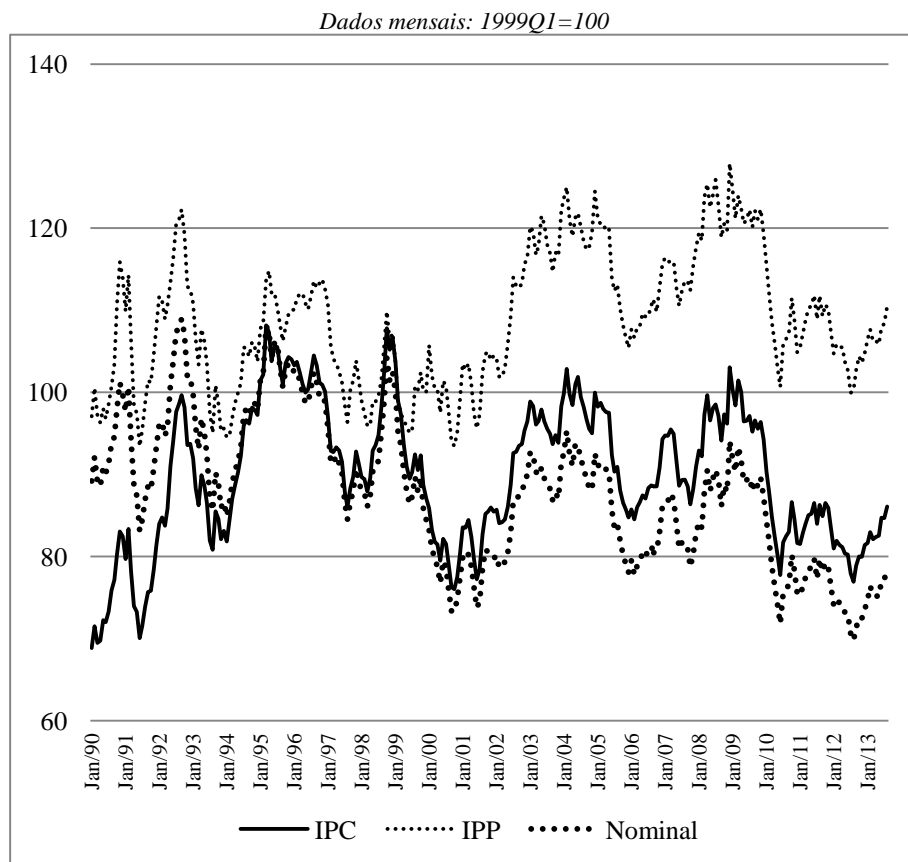


Gráfico 60 – Competitividade face ao Canadá, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

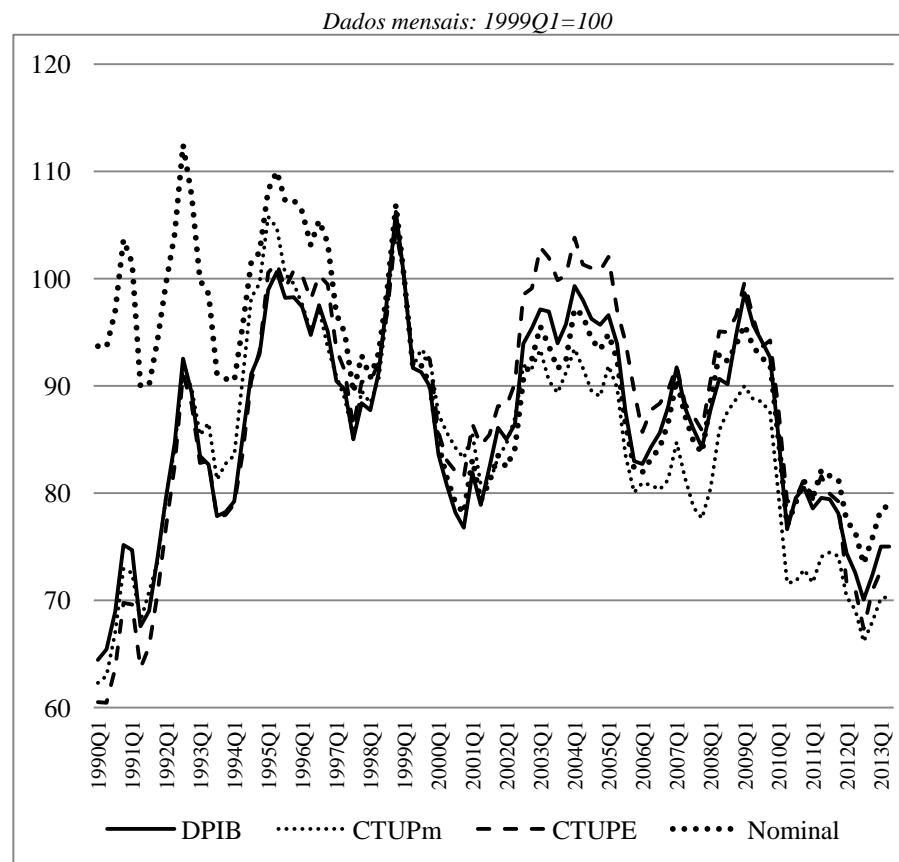


Gráfico 61 – Competitividade face à Coreia do Sul, ajustado pelo IPC e pelo IPP

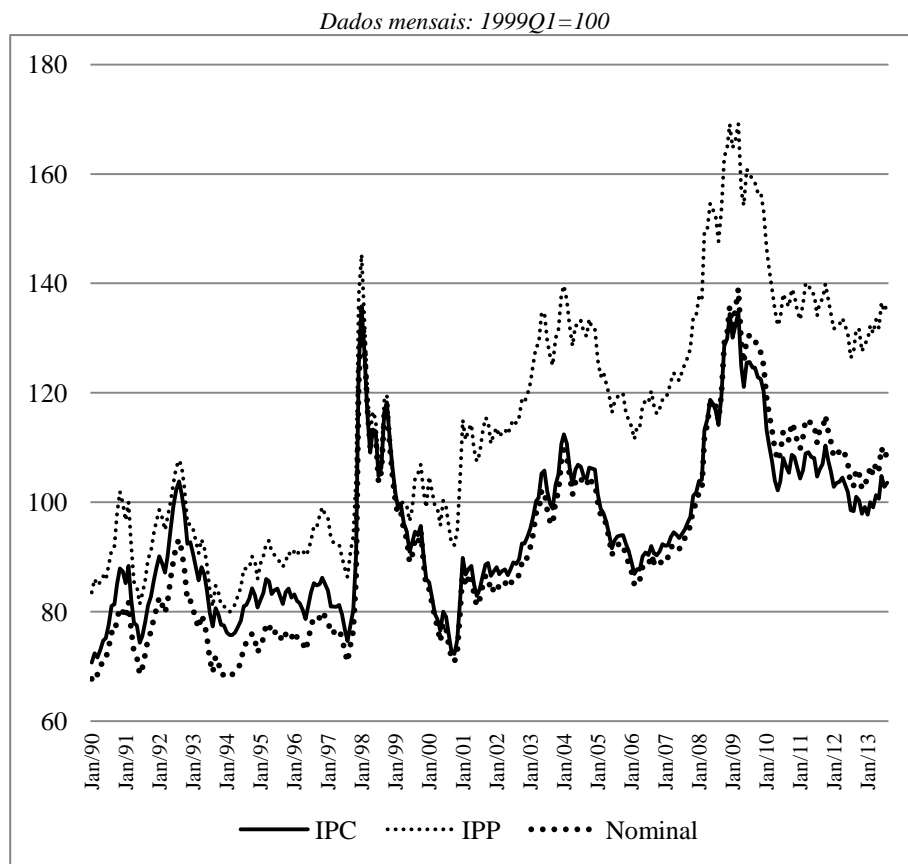


Gráfico 62 – Competitividade face à Coreia do Sul, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

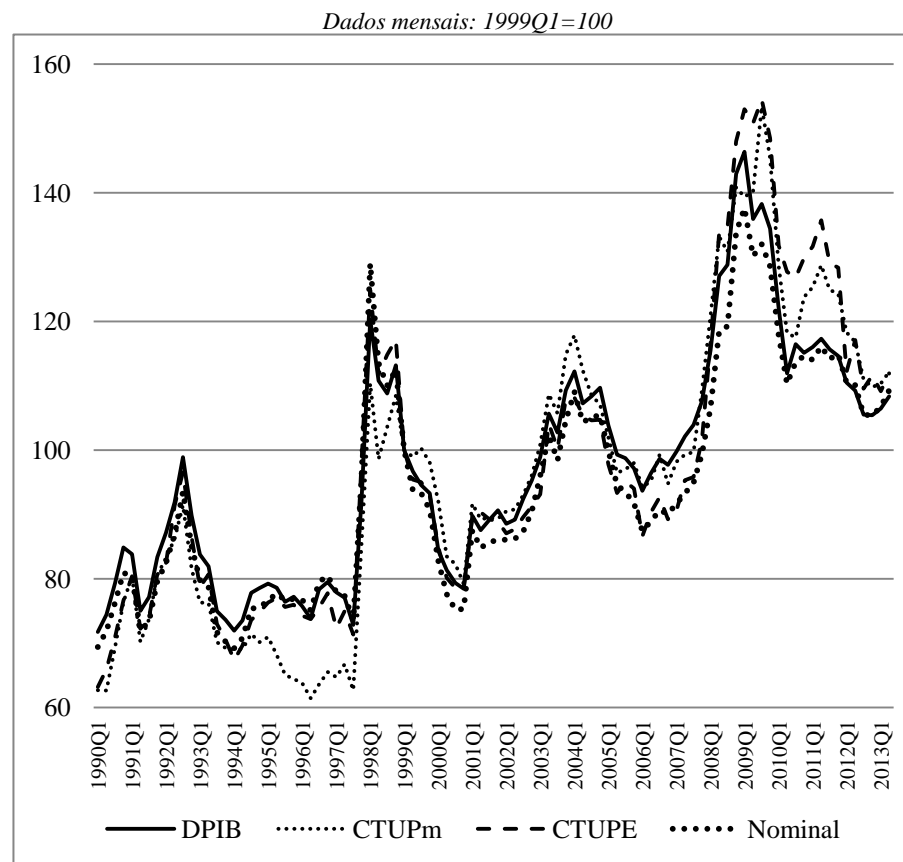


Gráfico 63 – Competitividade face à Dinamarca, ajustado pelo IPC e pelo IPP

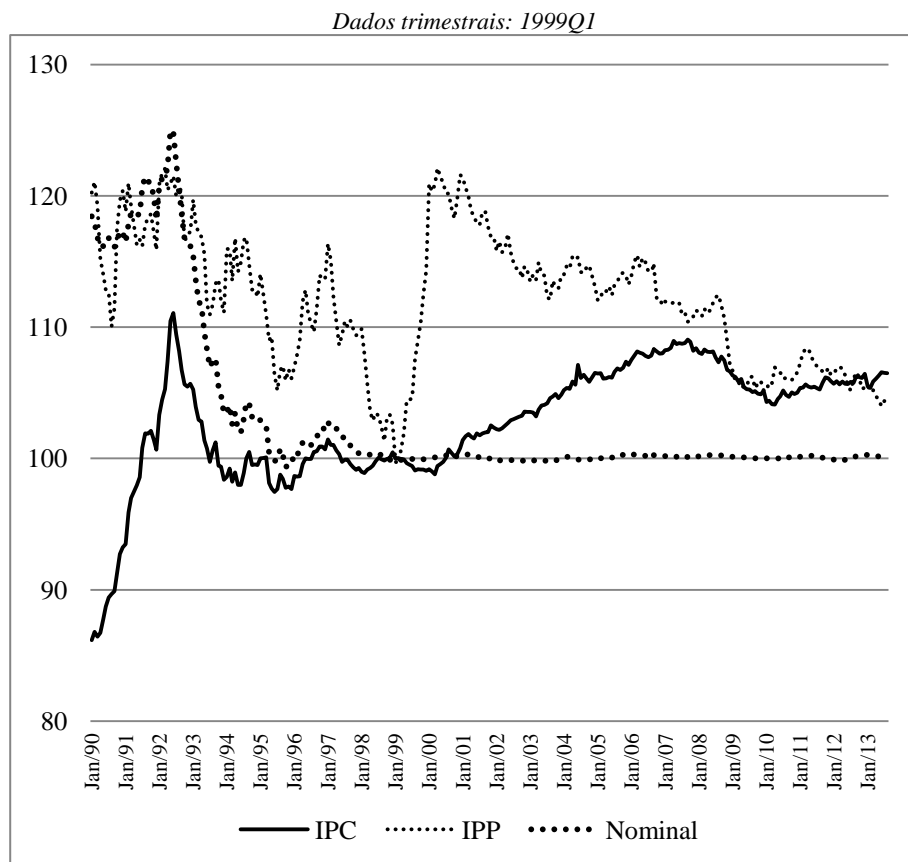
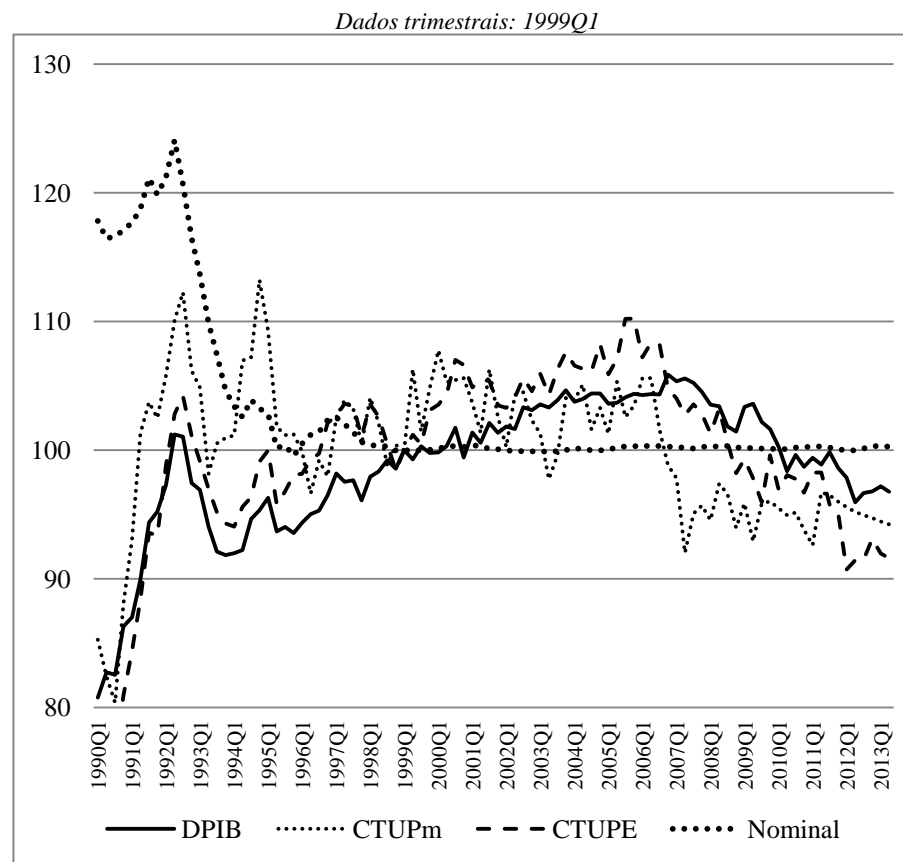


Gráfico 64 – Competitividade face à Dinamarca, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 65 – Competitividade face aos Estados Unidos, ajustado pelo IPC e pelo IPP
Dados mensais: 1999Q1=100

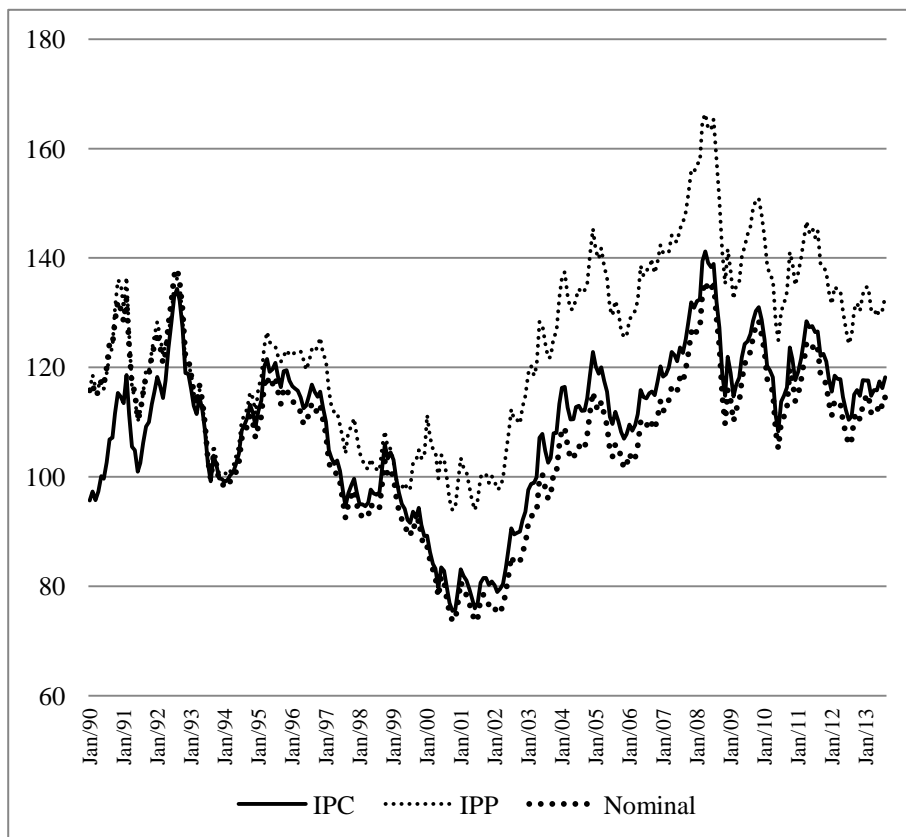
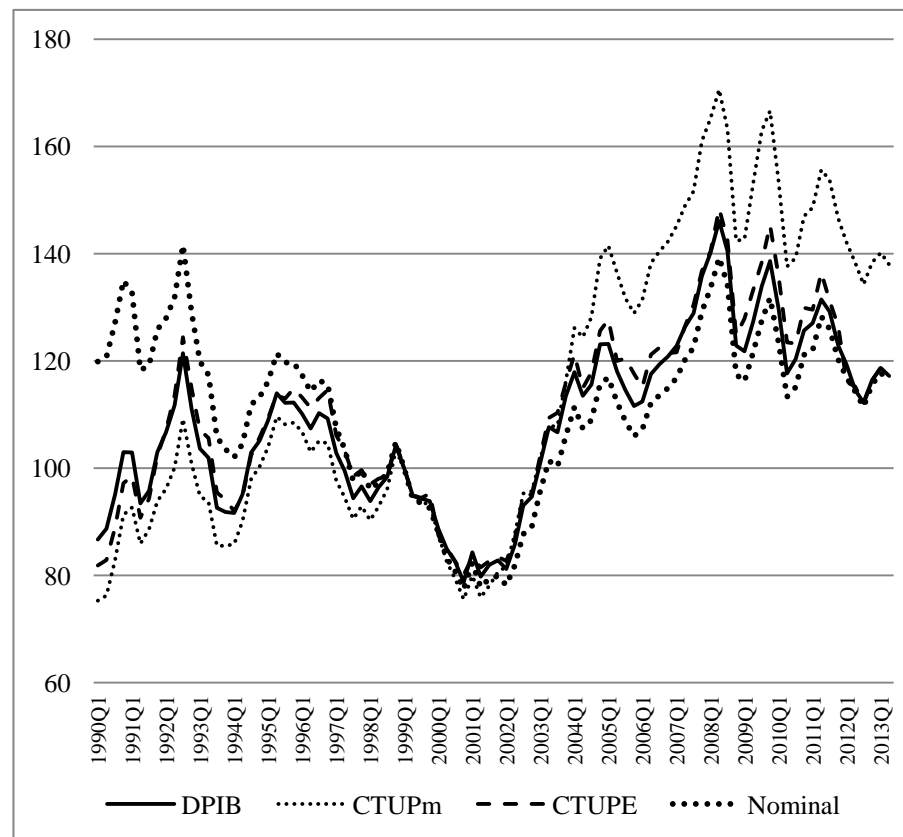


Gráfico 66 – Competitividade face aos Estados Unidos, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE
Dados trimestrais: 1999Q1=100



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 67 – Competitividade face a Hong Kong, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

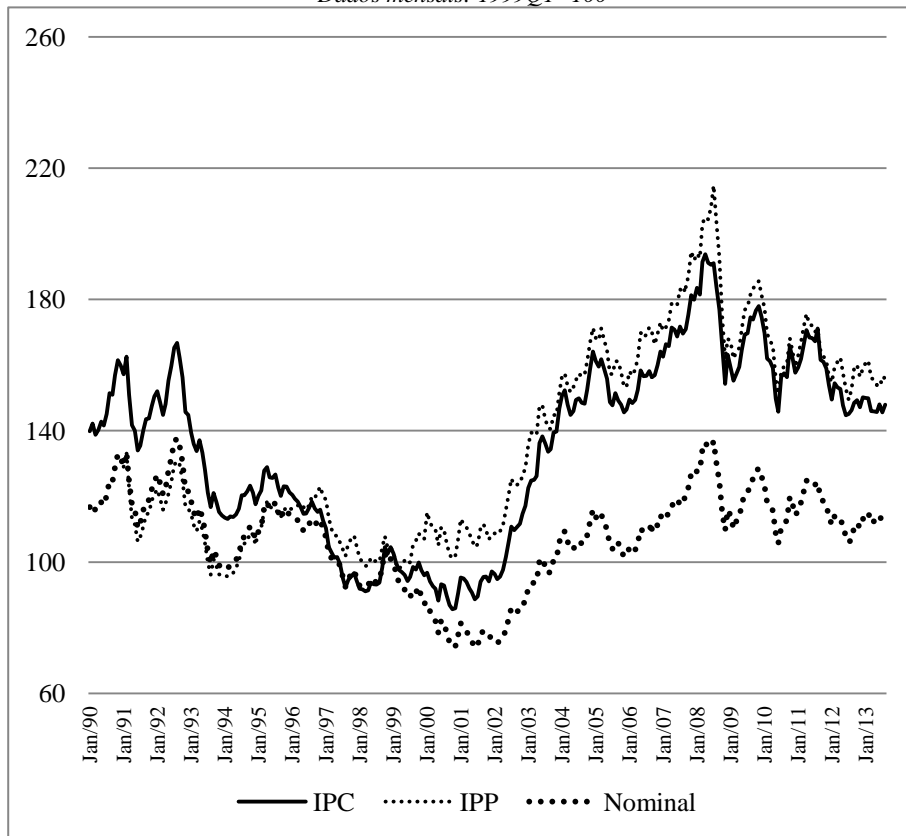
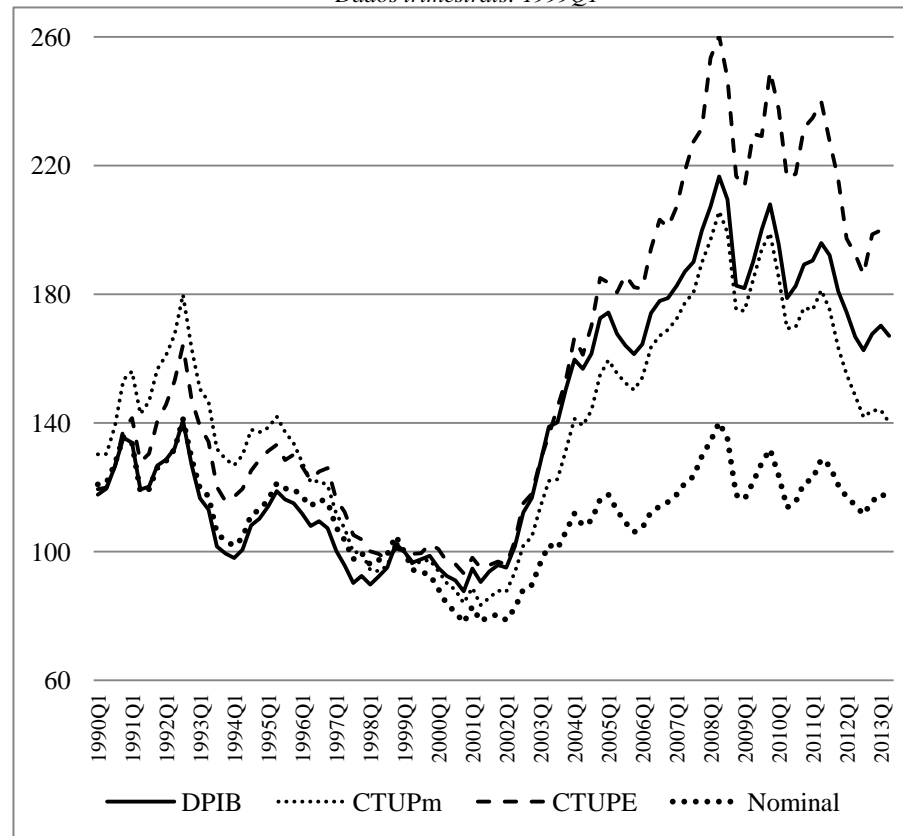


Gráfico 68 – Competitividade face a Hong Kong, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 69 – Competitividade face ao Japão, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

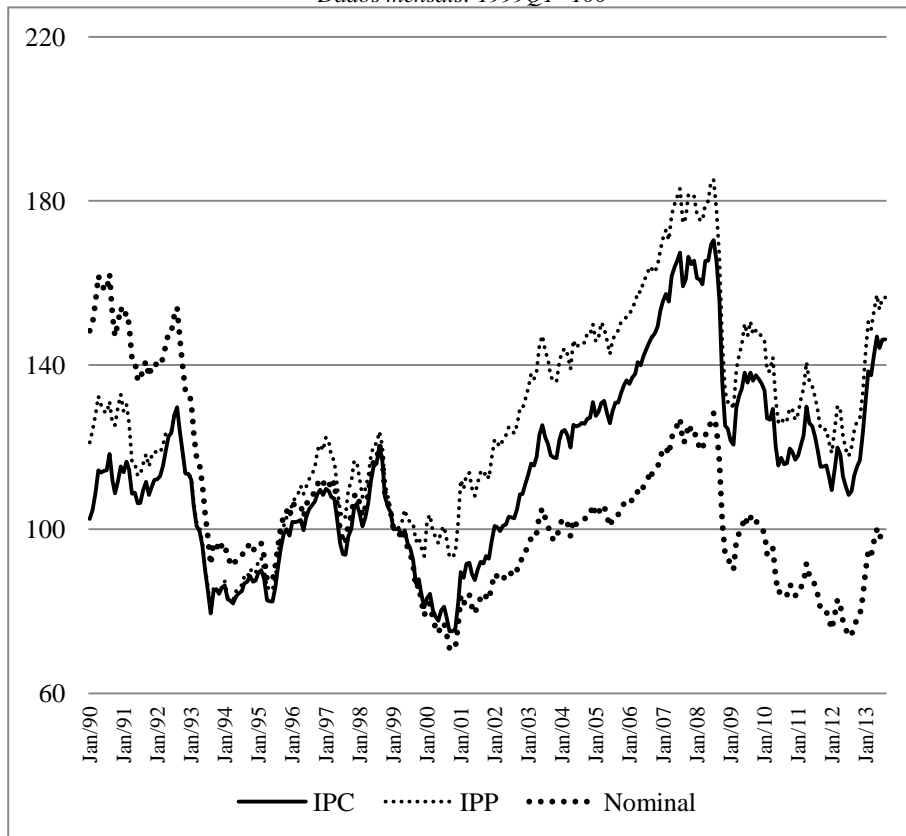
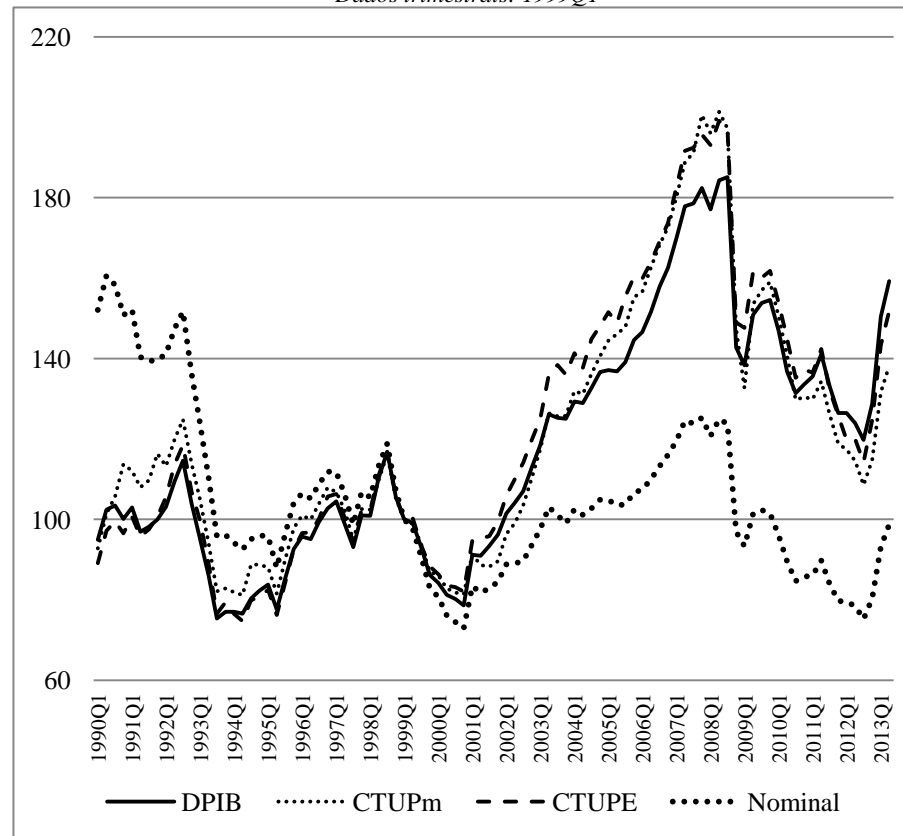


Gráfico 70 – Competitividade face ao Japão, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 71 – Competitividade face à Noruega, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

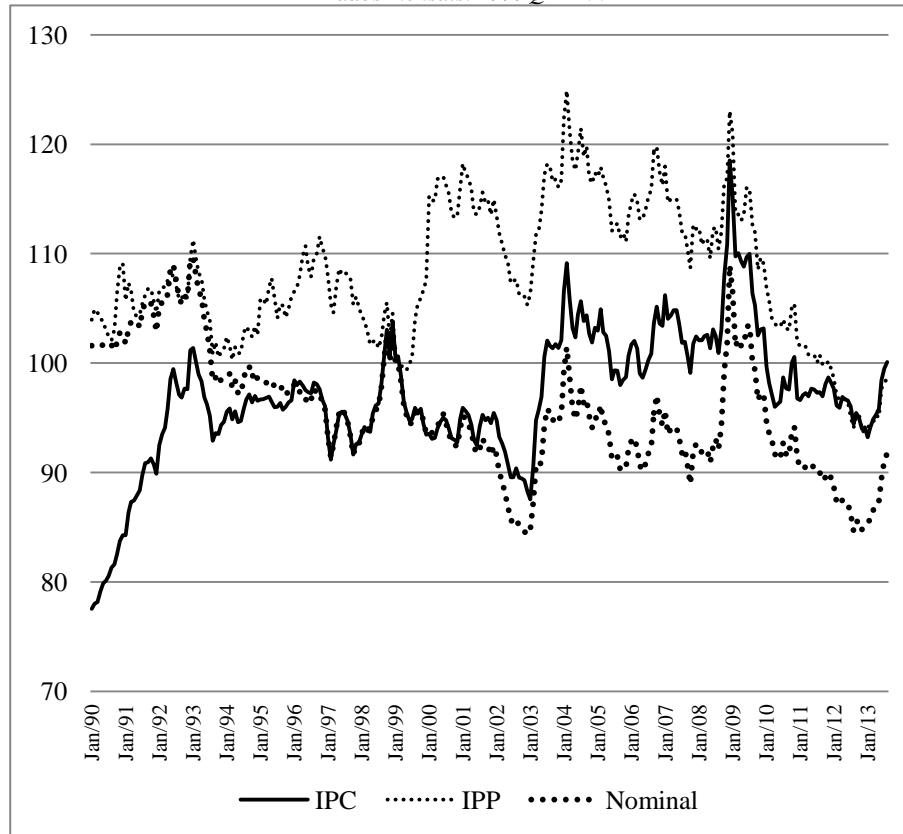
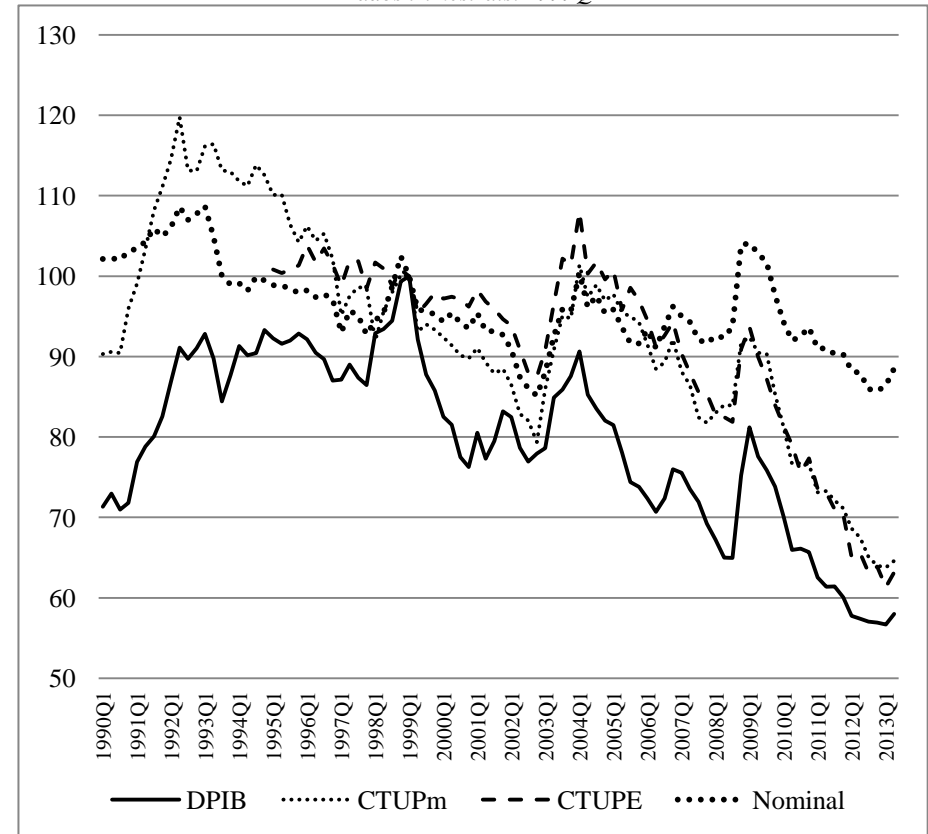


Gráfico 72 – Competitividade face à Noruega, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 73 – Competitividade face ao Reino Unido, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

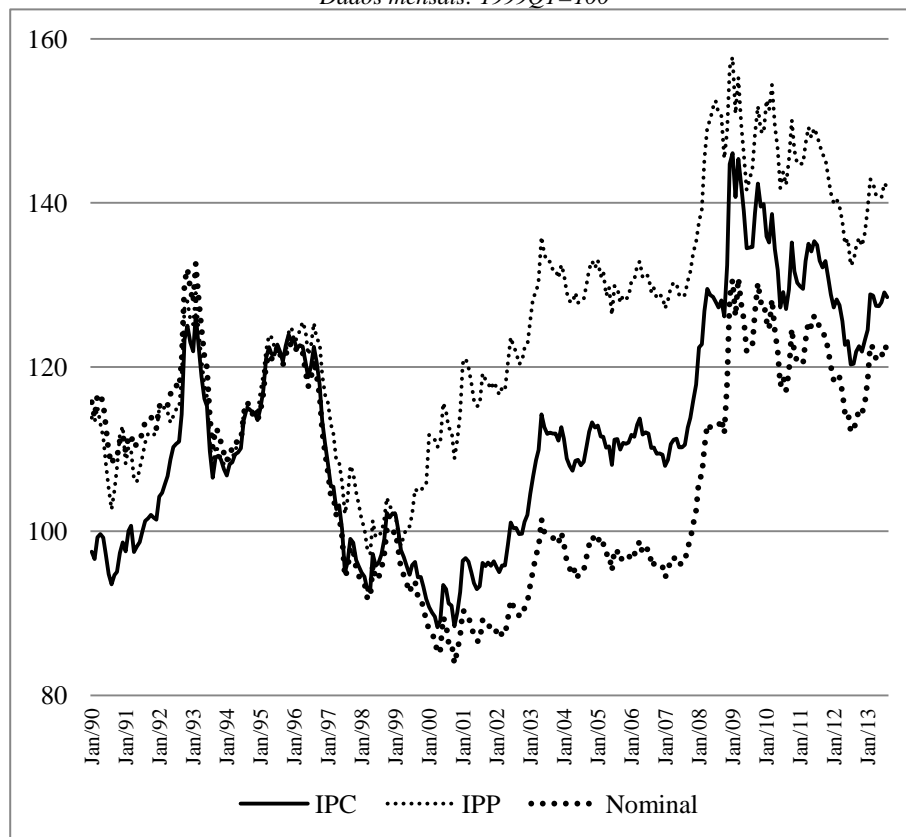


Gráfico 74 – Competitividade face ao Reino Unido, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1

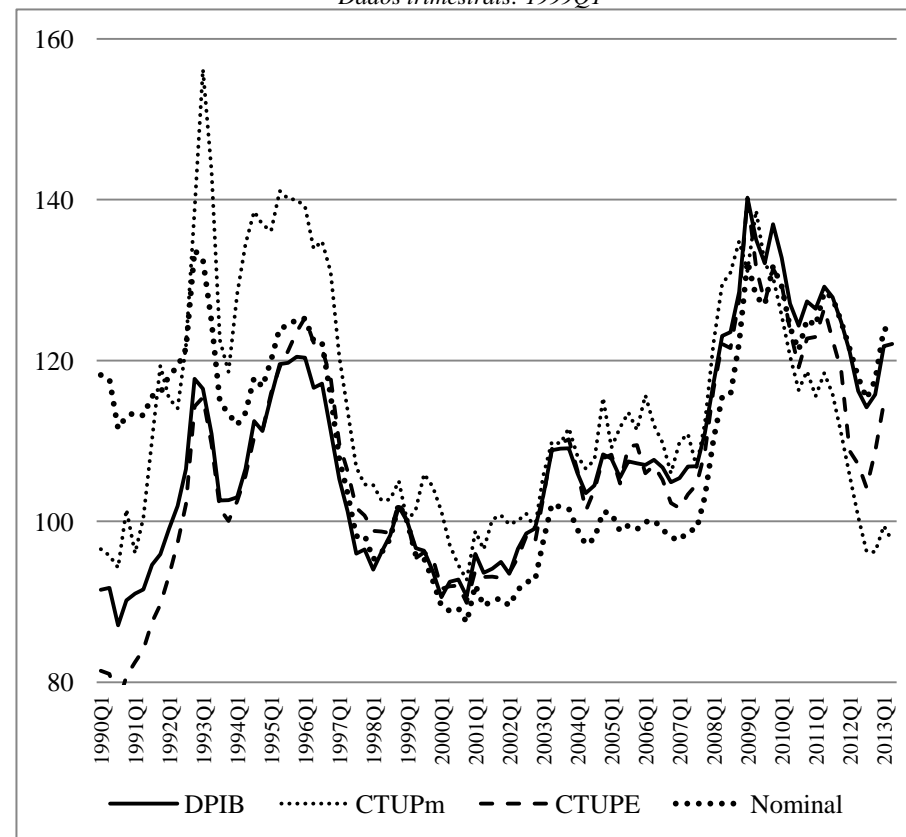


Gráfico 75 – Competitividade face à República Checa, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

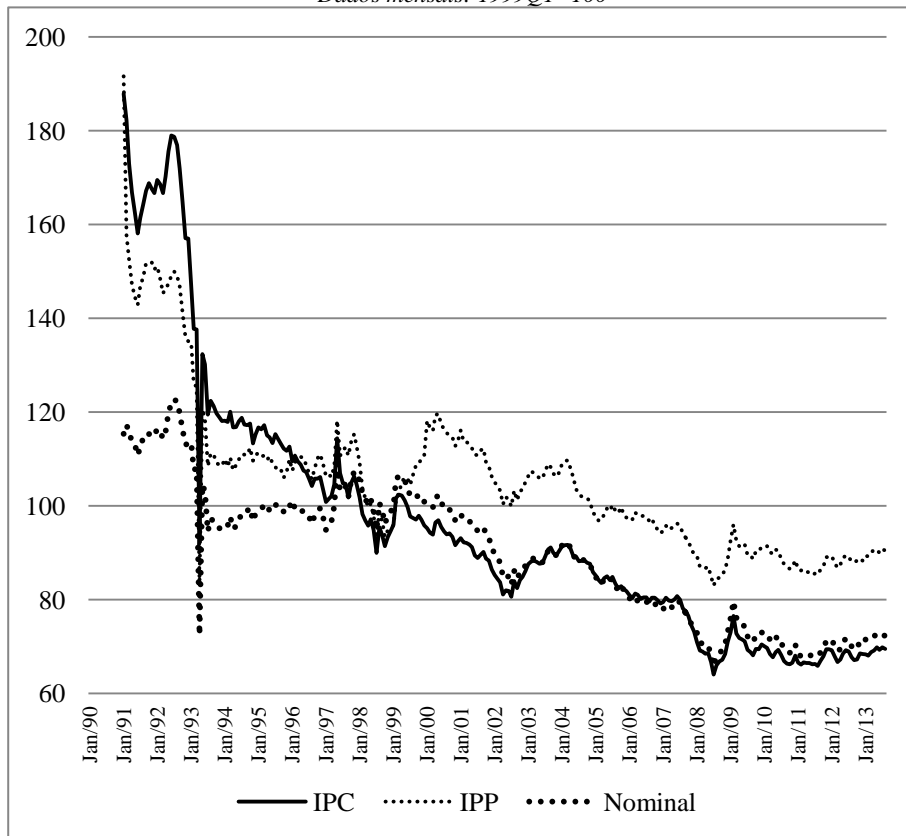


Gráfico 76 – Competitividade face à República Checa, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1

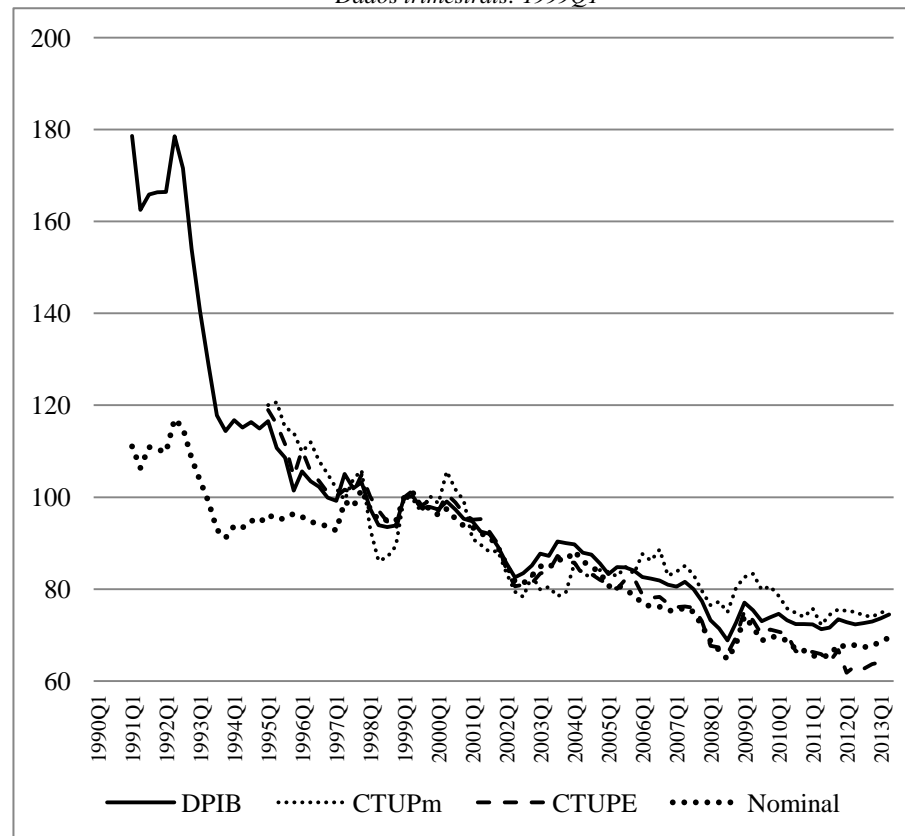


Gráfico 77 – Competitividade face a Singapura, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

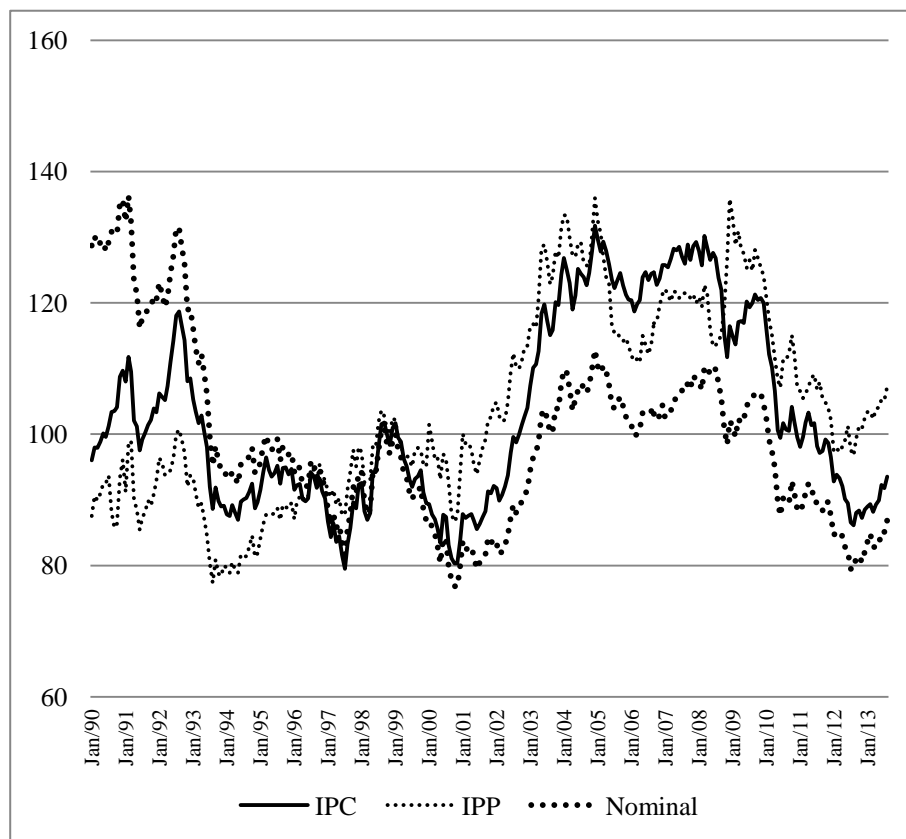
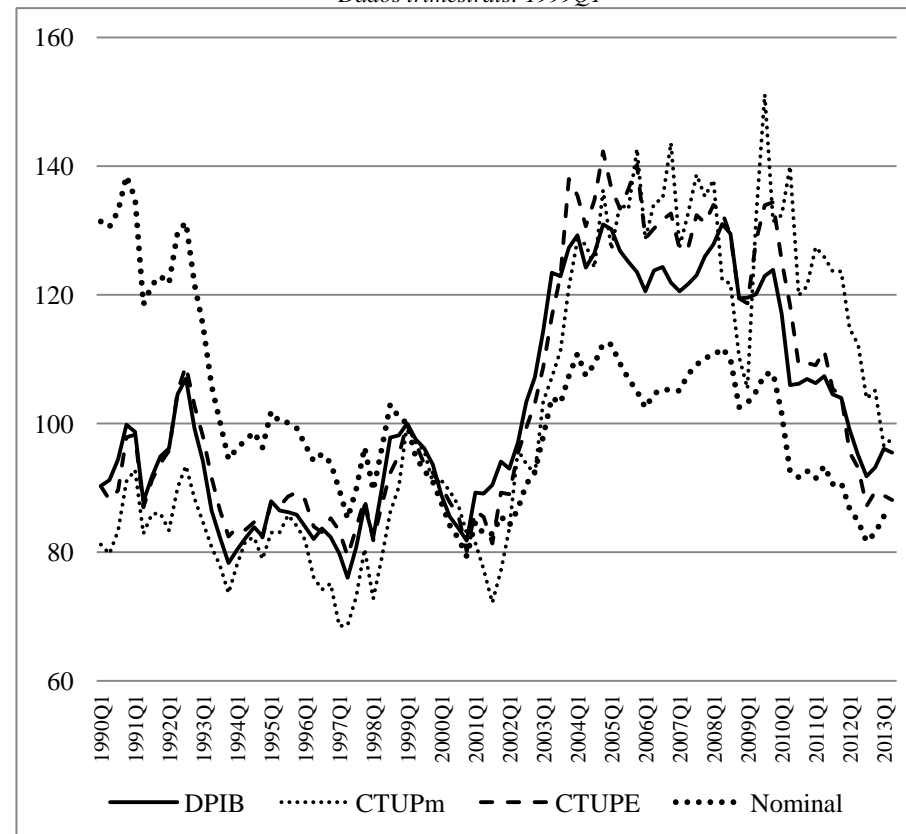


Gráfico 78 – Competitividade face a Singapura, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 79 – Competitividade face à Suécia, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

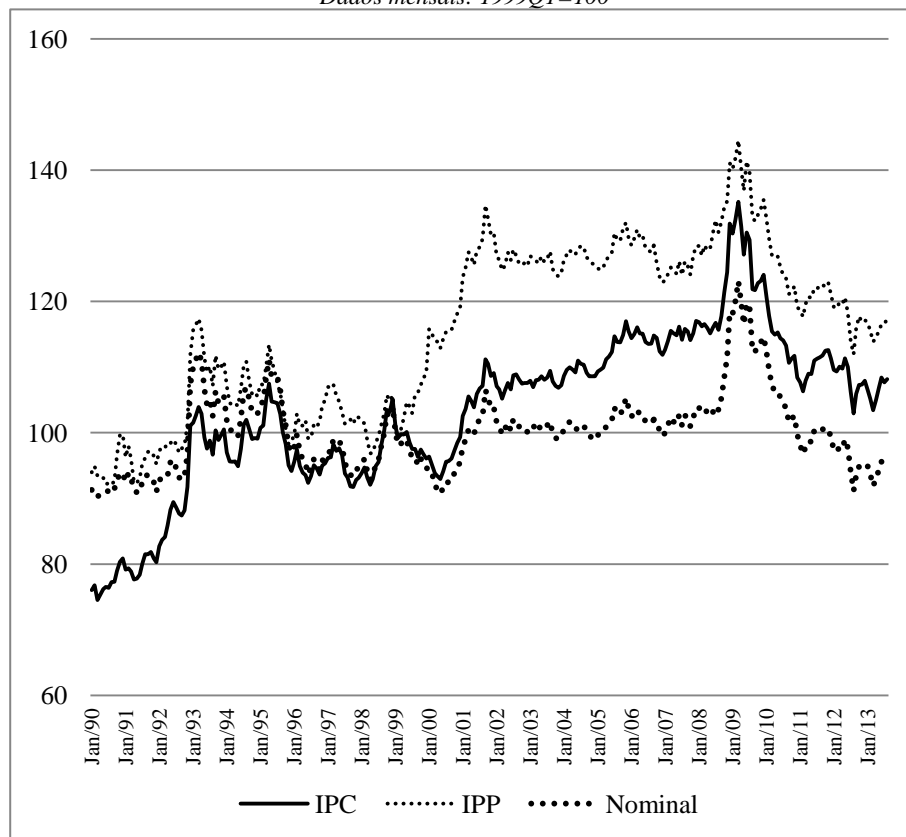
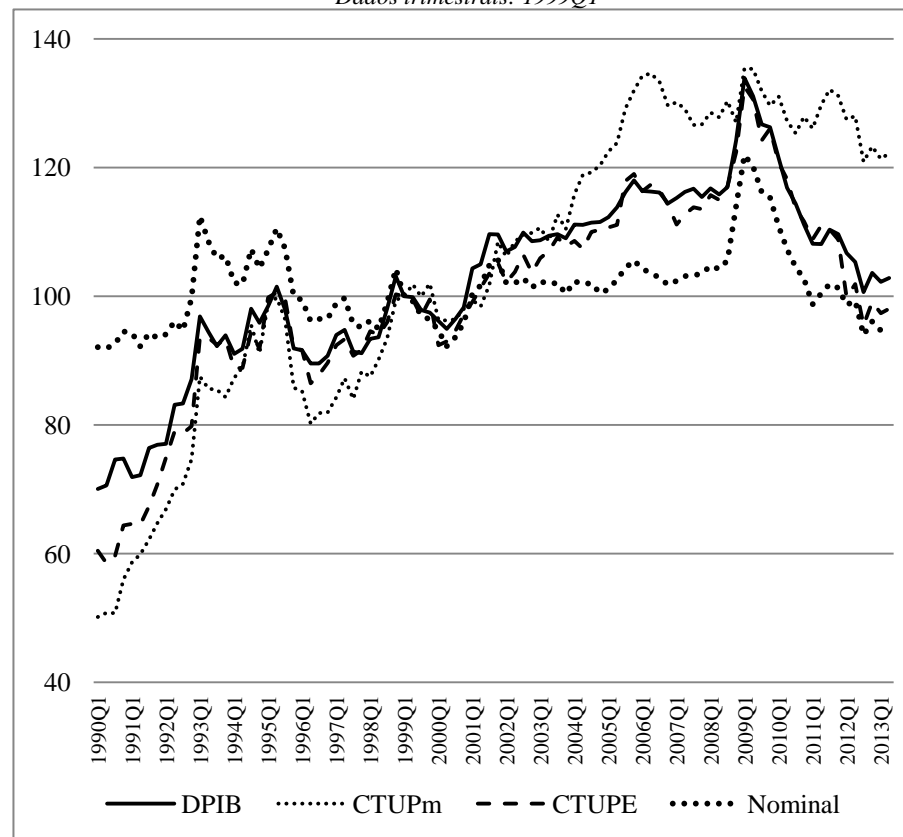


Gráfico 80 – Competitividade face à Suécia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

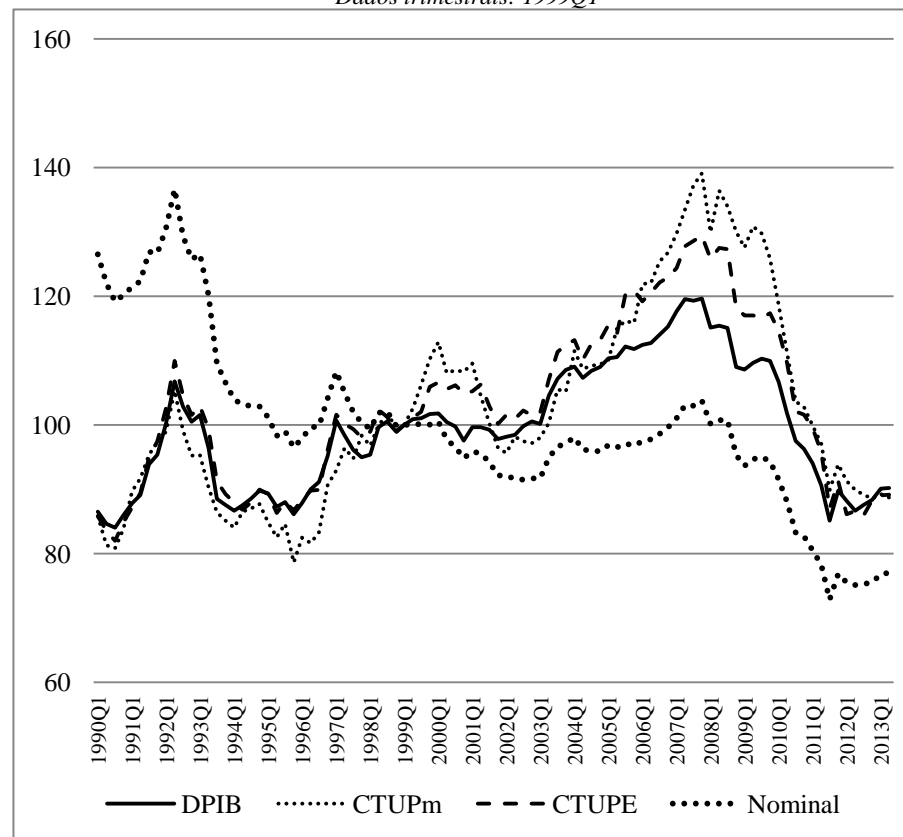
Gráfico 81 – Competitividade face à Suíça, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100



Gráfico 82 – Competitividade face à Suíça, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1



Austrália

O Dólar australiano desvalorizou 6,51% face ao Escudo português até à criação da moeda única e, em agosto de 2013, valorizava 19,82% face ao Euro. Deram-se grandes flutuações destas divisas, onde se destaca a apreciação do Escudo até a agosto de 1992 e uma prolongada depreciação até agosto de 1997, interrompida por uma ligeira valorização cambial do Escudo entre 1994 e 1995. Depois da adoção do Euro, as cotações das duas divisas flutuaram em torno de 1,60 AUD/EUR, para se dar uma apreciação forte em 2008 e uma queda mais forte e prolongada do Euro até agosto de 2012, apresentando um mínimo histórico do Euro face ao Dólar australiano de 1,18 AUD/EUR. Até ao final do período, o Euro já apreciou 24,50% face à divisa australiana. O comércio bilateral entre as duas economias é reduzido, tendo a Austrália representado 0,12% do comércio externo português, o que tem representado uma quebra percentual desde o triénio 2001-2003 (0,23%).

A economia australiana ganhou competitividade em todos os deflatores até janeiro de 1999, cenário que se inverteu desde a criação do Euro até á última observação e que se mantém desde que se iniciaram os programas de ajustamento da economia portuguesa (IPC: 0,69%; IPP: 0,74%; DPIB: 10,66%; CTUPm: 21,56%; CTUPE: 16,72). O IPP foi semelhante nas duas economias até 1996, quando foi mais forte em Portugal a partir de 1996, contrariando o efeito cambial nesse período. Após a adoção do Euro, a forte subida do IPP em Portugal condicionou o desempenho competitivo, que tem sido atenuado, devido à subida menos acentuada do IPP em Portugal desde então. O IPC foi sempre superior em Portugal, estabilizando a partir de 1998 até 2007, quando se deram ganhos competitivos para a economia portuguesa, voltando a estabilizar a partir de 2009. Os restantes deflatores apresentam comportamento semelhante, notando-se uma quebra competitiva até à adoção do Euro, seguindo-se um período de evolução semelhante nas duas economias para, depois de 2005, se dar um comportamento competitivo positivo para a economia portuguesa, sobretudo quando ajustado pelos CTUPm.

Canadá

O Canadá representou, no último triénio, 0,34% do comércio externo de manufaturas de Portugal, tendo vindo a perder peso desde o triénio 2001-2003 (0,46%). A divisa canadiana desvalorizou 10,77% face ao Escudo português até janeiro de 1999 e, face ao Euro, valorizou 21,49% até agosto de 2013. Face ao Dólar canadiano, deram-se imensas flutuações cambiais até à adoção do Euro, variando entre o mínimo de 104,293 PTE/CAD em setembro de 1992 e 136,668 PTE/CAD em junho de 1991, com apreciações do Escudo entre: janeiro de 1990 e fevereiro de 1991; junho de 1991 e setembro de 1992; janeiro de 1994 e março de 1995; agosto de 1997 e outubro de 1998; depreciando nos outros períodos. Face ao Euro, as flutuações tornaram-se menos fortes e mais prolongadas, mas desde maio de 2009 o Dólar canadiano tem vindo a apreciar face ao Euro, tendência que se inverteu desde agosto do ano passado.

Face ao Canadá, a economia portuguesa perdeu competitividade na última década do século passado, para todos os índices, verificando-se um ganho desde a criação da moeda única em todos os deflatores exceto no IPP. Até à adoção do Euro, os deflatores evoluíram da mesma forma em face à economia australiana, justificando-se os ganhos competitivos em termos de IPP com a questão cambial. Após o início de 1999, o IPP subiu sempre mais em Portugal, mas a subida do IPC, que se verificou igualmente, foi muito ligeira. O DPIB flutuou ligeiramente até ao início de 2010, quando Portugal se tornou mais competitivo nesse domínio, mas os custos de trabalho não evoluíram da mesma forma: Os CTUPm, depois de uma subida ligeira no primeiro ano, revelaram tendência para subir mais no Canadá, mais evidente a partir de 2006, mas os CTUPE foram subindo mais em Portugal até 2005, quando se começou a verificar ganhos competitivos da economia nacional. Desde março de 2010, há uma perda de competitividade em termos de preços (consumidor: 1,53%; produtor: 1,84%), mas notam-se ganhos para os outros deflatores (DPIB: 2,09%; CTUPm: 1,80%; CTUPE: 8,02%).

Coreia do Sul

A Coreia do Sul, o 16º principal parceiro em 2007-2009 com 0,97% do peso total, perdeu um pouco do peso do comércio externo português no último triénio, representando

menos do que o observado no primeiro triénio disponível (1,14%). O Won da Coreia do Sul desvalorizou 32,30% face à divisa nacional até à criação da UM e 9,07% face ao Euro até agosto de 2013. Depois de uma depreciação do Won face ao Escudo até agosto de 1992 e de uma apreciação até julho de 1993, as duas divisas estiveram relativamente estáveis até julho de 1997, quando se dá uma depreciação de 92,43% do Won até dezembro desse ano. Seguiu-se uma recuperação forte até setembro de 2000 para valores semelhantes a julho de 1997, para se dar uma apreciação prolongada do Euro, interrompida entre janeiro de 2004 e fevereiro de 2006, para voltar a apreciar o Won desde março de 2009.

Portugal perdeu competitividade, quando medida por todos os deflatores, até à criação do Euro, cenário que se manteve, mas em menor magnitude, até agosto de 2013. No entanto, o cenário inverteu-se desde março de 2010, com ganhos competitivos de 3,71% (IPC), 1,90% (IPP), 3,22% (DPIB), 5,10% (CTUPm) e 12,36% (CTUPE). O IPC e o IPP subiram mais em Portugal durante a última década do milénio anterior, tendo estabilizado o IPC até ao início de 2008, para se dar uma subida maior dos preços na Coreia do Sul. O IPP, como já foi descrito, subiu muito em Portugal em 1999 e manteve-se relativamente estável, com algumas flutuações até ao final do período. Os CTUPm subiram muito na Coreia até 1996, quando se tornaram mais fortes a subida dos custos de trabalho em Portugal. Depois de 2000, deram-se algumas flutuações, mas, de uma forma geral, a subida é 5% maior em Portugal do que na Coreia do Sul. Em relação aos CTUPE, não se registaram evidentes ganhos competitivos em nenhuma economia, mas a partir de 2007, este indicador mostrou uma forte subida na economia nacional, entretanto corrigida desde 2011. Finalmente, o DPIB flutuou ligeiramente para, após a adoção do Euro, se mais forte a subida em Portugal, recuperando, contudo, a competitividade face à Coreia do Sul a partir de 2007.

Dinamarca

O 23º parceiro comercial no último trimestre disponível (0,69%) tem vindo a perder peso no comércio externo nacional. A sua divisa valorizou 18,44% face ao Escudo português durante a década de 90, mas desvalorizou 0,23% face ao Euro até agosto de 2013. Em termos cambiais, há dois eventos da Coroa dinamarquesa face ao Escudo português: depreciação até maio de 1992 e apreciação forte até outubro de 1995. Deu-se mais uma ligeira depreciação,

seguida de apreciação até à concretização da terceira fase da UEM. Desde então, a divisa dinamarquesa tem mantido uma relação quase paritária com o Euro.

A economia portuguesa perdeu competitividade face à dinamarquesa, durante a década de 90, em todos os índices deflacionados, exceto no ajustado pelo IPP. Deu-se uma subida mais forte em Portugal em todos os deflatores, exceto no do IPP, que não chegou a ser compensada pela depreciação do Escudo face à divisa dinamarquesa. Após a criação da moeda única, as perdas competitivas limitaram-se aos índices deflacionados pelos preços, tendo ganho nas outras medidas de competitividade. A inflação foi sendo superior em Portugal até agosto de 2007, sendo menos forte até março de 2010, voltando a subir mais em Portugal desde então. O índice ajustado pelo IPP volta a sofrer o efeito da forte subida de 1999 em Portugal, tendo recuperado competitividade a economia portuguesa desde então. Desde março de 2010, a economia nacional ganha ligeiramente competitividade em qualquer deflator (IPP: 1,17%; DPIB: 1,63%; CTUPm: 0,76%; CTUPE: 6,60%), mas perde em termos de IPC (2,27%). Até 2006, a subida dos deflatores foi sendo superior em Portugal, sobretudo os CTUPE, mas deu-se uma correção desde então, com os CTUPm, após uma quebra evidente de um ano, entre 2006 e 2007, tem-se mantido estável face à economia dinamarquesa.

Estados Unidos da América

Tem vindo a perder importância em termos de peso do comércio externo de Portugal, sendo o 9º parceiro mais importante no último triénio (3,31%), uma quebra de 32,31% face ao triénio de 2001-2003, quando foi o 7º mais importante. A divisa norte-americana valorizou 15,80% face ao Escudo até à criação da UM, tendo desvalorizado 14,66% face ao Euro até agosto de 2013.

Em termos competitivos, deu-se uma perda do lado português em todos os índices exceto no ajustado pelo IPP durante os anos 1990, para, após a criação do Euro, se verificar uma perda competitiva mais acentuada, agora em todos os deflatores. Contudo, desde a aplicação do primeiro PEC, a economia nacional ganhou competitividade em termos de preços (1,04% e 2,69%, respetivamente de consumidor e de produtor) e ajustando pelo DPIB (0,44%) e pelos CTUPE (5,15%), notando-se ainda uma ligeira perda competitiva em termos de CTUPm (0,28%).

Hong Kong

A economia asiática tem perdido importância para o comércio externo português e representou, no triénio de 2007-2009, 0,41% das trocas comerciais de Portugal. O Dólar de Hong Kong valorizou 16,75% face ao Escudo português entre janeiro de 1990 e o início do Euro, e desvalorizou 14,77% até agosto de 2013 face à moeda única. Se, até agosto de 1992, o Dólar de Hong Kong depreciou face ao Escudo, a moeda de Hong Kong apreciou face à divisa portuguesa até junho de 2001, interrompido por uma apreciação do Escudo entre julho de 1993 e julho de 1995. Dá-se, então, uma forte apreciação do Euro até junho de 2008, para se verificarem fortes flutuações até janeiro de 2012, quando as moedas ficaram mais estáveis face à outra.

Portugal perde competitividade face a Hong Kong desde 1990, tendo perdido, desde a criação do Euro, 97,96% quando ponderada pelos CTUPE. No entanto, durante a vigência da aplicação dos programas de assistência financeira, a economia nacional ganha competitividade face a Hong Kong: 8,20% (IPC), 6,19% (IPP), 6,58% (DPIB), 17,23% (CTUPm) e 8,76% (CTUPE). Em termos de preços, o IPC subiu ligeiramente mais em Portugal entre 1993 e 1997, cenário contrário ao IPP, mas após a adoção da moeda única, deram-se fortes subidas da inflação em Portugal, medida em termos de IPC e IPP, quando comparado com Hong Kong, tendo estabilizado apenas desde 2007. Sucede o mesmo para os outros deflatores que acontece com o IPP: recuperação competitiva para Portugal desde 1993 e quebra muito forte, agora até 2010 (2009 para os CTUPm), com recuperação desde então, mais forte nos CTUPm.

Japão

É o segundo mais importante parceiro comercial asiático, tendo sido o principal até ao triénio 2001-2003. Perdeu 48,46% do peso do comércio externo português desde 1998-2000, para representar 1,67% no último triénio. O iene japonês valorizou 0,77% face à moeda única até agosto de 2013, tendo desvalorizado 48,40% face ao Escudo até à criação da moeda única.

Em termos competitivos, até à criação da moeda única a economia nacional ganha em termos de índices de preços, mas perde nos outros índices ponderados. Após a criação do Euro, contudo, há sempre perdas competitivas elevadas da economia nacional. Desde março

de 2010 as perdas são menos fortes (IPC: 15,44%; IPP: 13,00%; DPIB: 16,44%; CTUPE: 4,64%), notando-se uma recuperação no índice ajustado pelos CTUPm (1,85%).

Noruega

O 24º mais importante parceiro comercial português tem vindo a perder quota desde o triénio 2001-2003 e representou 0,65% do peso do comércio externo de Portugal no último triénio. A Coroa norueguesa valorizou timidamente face ao Escudo português (1,59%) durante o final do milénio passado e valorizou 8,24% face ao Euro até agosto deste ano. Apesar de flutuar, a variação cambial nunca é muito forte entre as duas divisas: a Coroa depreciou 7,98% entre março de 1990 e janeiro de 1993; valorizou 23,03% entre janeiro de 1993 e dezembro de 2002 (com uma depreciação de 12,72% entre fevereiro de 1997 e dezembro de 1998); o Euro valorizou até um pico de 9,4228 NOK/EUR em dezembro de 2008, para cair até 7,3239 em agosto de 2012.

Até à criação do Euro, a economia portuguesa tornou-se mais competitiva em termos de IPP e CTUPE, perdendo competitividade nos restantes deflatores. O IPC foi subindo mais em Portugal até 1996, tal como o DPIB, os CTUPm e o IPP, este até 1998. Desde a criação da moeda única, há ganhos competitivos, fortes nos índices trimestrais, exceto no índice ajustado pelo IPC. Até 2005, os CTUPE subiram ligeiramente e os CTUPm eram próximos nas duas economias, mas deram-se fortes ganhos competitivos nos custos de trabalho. O DPIB foi sempre mais baixo em Portugal desde a adoção da moeda única, dando-se um forte ganho de competitividade desde 2003. Quanto à inflação, após 2001, tornou-se mais alta em Portugal, invertendo entre junho de 2008 e março de 2010, mas o desempenho em termos de IPP continua condicionado pela forte subida de 1999, apesar da recuperação forte em 2008. O cenário de competitividade mantém-se desde março de 2010, com ganhos de 5,26% (IPP), 12,04% (DPIB), 15,74% (CTUPm) e 20,02% (CTUPE) e perda de 3,10% (IPC).

Reino Unido

É o principal parceiro comercial português fora da AE e representou, no último triénio, 4,29% do comércio externo português, tendo vindo progressivamente a perder peso desde 1995-1997, quando o seu peso era de 8,49%. A Libra Esterlina valorizou 15,72% face à divisa

nacional até à adoção do Euro, desvalorizando 22,21% face à moeda única até agosto de 2013.

Portugal perde competitividade face à economia do Reino Unido no período anterior à criação do Euro, em todos os deflatores exceto no IPP. Após a adoção do Euro apenas há ganhos competitivos do lado português quando ponderado pelos CTUPm. No entanto, verificam-se ganhos competitivos para todos os índices ajustados após março de 2010 (IPC: 7,30%; IPP: 8,08%; DPIB: 3,93%; CTUPm: 19,08%; CTUPE: 7,27%).

República Checa

A República Checa tem vindo a ganhar peso no comércio externo português, tendo passado de uma quota de 0,24% (1995-1997) para 0,94% no último triénio. A Coroa checa, introduzida em fevereiro de 1993, valorizou 15,34% face ao Escudo até janeiro de 1999 e 27,76% face ao Euro até agosto de 2013. Até janeiro de 1997, após uma apreciação forte da Coroa logo após a sua introdução, o Escudo teve um comportamento próximo da Coroa checa, contudo dá-se uma valorização forte do Escudo até maio de 1997. A Coroa checa tem apreciado desde então até julho de 2008, atingindo um mínimo histórico face ao Euro de 23,528 CZK/EUR.

A economia nacional regista fortes ganhos de competitividade até à adoção do Euro, que se mantêm até à última observação disponível, devido à maior subida de todos os deflatores na República Checa, cenário que se inverteu desde a criação da moeda única, exceto no índice ponderado pelo IPP. Com efeito, o IPP subiu sempre mais em Portugal, o IPC foi semelhante até 2002, quando se tornou mais elevado em Portugal até 2007, voltando a cair para evoluir da mesma forma nos dois países desde 2009. O DPIB foi sempre subindo mais em Portugal e se os CTUPE foram semelhantes até 2011, quando caíram em Portugal, os CTUPm foram subindo mais na economia checa até 2004, subiram muito em Portugal até 2009 e corrigiu-se a tendência desde então, mas ligeiramente face à República Checa. Desde março de 2010 as perdas competitivas limitam-se aos índices ajustados pelo IPC (1,53%), IPP (0,26%) e DPIB (1,73%), enquanto que os índices ponderados pelos custos de trabalho evidenciam um ganho de competitividade da economia nacional (CTUPm: 0,60%; CTUPE: 7,87%), por via, sobretudo, da valorização cambial da Coroa checa.

Singapura

Este pequeno país asiático tem um peso ligeiramente superior ao do Luxemburgo para o comércio externo português no último triénio: 0,33%, que se tem mantido desde 1998-2000. O Dólar de Singapura valorizou 28,75% face ao Escudo português até à adoção da moeda única e 13,11% face ao Euro até agosto de 2013. Até julho de 1997, o Escudo depreciou face à divisa de Singapura, valorizando até agosto de 1998, para se dar nova apreciação do Dólar de Singapura até novembro de 2000. Seguiu-se um período de apreciação do Euro, para, após dezembro de 2004, a moeda de Singapura voltar a apreciar, sobretudo a partir de julho de 2008.

A economia de Singapura ganhou competitividade face à portuguesa em todos os deflatores, devido à subida mais forte em Portugal, que se deu até 2002 (IPP, corrigindo até julho de 2008, quando se dá nova subida forte), 2005 (CTUPE, quando o aumento dos custos de trabalho se torna mais forte em Singapura), 2006 (CTUPm, para cair até ao final de 2008, se dar nova subida forte em Portugal até 2010 e corrigir entretanto), 2007 (IPC, quando se inverte a tendência) e 2008 (DPIB, subindo ligeiramente menos em Portugal desde então). A economia portuguesa ganha competitividade em todos os índices ajustados desde março de 2010: 15,15% (IPC), 6,76% (IPP), 9,93% (DPIB), 30,26% (CTUPm) e 25,57% (CTUPE).

Suécia

Foi o 11º mais importante parceiro comercial português no último triénio (1,22%), mas tem vindo consecutivamente a perder quota desde 1995-1997 (1,80% nesse triénio). A Coroa sueca desvaloriza 8,69% face ao Escudo português até janeiro de 1999, tendo valorizado 4,18% face ao Euro até agosto de 2013. Até à adoção da moeda única, a Coroa sueca, depois de se encontrar relativamente estabilizada face à divisa portuguesa, deprecia fortemente até março de 1993, aprecia até 1994 e volta a depreciar até níveis próximos de 1993 no ano seguinte. Dá-se, então, uma prolongada apreciação face ao Escudo português até abril de 2008, recuperando o Escudo até à adoção do Euro, que deprecia nos primeiros 15 meses. A Coroa sueca volta a depreciar até setembro de 2001, para, até 2008 se notar uma relativa estabilidade entre as divisas. A Coroa cai, então, para máximos históricos, atingido em março de 2009 (11,177 SEK/EUR, o que representa uma queda de 23,67% desde

dezembro de 2006), recuperando fortemente até agosto de 2012, favorecendo a competitividade em Portugal.

Em termos competitivos, a Suécia registou ganhos durante a última década do milénio, cenário que se manteve desde a adoção do Euro (exceto para o índice ajustado pelos CTUPE). Todos os índices, à exceção do IPP, subiram mais em Portugal até 2006 (CTUPm e CTUPE) e 2007 (IPC e DPIB). Os CTUPE e DPIB caíram ligeiramente desde então, mas o IPC e os CTUPm caíram até 2009, tendo subido posteriormente. Desde março de 2010, contudo, para todos os índices ponderados, a economia nacional está mais competitiva: 6,29% (IPC), 7,58% (IPP), 12,02% (DPIB), 3,94% (CTUPm) e 17,04% (CTUPE), devido à apreciação da Coroa sueca.

Suíça

Tem vindo gradualmente a perder peso no comércio externo português, descendo de 1,97% no triénio 1995-1997 para 1,19% no último triénio disponível. O Franco suíço valorizou 26,82% face à divisa nacional durante a década de 90 e 23,15% face ao Euro até agosto de 2013. Depois de uma ligeira apreciação do Escudo até maio de 1992, o Franco apreciou até ao final de 1995. Dá-se um período longo em que não se verificam grandes flutuações cambiais até que, em outubro de 2007, o Euro desvaloriza fortemente até agosto de 2011.

Portugal perde competitividade face à economia suíça para todos os índices, exceto para o ajustado pelo IPP, até ao final de 1998, invertendo completamente após a criação do Euro, em consequência da apreciação do Franco suíço. O IPC foi sempre superior em Portugal, tendo sido semelhante entre 2007 e 2010, e os outros deflatores mostram uma subida sempre superior em Portugal, sobretudo até 2009, quando os custos de trabalho passaram a subir mais na Suíça. A evolução do IPP é semelhante à já descrita para outros países: subida maior em Portugal até 1997, ligeira correção até à adoção da moeda única, forte subida em 1999 e continua degradação competitiva face à Suíça até hoje.

Desde o início dos programas de ajustamento da economia portuguesa tem-se registado ganhos competitivos para todos os deflatores: IPC (6,91%), IPP (5,42%), DPIB (11,42%), CTUPm (20,26%) e CTUPE (18,71%).

ANEXO H – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE AOS PAÍSES EMERGENTES

Um novo ICE para Portugal

Gráfico 83 – Competitividade face à África do Sul, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

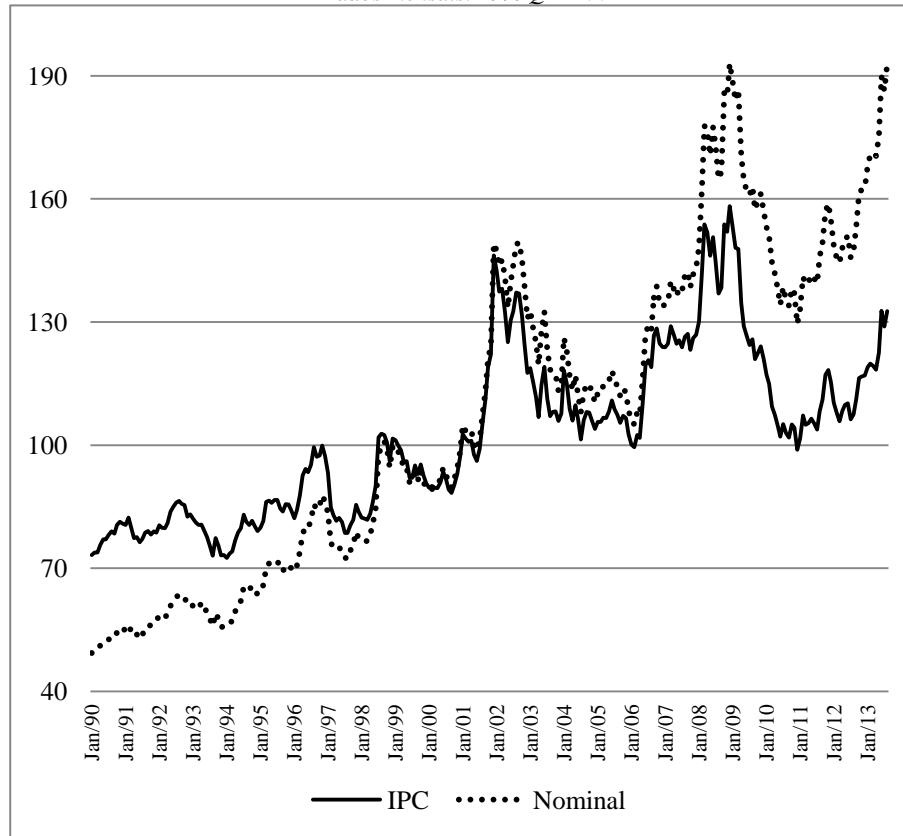


Gráfico 84 – Competitividade face à África do Sul, ajustado por DPIB

Dados trimestrais: 1999Q1=100

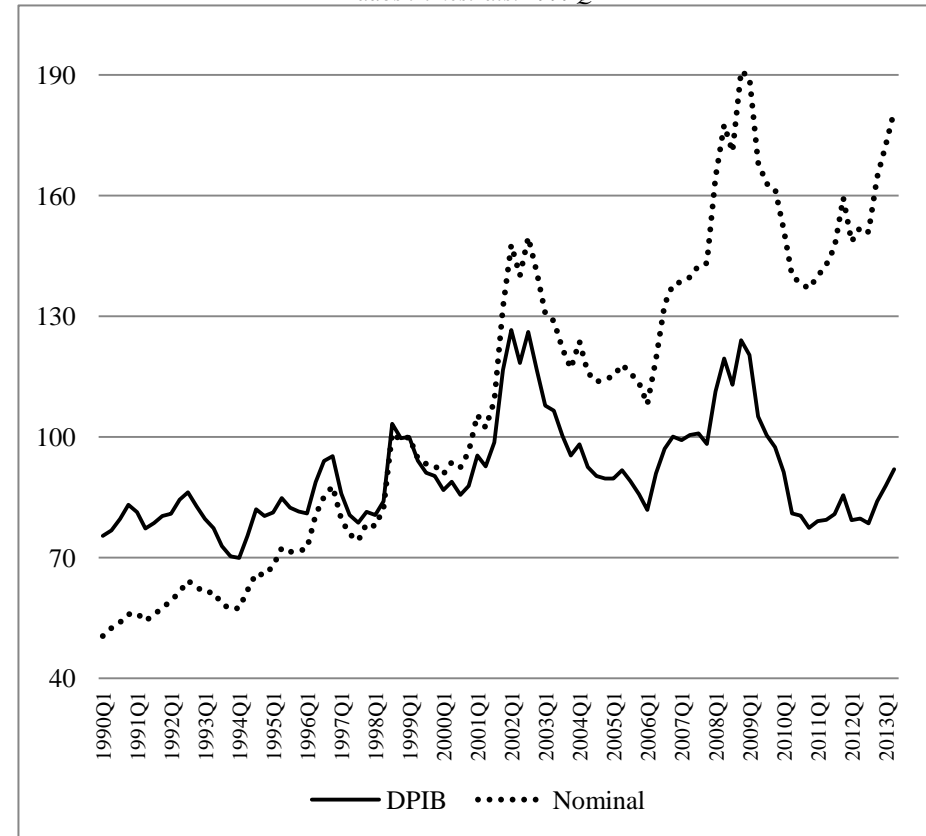


Gráfico 85 – Competitividade face ao Brasil, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

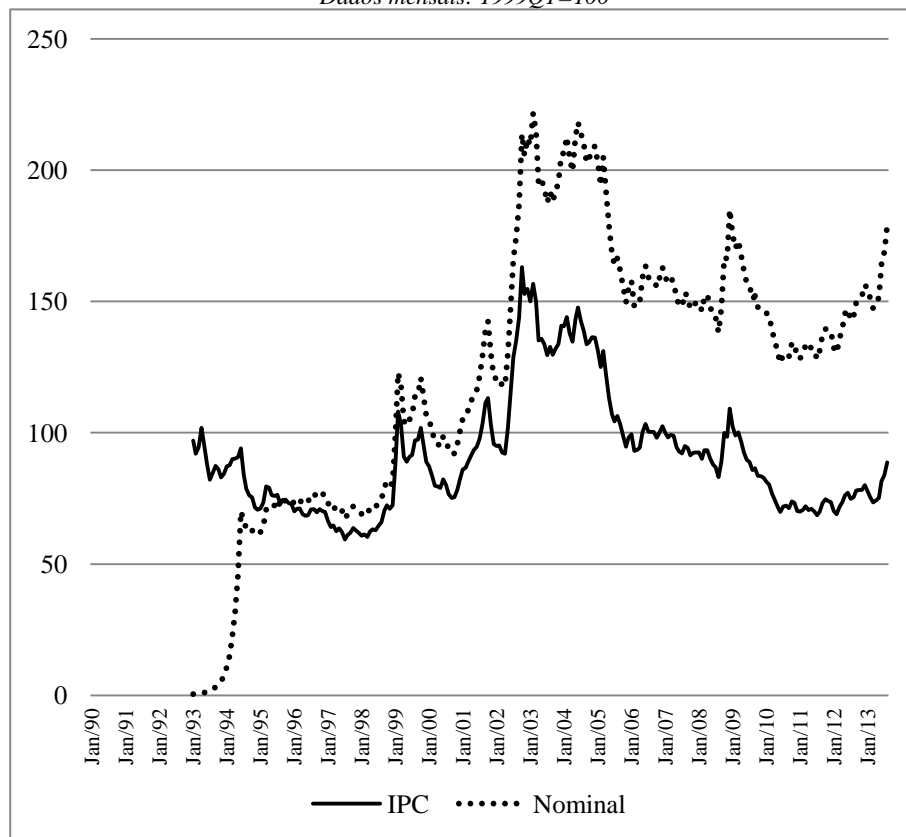
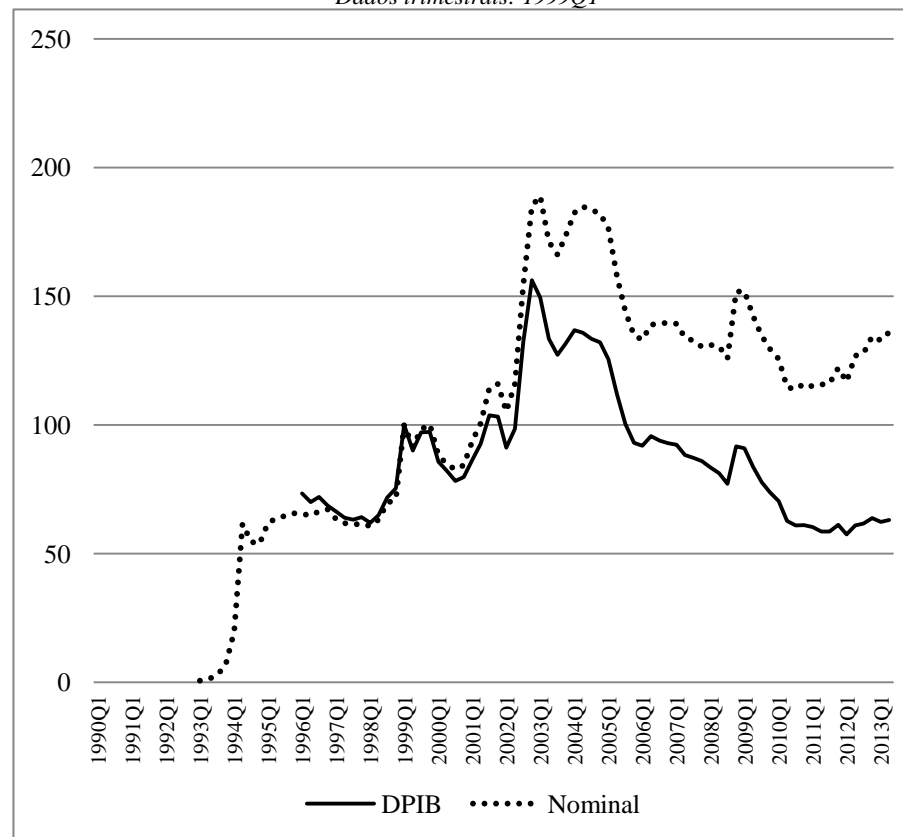


Gráfico 86 – Competitividade face ao Brasil, ajustado por DPIB

Dados trimestrais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 87 – Competitividade face à China, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

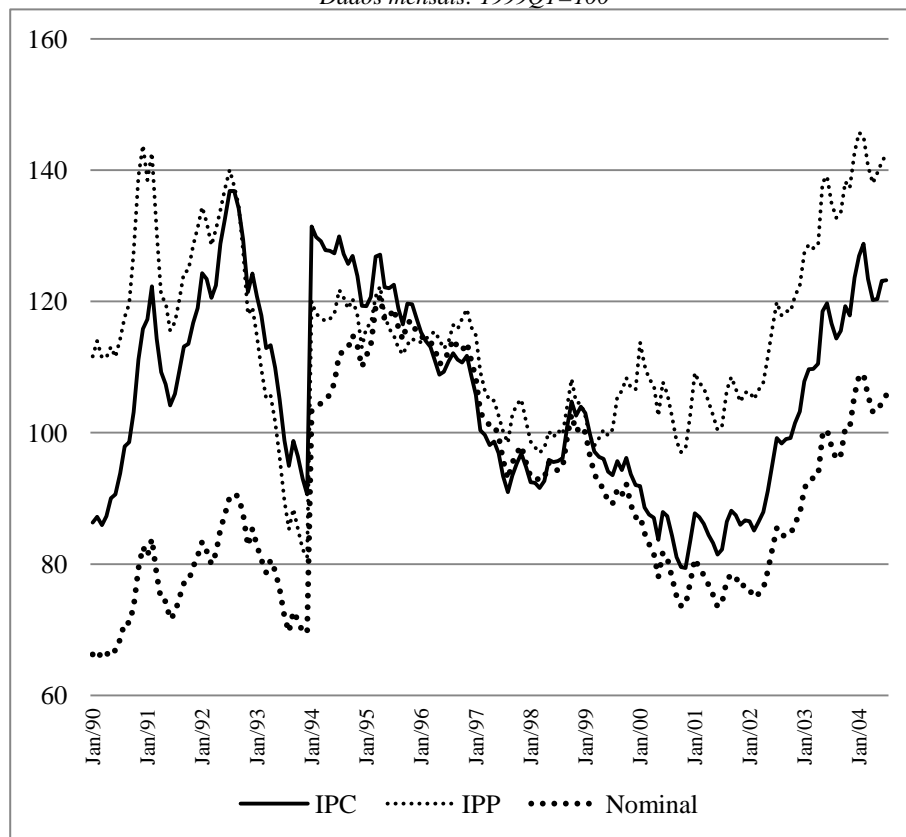
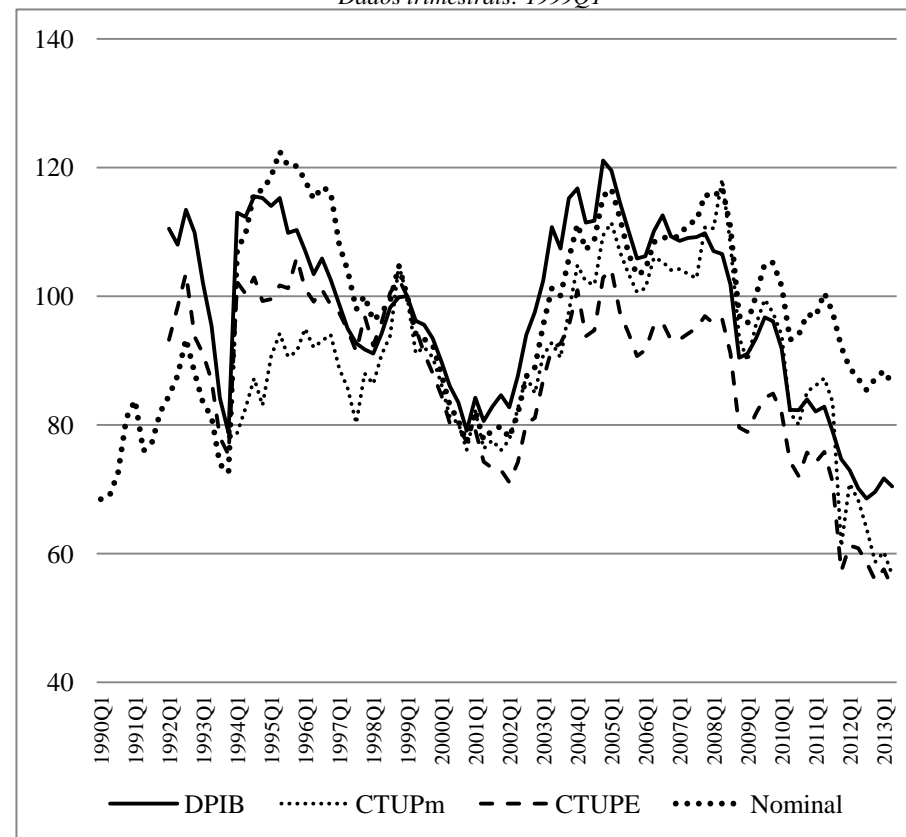


Gráfico 88 – Competitividade face à China, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1=100



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 89 – Competitividade face à Hungria, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100



Gráfico 90 – Competitividade face à Hungria, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1=100

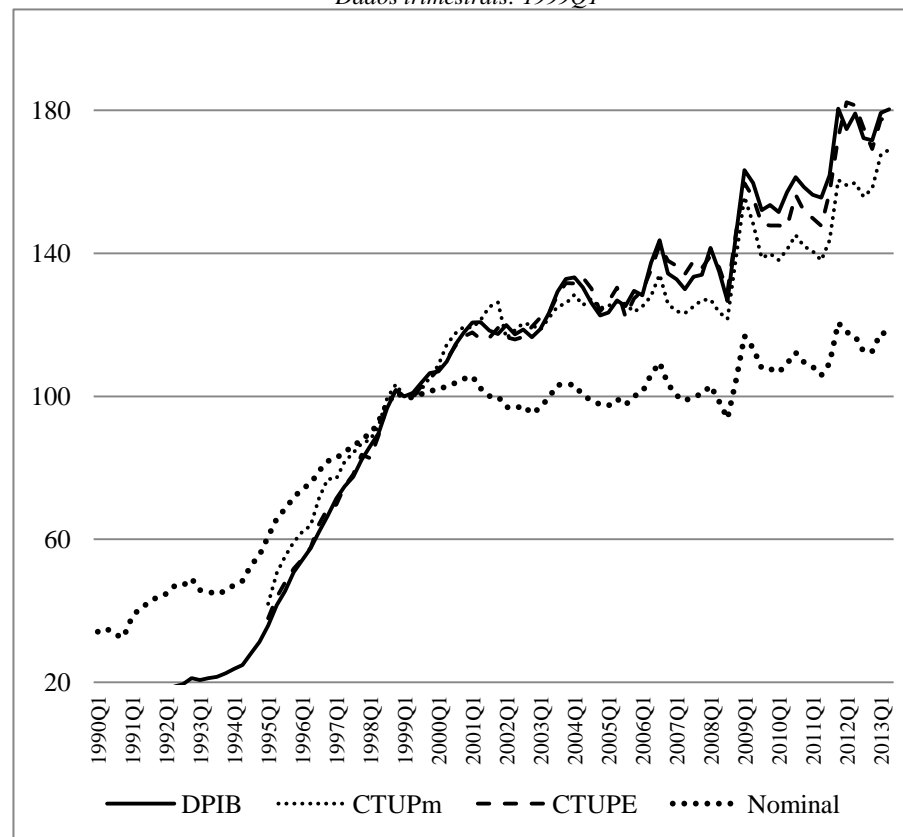


Gráfico 91 – Competitividade face à Índia, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

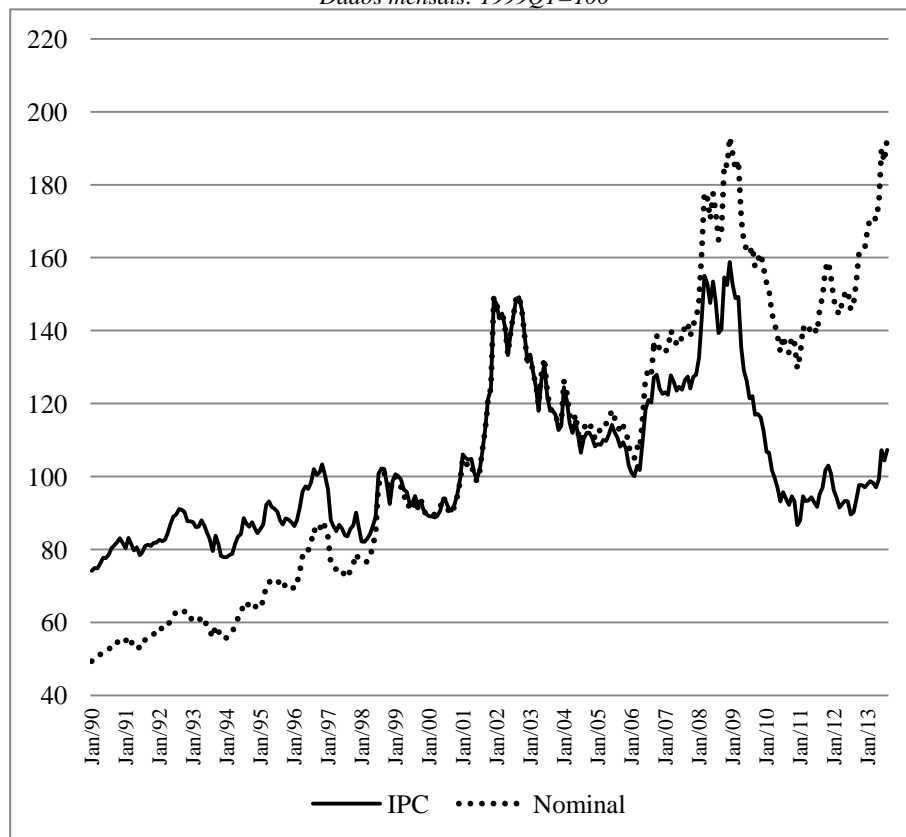
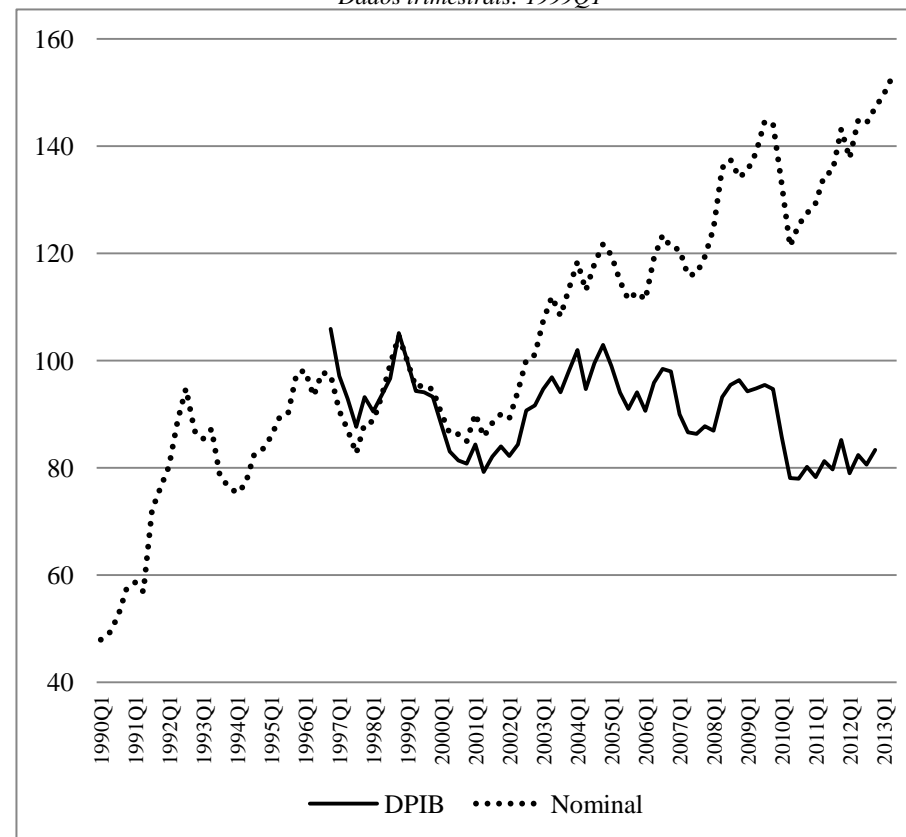


Gráfico 92 – Competitividade face à Índia, ajustado por DPIB

Dados trimestrais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 93 – Competitividade face à Polónia, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

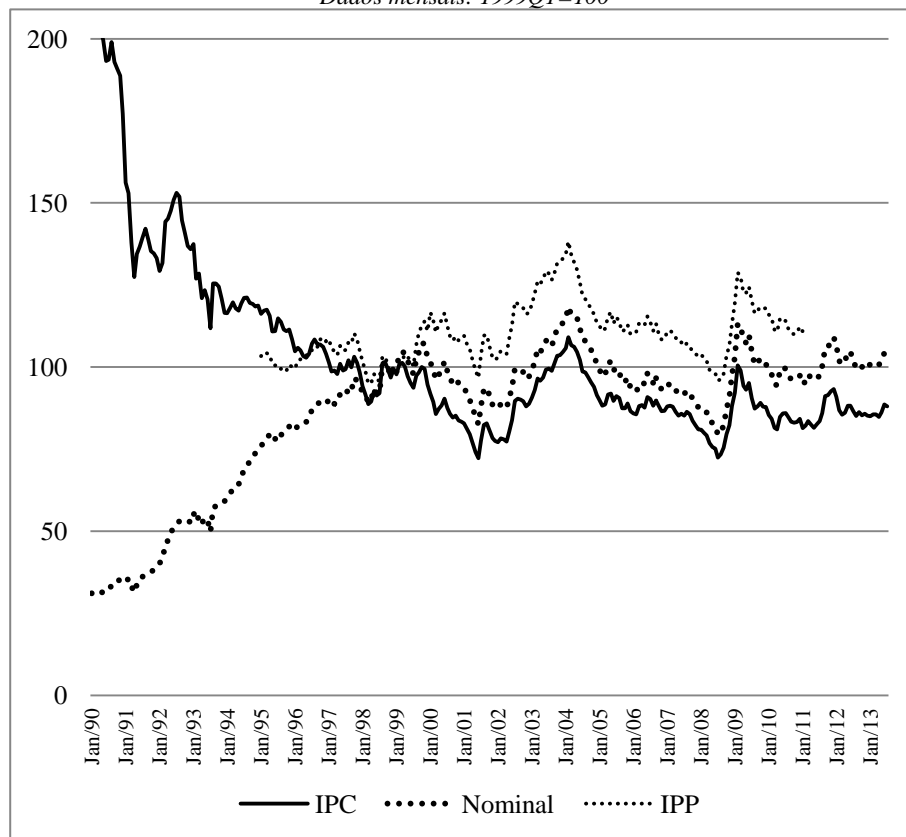
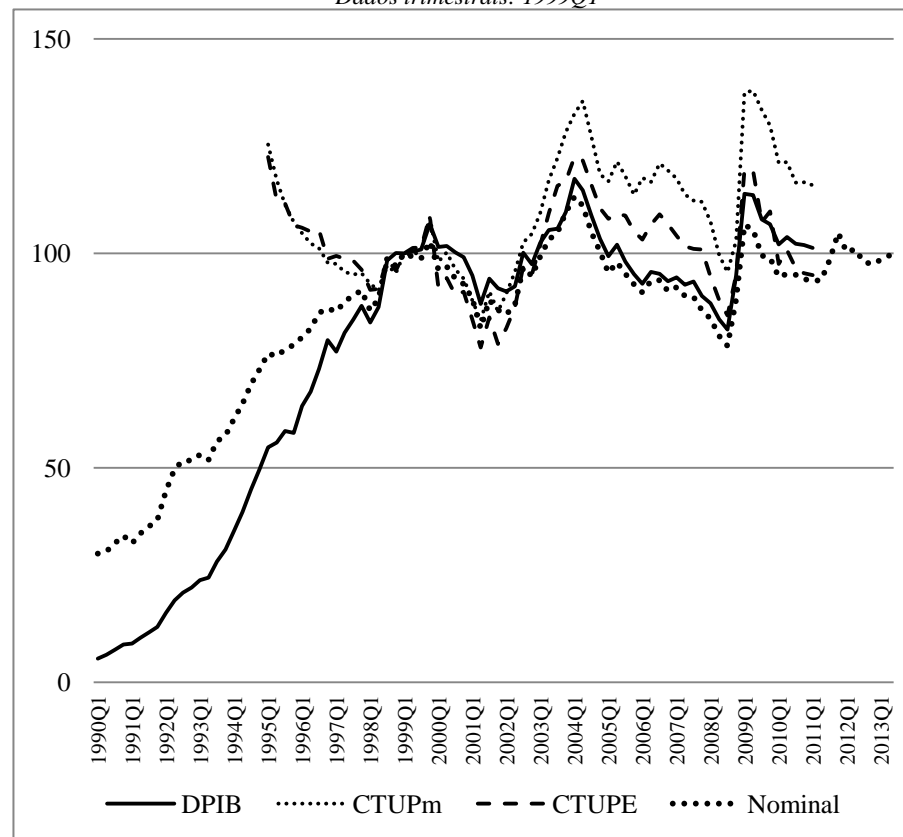


Gráfico 94 – Competitividade face à Polónia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1=100



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 95 – Competitividade face à Roménia, ajustado pelo IPC e pelo IPP

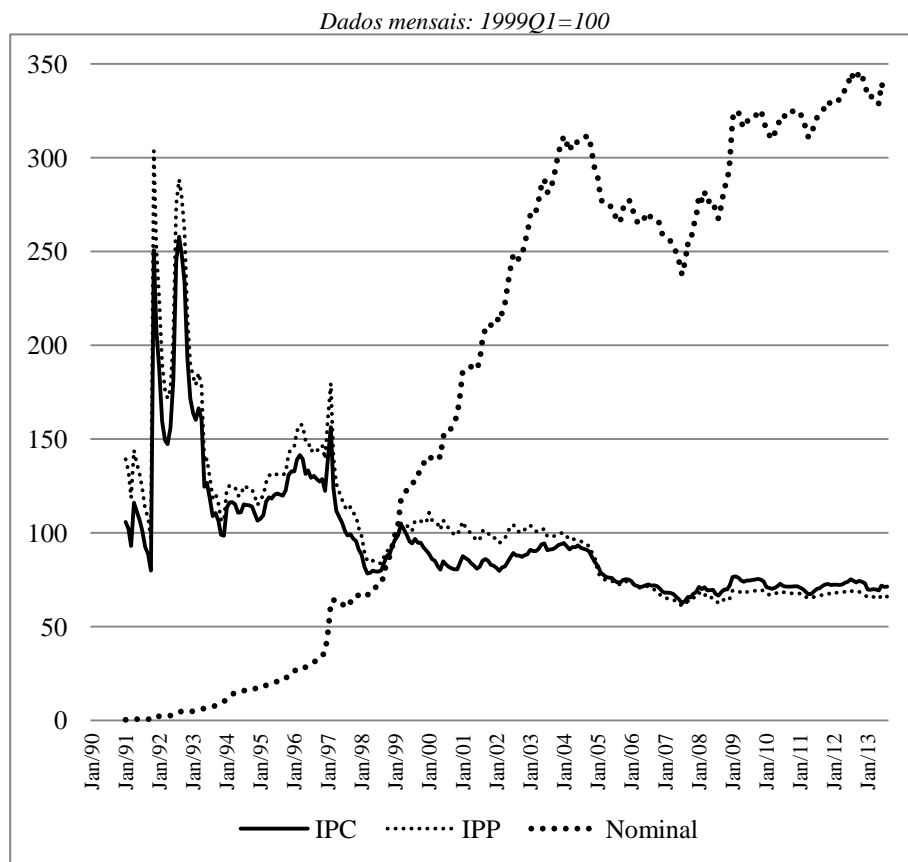
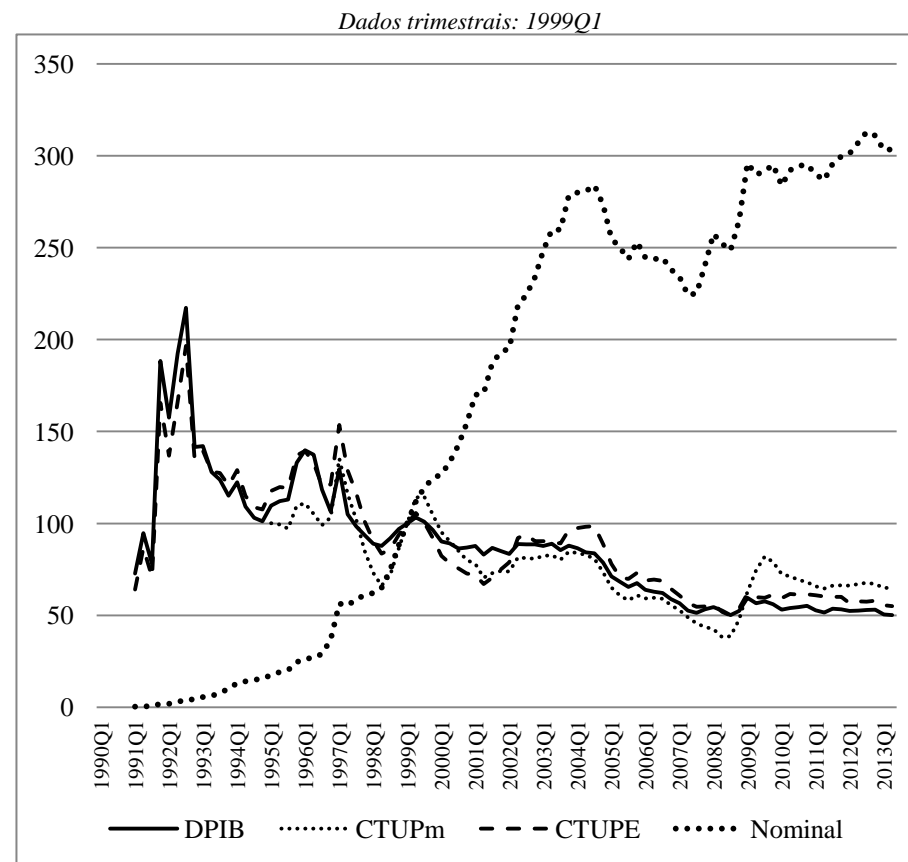


Gráfico 96 – Competitividade face à Roménia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 97 – Competitividade face à Rússia, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

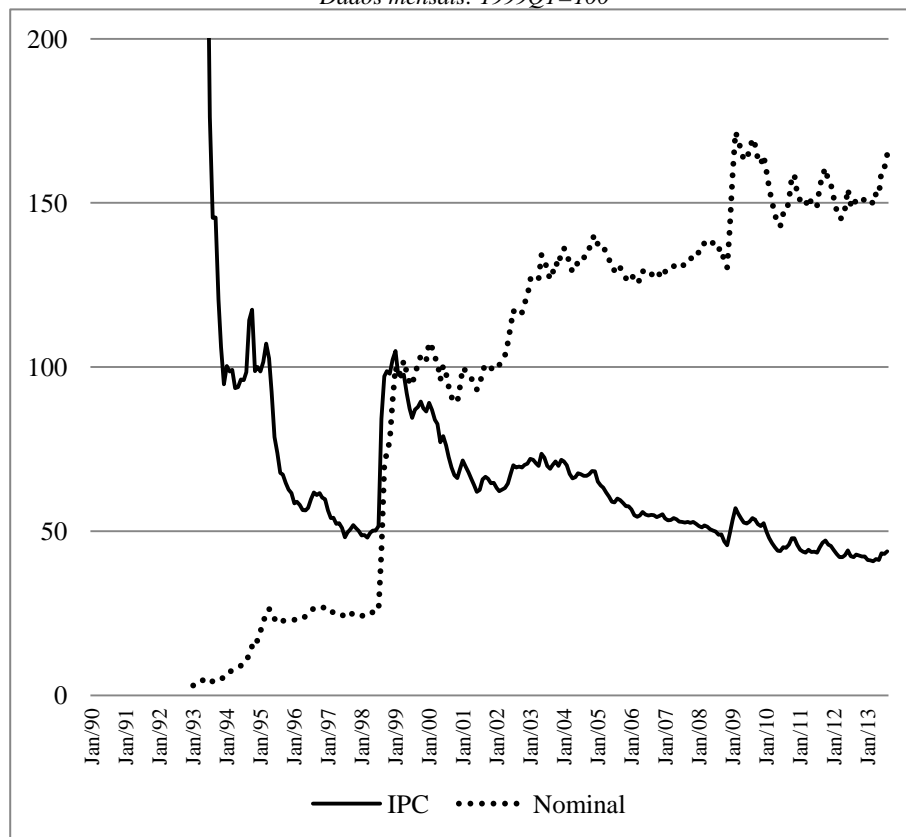


Gráfico 98 – Competitividade face à Rússia, ajustado por DPIB

Dados trimestrais: 1999Q1=100

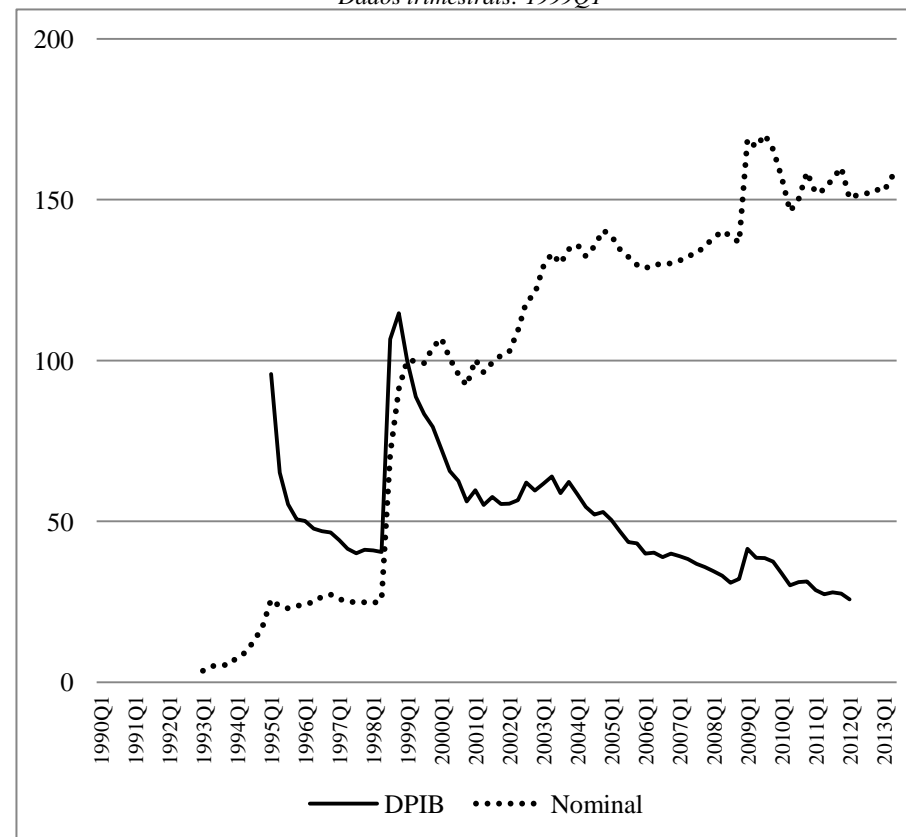


Gráfico 99 – Competitividade face à Turquia, ajustado pelo IPC e pelo IPP

Dados mensais: 1999Q1=100

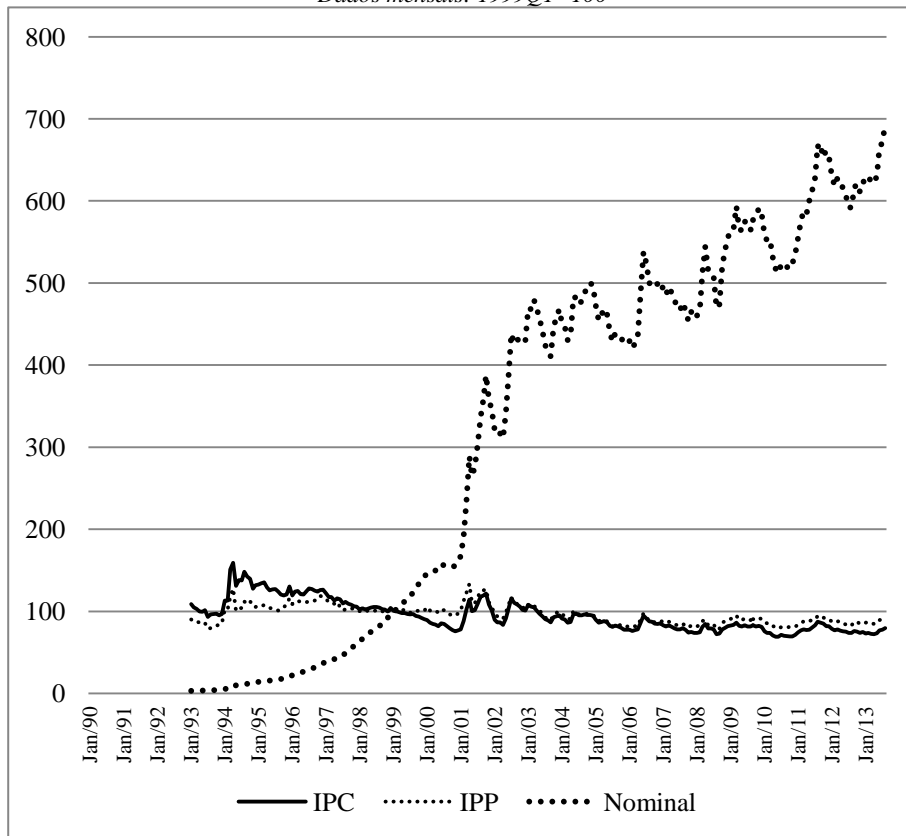
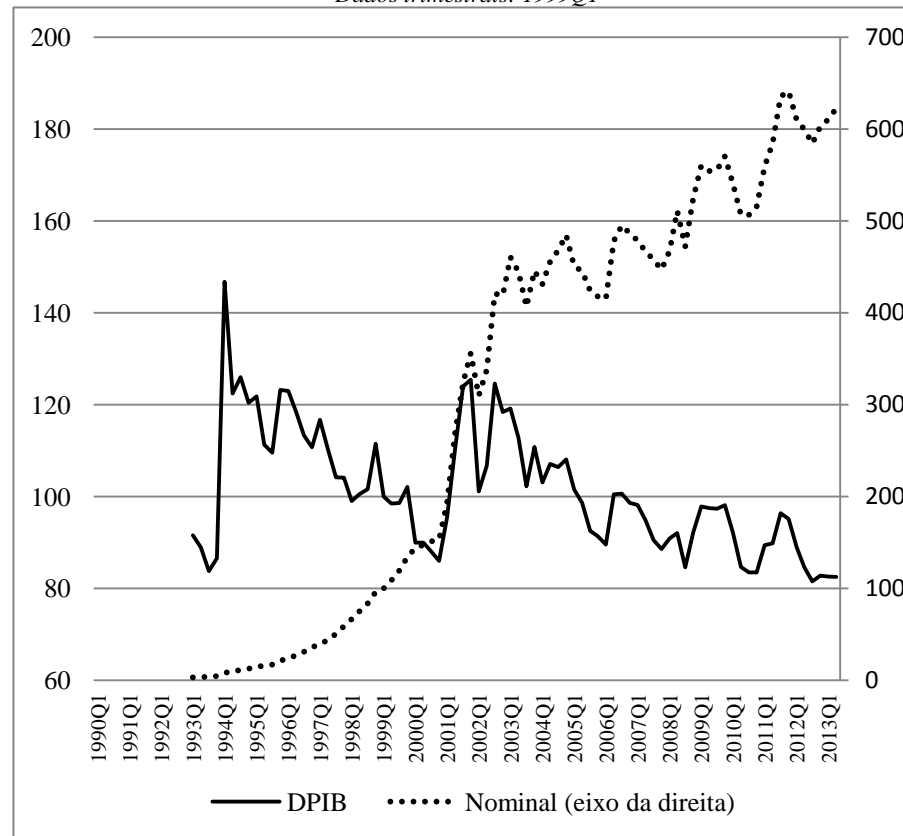


Gráfico 100 – Competitividade face à Turquia, ajustado por DPIB

Dados trimestrais: 1999Q1



África do Sul

Tem pouca expressão no contexto do comércio externo português, mas subiu no triénio anterior para perto do dobro do peso em relação aos triénios anteriores, estando próximo no mais recente, representando agora 0,31% do comércio externo nacional. O Rand da África do Sul desvalorizou 49,38% face ao Escudo português desde janeiro de 1990 até à adoção da moeda única e desvalorizou, desde então, 92,88% face ao Euro até agosto de 2013. Contudo, após a adoção do Euro deram-se algumas apreciações do Rand face ao Euro: entre setembro de 2002 e fevereiro de 2006 (29,72%) e entre dezembro de 2008 e dezembro de 2010 (32,87%).

Face à África do Sul, Portugal perde competitividade em termos de IPC desde janeiro de 1990 e, ajustando pelo DPIB perde competitividade até à adoção do Euro, mas ganha desde então. No entanto, desde março de 2010 perde competitividade: 21,24% (IPC) e 13,64% (DPIB). Tanto o IPC como o DPIB têm evoluído no sentido de ganho competitivo para a economia portuguesa, isto é, têm sofrido subidas mais fortes na economia da África do Sul. A componente cambial tem sido importante para atenuar os ganhos competitivos para Portugal, sendo suficientes para anular e contrariar os ganhos dos últimos 3 anos.

Brasil

É o 22º mais importante parceiro comercial no último triénio, representando 0,71% do comércio externo português, tendo perdido peso face ao triénio anterior. A moeda brasileira sofreu duas redenominações desde janeiro de 1993, mas o Real do Brasil, desde a sua introdução, em julho de 1994, desvalorizou 36,65% face ao Escudo português até janeiro de 1999 e 78,76% face ao Euro até agosto de 2013. Em relação ao Euro, ocorrem três fortes desvalorizações do Real: entre setembro de 2000 e fevereiro de 2003 (141,3%), entre agosto e dezembro de 2008 (33,9%) e após janeiro de 2012 (35,0%). O Euro depreciou entre outubro de 1999 e setembro de 2000 (24,0%), tendo a divisa brasileira apreciado longamente, entre junho de 2004 e agosto de 2008 (36,6%) e entre dezembro de 2008 e junho de 2010 (31,6%).

Em relação ao Brasil, a economia portuguesa perde competitividade até à adoção do Euro e ganha desde então, para os dois indicadores deflacionados. Desde março de 2010, Portugal perde 15,38% em termos de IPC e ganha 34,92% em termos de DPIB. Desde 1994, os dois deflatores apresentam subidas mais fortes na economia brasileira, o que é positivo para a competitividade portuguesa. O DPIB evolui, no entanto, de forma semelhante nas duas economias, entre 1996 e 2001.

China

Tornou-se, no último triénio, no 7º principal parceiro comercial e no mais importante parceiro asiático do comércio externo nacional, representando 4,02%, que contrasta com 0,89% no primeiro triénio disponível. Desde janeiro de 1990 e até à introdução do Euro, o Yuan Renmimbi desvalorizou 33,78% face à divisa nacional, mas valorizou 15,22% face ao Euro até agosto de 2013.

Até à adoção do Euro, Portugal perde competitividade em termos de IPC, CTUPm e CTUPE, mas ganha quanto ao IPP e DPIB e, a partir de janeiro de 1999, tem ganhos competitivos em todos os índices deflacionados, exceto no ajustado pelo IPP. No entanto, ganha competitividade desde março de 2000: 15,41% (IPC), 6,46% (IPP), 14,45% (DPIB), 30,73% (CTUPm) e 26,43% (CTUPE).

Hungria

Tem uma quota de 0,73% do comércio externo nacional, aumentando de importância em todos os triénios. O Forint húngaro desvalorizou 66,58% face ao Escudo português até à adoção da moeda única e, desde então, desvalorizou 19,41% face ao Euro até agosto de 2013. Entre outubro de 1998 e abril de 2008, a cotação das divisas flutuou, sem se notar uma tendência, mas após julho de 2008, o Euro apreciou face ao Forint, por via de duas fortes desvalorizações da divisa húngara: entre julho de 2008 e março de 2009 e entre julho e novembro de 2011.

Em relação à Hungria, em termos de IPC e de DPIB, Portugal ganha competitividade entre 1990 e 2013, contudo, quanto aos custos de trabalho, há uma quebra competitiva até à adoção da moeda única, sucedendo o oposto após 1999. A evolução do IPC foi semelhante

nos dois países até 1994, mas os dois índices de preços subiram mais na Hungria logo a seguir. A evolução do IPC não sofreu alterações, isto é, continuou a ser superior a inflação na Hungria, mas o IPP, por via da forte subida em Portugal, que não foi assim tão diferente do IPP na Hungria, voltou a subir mais na Hungria a partir de 2000. Os restantes deflatores evoluem da mesma forma que o IPC, isto é, têm subido bastante mais na Hungria do que em Portugal. A performance cambial é, neste caso, decisiva para o comportamento competitivo da economia portuguesa. Desde o primeiro trimestre de 2010, só há ganhos em termos de custos de trabalho: 3,50% (CTUPm) e 4,03% (CTUPE). Os restantes deflatores mostram uma realidade oposta: 7,63% (IPC) 3,49% (IPP) e 0,78% (DPIB).

Índia

Representa 0,75% do comércio externo português, o dobro da quota que detinha no primeiro triénio. A Rupia indiana desvalorizou 52,86% face à divisa nacional entre janeiro de 1990 e a criação do Euro e 73,55% até agosto de 2013. A tendência é, de facto, no sentido da desvalorização da Rupia indiana, apesar de algumas apreciações pontuais, o que prejudica a competitividade em Portugal.

Portugal perdeu competitividade face à economia indiana até à adoção do Euro em termos de IPC e de DPIB, até à adoção do Euro, tendo ganho até ao 4º trimestre de 2012, o último período disponível. Desde março de 2010, Portugal perdeu 7,51% e 6,79% se ponderado pelo IPC e pelo DPIB, respetivamente. Durante todo o período, o IPC e o DPIB foi sendo sempre superior na Índia, contudo, até meados de 1998 e de 2004, o IPC evoluiu de forma semelhante nos dois países. A diferença entre o IPC dos dois países torna-se mais evidente a partir de 2008, que, no entanto, é insuficiente para atenuar os efeitos da desvalorização da Rupia.

Polónia

É o 14º principal parceiro no último triénio com um peso de 1,08% do comércio externo português e tem mantido uma quota de, aproximadamente, 1% desde 2001-2003. O Zloti polaco manteve uma trajetória de depreciação face à divisa portuguesa e desvalorizava 68,89% em relação ao Escudo português entre janeiro de 1990. Com a adoção da moeda

única, deram-se várias apreciações (entre outubro de 1999 e junho de 2001 e entre fevereiro de 2004 e julho de 2008) e depreciações (entre junho de 2001 e fevereiro de 2004 e entre julho de 2008 e fevereiro de 2009), resultando numa depreciação de 3,05% face ao Euro em agosto de 2013.

A economia polaca só é mais competitiva até à criação da moeda única em termos de IPC, pois, apesar da maior inflação em território polaco, a desvalorização da sua divisa é suficiente para determinar o resultado competitivo, no entanto, para os restantes deflatores tal não sucede. Desde então, Portugal só ganha competitividade quando esta é ajustada pelo IPC e pelos CTUPE. Em relação a março de 2010, tem comportamentos divergentes para os índices deflacionados pelos preços, que, do lado português, perde 8,02% (IPC) e 1,38% (IPP), mas ganha 2,46% (DPIB), 4,45% (CTUPm) e 5,75% (CTUPE). Note-se que apenas existem dados da economia polaca até março de 2011, exceto o IPC. Os custos de trabalho aumentaram muito na Polónia até à adoção da moeda única, mas até 2002 não se registaram grandes diferenças na sua evolução, quando estes deflatores aumentaram muito em Portugal, face à economia polaca: os CTUPm inverteram a tendência no final de 2009 e os CTUPE no final de 2007. Os DPIB, por seu lado, têm aumentado ligeiramente na Polónia após a criação do Euro. Finalmente, o IPP é condicionado pelo comportamento da economia portuguesa em 1999, sendo que se mantém relativamente estável, com algumas flutuações, desde esse ano.

Roménia

Tem aumentado de importância em termos de peso do comércio externo de Portugal, representando 0,36% no último triénio, mais do que no primeiro triénio (0,08%) e reforçando a sua importância em todos os triénios. O Leu da Roménia foi uma divisa que tinha um câmbio médio mensal equivalente em Euros de 52,39 ROL/EUR em janeiro de 1991 e, no último mês de 1998, o seu câmbio médio mensal era de 12777,69 ROL/EUR para, no mês anterior à criação do Novo Leu, ter um câmbio médio mensal de 36136 ROL/EUR. O Novo Leu da Roménia, criado em julho de 2005, desvalorizou 24,47% face ao Euro até agosto de 2013, contudo, até julho de 2007, o Novo Leu apreciou 12,07% face ao Euro, iniciando-se então a trajetória de depreciação da divisa romena.

A Roménia tem perdido competitividade face a Portugal em termos de IPC e CTUPm e tem ganho quanto ao IPP. Ponderado pelo DPIB e CTUPE, Portugal perdeu competitividade até à adoção do Euro e ganhou desde então. Desde março de 2010, a economia portuguesa perde em termos de preços no consumidor (1,80%) e ganha nos restantes deflatores: 0,90% (IPP), 7,06% (DPIB), 8,85% (CTUPm) e 10,66% (CTUPE). A partir de 1996, todos os deflatores apresentam uma tendência de subida muito superior na economia romena, beneficiando competitivamente as empresas portuguesas, contudo a forte depreciação da divisa romena atenua ou anula esses ganhos. Nota-se uma perda de competitividade dos CTUPm face à economia romena entre o 1º trimestre de 2008 e o 2º trimestre de 2009, porque os CTUPm inverteram a tendência e caíram fortemente na Roménia, mas voltaram a subir logo de seguida.

Rússia

A economia russa representa 0,42% do comércio externo nacional e tem crescido de importância desde 1998-2000. A moeda russa, o Novo Rublo, foi introduzida em janeiro de 1998, tendo desvalorizado 75,79% até ao final do ano face ao Escudo português e 64,76% face ao Euro até agosto de 2013. A divisa russa apenas estabilizou face ao Euro entre janeiro de 1999 e março de 2002; entre março de 2003 e novembro de 2008; e após março de 2010, contudo flutuando mais no período mais recente.

Face à economia russa, Portugal ganha competitividade até à criação do Euro e após esse evento, em relação ao IPC, mas perde até à adoção da moeda única em termos de DPIB. Para este efeito, conta a performance cambial, uma vez que os dois deflatores apresentam subidas mais fortes na economia russa. Face a março de 2010 notam-se ganhos quando ajustado pelo IPC (5,32%) e pelo DPIB (14,29%), pressionados pelo comportamento da inflação na Federação Russa.

Turquia

É o 15º parceiro comercial no triénio mais recente, representando 0,99% do comércio externo nacional. Perdeu importância no último triénio, mas cresceu em relação aos triénios anteriores. Em janeiro de 2005, após a introdução da Nova Lira turca que substituiu a anterior

Lira turca, verificou-se uma desvalorização de 46,90% face ao Euro até agosto de 2013. A anterior Lira turca tinha um câmbio médio mensal de 12360,17 TRL/EUR em janeiro de 1993 e de 1870690 TRL/EUR em dezembro de 2004. Portanto, a divisa turca tem sofrido grandes depreciações face ao Escudo português e face ao Euro, registando apreciações pontuais desde 2001.

Em relação à Turquia, a economia portuguesa perde competitividade em termos de preços no produtor e DPIB até aderir ao Euro, tendo ganho de seguida, mas ganha quando ponderado pelo IPC em todo o período. Desde março de 2010, em termos de preços notam-se perdas de 8,06% (IPC) e de 9,46% (IPP), mas há ganhos em termos de DPIB (2,55%). O IPC não é muito diferente nas duas economias até 1995, quando ambos sobem imenso na economia turca; o IPP e o DPIB têm uma evolução mais negativa para a economia nacional até 1994, mas após 1995 adotam o comportamento do IPC.

ANEXO I – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE AOS PALOP E TIMOR-LESTE

Um novo ICE para Portugal

Gráfico 101 – Competitividade face a Angola, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

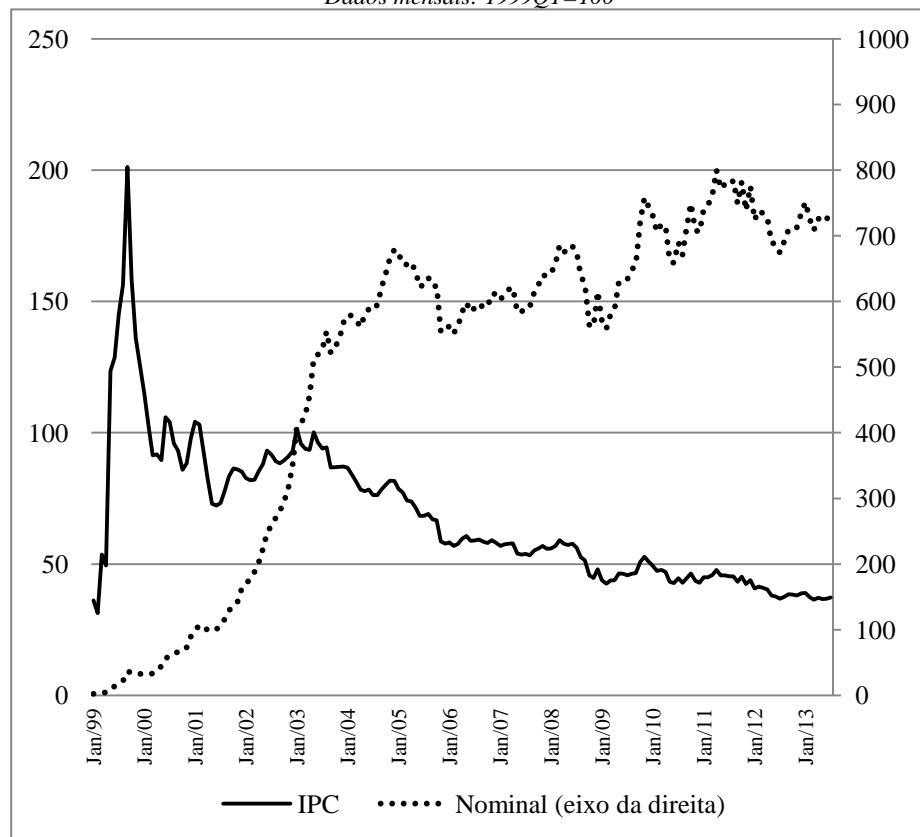
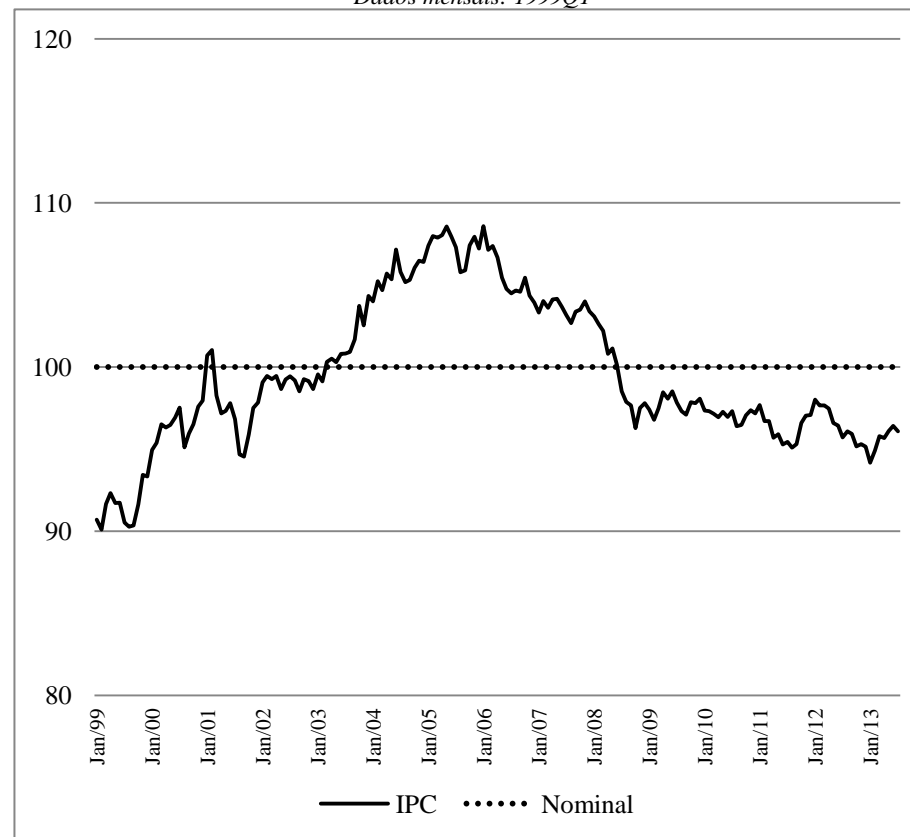


Gráfico 102 – Competitividade face a Cabo Verde, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 103 – Competitividade face à Guiné-Bissau, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

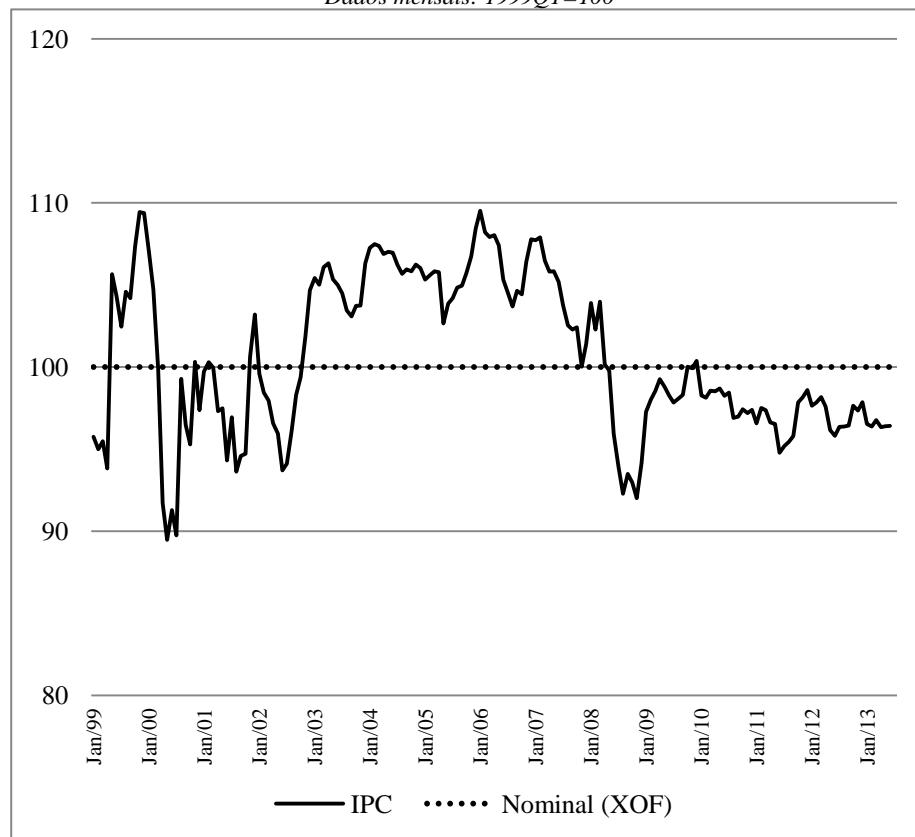
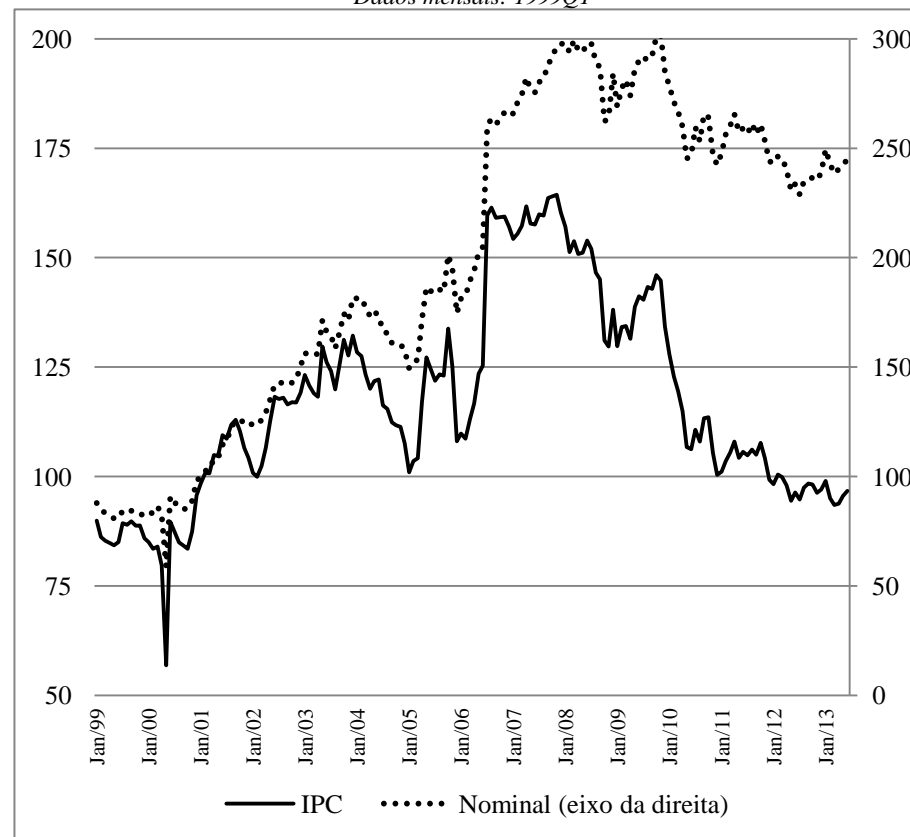


Gráfico 104 – Competitividade face a Moçambique, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 105 – Competitividade face a São Tomé e Príncipe, ajustado pelo IPC

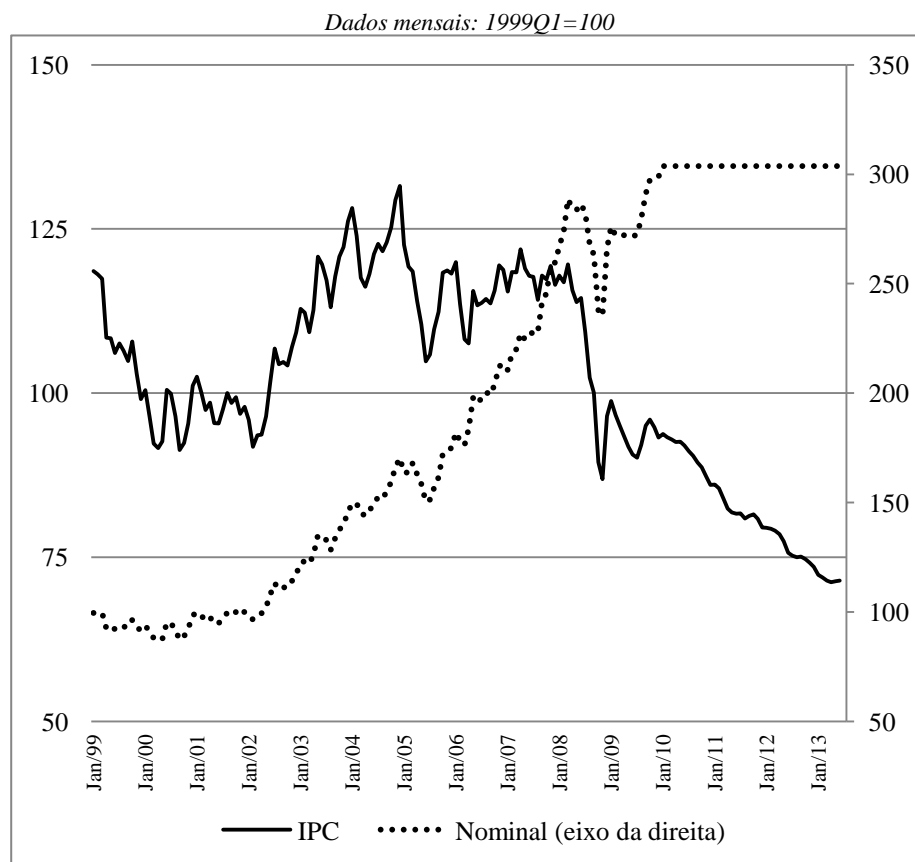
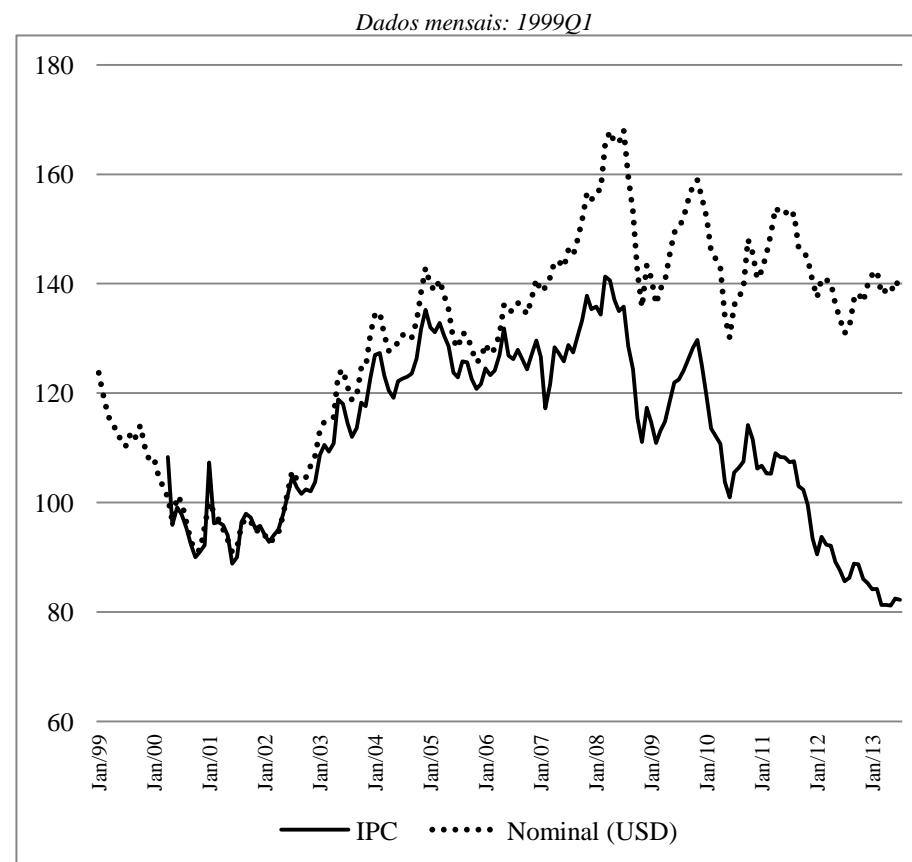


Gráfico 106 – Competitividade face a Timor-Leste, ajustado pelo IPC



Angola

Em relação à economia angolana, Portugal é mais competitivo quando ajustado o índice pelo IPC. Até julho de 2013 dá-se um ganho de 62,74% face a janeiro de 2001 e 21,93% em relação a março de 2010. Apesar da forte desvalorização da moeda angolana, atenuada desde novembro de 2009 e com um máximo em abril de 2011, a forte pressão inflacionista anula o efeito cambial. De facto, o IPC angolano é de 6,66 em janeiro de 1999 para, em julho de 2013, ser de 2753,36 (base: 2001=100).

Cabo Verde

A economia cabo-verdiana mantém uma relação paritária com o Euro. Em termos de IPC, nota-se um ligeiro ganho competitivo de 3,92% desde janeiro de 2001, que é ainda menor (1,11%) desde março de 2010.

Guiné-Bissau

O Franco CFA - BCEAO⁶⁶ é a divisa da Guiné-Bissau, que mantém paridade com o Euro. Face à Guiné-Bissau, o indicador de competitividade ponderado pelo IPC mostra que, em junho de 2013, a economia portuguesa era 3,59% mais competitiva do que a guineense, quando comparado com janeiro de 2001, mas o ganho era de 2,18% em relação a março de 2010. A diferença entre a inflação nos dois países mostra grandes variações: foi subindo mais em Portugal até novembro de 1999, mais tarde entre junho de 2002 e janeiro de 2006 e entre novembro de 2008 e novembro de 2009. Contudo, desde o início de 2010 que se fixou 4 pontos de índice abaixo em Portugal.

Moçambique

A economia moçambicana regista, em junho de 2013, uma perda competitiva face a Portugal de 3,27%, devido à desvalorização do Metical que, contudo, tem valorizado desde novembro de 2009. A introdução da nova divisa estabilizou a questão cambial, que após ter desvalorizado 14,93% até março de 2008, inverteu a tendência face ao Euro para fechar o

⁶⁶ “Franco da Comunidade Financeira Africana (Franco CFA - BCEAO) (XOF) – Autoridade responsável: Central Bank of West African States – cotação para: Benim, Costa do Marfim, Burkina-Faso, Senegal, Niger, Togo, Mali e Guiné-Bissau (adesão a esta zona em 02/05/1997).” (in Banco de Portugal)

período com uma valorização de 4,61%. Face a março de 2010, o índice deflacionado pelo IPC mostra que Portugal tem ganho competitividade em relação a Moçambique (19,10%), o que remete para a questão inflacionária no território moçambicano, o dinamismo do ganho competitivo nacional.

São Tomé e Príncipe

Estabeleceu-se uma relação paritária com a Dobra de São Tomé e Príncipe após um longo período de desvalorização da moeda são-tomense, cujo câmbio era 8066,19 STD/EUR em janeiro de 2001. Apesar do efeito cambial, a pressão inflacionista torna a que se dê um ganho competitivo de 28,56% da economia portuguesa face à de São Tomé e Príncipe em junho de 2013. Desde março de 2010 esse ganho competitivo é ligeiramente menor: 23,12%. A inflação tem sido mais forte no território são tomense, sobretudo depois de 2005, o que aliado à relação paritária assumida em 2010, torna a economia portuguesa mais competitiva do que a de São Tomé e Príncipe, o que não se verificava no período anterior a 2008.

Timor-Leste

A divisa utilizada em Timor-Leste é o Dólar dos Estados Unidos. Desde janeiro de 2001, Portugal tem ganho competitividade (17,76% até julho de 2013) face à economia timorense, que, contudo, é mais acentuada desde março de 2010 (26,67%). Neste período, a divisa norte-americana desvalorizou face ao Euro; chegou a cotar a 1,577 USD/EUR em julho de 2008 face a 0,938 USD/EUR em janeiro de 2001, uma quebra de 68,07%. A inflação foi semelhante em Portugal e Timor-Leste entre fevereiro de 2001 e março de 2002, tendo subido mais um pouco na economia timorense até maio de 2004, estabilizando novamente até maio de 2006. Dá-se então uma forte subida do IPC em Timor-Leste, apenas atenuada entre junho de 2008 e novembro de 2009. A economia portuguesa perdia 41,29% de competitividade em março de 2008, por via da apreciação do Euro, mas, associada à apreciação do Dólar Americano e à evolução da inflação nos dois países, a economia portuguesa tornou-se mais competitiva face à timorense, em relação a janeiro de 2001, no final de 2011.

ANEXO J – COMPETITIVIDADE BILATERAL FACE A OUTROS PAÍSES

Um novo ICE para Portugal

Gráfico 107 – Competitividade face à Croácia, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

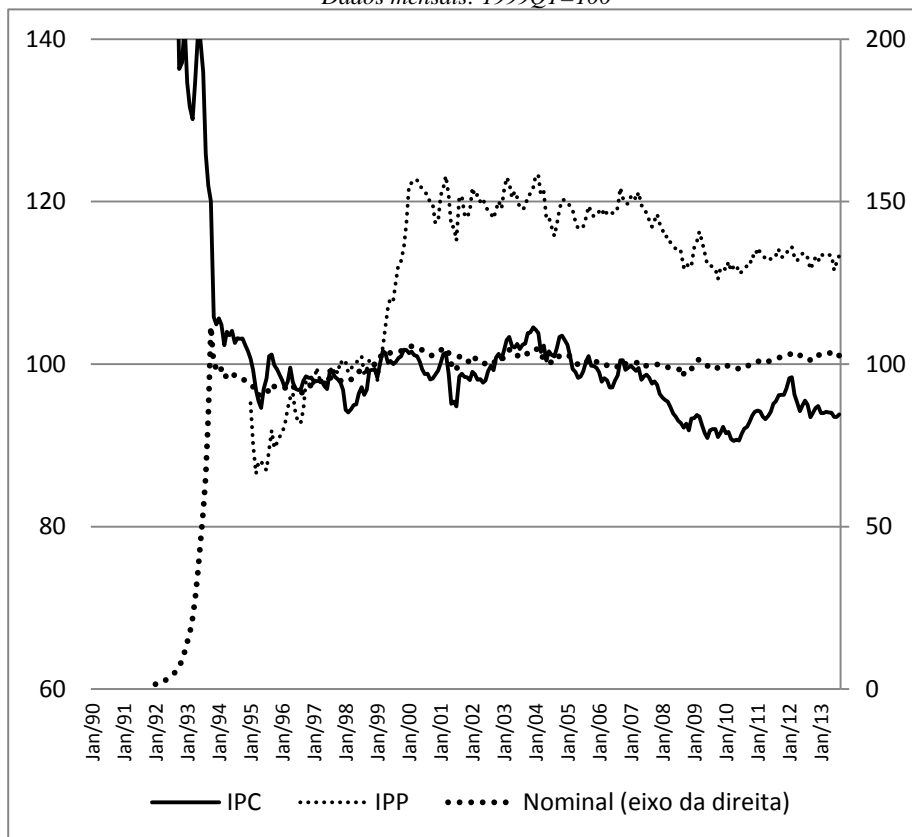
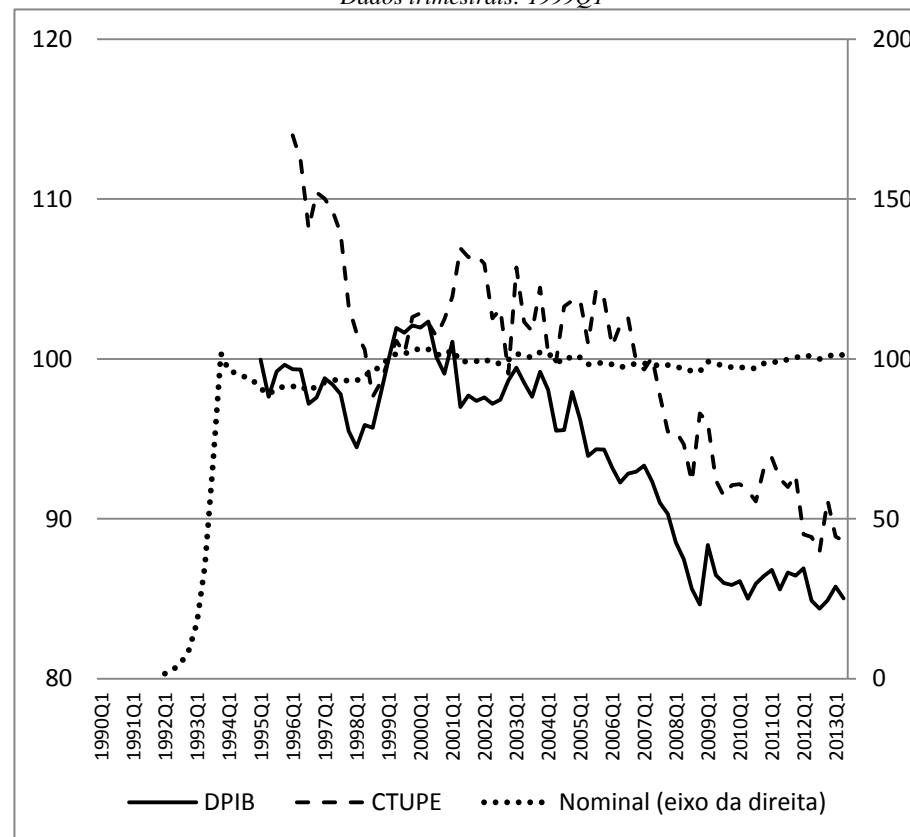


Gráfico 108 – Competitividade face à Croácia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1



Um novo ICE para Portugal

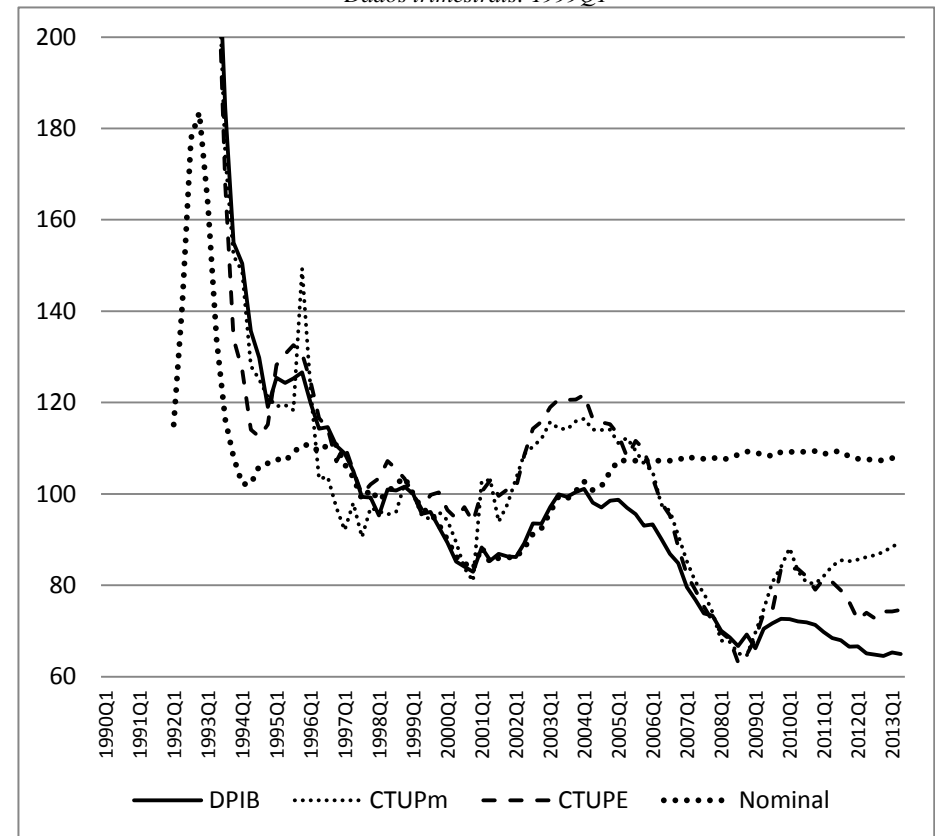
Gráfico 109 – Competitividade face à Letónia, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100



Gráfico 110 – Competitividade face à Letónia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1=100



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 111 – Competitividade face à Lituânia, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

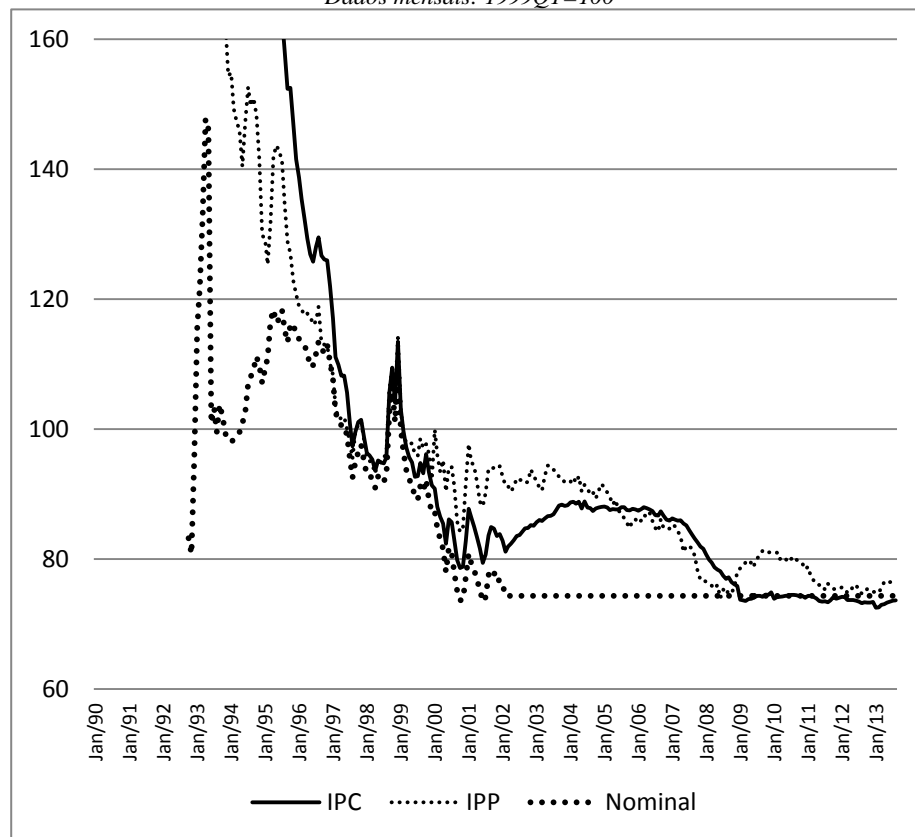
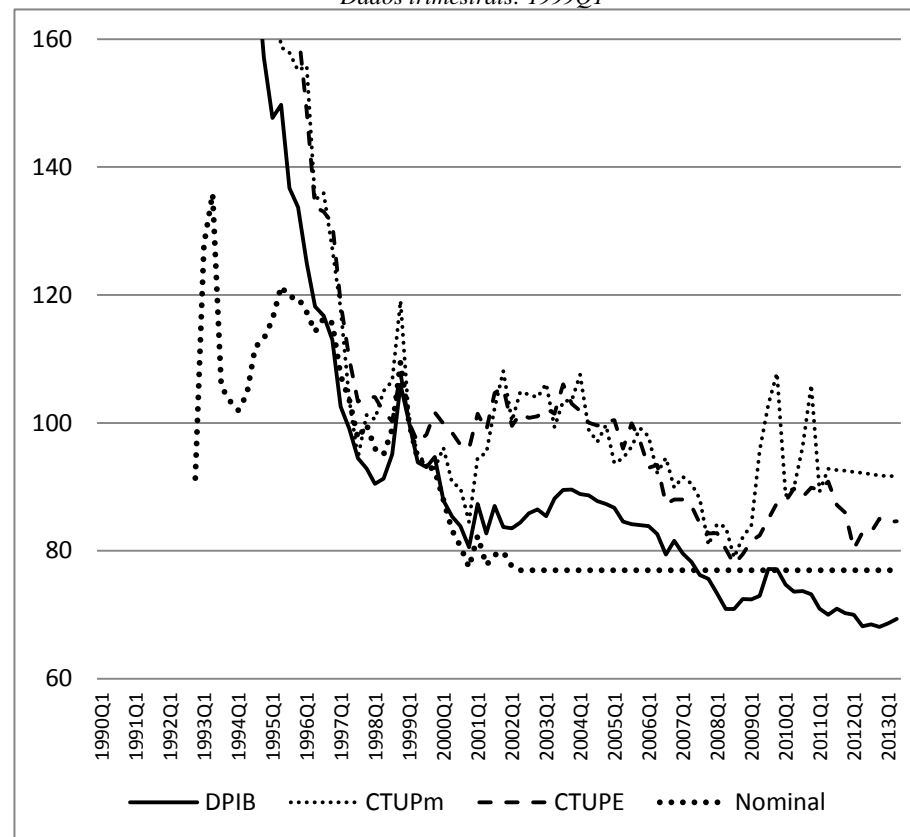


Gráfico 112 – Competitividade face à Lituânia, ajustado por DPIB, CTUPm e CTUPE

Dados trimestrais: 1999Q1=100



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 113 – Competitividade face à Argentina, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

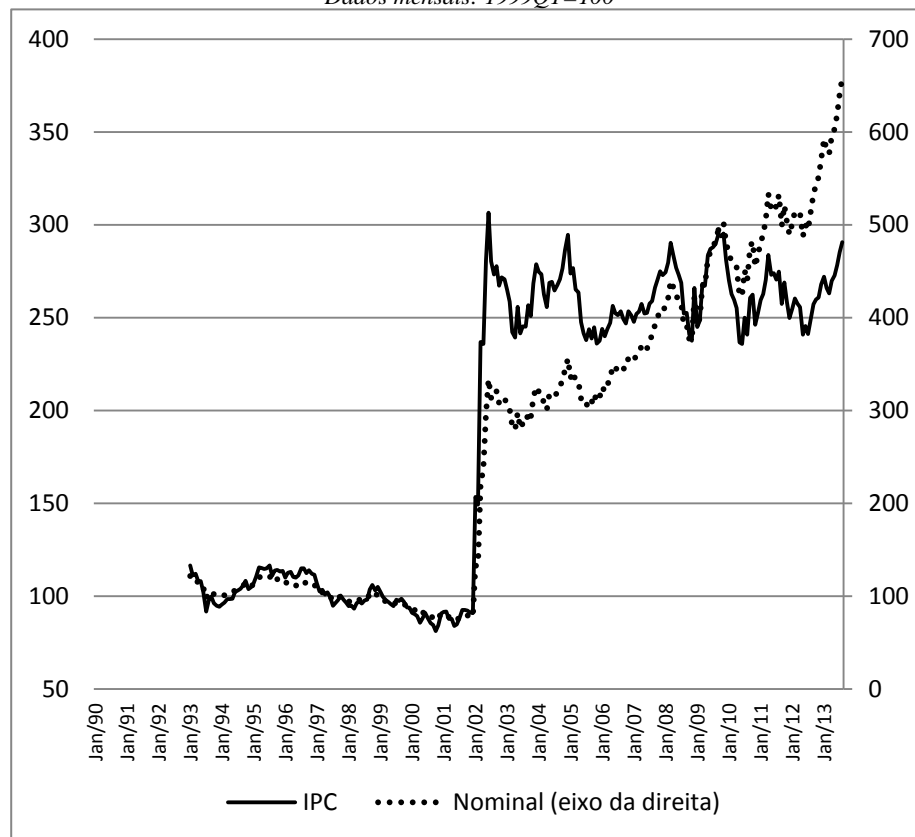


Gráfico 114 – Competitividade face à Argentina, ajustado por DPIB

Dados trimestrais: 1999Q1=100

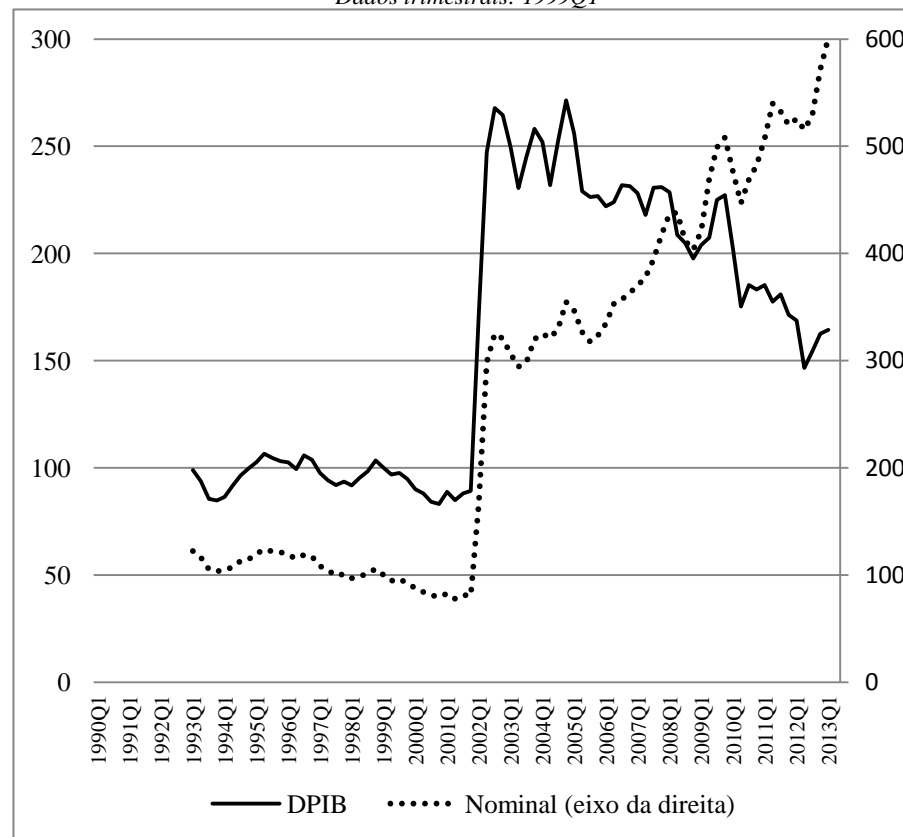


Gráfico 115 – Competitividade face à Argélia, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

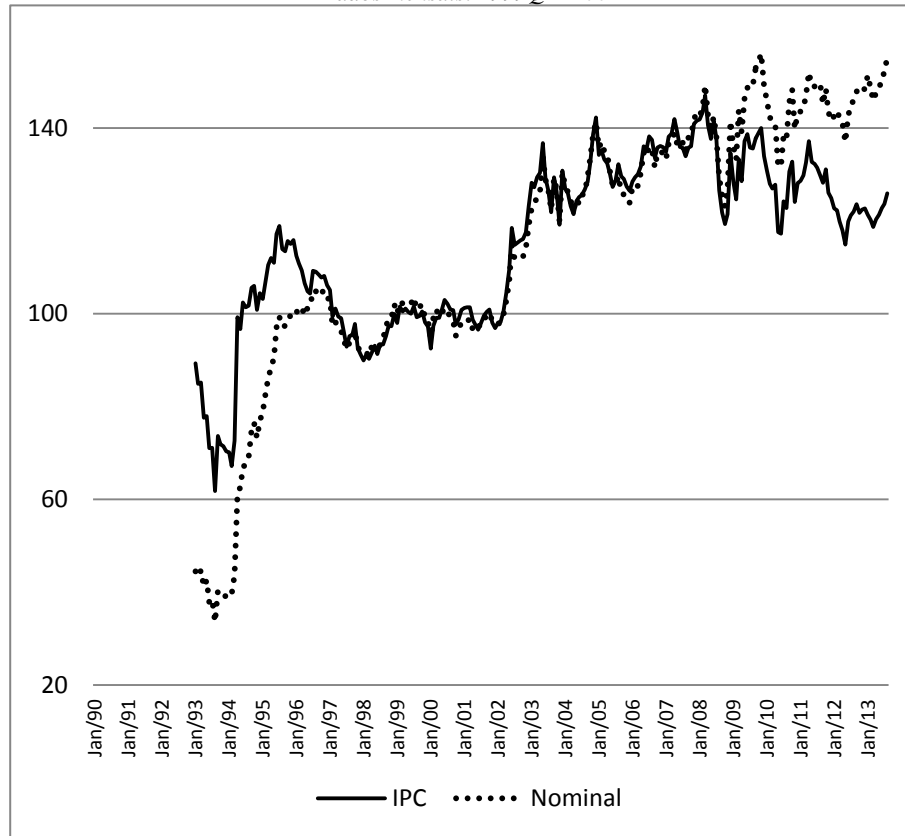
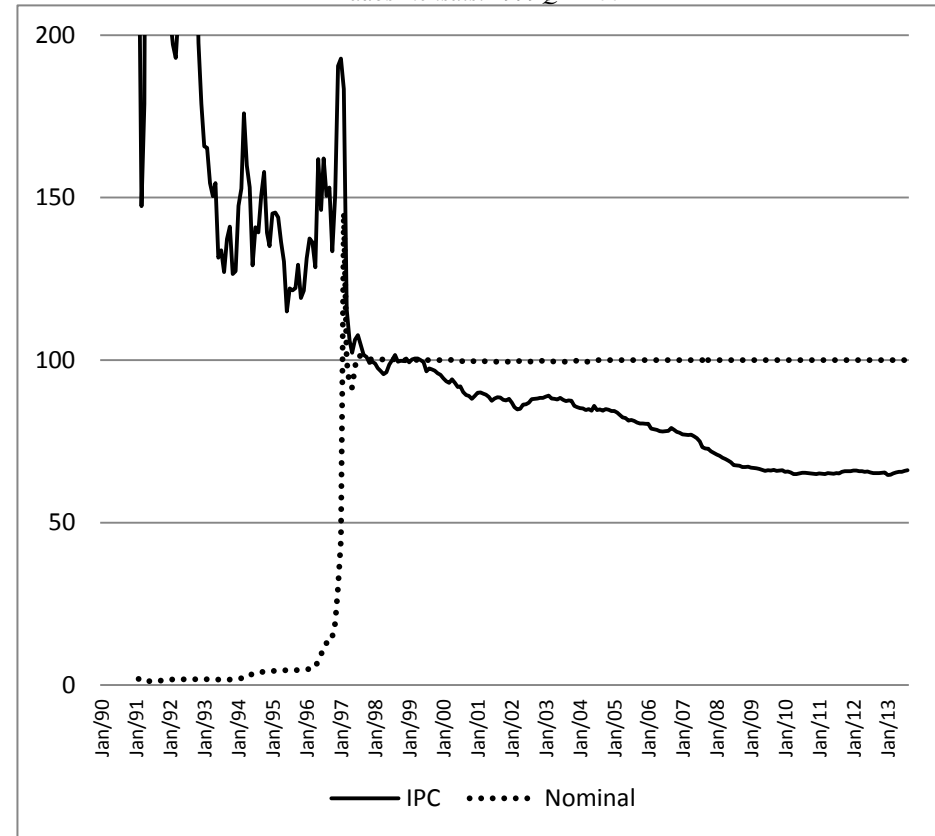


Gráfico 116 – Competitividade face à Bulgária, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 117 – Competitividade face ao Chile, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1

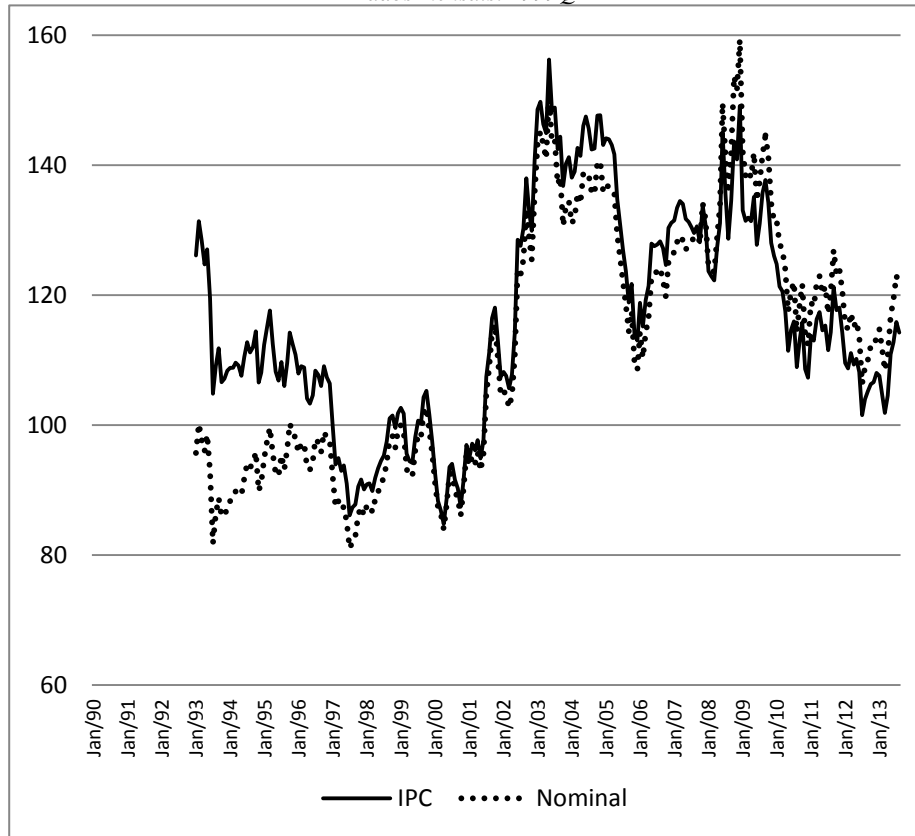


Gráfico 118 – Competitividade face às Filipinas, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1

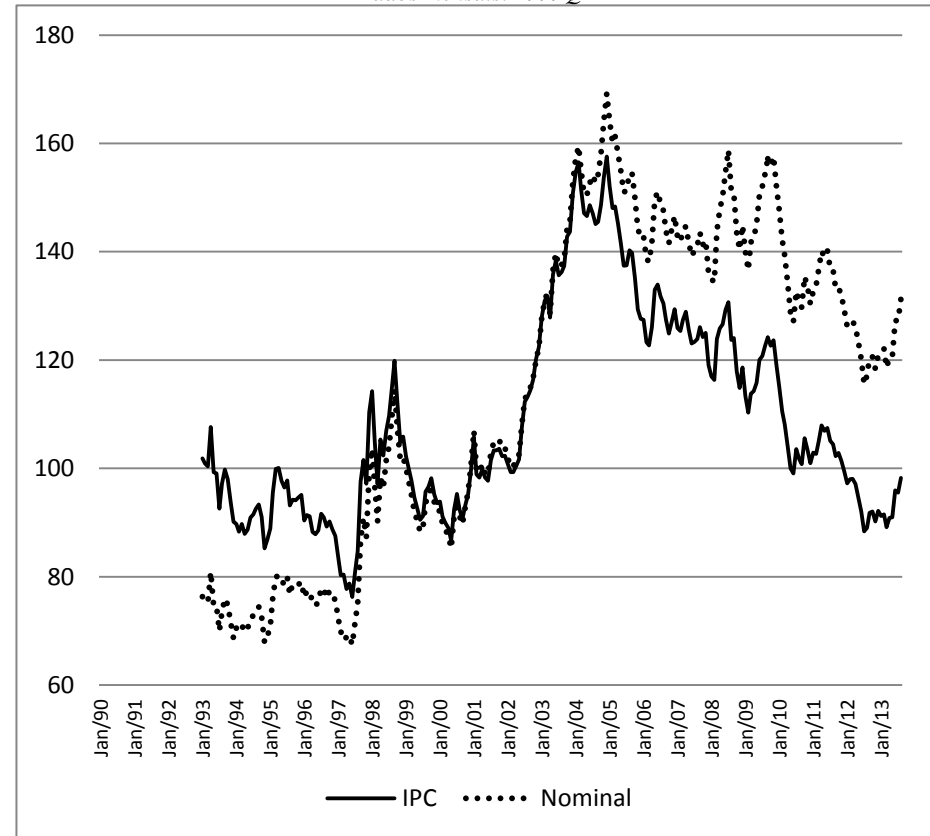


Gráfico 119 – Competitividade face à Indonésia, ajustado pelo IPC

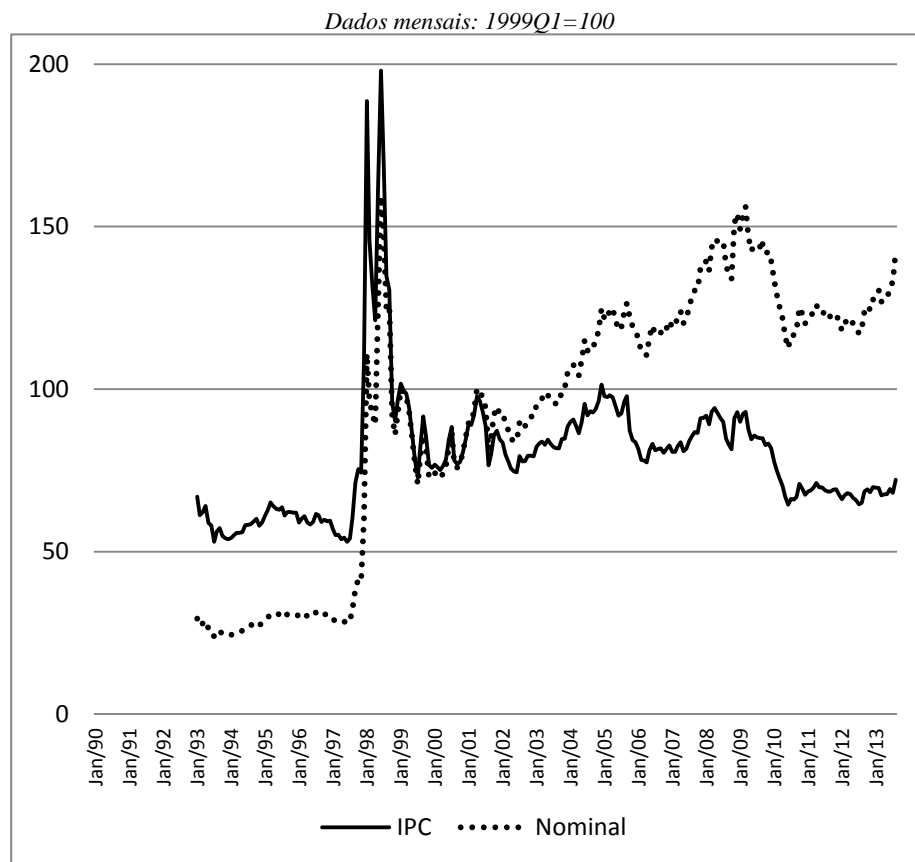


Gráfico 120 – Competitividade face à Islândia, ajustado pelo IPC

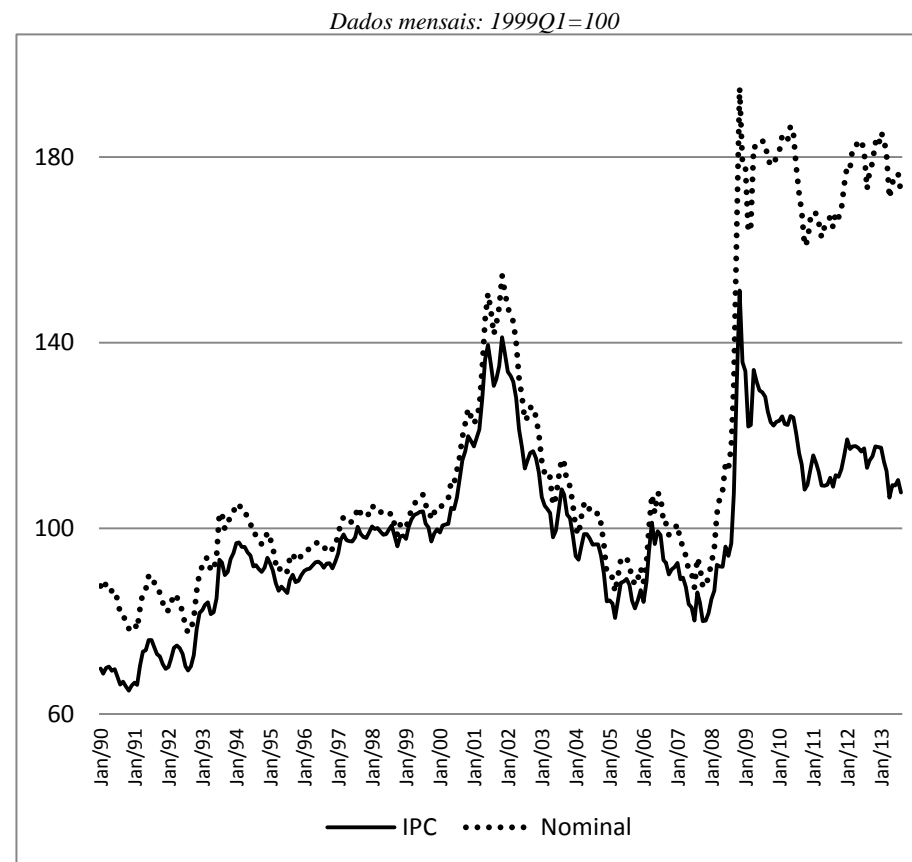


Gráfico 121 – Competitividade face a Israel, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

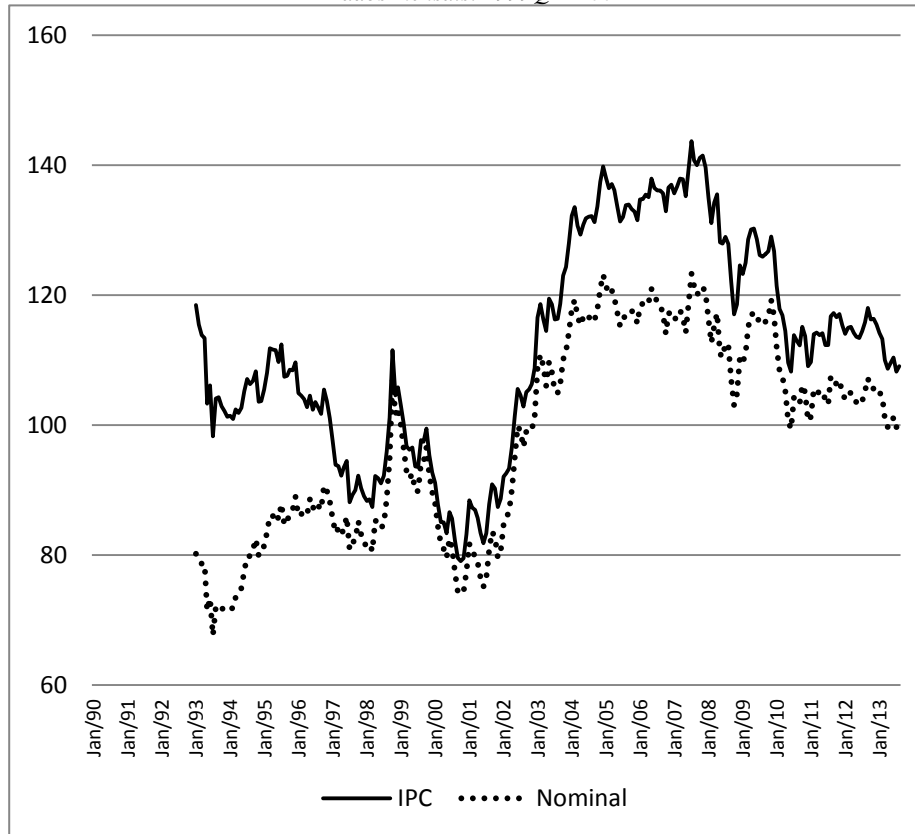
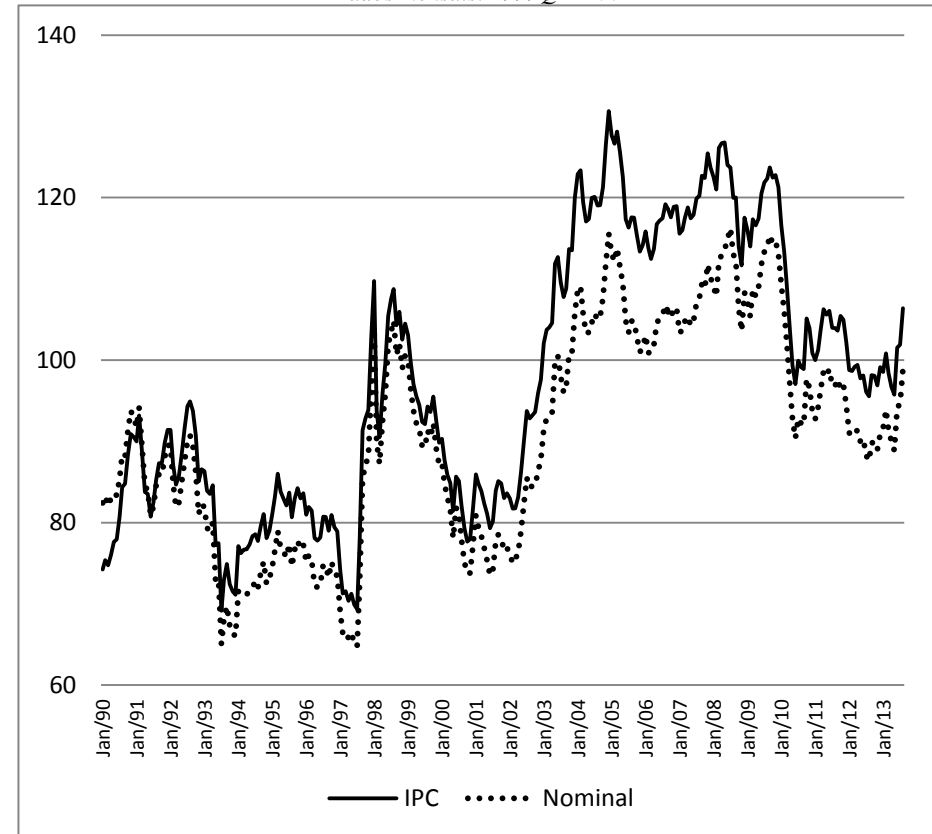


Gráfico 122 – Competitividade face à Malásia, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 123 – Competitividade face a Marrocos, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

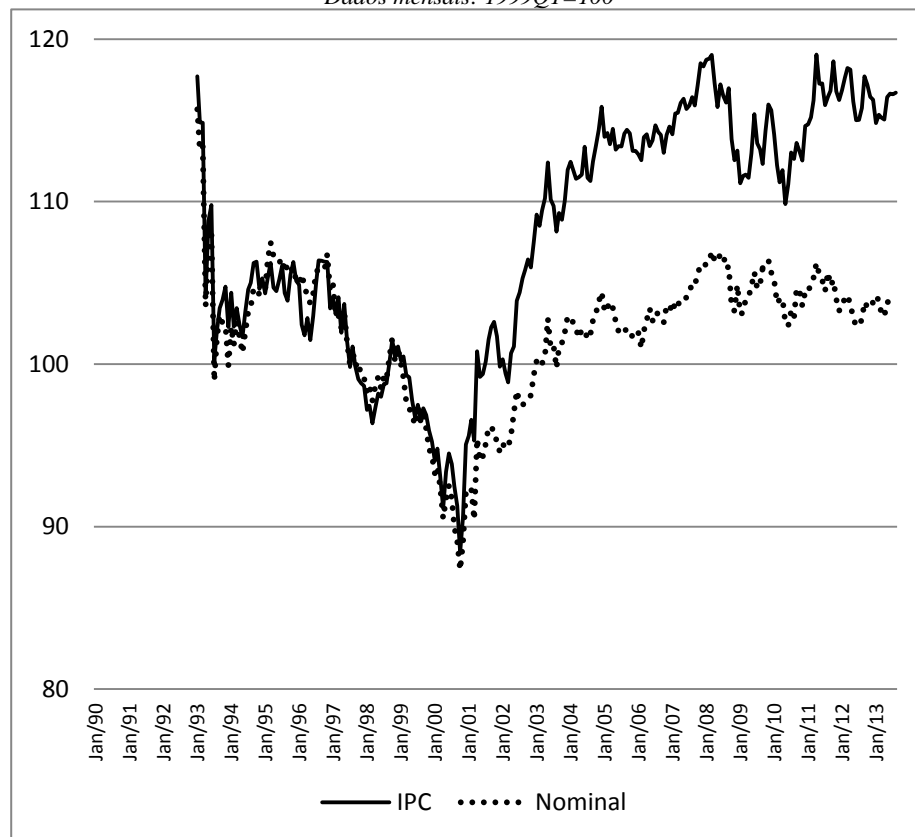
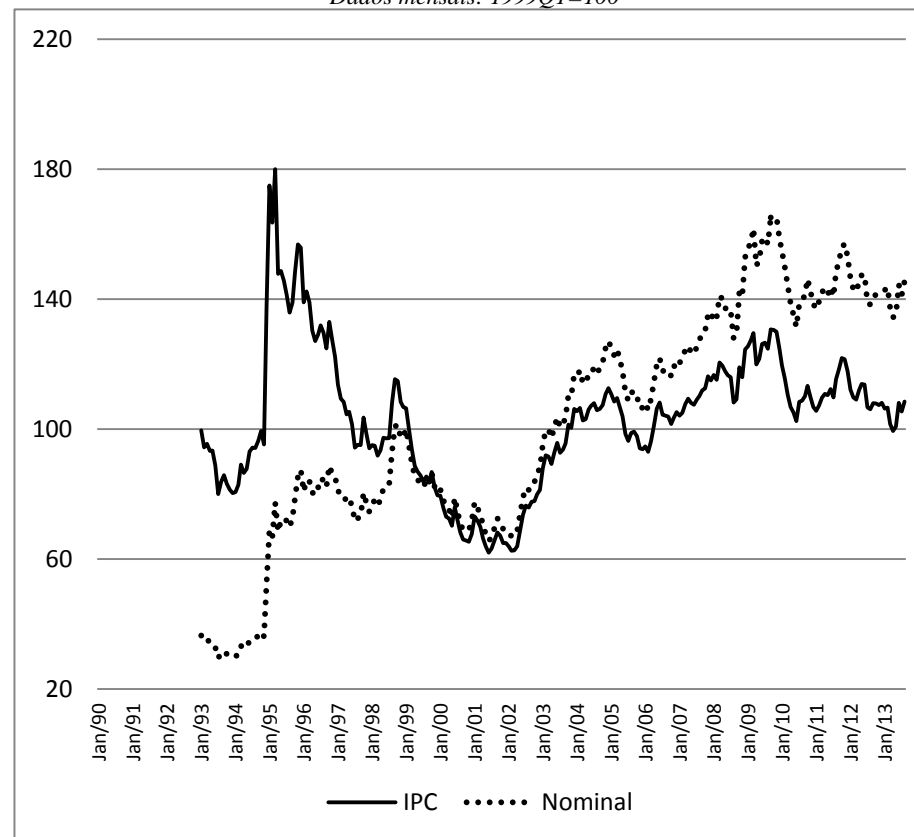


Gráfico 124 – Competitividade face ao México, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 125 – Competitividade face à Nova Zelândia, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

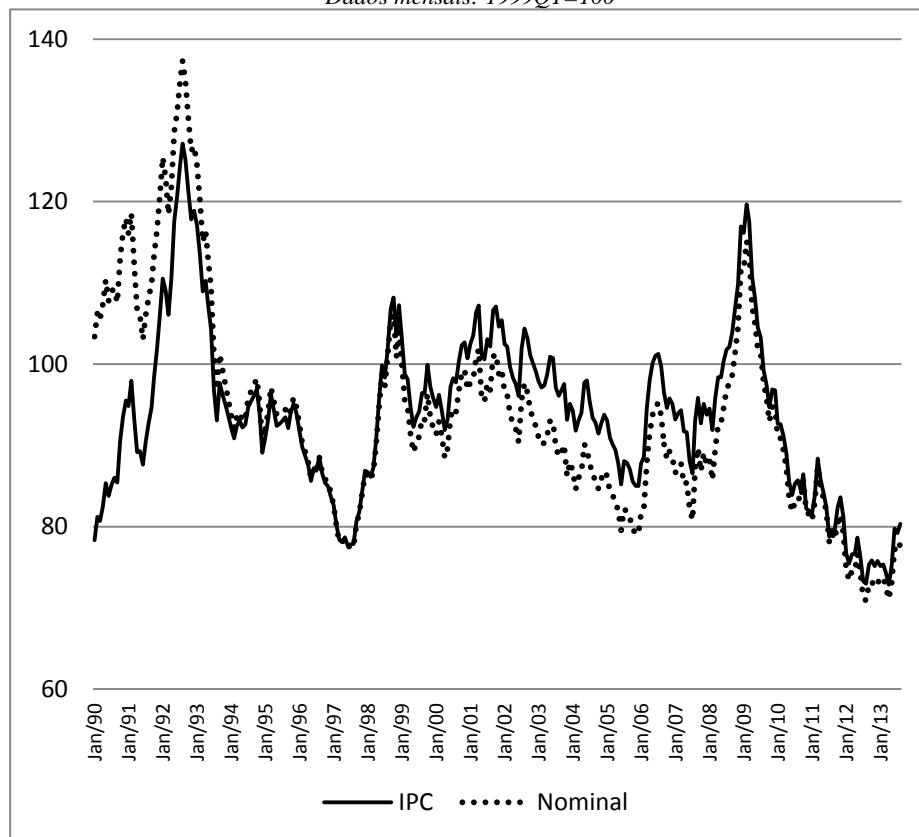
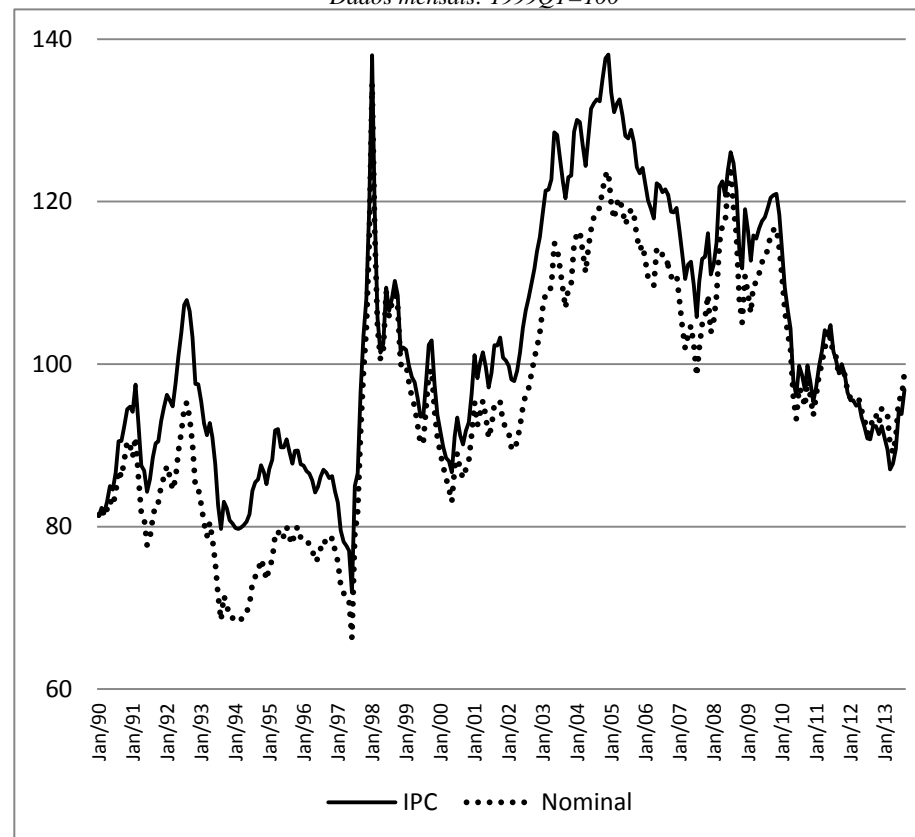


Gráfico 126 – Competitividade face à Tailândia, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100



Um novo ICE para Portugal

Gráfico 127 – Competitividade face a Taiwan, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100

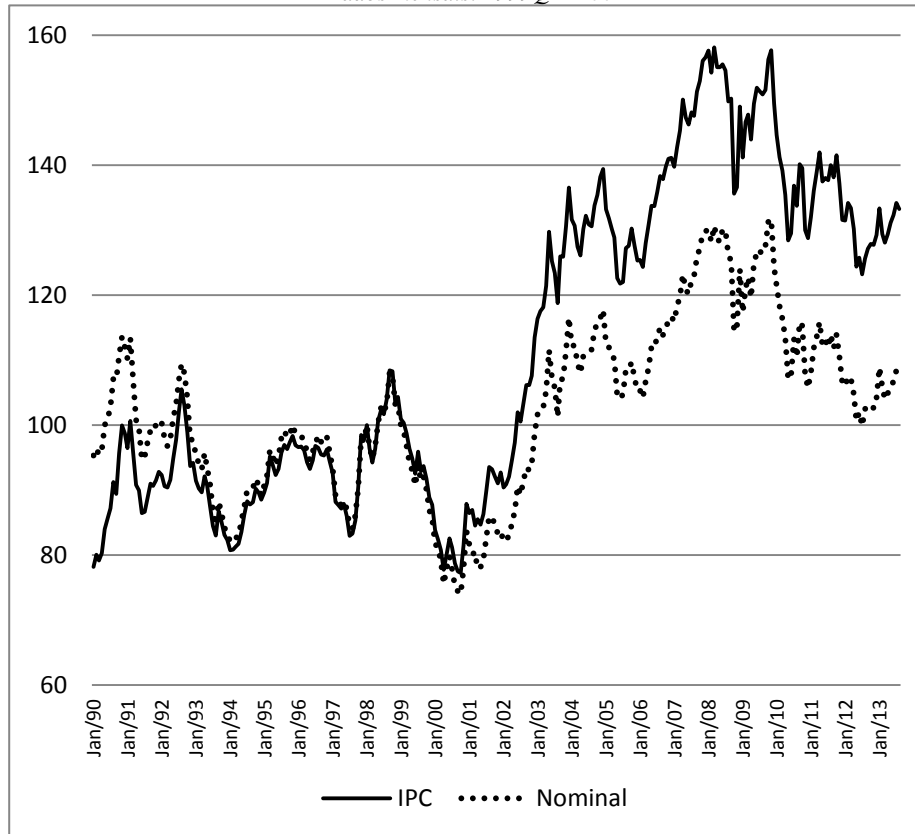
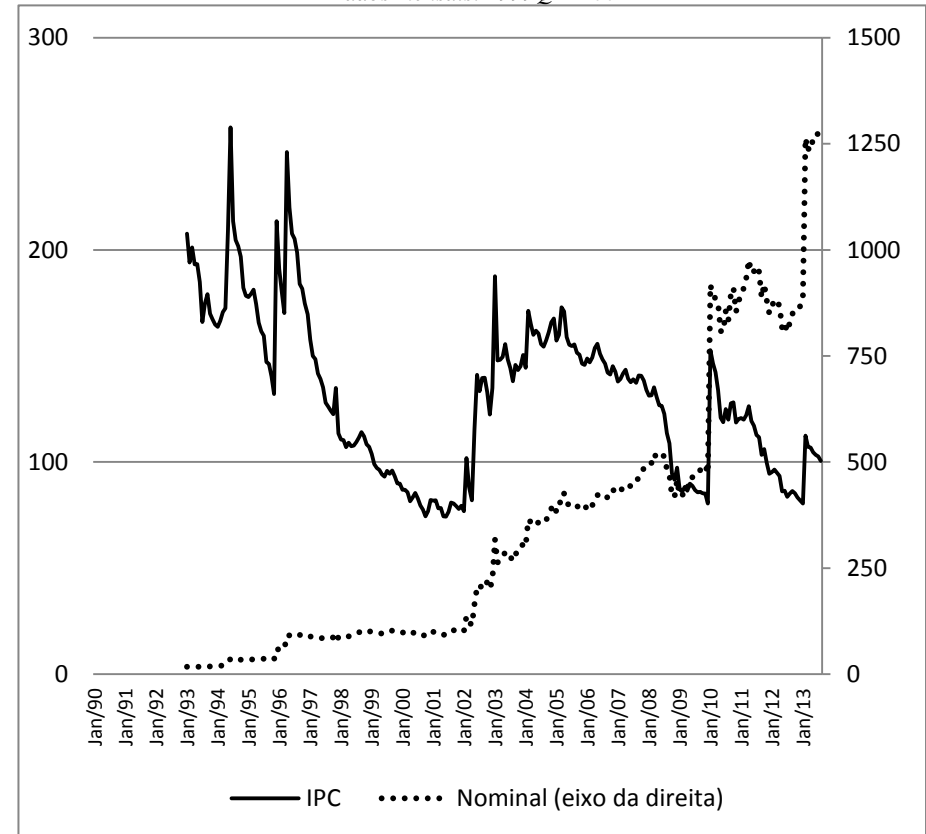


Gráfico 128 – Competitividade face à Venezuela, ajustado pelo IPC

Dados mensais: 1999Q1=100



Argélia

A economia portuguesa é menos competitiva do que a argelina, quer até à adoção da moeda única, quer após (25,92%), mas face a março de 2010 tem um ligeiro ganho de competitividade (0,81%). A forte subida da inflação em território argelino até 1996 foi compensada pela desvalorização do Dinar argelino. A divisa argelina manteve um valor relativamente constante face, primeiro ao Escudo e depois ao Euro, até março de 2002, quando começou a depreciar face à moeda única. Até agosto de 2008, a inflação era semelhante nos dois países, mas tornou-se maior na Argélia, o que tornou a economia portuguesa mais competitiva nos últimos anos.

Argentina

A dinâmica da divisa da Argentina mostra que o Peso argentino apreciou ligeiramente até novembro de 2001, quando depreciou fortemente até junho de 2002, mantendo uma trajetória forte de depreciação, quando a inflação na Argentina se tornou mais elevada do que em Portugal, sucedendo o mesmo efeito em termos de DPIB. Em termos competitivos, as duas economias assemelham-se, contudo a forte desvalorização retirou competitividade à economia portuguesa, porque, posteriormente, o efeito da maior inflação em território argentino é compensado pela desvalorização do Peso. Ainda assim, desde março de 2010, a economia portuguesa é mais competitiva do que a argentina: 10,07% (IPC) e 6,24% (DPIB).

Bulgária

Entre janeiro e fevereiro de 1997, o IPC sobe fortemente na Bulgária, pelo que a análise a esse evento deve ser prudente. Ocorre no mesmo mês em que se dá uma forte desvalorização da divisa búlgara. Assim, apenas vou discorrer sobre a evolução competitiva entre as duas economias a partir de fevereiro de 1997. Por via de uma maior inflação em território búlgaro e pela relação muito próxima da paridade desde julho de 1999, quando o Novo Leu é introduzido, a competitividade da economia portuguesa é maior face à búlgara: desde a introdução da divisa única, há um aumento competitivo da economia nacional de

33,89%. No entanto, a estabilização da inflação na Bulgária faz com que, desde março de 2010, a Bulgária recupere ligeiramente competitividade (0,96%) face a Portugal.

Chile

O Peso chileno manteve uma cotação estável face à divisa nacional, primeiro o Escudo português e depois o Euro, mas entre outubro de 2000 e maio de 2003, deu-se uma depreciação do Peso, recuperando até novembro de 2005, mas tornando a desvalorizar até ao mínimo de 886,861 CHP/EUR em dezembro de 2008, para apreciar de seguida. A inflação era superior em território chileno até 1998, quando se tornou próxima da portuguesa até meados de 2007, quando se tornou muito elevada no Chile, estabilizando após o final de 2008. Até à adoção da moeda única, Portugal ganhou competitividade face ao Chile (26,10%), mas perdeu até final do período (14,23%). No entanto, desde março de 2010 nota-se um ganho da competitividade de Portugal de 5,26%, sobretudo devido à apreciação do Peso.

Croácia

A Kuna croata é uma divisa estável face ao Euro desde a criação da moeda única. Até lá, apreciou até maio de 1995, tendo depreciado face ao Escudo até ao início de 1999. Em termos de preços, depois de um forte aumento da inflação na Croácia até 2004, o IPC tem evoluído da mesma forma nos dois países, exceto entre setembro de 2007 e junho de 2009, quando voltou a ser maior na Croácia. O IPP evoluiu sempre de forma semelhante, excluindo o evento de 1999 em Portugal, que condicionou o desempenho em termos de preços no produtor. Se até à criação da moeda única, o DPIB e os CTUPE subiram mais na Croácia, após 1999 o DPIB continuou a subir mais ligeiramente em solo croata, mas após o final de 2006 esse diferencial foi aumentando. Os CTUPE, após a criação do Euro, subiram mais em Portugal, mas a partir de 2006 passaram a subir mais na Croácia. Em relação a março de 2010, no entanto, por via da apreciação do Euro face ao Kuna croata, a economia nacional perde ligeiramente competitividade: 3,32% (IPC), 1,69% (IPP) e 0,03% (DPIB); no entanto, em termos de CTUPE, nota-se um ganho competitivo de 3,43%.

Filipinas

Portugal foi perdendo competitividade face às Filipinas até ao início de 2004, quando inverteu esse processo. O IPC foi sempre superior nas Filipinas do que em Portugal, mas a evolução cambial tem um papel importante: o Peso filipino manteve-se estável face à divisa nacional até junho de 1997, quando começou a depreciar, exceto no período logo após a criação da moeda única. A depreciação do Peso durou até dezembro de 2004, quando começou a apreciar timidamente. Assim, a economia nacional ganha competitividade até à adoção do Euro (1,84%) e termina um período registando um ligeiro ganho de 1,73% face ao primeiro trimestre de 1999; desde março de 2010, no entanto, o ganho é superior: 11,62%.

Indonésia

Desde a adoção do Euro, a economia nacional registou um ganho de competitividade de 27,89%, que é ínfimo desde março de 2010: 0,69%. Entre novembro de 1997 e outubro de 1998 há uma grande flutuação do índice cambial efetivo, primeiro com uma grande quebra competitiva nacional, para depois recuperar para o mesmo nível, devido a uma súbita depreciação da Rupia da Indonésia, com o seu pico em junho de 1998. Tirando esse registo menos comum, em termos competitivos tem-se notado alguma flutuação, mas com tendência para ganhos da economia portuguesa. Desde o final de 1993 que o IPC tem subido mais fortemente na economia da Indonésia, com exceção do período entre 1998 e 2001, que foram semelhantes, contudo, a divisa da Indonésia depreciou fortemente entre julho de 1999 e março de 2009, quando apreciou bastante face ao Euro, voltando a depreciar no último ano, depois de alguma estabilidade cambial.

Islândia

Face à economia islandesa, Portugal tem perdido competitividade até agosto de 2001, recuperando até outubro de 2007, quando a depreciação da Coroa islandesa fez subir fortemente o índice, recuperando a economia nacional a competitividade desde então. Até à adoção do Euro, a economia islandesa ganhou 30,18% de competitividade ajustada pelo IPC e até ao final do período, o ganho era mais tímido, face a janeiro de 1999: 7,70%. No entanto, desde março de 2010 que Portugal tem recuperado competitividade: 12,07%. A Coroa

islandesa foi depreciando até novembro de 2001, quando apreciou face ao Euro até novembro de 2007, quando desvaloriza fortemente, mantendo o câmbio relativamente estável desde então. A inflação era ligeiramente menor em território islandês, mas manteve-se ligeiramente menor em Portugal depois da criação da moeda única, até ao final de 2007, quando subiu fortemente na Islândia, condicionando o comportamento competitivo nos últimos anos e contribuindo para a recuperação competitiva da economia nacional.

Israel

Face a Israel, Portugal foi ganhando competitividade até à adoção do Euro (18,46%) e, após uma ligeira quebra no final de 1998, continua a tornar-se mais competitivo até fevereiro de 2001, quando devido à apreciação do Euro, se iniciou uma trajetória de quebra competitiva que só terminou em julho de 2007 (quando perdia 43,68% face a janeiro de 1999). O Novo Shekel israelita depreciou ligeiramente face ao Escudo, mais fortemente antes da adoção do Euro, mas beneficiou da desvalorização da moeda única até final de 2000. A divisa israelita depreciou então até fevereiro de 2004, quando iniciou um longo período em que se manteve relativamente estável, para valorizar em 2009 e voltar a estabilizar face ao Euro. A inflação foi sendo sempre inferior em Portugal, o que justifica os ganhos competitivos da economia nacional até à adoção do Euro (18,46%). Após janeiro de 1999, o IPC cresceu mais em Portugal até abril de 2007, condicionando a competitividade, aliada à desvalorização do Novo Shekel israelita, mas deu-se uma recuperação forte, devido à contração do IPC em Portugal. Desde março de 2010, a economia portuguesa corrige as perdas competitivas e recupera 6,71% da competitividade.

Letónia

A divisa da Letónia, depois de cair muito até ao início de 1993, recuperou no ano seguinte para uma cotação próxima da de janeiro de 1992, continuando a apreciar até abril de 1995. Dá-se então, uma depreciação até à criação da moeda única, que desvaloriza até outubro de 2000, para apreciar prolongadamente face ao Lats da Letónia, que estabilizou a sua cotação a partir de janeiro de 2005. A inflação foi maior na Letónia até à criação da moeda única, tendo estabilizado face a Portugal, mas após 2005 voltou a ser mais forte na Letónia, voltando

a estabilizar depois de 2009. O IPP era ligeiramente superior na Letónia até à criação do Euro, tendo subido muito em Portugal em 1999, n entanto, subiu fortemente na Letónia entre maio de 2006 e dezembro de 2008, tendo estabilizado entretanto. Os restantes deflatores sobem muito na Letónia até 1995, quando estabilizam face a Portugal, notando-se uma ligeira subida dos custos de trabalho até 2003, quando todos os deflatores começaram a cair até 2008, onde se dá uma nova subida mais forte na economia nacional dos custos de trabalho. Desde março de 2010, ganha competitividade em termos de preços (0,86% no IPC e 4,52% no IPP), mas também quando ajustado pelo DPIB (9,94%) e pelos CTUPE (10,77%), mas perde se deflacionado pelos CTUPm (7,62%).

Lituânia

A jovem divisa da Lituânia sofre uma desvalorização forte nos instantes iniciais da sua vida, mas aprecia longamente, com algumas depreciações, até estabelecer uma relação paritária com o Euro em 2004. A inflação foi muito superior na Letónia até 1998 (IPC e IPP), tendo subido mais em Portugal até 2007 (o IPP foi mais elevado na economia nacional até 2004). Se o IPC voltou a subir mais na Lituânia até 2009, quando estabilizou nos dois países, já o IPP subiu mais em Portugal até 2010, tendo caído em território nacional até 2012. Para os restantes deflatores, nota-se um aumento maior na Lituânia até à criação da moeda única, mas até 2004 estes cresceram mais em Portugal, sobretudo os custos de trabalho. Deu-se uma subida maior na Lituânia até 2009, mas voltaram a crescer mais em Portugal desde então, corrigindo os custos de trabalho depois de março de 2010, quando a competitividade em Portugal só era menor quando ajustada pelos CTUPm (2,03%), sendo maior se ponderada pelos restantes deflatores: 0,75% (IPC), 4,28% (IPP), 5,77% (DPIB) e 5,68% (CTUPE).

Malásia

Deram-se grandes flutuações no comportamento competitivo bilateral entre os dois países. Até à adoção do Euro, devido à forte desvalorização do Ringgit da Malásia, os ligeiros ganhos competitivos da economia nacional foram anulados e redundou numa quebra competitiva de 25,75%. A maior subida da inflação em Portugal até junho de 2004 foi aumentada pela depreciação do Ringgit, pelo que, novamente se anulou o ganho de

competitividade que a Portugal tinha experienciado após a depreciação do Euro até ao início de 2001. Desde 2005, a estabilidade cambial e a valorização do Ringgit após 2009 e a maior subida da inflação em território malaio, contribuem para o bom desempenho competitivo português desde março de 2010, com um ganho de 2,67%.

Marrocos

O Dirham marroquino tem apreciado face à divisa portuguesa até outubro de 2000, quando inicia um longo período de depreciação face ao Euro, até estabilizar a partir de março de 2008. A inflação que é superior em Portugal até 1993, estabiliza até 2000 para tornar a ser superior em território nacional, situação que se inverte em janeiro de 2008, mas que volta a suceder após julho de 2009. Em termos competitivos, Portugal ganha competitividade até setembro de 2000, para perder até fevereiro de 2008 e recuperar até março de 2010. Desta forma, nota-se uma quebra competitiva desde a adoção do XI PEC de 4,95% face à economia de Marrocos.

México

A inflação no México é superior à que se regista em Portugal, sobretudo desde dezembro de 1994. Apesar disso, a flutuação cambial do Peso mexicano face à divisa portuguesa tem favorecido a economia mexicana. No entanto, se desde 1993 até à adoção da moeda única, em termos competitivos nada se tenha alterado (o índice passou de 99,60 para 100,00), a forte depreciação do Peso mexicano até março de 1995 e mais ligeiramente até à adoção do Euro, levou o índice cambial efetivo para 179,99 nesse mês, tendo a economia nacional recuperado a competitividade até março de 2002, quando volta a perder até setembro de 2009, devido à apreciação do Euro, apesar da maior inflação na economia mexicana. Desde março de 2010, devido à estabilização das divisas, a economia nacional regista um pequeno ganho competitivo de 1,93%.

Nova Zelândia

A inflação tem sido superior em Portugal até junho de 2004, mais forte até 1994, mas caiu até julho de 2011, tendo-se mantido estável entre as duas economias. O Dólar da Nova

Zelândia, após uma depreciação até agosto de 1992, apreciou até julho de 2007, caiu até setembro de 2008 e valorizou ligeiramente até junho de 2007, quando depreciou até fevereiro de 2009, apreciando entretanto. Em termos competitivos, dá uma forte quebra até maio de 1992, atuando em conjunto o diferencial de inflação e a depreciação do Dólar, para se dar uma forte e prolongada recuperação competitiva da economia nacional até maio de 1997. No entanto, até à adoção do Euro, Portugal viria a experimentar uma nova quebra de competitividade, registando uma perda, face a janeiro de 1990, de 21,55%. Após a adoção do Euro, a economia portuguesa tem revelado uma tendência de ganhos competitivos, excetuando o período entre setembro de 2007 e maio de 2009, mas após essa data, Portugal recuperou fortemente a competitividade, registando no final do período ganhos de 19,67% face à concretização da terceira fase da UEM e de 11,91% desde março de 2010.

Tailândia

O Baht, a divisa tailandesa, valorizou até agosto de 1992, potenciando o efeito da inflação superior na economia portuguesa, mas depreciou de seguida, atenuando esses efeitos. O aumento forte da inflação na Tailândia, com a relativa estabilidade cambial até junho de 1997 beneficiaram a competitividade em Portugal, mas a crise asiática fez com que o Baht depreciasse fortemente até janeiro de 2008, o que fez baixar muitíssimo a competitividade em Portugal. Deu-se um ajustamento cambial, com o Baht a valorizar fortemente até maio de 2000, quando o Euro se tornou mais forte, o que associado à maior inflação que entretanto se verificava em Portugal fez cair muito a competitividade da economia portuguesa. Desde janeiro de 2005, no entanto, que o desempenho da economia nacional é positivo, conseguindo ser mais competitivo no final do período quando comparado com o primeiro trimestre de 1999 (3,17%), sendo que, desde março de 2010, os ganhos competitivos são mais evidentes: 9,26%.

Taiwan

A inflação foi sempre superior em Portugal do que em Taiwan, mas após 1994 essa diferença não era muito evidente e, entre setembro de 2006 e abril de 2010 voltou a ser semelhante. O efeito negativo, em termos competitivos, de uma inflação superior, marca o desempenho competitivo, que é tradicionalmente negativo da economia portuguesa face a

Taiwan sendo atenuado pela questão cambial. O ganho de competitividade que se observa logo após a adoção da moeda única deve-se à depreciação do Euro, sendo que a forte quebra competitiva é originada pelo diferencial de inflação e pela valorização cambial do Euro. Dá-se uma forte correção depois de 2009, contudo, no final do período, ainda se verifica uma quebra competitiva de 33,25% face ao primeiro trimestre de 1999, mas em relação a março de 2010 regista-se um ganho da competitividade nacional de 4,23%.

Venezuela

Em termos competitivos, a economia nacional tem registado ganhos face à Venezuela, pontualmente interrompidos por depreciações bruscas da divisa venezuelana, que não tem sido capaz de interromper a forte desvalorização que tem sofrido desde 1993. Ao mesmo tempo, no território venezuelano, a inflação é muito elevada, de tal forma que as constantes depreciações da divisa não compensam a quebra competitiva, que é ajustada pelas depreciações súbitas a que o Bolívar é submetido. Desde março de 2010, os ganhos competitivos da economia nacional, que eram de 43,45% em janeiro de 2013, antes de novo reajuste do Bolívar, passara a ser de 29,40% em agosto de 2013.